



Imprensa, cultura e imaginário urbano

exercício de memória sobre os anos 60 / 70 em Juiz de Fora

Christina Ferraz Musse

1. Clube Juiz de Fora
2. Astória
3. Casa do Café
4. Café Santa Helena
5. Bar Salvaterra
6. Galeria Pio X
(CEC, DCE e Gal. de Arte Celina)
7. Cine-Theatro Central/
Cine Festival
- 7a. Restaurante Faisão Dourado
8. Churrascaria Palácio
9. Restaurante Belas Artes
10. Pigalle
11. Bar Michelangelo
12. Cinema Palace

13. Internacional Lanches
14. Elite Clube
15. Chanan
16. Clube do Papo
17. Bar Chave de Ouro
18. Cine Popular
19. Old Scotch
20. Jota Chopp
21. Livraria Sagarana
22. Salada Paulista
23. Rio Lima
24. Dream's
25. Gaudêncio

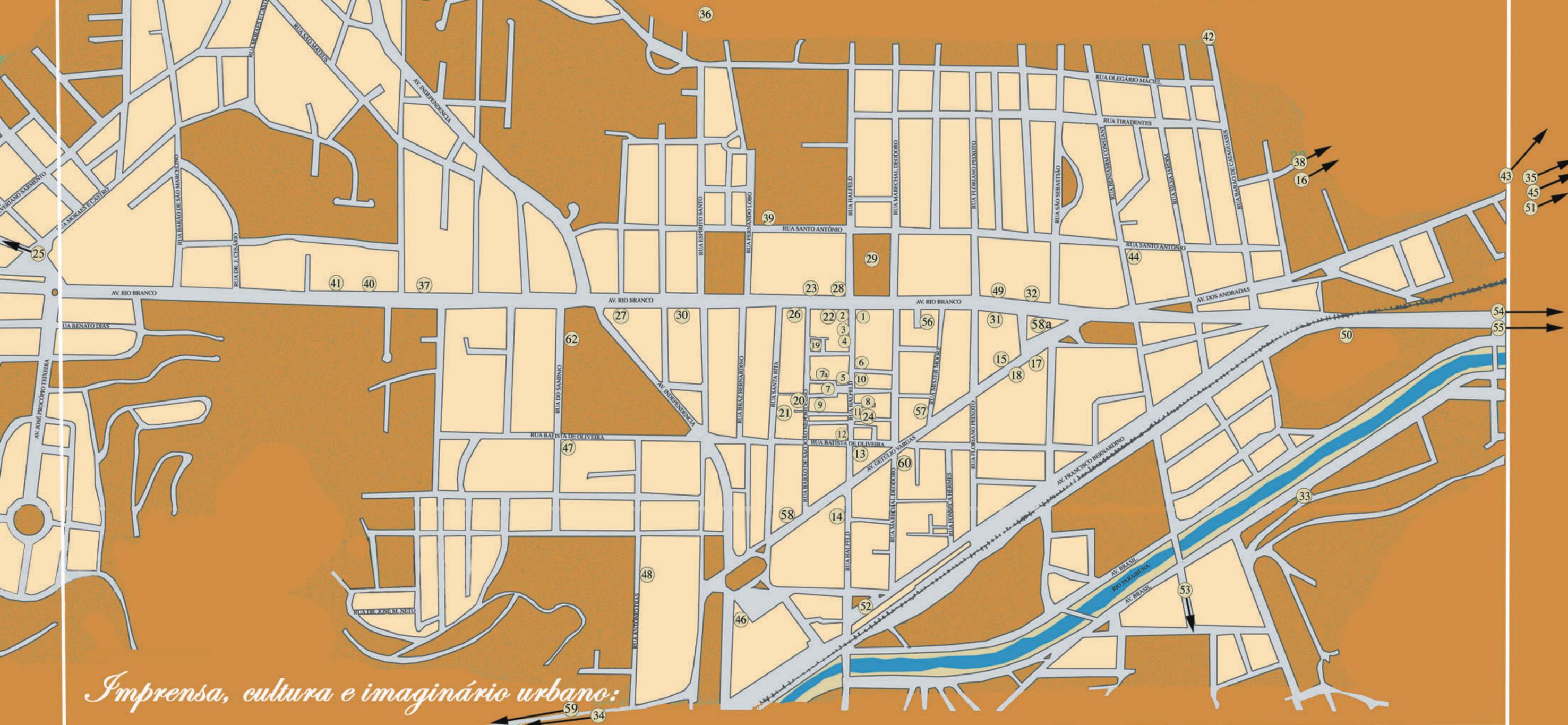
26. Centro Cultural Pró-Música
27. Capela do Colégio Stella Matutina
28. Prefeitura
29. Parque Halfeld
30. Casa d'Itália
31. Cine Excelsior
32. Restaurante Lisboa
33. Zona Boêmia
34. K-2
35. Bar da Represa
36. Convento dos Dominicanos
37. Circulo Militar
38. Campus da UFJF

39. Faculdade de Direito
40. Fac. de Filosofia e Letras
41. Faculdade de Economia
42. Faculdade de Engenharia
43. Faculdade de Medicina
44. Reitoria da UFJF
45. Quarta Região Militar
46. Auditoria da 4ª Região Militar
47. Instituto Granbery
48. Casa dos Bracher
49. Diário Mercantil
50. Sport Club Juiz de Fora
51. Museu Mariano Procópio

52. Praça da Estação
53. Casa do José Paulo Netto
54. Casa do Gilvan Procópio Ribeiro
55. Casa do Valtencir Estiguer
56. Soc. Belas Artes A. Parreiras
57. Casa dos Costa
58. Rodoviária Av. Get. Vargas
- 58a. Rodoviária Av. Get Vargas
Esq. Av. Rio Branco
59. Seminário da Floresta
60. Aliança Francesa
61. Academia de Comércio
62. Ação Católica



Rua Halfeld esquina com Rua Batista de Oliveira



*Imprensa, cultura e imaginário urbano:
exercício de memória sobre os anos 60/70*

Juiz de Fora - MG (cartografia)

CHRISTINA FERRAZ MUSSE

IMPrensa, cultura e imaginário urbano:
exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora

Escola de Comunicação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

2006

CHRISTINA FERRAZ MUSSE

IMPrensa, cultura e imaginário urbano:
exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de Doutora em
Comunicação

Área de Concentração: Tecnologias da Comunicação e Estéticas

Orientadora: Professora Dra. Heloísa Buarque de Hollanda
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2006

MUSSE, Christina Ferraz.

Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora / Christina Ferraz Musse; orientação Prof^a Dr^a Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro, 2006. 289f.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da UFRJ.

1. Imprensa 2. Cultura 3. Cidade

Christina Ferraz Musse

**Imprensa, cultura e imaginário urbano:
exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora**

Tese defendida e aprovada em 9 de fevereiro de 2006 pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Heloísa Buarque de Hollanda – Orientadora

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Marialva Barbosa

Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Iluska Coutinho

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Ieda Tuchermann

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Janice Caiafa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aos “marginais” e “enragés” de 68.

Aos amores que
cativaram o meu coração:
Carlos, Mariana, Isabel e Bernardo.

AGRADECIMENTOS

À Heloísa Buarque de Hollanda, intelectual brilhante e incansável, professora e jornalista apaixonada, parceira de muitos sonhos e algumas angústias, a quem devo o meu amadurecimento no universo da pesquisa acadêmica. Foi uma honra imensa tê-la como orientadora. É um grande prazer saber que construímos uma relação de amizade, e somos cúmplices em sonhos e utopias que insistem em não nos abandonar (além de adorarmos doce de leite!).

Ao professor Geraldo Nunes, orientador de minha dissertação de mestrado, que se tornou um amigo e um conselheiro, ajudando-me de forma extremamente generosa em vários momentos desta pesquisa.

À Anne-Marie Autissier, professora solidária e pesquisadora amiga da Université de Paris VIII, Saint-Denis, uma verdadeira “soixante-huitarde”, militante do multiculturalismo, disponível em tantos momentos para sugerir e comentar minhas idéias e propostas.

Ao Carlos, meu companheiro de todas as horas, que me garantiu o suporte emocional e o carinho diário, teve muita paciência e foi o parceiro sempre disponível para opinar, dar força e pegar a estrada, em tantas viagens à cata de informações.

À Mariana, filha querida, “fadinha” que ilumina os meus dias, e que, pacientemente, ajudou-me na transcrição de horas de entrevistas gravadas; à Isabel, indispensável e amada “filhota” do meio, que nunca deixou de me enviar mensagens encorajadoras e ao Bernardo, “rapa do tacho”, hoje, meu adolescente adorado, que fez as cópias e formatou o arquivo das imagens digitais.

À minha amiga e cunhada, Zaine, que abriu as portas da sua casa e do seu coração para me receber durante as estadias cariocas.

À Maggy, minha mãe, pela torcida cotidiana e o apoio na versão para o inglês.

Ao Márcio Itaboray, amigo e memória viva da cultura de Juiz de Fora, pelas ótimas dicas e as histórias impagáveis.

Ao Humberto Nicoline, profissional exemplar, autor das fotografias sobre o *Diário Mercantil* e os *Palimpsestos Marginais*.

Ao arquiteto Guilherme Andrade, autor do desenho e da cartografia afetiva que ilustram este trabalho.

À Heliane Casarin, competente diretora do Setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes, pelas informações, comentários e a disposição constante em auxiliar estudantes e pesquisadores, num cenário muitas vezes adverso, que caracteriza o setor público.

À Margareth Ferreira da Silva, hoje, historiadora, que muito me ajudou na difícil e cansativa tarefa de copiar os originais de documentos da Biblioteca Municipal Murilo Mendes e do Arquivo Municipal.

Ao Nilo e Hilda, da Divisão de Memória da Funalfa, pela gentileza e boa-vontade.

Ao Arquivo Público Municipal da cidade de Juiz de Fora.

Ao Eduardo Carvalho Almeida pelo empenho na diagramação do trabalho.

Aos entrevistados que me receberam com alegria e disposição e compartilharam de muitas horas de emoção.

Aos colegas e amigos que nunca se importaram em usar um pouco do seu tempo para me ajudar com indicações preciosas, empréstimos de livros ou me ouvir nas horas das dificuldades, em especial Maria Nazareth Larocca, Leila Barbosa, Michel Bechara, Ivanir Yazbeck, Iluska Coutinho, José Paulo Netto, Beatriz Resende, Eugênio Malta, Sueli Costa, Aidê Galil, José Alberto Pinho Neves, José Luiz Ribeiro e Jorge Sanglard.

Aos professores da Faculdade de Comunicação da UFJF, em especial meus colegas do Departamento de Televisão e Rádio, que tiveram compreensão e generosidade ao me concederem a licença para o doutorado e, assim, deram-me a chance da dedicação exclusiva a este projeto.

Ao amigo e professor Márcio Simeone Henriques, da UFMG, e aos colegas do Fórum Nacional de Assessores de Comunicação da Andifes, na década de 90, que lançaram algumas das sementes do que acabou se tornando uma tese.

Aos companheiros da Intercom, que acompanharam várias das etapas desse projeto.

Aos professores da UFRJ, exemplo de competência, que me “ensinaram a pensar” e inspiraram este caminho de superação diária.

Aos professores convidados para a defesa desta tese, que muito me honraram com a sua disponibilidade e, sem dúvida, abrilhantaram os resultados deste trabalho.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, pelas discussões acadêmicas e pela descontração de longos bate-papos.

Aos funcionários da Secretaria da Escola de Comunicação da UFRJ, sempre solícitos para esclarecerem minha dúvidas, com um agradecimento especial ao Laércio, hoje, em outras funções, e ao Vinicius.

À secretária do PACC/UFRJ, Rosângela, pela receptividade e pela ajuda para enfrentar as armadilhas da burocracia.

Aos alunos, que sempre me inspiram a ousar e investir no novo.

Ao CNPq que viabilizou este trabalho através de seu apoio financeiro.

PARECE AQUI ,
MAS JÁ FAZ MUITO TEMPO NO OLHAR,
A PAISAGEM QUE EU QUERO PENSAR
REFLETINDO NÓS DOIS...
...HOJÉ É DEPOIS,
NÃO É MAIS UM PASSADO QUALQUER,
VOCÊ VOLTA AO LUGAR SE QUI SER
MAS O TEMPO PASSOU.

UM AUTOMÓVEL LEVOU MINHA RECORDAÇÃO,
VINHA DA MESMA COR QUE O QUE EU VI NO VERÃO,
QUANDO A GENTE SE VIU NUMA TARDE DE SOL.
TALVEZ SE AQUELA AMIZADE APERTASSE TUA MÃO
ENTRE A MINHA VONTADE E A TUA ATRAÇÃO,
NUNCA MAIS EU OUVISSE FALAR DESSA COR...

...FALO DE AMOR,
PR'A NÃO ME SEPARAR DO QUE EU SOU,
POIS A VIDA NÃO DÁ MAIS CALOR,
P'RA QUEM ANDA SÓ.
SERÁ MELHOR,
ESQUECER NOSSA INCRÍVEL FIÇÃO,
EU, VOCÊ, MEU AMOR, MEU VERÃO,
NOSSA TARDE DE SOL.

A BOSSA NOVA ME INVADE NAQUELA CANÇÃO,
DISSE ALGUÉM NA JANELA, NA TELEVISÃO,
É VOCÊ QUEM PRECISA SE APAIXONAR.
NÃO DÁ P'RA TELEFONAR, NEM DIZER QUE NÃO VÁ
A CIDADE MUDOU, HOJE O DIA É MENOR...
...MAS A MINHA SAUDADE É AINDA MAIOR.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo demonstrar as relações entre cultura, imprensa e imaginário urbano, isto é, pretende evidenciar de que forma a imprensa atua como mediadora das relações sociais e construtora das identidades. Ao longo da história moderna, a imprensa aparece como importante fator de fixação do homem ao território e construção do ideal da cidade como espaço de convívio e trocas. A narrativa da imprensa coincide com o projeto de ordem e progresso da burguesia em ascensão. Somente em meados do século passado, vozes dissonantes dão origem a outras narrativas, até então colocadas à margem do discurso oficial. Elas antecipam uma nova (des)ordem mundial, em que a complexidade e a incerteza substituem os rígidos referenciais do homem moderno. É no cenário de ruptura, que se instaura nos anos sessenta do século XX, que se pretende analisar a incorporação das narrativas marginais ao novo imaginário urbano. No caso específico deste trabalho, investiga-se como um grupo de estudantes e intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro luta pela hegemonia política, apropriando-se do suplemento de arte e literatura de um tradicional jornal mineiro da cidade de Juiz de Fora. Através da imprensa, é a cidade que se revela em seus paradoxos, no embate entre “oficiais” e “marginais”. Se a cultura é, neste momento, a peça de resistência à ditadura militar, ela vai aos poucos sendo cooptada pela lógica do capital, dando origem à indústria cultural. O jornal, por sua vez, antecipando as relações emergentes de poder e as novas subjetividades, vai se distanciar do pensamento crítico, tornando-se, cada vez mais, produto a ser consumido, e revelando, nas suas linhas, fotos e cores, uma nova forma de pensar e o ocupar a esfera pública.

Palavras-chave: imprensa, cultura, cidade, memória, fronteira.

ABSTRACT

The main objective of this present work is to demonstrate the relations among culture, press and the urban imaginary. It focuses on showing how the press works as the mediator of social relations and the maker of identities. Along modern history the press has worked as an important factor for the establishment of the man to his land and the construction of a special town as a space for living and for exchanges. The narrative of the press reveals the project of order and progress of the bourgeoisie in ascension. Only in the beginning of the last century dissonant voices gave birth to other narratives, which had been aside of the official discourse. They anticipate a new world (dis)order, in which the complexity and uncertainty substitute the rigid refererences of the modern man. It is in the scenery of rupture, which is established in the sixties of the XX century, that the marginal narratives remake the course from the periphery to the center and invigorate the discussion about the public sphere. In the specific case of this work, it investigates how a group of students and intellectuals from the Brazilian Communist Party, fights for political hegemony, taking over the suplement of art and litterature of a traditional newspaper of Juiz de Fora. Through the press, the city is revealed in its paradoxes, in the debate between “official” and “marginal”. Culture is, at that moment, the tool of resistance against the military dictatorship. The newspapers, in spite of the censure, were not still totally cooptated by the concept of capitalism, keeping instances for debate and polemic and critical thought. It is in this unique and fugacious moment that the role of the newspaper as the creator of new subjectivities is investigated. The same subjectivities are capable of giving a new shape to the public sphere, characterizing it as a space of belonging or of diaspora.

Key-words: press, culture, city, memory, frontier.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEC – Centro de Estudos Cinematográficos

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central de Estudantes

DM – *Diário Mercantil*

DT – *Diário da Tarde*

FAFILE – Faculdade de Filosofia e Letras

JF - Juiz de Fora

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

PCB – Partido Comunista Brasileiro

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	21
ESPAÇO PÚBLICO, IDENTIDADE E COMUNICAÇÃO	
1.1 OS JORNAIS, A CONSTRUÇÃO DO LUGAR E OS FLUXOS DA COMUNICAÇÃO.....	21
1.2 A “JUIZDEFORANEIDADE”: OU COMO SER MINEIRO NA FRONTEIRA.....	23
1.3 A CIDADE E A DESTERRITORIALIZAÇÃO.....	29
1.4 A IMPRENSA E AS CARTOGRAFIAS URBANAS.....	33
1.5 OS MEIOS ELETRÔNICOS E A NOVA GEOPOLÍTICA.....	39
CAPÍTULO 2	46
A QUESTÃO DA IDENTIDADE NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE JUIZ DE FORA	
2.1 JUIZ DE FORA: CIDADE DE FRONTEIRA GEOGRÁFICA E SIMBÓLICA.....	46
2.2 A ORDENAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	54
2.3. IMIGRAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO: A CIDADE COSMOPOLITA.....	58
2.4 A “EUROPA DOS POBRES”	63
2.4.1 A educação e seu papel civilizatório	68
2.4.2 A cultura e os intelectuais	71
2.5 A IMPRENSA E A MEMÓRIA DO LUGAR.....	75
2.5.1 Os jornais e a cidade moderna	80
2.5.2 A cidade periférica	85
2.5.3 Em compasso de espera	88
2.5.4 A cultura como trincheira identitária	92
2.5.5 O imaginário diaspórico	103
CAPÍTULO 3	109
OS ANOS 60/70: CULTURA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA	

3.1 A DESAGREGAÇÃO DO URBANO.....	109
3.2 A CULTURA E OS LUGARES DA AFETIVIDADE.....	114
3.3 A TRAJETÓRIA DOS FESTIVAIS.....	125
CAPÍTULO 4.....	138
O JORNALISMO E AS NARRATIVAS SOBRE A CIDADE	
4.1 O <i>DIÁRIO MERCANTIL</i> : “ <i>ALTER EGO</i> ” DE JUIZ DE FORA.....	138
4.2 O SUPLEMENTO <i>ARTE E LITERATURA</i> : A CIDADE DAS LETRAS.....	158
4.2.1 Os “meninos” do Guima.....	158
4.2.2 O território livre da arte e da literatura.....	168
4.3 PARAIBURGO E OS <i>PALIMPSESTOS MARGINAIS</i>	172
4.3.1 “Marginais” X “Oficiais”.....	176
4.3.2 <i>Palimpsestos</i>: a tentativa de reescrever a cidade.....	193
4.3.3 <i>Pós-Palimpsestos</i> e o suplemento <i>Júnior</i>.....	211
CONCLUSÕES.....	218
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	225
ANEXOS.....	242

INTRODUÇÃO

A principal proposta deste trabalho é a de investigar as mediações entre a **imprensa**, a **cultura** e a **cidade**, observando de que forma se estabelecem as relações entre os centros urbanos e seus habitantes, a partir das narrativas que os veículos de comunicação apresentam sobre ambos. Nossa questão é entender se e de que forma a imprensa atua na produção das “**localidades**”, entendidas, por Appadurai (1997, p.34), como “mundos da vida constituídos por associações relativamente estáveis, histórias relativamente conhecidas e compartilhadas e espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados”. Assim, nossa hipótese de trabalho pode ser resumida na seguinte assertiva: a imprensa é fator fundamental na constituição do imaginário urbano, sendo um forte responsável pela construção dos laços de pertencimento entre os seres humanos e os espaços por eles ocupados.

Mas, por que Juiz de Fora nos parece tão atraente em termos de objeto de pesquisa? No caso, a escolha se justifica pelo fato de que vemos representadas nesta cidade as possibilidades de “articulação de diferenças culturais”, isto é, a cidade reúne as características de periferia, margem, fronteira, que a tornam extremamente rica na tecitura do urbano. Para Homi K. Bhabha (2003, p.20): “O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais”. Nesses “**entre-lugares**”, conforme os chama Bhabha, temos a matéria-prima capaz de dar início a novos signos de identidade.

Para Hall (2001), da mesma forma, não há nem nunca houve identidades fixas. E, neste sentido, é interessante observarmos o caráter polifônico que normalmente determina a formação dos centros urbanos. Eles se organizam a partir da reunião de pessoas, que, pelos mais diversos motivos, foram dispersadas para sempre de sua terra natal, migrantes, que passam a fazer parte daquilo que o autor denomina “culturas híbridas”, aquelas que estão irrevogavelmente traduzidas. “Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas”(HALL, 2001, p. 89). No nosso ponto de vista, é este grande caldeirão cultural que vai dar singularidade aos diversos grupamentos humanos, conformando identidades que jamais são naturais ou fixas, mas construídas e em constante mutação.

Via de passagem, ao longo do Caminho Novo, no século XVIII; parada de tropeiros, entreposto comercial, vila que surge do capital advindo das lavouras de café, em meados dos

oitocentos; cidade construída pelo sonho do Novo Mundo dos imigrantes; pólo industrial, que corresponde ao ideal da nação idealizada pela República, Juiz de Fora se mostra como um rico objeto de pesquisa, exatamente por ser um lugar, que não pode ser identificado ou descrito com facilidade e certeza. A cidade parece sempre fugir de qualquer definição, e seu próprio nome nos prega a peça desse jogo sutil entre o que está fora e o que está dentro, entre o que escapa e o que pertence.

Apesar de estar situada geograficamente no estado de Minas Gerais, Juiz de Fora nunca compartilhou do projeto da **mineiridade**, ele próprio um discurso produzido no final do século XIX e início do século XX, para dar conta das diversidades culturais e territoriais da região, que teriam que ser sobrejadas para que se viesse a constituir, dentro do ideal republicano, um Estado (ROCHA, 2003). Por ser vila e cidade, só constituídas em meados do século XIX, Juiz de Fora não comungou da estética barroca das cidades “mineiras” (CHRISTO, 1994), e nem mesmo dos recursos simbólicos utilizados pelos republicanos que apelavam para a “prudência”, a “conciliação”, o “equilíbrio”, a “unidade de Minas”(BOMENY, 1994), como mitos fundadores do imaginário mineiro.

Para o memorialista Pedro Nava¹, outros valores estariam ligados ao mito da mineiridade: a “moralidade”, “um certo fingimento” e uma “encucação”, que se traduziria pelo respeito ao dinheiro, ao banco e à propriedade. Por isso mesmo, Nava dizia não gostar da palavra mineiridade: “Eu acho que ‘mineiridade’ tem um certo conteúdo patriótico que me aborrece. Ao passo que ‘**mineiragem**’ tem um pouco de malandragem², que Nava associou ao carioquismo, a uma maneira da pessoa se sair bem das situações em que ela se mete.

Em termos de carioquismo, o juizforano, vítima de todo tipo de brincadeira e apelidado de “carioca do brejo”, se sente não raras vezes à margem, mesmo assim mineiro, provavelmente um apêndice de Minas. Aqui, teríamos um outro conjunto de hábitos e tradições, a quem alguns intelectuais chamariam de “**juizdeforaneidade**”(MOSTARO et al., 1977), embora, como bem demonstrou Simone Rocha (2003), em sua tese de doutorado, que aborda a temática da “mineiridade”, o habitante de Juiz de Fora, como o da Zona da Mata, sintase “mineiro”, resultado daquele que almeja uma essência, dentro de um processo múltiplo e dinâmico. Segundo a autora:

¹ Pedro Nava nasceu em Juiz de Fora, no dia 5 de junho de 1903, e suicidou-se no Rio de Janeiro, no dia 13 de maio de 1984.

² PEDRO NAVA INÉDITO. *D’Lira*, Juiz de Fora, Esdeva Empresa Gráfica, n.2, 1984. Suplemento especial. 20p. (A entrevista de Pedro Nava foi concedida a Ricardo Corrêa Barbosa, colaborador da revista *Isto é*, no dia 11 de maio de 1983, no Rio de Janeiro, tendo permanecido inédita).

Aqui também pudemos notar a construção de uma identidade que se deu em meio à diversidade, à multiplicidade, o que tanto revela a preocupação em manter uma essência, uma origem, quanto mostra o quanto é dinâmico esse processo de construção identitária, o quanto não é possível ater-se a noções essencialistas que fixam características como se fossem supra-histórias, independentes do contexto sócio-econômico no qual ocorre aquele processo (ROCHA, 2003, p. 248).

Dentro do contexto sócio-econômico ao qual se refere a autora, ganha destaque o papel da imprensa, como construtora do conceito de cidade e da nação moderna, à maneira que foi apontada por diversos autores como Benedict Anderson, no exterior, e Nelson Werneck Sodré, no Brasil. Anderson, ao investigar as origens culturais da nação moderna, responsáveis por uma forma específica de pertencimento, que ultrapassa em muito a simples delimitação geográfica ou territorial, utiliza o termo “**comunidade imaginada**”. Segundo ele (1989, p.15), “de fato, todas as comunidades maiores do que as primitivas aldeias de contato face a face (e, talvez, até mesmo estas) são imaginadas”. Isto é, a comunidade, a cidade, a nação, enfim, são produto simbólico, resultado de inúmeras mediações, dentre elas, aquelas pertencentes ao universo do fazer cultural e, neste caso, em especial, dos meios de comunicação.

Para N lson W. Sodré, também   clara a coincidência entre a história da imprensa e a história do desenvolvimento da sociedade capitalista moderna:

O desenvolvimento dos bens de produ o em massa, de que a imprensa participou amplamente, acompanhou o surto demográfico da popula o ocidental e sua concentra o urbana; paralelamente, a produ o ascensional provocou a abertura de novos mercados, a necessidade de conquistá-los conferiu importância   propaganda e o anúncio apareceu como traço ostensivo das liga es entre a imprensa e as demais formas de produ o de mercadorias (1966, p.3).

Numa obra escrita durante cerca de trinta anos, Sodré analisa a evolu o da imprensa brasileira, desde o período colonial até meados do século XX³. Neste trabalho,   possível acompanhar a transforma o dos veículos impressos no país, inicialmente, artesanais e opinativos, no século XIX, depois, nos novecentos, empresariais e objetivos, até o modelo atual, marcado pela concentra o de capital, na chamada grande imprensa, ao mesmo tempo, que a diversidade de títulos, às vezes ef meros, da dita imprensa alternativa.

  bastante clara para nós a rela o entre o projeto de um Brasil Moderno, ideário já constante das lutas contra a escravidão e em defesa da República, que possibilitariam a

³ Na 4ª edi o de *História da imprensa no Brasil*, lançada em 1999, existe um capítulo inédito, onde o autor faz comentários sobre o período mais recente da imprensa brasileira, abrangendo os últimos anos do século XX.

ascensão da burguesia industrial ao poder, no lugar das velhas oligarquias rurais, aliadas do escravagismo e do Império, e o desenvolvimento da imprensa. Na nossa opinião, a imprensa atua como um catalizador das transformações sociais, na medida em que é o espaço por excelência do debate intelectual, capaz de visualizar e antecipar tendências, que poderão se concretizar mais tarde no dia-a-dia das populações.

Na imprensa do século XIX e do início do século XX, foi desenhada a imagem da Nação idealizada, construída sob um clima de intenso conflito. Nas páginas dos jornais, os relatos possibilitaram criar a unidade, a identidade, o sentimento de pertencimento, entre aqueles que até, então, não tinham algo que lhes agregasse, possibilitando um convívio dentro das diferenças. A imprensa constrói, assim, a noção do lugar, possibilita a criação de vínculos e atua como mediadora fundamental na relação do homem com o espaço por ele ocupado, o território.

Foi assim, na cidade de Juiz de Fora, o antigo entreposto de tropeiros, lugar de passagem, que, a partir dos anos setenta do século XIX, começou a publicar seus primeiros impressos. Foram mais de cem publicações, entre jornais, almanaques e revistas, de 1861 até o ano de 1900 (ESTEVES, 1915, p. 317-333). No período, a cidade chegou a contar com dez publicações diárias e muitas semanais, várias delas comprometidas com o **projeto de formação do núcleo urbano**.

Ao longo desta pesquisa, pretendemos investigar como a identidade de Juiz de Fora é forjada, a partir das narrativas que a imprensa faz sobre a cidade, destacando, em especial a cultura como espaço privilegiado para traduzir a diversidade dos desejos, projetos e contradições do centro urbano. Neste sentido, retrocedemos ao final do século XIX, para entender como os jornais ajudaram a forjar a cidade republicana; acompanhamos a decadência do modelo da cidade industrial; registramos a ruptura da tradição moderna, com o golpe de 1964, a emergência das novas elites econômicas e de um novo modelo de país, definitivamente transnacionalizado. Em todo esse percurso, pretendemos evidenciar as mudanças da cidade, inicialmente considerada como pólo de atração e, aos poucos, transformando-se numa cidade diaspórica, de expulsão. Poderíamos chegar a pensar a cidade, hoje, como um “**não-lugar**”, como preconiza Marc Augé (1994) , ou uma “**anti-cidade**”, como teoriza Janice Caiafa (2002)?

Nesta pesquisa, definimos, que o nosso foco de maior interesse seria aquele que abrange os anos 60/70 e, em especial, os dez anos, entre 68/78. Entre as razões para tanto, gostaríamos de explicitar que, apesar da extensa bibliografia existente sobre a história da

cidade de Juiz e Fora, não existe praticamente nada escrito sobre esse período, o que garante a originalidade da nossa investigação. Em segundo lugar, acreditamos que ocorre, nesta época, a ruptura definitiva com o padrão de país agrário, e conseqüentemente, um intenso processo de urbanização. Na recente história brasileira, podemos localizar, nos anos 60, inclusive nos primeiros anos depois do golpe militar, uma época de intensa efervescência cultural, que faz eco com movimentos de jovens numa escala planetária.

No Brasil, o movimento tropicalista esbanja saúde e subverte as relações entre cultura e poder. No mundo todo, jovens protestam contra a guerra do Vietnã, e os regimes autoritários, em defesa das liberdades civis, da igualdade entre os sexos, do prazer e de uma nova sociedade. É uma ruptura, que expõe os limites da velha forma de fazer política, que traz à tona o arcaísmo de determinadas instituições, como a universidade. Em Juiz de Fora, não é diferente: jovens estudantes usam a cultura como arma de transformação política ou como meio para o auto-conhecimento e a expansão da percepção. São os “marginais” que, de forma algumas vezes semelhante aos “enragés” franceses, vão se lançar no combate a tudo aquilo que é oficial, burocrático, hierárquico, velho. E, para tanto, vão lançar mão de uma arma poderosa: a imprensa. É o trabalho dos “marginais” no suplemento *Arte e Literatura* do jornal *Diário Mercantil* (DM) que nos servirá de referência para trabalhar a nossa questão: a relação entre cultura, imprensa e imaginário urbano.

Para proceder à pesquisa empírica, tivemos que realizar um longo trabalho de garimpagem de fontes primárias no Setor de Memória da Biblioteca Municipal e no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Há pouquíssimos trabalhos publicados sobre o período (68/78), na cidade, e não há nenhum sobre a relação entre cultura, imprensa e imaginário urbano. Lemos grande parte das matérias publicadas sobre cultura nesses dez anos. Copiamos muitas na íntegra, para que pudéssemos analisá-las e reproduzi-las. Foi um trabalho demorado e que exigiu dedicação e paciência.

Diante da falta de informação já organizada sobre o período, apelamos também para a gravação de depoimentos: gravamos onze entrevistas com personagens fundamentais para o resgate daquela época histórica, além de termos trocado informações por correio eletrônico e/ou conversas informais, com pessoas que poderiam nos ajudar a recriar melhor a história do período. As entrevistas foram importantíssimas, porque nos ajudaram a dirimir dúvidas e a evitar generalizações ou conclusões precipitadas. Pesquisamos também os arquivos em áudio, mantidos no Setor de Memória da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, de Juiz de Fora, que nos forneceram dados acerca de personagens, aos quais não poderíamos ter acesso.

Para esclarecer melhor nossos leitores sobre alguns argumentos apresentados neste trabalho, decidimos pedir a ajuda de um arquiteto, para que ele desenhasse a “cartografia afetiva de Juiz de Fora”. Aí estão localizadas as ruas, as praças, as casas, os cinemas, as galerias de arte, os bares, as escolas e as faculdades que se transformaram nos **espaços de convivência** de toda uma geração. E, da mesma forma, que decidimos localizar os espaços da memória, também localizamos pelo menos dois dos espaços que, no nosso ponto de vista, estão aliados à esfera do esquecimento, estando para sempre ligados à idéia de opressão, que são o da 4ª Região Militar, e da Auditoria da 4ª Região Militar.

Outra preocupação foi a de incluímos algumas fotografias nos Anexos. Para tanto, contamos com a colaboração de um repórter fotográfico, para que ele registrasse as imagens de algumas das páginas sobre as quais tecemos comentários e fizemos análise nesta tese. Nosso objetivo foi o de dar alguma concretude às nossas abstrações: revelar ao leitor um jornal que, graficamente, tem muito pouco a ver com os produtos com os quais deparamos nas bancas diariamente: um jornal de muito texto e poucas fotos, sem cor, mais rígido, mais político e menos mercadológico.

Optamos também, nos Anexos, por reproduzir alguns textos em sua integralidade, facilitando assim o trabalho de futuros pesquisadores que se debruçam sobre o mesmo objeto e que não terão, assim, que enfrentar muitas das dificuldades que enfrentamos.

Apesar da dificuldade em resgatar a memória mais recente de Juiz de Fora, é necessário que se registre aqui que uma das mais instigantes características da cidade é a da quantidade de intelectuais, jornalistas, profissionais liberais em geral e pessoas comuns que não só escrevem, como também usam outros suportes para gravar músicas ou imagens que falam sobre a cidade. Discordamos daqueles que dizem que Juiz de Fora é uma cidade sem memória. Acreditamos que o exercício de escrever, cantar ou filmar a cidade preenche exatamente a lacuna que existe sobre a compreensão do que é ela é ou do que ela representa. O exercício da memória seria, assim, uma forma de dar sentido à cidade, que, por não pertencer à categoria das “cidades coloniais” e ter perdido a aura do mito industrial da “Manchester Mineira”, se debruça sobre si mesma para tentar se decifrar. De certa forma, nós entendemos que é através das suas narrativas que a cidade tenta se “relocalizar”.

No **primeiro capítulo**, pretendemos discutir a cidade como palco privilegiado dos conflitos da modernidade. A questão da ocupação do espaço público; os espaços de afetividade; o indivíduo e a multidão. A cidade de fronteira, a periferia, o nomadismo. O lugar e o não-lugar, localizando teoricamente nossa discussão.

No **segundo capítulo**, pretendemos, principalmente através de pesquisas historiográficas já publicadas, crônicas, obras de ficção e memorialísticas, e também da consulta a velhos periódicos, reconstruir a trajetória da cidade de Juiz de Fora, enfatizando, desde o princípio, a alteridade que caracteriza a cidade em relação ao resto do província e, depois, estado de Minas Gerais. O jornal como construtor de um projeto social moderno, pacificador das diferenças, criador de uma identidade, e como documento da história. O povoado de fronteira e de passagem, que se transforma em vila e cidade com dezenas de títulos de jornais. A migração e a cidade polifônica. O projeto das elites, que transforma Juiz de Fora na “Europa dos Pobres”. O esvaziamento econômico e a diáspora dos sentidos. A imprensa e a narrativa da cidade, na era da política.

No **terceiro capítulo**, a cidade no contexto político e cultural dos anos 60 e 70. O golpe militar e as novas elites econômicas que assumem o poder, descomprometidas com a cidade. A resistência cultural. A ocupação do espaço público pelos jovens, os lugares de afetividade. Os grupos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e aos Movimentos de Igreja, como a Juventude Universitária Católica (JUC).

No **quarto capítulo**, pretendemos mostrar como o jornalismo refletiu esse momento de mudança na identidade da cidade. O conservadorismo do *Diário Mercantil*. O suplemento *Arte e Literatura*: espaço da crítica e da arte. O *Manifesto Marginal* e a crítica à cultura oficial. Os *Palimpsestos Marginais*, uma paródia da cidade dos trovadores. A questão da cultura no suplemento *Júnior*.

Na **conclusão**, procuramos fazer uma reflexão balizada por duas posições: primeiramente, tentamos mostrar como a imprensa recria o imaginário urbano, no momento em que, dentro de um projeto político e econômico, ajuda a ordenar o espaço público, a qualificar alguns lugares e a desqualificar outros, a dar visibilidade a alguns assuntos e a deixar outros na penumbra, a antecipar crises e a influenciar decisões. Certamente, a cidade que é mostrada nos jornais não é a cidade real, mas uma cidade vista pela lente do jornalista, do repórter fotográfico, do articulista, do ilustrador, do colunista e do anunciante. Há uma cidade que se revela e outra que se esconde, nas páginas impressas dos jornais. Mesmo reconhecendo a subjetividade que perpassa todo este processo, é inegável que os jornais se transformaram numa fonte primária fundamental para a investigação de todo cientista, e que aquilo que é veiculado pela imprensa tem inegável valor documental.

Ao mesmo tempo, os jornais, em determinados momentos, rompem com a ordem pré-estabelecida pelas elites políticas e econômicas. Nesses momentos, algo novo acontece. Uma reforma gráfica, a edição de um caderno especial. No nosso caso, a brecha encontrada pelos

“meninos do Guima”, ou os “marginais” parece demonstrar que é possível romper limites e reescrever a história, principalmente, se a cultura é o prato de resistência.

Não há nada que se possa dizer concluído ou terminado, há, sim, um processo de desvelamento. Sempre existe alguma vantagem em se olhar para trás com os olhos da experiência e com o distanciamento dos fatos. E ainda se torna mais interessante trabalhar a memória de quase quatro décadas antes, com alguns aportes teóricos produzidos mais tarde. É isso o que torna o trabalho extremamente instigante e desafiador, mas certamente mais difícil e desgastante. Devo reconhecer que, ao findá-lo, por questões dos prazos estabelecidos e a necessidade de tornar públicas muitas das minhas opiniões que, agora, necessariamente, devem ser confrontadas com outras interpretações, sinto-me realizada, mas de forma alguma revestida de certezas. Afinal, parece-me ser esta a tarefa do professor e do pesquisador: abrir brechas no conhecimento e na verdade estabelecidos, procurando novas zonas de instabilidade propícias a gerar o novo.



CAPÍTULO 1

ESPAÇO PÚBLICO, IDENTIDADE E COMUNICAÇÃO

No atual contexto histórico, autores os mais diversos têm apontado para a crise das identidades que tradicionalmente davam suporte à noção de pertencimento do sujeito frente ao mundo social (gênero, classe, nacionalidade, etc.). Hoje, conceitos como deslocamento, diáspora, desterritorialização, nomadismo, hibridismo, entre muitos outros, tentam dar conta da instabilidade, complexidade e das inúmeras rupturas que se instauraram no meio social. Neste sentido, a comunicação parece ser um *locus* privilegiado para a compreensão de como novos fatores, em especial aqueles ligados à imprensa, ao entretenimento e às telecomunicações, têm atuado na fragmentação das “velhas” identidades e na construção de “novas”, se é que elas são construídas. Compreender a atuação dos meios de comunicação neste cenário é fundamental para o entendimento das novas relações sociais que se instauram na contemporaneidade.

1.1 OS JORNAIS, A CONSTRUÇÃO DO LUGAR E OS FLUXOS DA COMUNICAÇÃO

Na elaboração do imaginário sobre a nação, a cidade e a comunidade, Benedict Anderson afirma que o **romance** e o **jornal** tiveram lugar de destaque, no desabrochar do pensamento liberal, sendo posteriormente acompanhados por outros veículos de comunicação, como o rádio, a televisão e a internet. Segundo Anderson, no continente americano, em que os jornais começam a surgir timidamente no século XVII, mas sofrem uma verdadeira revolução no correr do século XVIII, a imprensa funcionava como um prolongamento do mercado:

Os mais antigos jornais continham – ao lado de notícias sobre a metrópole – notícias comerciais (partidas e chegadas de navios, quais os preços, para que mercadorias, em que portos), bem como ordenações políticas coloniais, casamentos dos ricos, e assim por diante. Em outras palavras, o que colocava lado a lado, na mesma página, este casamento com aquele navio, este preço com aquele bispo, era a própria estrutura da administração e do sistema de mercado coloniais (ANDERSON, 1989, p.73).

A popularização da informação impressa em língua vulgar, isto é, a relação entre o que era produzido e o público consumidor, foi feita através do mercado de imprensa,

que estabeleceu, segundo Anderson, as principais relações entre os burgueses de regiões distantes. Mesmo assim, nos países mais desenvolvidos da Europa da época, Grã-Bretanha e França, o índice de analfabetos era de quase a metade da população, em meados do século XIX, o que limitava a difusão de informação. Assim, conclui Anderson (1989, p. 86), “[...] ‘classes leitoras’ significava gente de algum poder”.

As classes pré-burguesas, geraram sua rede de relações independente da língua, pelo menos, da língua impressa.

As solidariedades eram produto do parentesco, da dependência e de lealdades pessoais. Nobre “franceses” podiam ajudar reis “ingleses” contra monarcas “franceses”, não com base na língua ou na cultura que compartilhavam, mas, cálculos maquiavélicos à parte, com base em parentescos e amizades (*ibid.*, p.87).

Para Anderson:

[...] uma nobreza analfabeta ainda podia atuar como nobreza. Mas e a burguesia? Eis aí uma classe que, falando figuradamente, só veio a ser uma classe mediante muitas cópias. Um dono de fábrica em Lille só estava ligado a um dono de fábrica de Lyon por reverberação. Eles não tinham uma razão necessária para conhecer a existência um do outro, tipicamente, não se casavam com a filha um do outro, nem herdavam as propriedades um do outro. Mas chegavam a visualizar de um modo geral a existência de milhares e milhares de outros como eles por intermédio da língua impressa. Pois é difícil imaginar uma burguesia analfabeta. Assim, em termos de história mundial, **as burguesias foram as primeiras classes a consumir solidariedades numa base essencialmente imaginada** [destaque nosso] (*ibid.*, p.87).

Essas novas solidariedades, que surgem através da imprensa, vão configurar o aparecimento do conceito de “público”, que inaugura uma nova teia de relações, conforme defende Gabriel Tarde (1992). Se a multidão não prescinde da vizinhança, do face a face, e daí tira o seu poder de construção ou de destruição, o público, por sua vez, é um sentimento que une pessoas de lugares os mais distantes, através de um interesse comum, que é estabelecido pela **imprensa**. Entre outros aspectos, a **multidão** está limitada pelo espaço físico, geográfico, isto é, pelo território, já o **público** é “indefinidamente extensível” (*ibid.*, p. 37). Para Tarde (*ibid.*, p.38): “o público poderia ser definido como uma multidão virtual”, que por sua extensão e por sua homogeneidade, representa uma força emergente, que a imprensa mobiliza. Da mesma forma, que a máquina a vapor vai imprimir um novo ritmo de produção às fábricas, e

diminuir o tempo de viagem entre uma cidade e outra, a imprensa vai possibilitar a circulação e a difusão rápida de informações, criando uma solidariedade que já não depende mais da presença física, é uma nova rede de trocas que se estabelece. “As grandes conversões de massas, hoje, são os jornalistas que as realizam”(ibid., p. 50). A constatação de Tarde, no final do século XIX, antecipa uma tendência que se confirma nos novecentos. A imprensa, no que nos diz respeito, vai ser a grande fiadora da nação republicana e do modo de produção capitalista, estando intimamente ligada à conformação dos imaginários urbanos.

Nos séculos XIX e XX, os sucessivos movimentos nacionalistas demonstraram a criação de vínculos entre as populações, estruturados por fatores como a língua vulgar e a imprensa. Mas, se, durante um longo período, este sentimento de pertencimento a uma “comunidade imaginada”, denominado por Anderson (1989, p. 11) de “*nation-ness*”, ainda teve uma relação intrínseca com o espaço geográfico, no final do século XX, observou-se uma ruptura: a implosão do Estado-nação, nos moldes liberais burgueses do século XVIII, e uma explosão do sentimento de “*nation-ness*” com o aparecimento de dezenas de novas nações, resultado de novas fidelidades. Segundo Anderson (1989, p.11), “[...] o ‘fim dos tempos do nacionalismo’, há tanto tempo profetizado, não está à vista, nem de longe. De fato, a *nation-ness* constitui o valor mais universalmente legítimo na vida política de nossa era”.

Mas poderemos pensar além da *nation-ness*? Acreditamos que sim e, neste ponto, é o indiano Arjun Appadurai (1997) que nos apresenta uma possibilidade, quando afirma que é a “imaginação”, que terá que nos levar além da nação. Na verdade, o que se inaugura na contemporaneidade, são novas formas de pertencimento, em que o território, como espaço físico de convívio, cada vez tem menos importância, e em que a tecnologia e os meios de comunicação reorganizam o social, transformando-se na principal argamassa para as **cartografias pós-nacionais**.

1.2 A “JUIZDEFORANEIDADE”: OU COMO SER MINEIRO NA FRONTEIRA

Appadurai (1997) nos fala das “translocalidades”, quando se refere aos lugares que se encontram divorciados do contexto nacional. São zonas de fronteira, cidades turísticas, de livre comércio, campos de refugiados, bairros de exilados e de

trabalhadores imigrantes que não compartilham do ideal da nação ou do estado e da cidade dos quais fazem parte.

Estar em Minas, mas não se sentir exatamente um mineiro, é um sentimento experimentado pelo poeta Affonso Romano de Sant’Anna, ao falar de Juiz de Fora, a cidade aonde viveu, dos três aos vinte anos. “E a gente achava Minas distante. Juiz de Fora só virou Minas depois que JK abriu a estrada nova para Belo Horizonte”¹. Juiz de Fora não se identifica com o perfil de “mineiridade”, por razões de ordem cronológica, já que é cidade criada em meados do século XIX, após o esgotamento do ciclo do ouro, como também políticas, por ter sido colocada à margem das decisões de criação de uma nova capital: Belo Horizonte. O sentimento da “**mineiridade**”, por sua vez, também deve ser analisado dentro de uma perspectiva discursiva, já que não é algo natural ou que tenha a ver com uma essência.

No início da República, a fragmentação interna da província das Minas já era uma preocupação constante das elites mineiras, o que inspirou a idéia do “**mosaico mineiro**”², composto de zonas bastante diferenciadas entre si e que não apresentavam nenhum centro urbano que as liderasse. Várias regiões se mantinham isoladas, outras gravitavam em torno de pólos comerciais externos, como os portos do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. É, neste cenário, que a política mineira visualiza a construção de uma nova capital – Belo Horizonte – como chance de integrar o estado, da mesma forma que os políticos mineiros recorrem aos apelos da “prudência”, “conciliação”, “equilíbrio” e “unidade de Minas”(BOMENY, 1994, p.16) para forjar um imaginário capaz de implantar e ordenar o estado. Na gestação daquilo que Rocha (2003) descreve como o “mito da mineiridade”, há uma participação intensa da imprensa, que representaria, na virada do século XIX para o século XX, os ideais republicanos de construção da Nação, de industrialização e de incrementação dos centros urbanos que, no final das contas, serviriam para “auxiliar a legitimação do domínio das elites”(ibid., p. 88).

O discurso da “mineiridade” é o mito fundador³ do “lugar”, que se opõe ao sentimento tão moderno de “des-locamento”(HALL, 2003). A construção dessa

¹ SANT’ANNA, Affonso Romano de. Um centro sofisticado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1997. Encarte especial Juiz de Fora, ano 1, p.58.

² DULCI, Otávio Soares. “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia” *apud* ROCHA, Simone Maria. *A “mineiridade em questão”*: do discurso mítico ao discurso midiático. Tese de doutorado. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. p.84.

³“Os mitos fundadores são, por definição, transistóricos: não apenas estão fora da história, mas são fundamentalmente aistóricos” (HALL, 2003, p. 29).

“identidade cultural” vai funcionar como um “cordão umbilical”, que possibilita estar “em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta”(HALL,*op.cit.*, p. 29). A idéia de “mineiridade” é, enfim, uma criação da elite política e econômica para instituir vínculos com o objetivo explícito de ordenação do espaço público. A “mineiridade” estaria ligada à idéia de tradição, enquanto a “juizdeforaneidade” estaria ligada à idéia de tradução, de margem e de periferia, no sentido em que Homi K. Bhabha (1998, p. 25) explicita as culturas “nacionais” como sendo cada vez mais um produto idealizado a partir das perspectivas das minorias destituídas.

Nesse contexto, o que nos parece fundamental é a compreensão de que, como nos lembra Hall, estamos sempre em processo de formação cultural. “A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”(HALL, 2003, p. 44). É o que acontece com a globalização: se, de um lado, temos as forças de homogeneização, de outro, temos as de disseminação da diferença cultural (*ibid.*, p. 45).

Na formação da identidade, que implica na diferença, o professor e poeta Fernando Fábio Fiorese Furtado critica a falta de ênfase nos aspectos históricos e afetivos da cidade de Juiz de Fora, deixados de lado em função dos aspectos estritamente materiais:

Habitar uma cidade é aprender a escavar as camadas de tempo e espaço que nos conformam enquanto cidadãos. Onde a Juiz de Fora de Murilo Mendes, cercada de pianos por todos os lados? Onde a Rua Halfeld como um rio de Pedro Nava? Onde as “Imagens de Juiz de Fora” cantadas por Manuel Bandeira? Onde os personagens anônimos de 150 anos de história? Infelizmente enclausurados em livros, álbuns de família, papéis devastados pelo tempo e algumas poucas memórias privilegiadas⁴.

A construção dessa “identidade histórica e afetiva da cidade” é uma dentre as muitas questões que Andreas Huyssen (2000) analisa, quando se debruça sobre os múltiplos sentidos que revestem a cidade de Berlim, capital da Alemanha:

Como crítico literário, sinto-me atraído pela noção da cidade enquanto texto, de ler a cidade como um conglomerado de signos. Relembrando o livro maravilhosamente sugestivo “As cidades invisíveis”, de Ítalo Calvino,

⁴ FURTADO, F.F.F. *Plano estratégico de Juiz de Fora II: cosmopolitismo desperdiçado*. Juiz de Fora, 2000. Disponível em «<http://www.oclick.com.br/colunas/fiorese1.html>». Acesso em 7 nov. 2000.

sabemos como os espaços reais e imaginários se misturam na nossa mente para moldar nossas noções de cidades específicas (*ibid.*, p.89).

Se o autor vê como totalmente pertinente, tanto ontem como hoje, a noção da cidade como signo, ele alerta para o fato de que, atualmente, esta noção está mais relacionada à imagem do que ao sentido textual:

Para ser bem claro: o discurso da cidade como texto, nos anos 1970, era sobretudo um discurso que envolvia arquitetos, críticos literários, teóricos e filósofos determinados a explorar e criar novos vocabulários para o espaço urbano depois do modernismo. O discurso atual da cidade como imagem é o dos “pais da cidade”, empreendedores e políticos que tentam aumentar a receita com turismo de massa, convenções e aluguel de espaços comerciais (*ibid.*, p.91).

A idéia dessa cidade muito mais comprometida com a sua inserção no mercado, do que com parâmetros históricos e afetivos é comum tanto a Berlim, no cenário de Primeiro Mundo europeu, quanto a Juiz de Fora, no cenário periférico da América Latina. As similaridades envolvem até mesmo o medo comum a ambas as cidades: enquanto querem atrair a receita do turismo, temem o duplo do turista, o migrante expatriado. Atualmente, Juiz de Fora, por exemplo, está entre as 49 maiores cidades do Brasil, que abrigam 80 milhões de pessoas. Da mesma forma que aquelas, o município mineiro padece do crescimento desordenado. A Prefeitura de Juiz de Fora contabiliza, na cidade, mais de dez áreas com características de favelização.

O crescimento sem planejamento, e a conseqüente pauperização, é uma das discussões mais constantes em todo o mundo. Surge um novo paradoxo: uma demanda cada vez mais intensa por serviços de infra-estrutura, de educação e saúde, por alternativas de geração de renda que as prefeituras não têm como resolver. Mais que isso, o que parece ocorrer é a desterritorialização, sendo cada vez mais difícil resgatar a noção de pertencimento, compartilhamento, compromisso. As cidades, entre elas, Juiz de Fora, perderam a velha e sólida identidade, o *ethos* das relações cotidianas, permeadas pelas lembranças, pela memória, pelo convívio, enquanto isso, o planejamento urbano sistematizado sobre dados frios e estatísticos parece não responder aos anseios dos cidadãos que não mais se re-conhecem. Ou melhor, hoje, a cidade virtual parece ter se tornado mais “real” do que a verdadeira: “Para alguns surfistas da internet e *flâneurs* de cidades virtuais, a cidade construída em si tornou-se obsoleta” (HUYSSSEN, *ibid.*, p. 100).

A construção da identidade na diversidade é um processo sem regras. Juiz de Fora não é mais “um trecho de terra cercado de pianos por todos os lados” (MENDES, 1980, p.54), como escreveu o poeta Murilo Mendes, referindo-se à cidade do início do século XX. Para o jornalista, escritor e político Fernando Gabeira, Juiz de Fora pode ser apenas uma percepção da saudade:

Talvez já não consiga lembrar de fatos ocorridos, acontecimentos históricos com sua seqüência lógica. Juiz de Fora vai ficando cada vez mais um domínio de puras sensações: a neblina, o churrasco de bolas de queijo, cachaça de coco, Padre Isnard e seus filmes contra a doença venérea⁵.

Mas, no cenário complexo da contemporaneidade, existe, um contra-ponto: à destruição sistemática da memória, empreendida na cidade, corresponde uma reação - certamente, nunca se escreveu tanto sobre Juiz de Fora, nem se criaram tantos fóruns acadêmicos e núcleos de pesquisa destinados a “traduzir” a cidade na sua complexidade. A falência dos projetos até então destinados a traçar uma vocação para Juiz de Fora, a dificuldade de entender a cidade dentro das amarras de uma identidade fixa e pré-determinada, trazem à tona a diversidade, a formação polifônica, o paradoxo da hibridação entre província e metrópole, parâmetro tantas vezes desprezado, mas essencial para o re-conhecimento da cidade e para o seu planejamento futuro, “[...] já que uma cidade presentificada é igual a muitas cidades nela reconhecidas”(BARBOSA, L.; RODRIGUES, M., 2002, p. 19).

No nosso entendimento, o choque provocado pela babel pós-moderna, pela multiplicação das visões de mundo pode sinalizar como ampla possibilidade de liberdade. Pelo menos este é um ponto de vista do filósofo italiano Gianni Vattimo, ao falar da sociedade da comunicação generalizada e da pluralidade de culturas. “Viver neste mundo multifacetado significa fazer experiência da liberdade como oscilação contínua entre pertença e desenraizamento”(VATTIMO, 1991, p.18). Este pode ser o nosso grande desafio, talvez, segundo o filósofo, a nossa “*chance* de um novo modo de sermos (talvez finalmente) humanos”(ibid., p.19).

Juiz de Fora não é a “cidade global”, que serve de referência para os estudos de Saskia Sassen⁶, mas também não é mais a “cidade local”, de vocação industrial. Em

⁵ GABEIRA, Fernando. Saudade de Juiz de Fora. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1997. Encarte especial Juiz de Fora, ano 1, p.58.

⁶ Cf. SASSEN, Saskia. *The global city – New York, London, Tokyo*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 1994. p.1-21.

algum momento, esse elo foi rompido. Na minha hipótese, a “implosão” do modelo “local” ocorreu em meados do século passado, na virada dos anos 60 para os 70.

A cidade já tinha perdido há muito, desde os anos 30, seu reconhecimento de pioneirismo industrial, no entanto, ainda não tinha rompido em definitivo com os “velhos” referenciais: sobrados ainda ocupavam as principais avenidas, havia bondes e trens, o rádio ainda liderava a audiência e a TV apenas começava a se impor como veículo de “integração nacional”. Em 1968, um grupo de intelectuais escreve no *Diário Mercantil*, o jornal de maior circulação na cidade, de propriedade dos “Diários Associados”, de Assis Chateaubriand, os *Palimpsestos Marginais*, uma série de artigos que colocam em cheque, com muito humor, o papel da cultura em Juiz de Fora, concebida por eles como Paraiburgo, uma referência ao rio Paraibuna, do qual o poeta Murilo Mendes tinha muita pena⁷. O país ainda não vivia sob o tacão do AI-5, não tinha sido decretado o fim da história e, muito menos, da utopia.

Num cenário que reúne Woodstock e Tropicália, a intelectualidade da pequena Juiz de Fora discute o engajamento da arte e faz das páginas do tradicional “jornalão” local, um suporte para a divulgação de fervilhantes idéias. O suplemento *Arte e Literatura*, que circula aos domingos, encartado no *Diário Mercantil*, é porta-voz de uma nova geração de autores. Editado pelo artista plástico Guima, o suplemento publica poema e prosa, além de muita crítica, abrindo amplo espaço para artigos e ensaios de muitos estudantes e professores da Universidade Federal. O jornal consegue gerar polêmica e, mesmo depois de 1969, até 1972, reunir em suas páginas o que de mais efervescente se faz em cultura, na cidade, embora tenhamos que reconhecer que o DM era um espaço dos “engajados”, daqueles intelectuais de formação marxista, tendo sido muito raramente ocupado pelos “desbundados”.

Depois de 70, o recrudescimento da ditadura faz com que o DM passe a oferecer cada vez menos espaço para a cultura, embora, mesmo assim, continue veiculando a página semanal, à qual o suplemento foi reduzido. Com o aumento da censura e da perseguição política, outros veículos, alguns de vida muito curta, apenas dois ou três exemplares, como o *Bar Brazil*, vão se alinhar ao movimento estudantil. É a “geração mimeógrafo”, que surge nos bancos das escolas e universidades, em busca da reordenação política do país. Esta geração foi a semente de um movimento ainda mais

⁷ MENDES, Murilo. *Transistor* – antologia de prosa (1931-1974). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 34. Diz o poeta: “Nasci às margens de um rio-afluente de águas pardas, o Paraibuna, que fazia muita força para atingir os pés do pai Paraíba. Dediquei-lhe na adolescência um minúsculo epigrama. ‘Eu tenho uma pena do rio Paraibuna’”.

organizado, nos anos oitenta, que lançou vários nomes novos no cenário literário local e, mais tarde, nacional, como o de Luiz Ruffato.

A pesquisa de campo tem por objetivo levantar em especial, a virada dos anos 60 para os 70, já que é, neste momento, que Juiz de Fora ingressa na onda do “Brasil Grande” e de um modelo de desenvolvimento que sepulta de vez os mais belos exemplares arquitetônicos da cidade, descaracterizando-a para sempre. No nosso ponto de vista, é um momento único, apropriado para a discussão da questão do local versus nacional (no ponto de vista do exacerbado nacionalismo da ditadura militar), que antecipa outros embates futuros. A geração que fez política estudantil e aquela que se embrenhou nas viagens do ácido tentam, então, repensar aquela cidade que era derrubada para abrigar uma outra cidade. Neste entrave, há um momento propício de reflexão sobre a questão da identidade. É também este um momento interessante de transição da mídia exclusivamente local para a mídia nacional e, mais tarde, mundial. Acreditamos que a análise deste cenário específico sinalize para outras reflexões posteriores sobre a relação entre cidade, mídia e produção cultural, no cenário global.

Num outro aspecto, seduz-nos bastante tentar fazer um paralelo entre o cenário cultural de Juiz de Fora, nos anos setenta, em especial, naquilo que era tido como produção literária, e os referenciais de território, fronteira e identidade, entre outros, que são trabalhados hoje nos Estudos Culturais.

1.3 A CIDADE E A DESTERRITORIALIZAÇÃO

É dentro de uma perspectiva comunicacional, que pretendo investigar a questão identitária no espaço urbano, levando em consideração que a cidade se transformou no palco privilegiado dos conflitos da modernidade e da pós-modernidade. Para Carlos Vogt:

A população das cidades deverá superar a do meio rural em poucos anos, havendo projeções que apontam para um índice de concentração urbana da ordem de 61% já em 2025, com uma previsão, pela ONU, de cerca de 530 cidades com mais de 1 milhão de habitantes, quando há 50 anos atrás, elas eram apenas 100. Na mesma época, havia no mundo no máximo 7 cidades com população superior a 5 milhões de habitantes, hoje são dezenas, nesse caso, e centenas, no caso anterior, muitas delas localizadas em países com graves problemas econômicos e sociais⁸.

⁸ VOGT, Carlos. Editorial. *Ciência e cultura* - temas e tendências. Revista da SBPC, ano 56, n.2, abr/mai/jun 2004. Contra-capa.

A noção que temos de cidade ultrapassa hoje o simples conceito geográfico, impondo-se muito mais como o símbolo complexo da existência humana. Diante dos números explicitados por Carlos Vogt, aparece diante de nós a grande metrópole do século XXI. Mas, e as outras cidades? Haveria uma possibilidade de defini-las? A arquiteta Raquel Rolnik (1995) define a cidade como um ímã e como uma **escrita**, no sentido em que viver na cidade implica necessariamente viver de forma coletiva e a cidade opera como uma **rede de significados móveis**. Rolnik chama a atenção em especial para as características específicas da conformação das cidades brasileiras, não só as megalópoles, mas as cidades de porte médio, que repetem em escala menor o mesmo processo de urbanização excludente.

A intensidade, velocidade, e modelo excludente da urbanização brasileira trouxeram à tona todo um campo de pesquisa ligada aos impactos ambientais e, mais particularmente, ao aspecto social da urbanização, juntamente com o tema da violência urbana e da expressão conflituosa de um território construído por desterritorializados e excluídos. Neste campo, sociólogos, antropólogos e urbanistas têm procurado apontar para as raízes da violência, uma das marcas contemporâneas de um novo ethos urbano, fragmentado e totalmente fora do controle das políticas governamentais⁹.

É interessante compararmos o status da localidade àquela disposição global, denominada por Hardt e Negri, de Império, no sentido da “nova forma de soberania que sucedeu a soberania do Estado-nação, uma forma ilimitada de soberania que não conhece fronteiras, ou melhor, conhece apenas fronteiras flexíveis e móveis”¹⁰. No cenário de fluxo global do capital, possível através das novas tecnologias, e de um aumento intenso da mobilidade das populações, tudo e todos parecem estar constantemente em trânsito, o que fragiliza o conceito de lugar. O sentimento do “**lugar**” seria semelhante àquele do “estar em casa”, definido por Beatriz Jaguaribe como uma **âncora de estabilidade**, num cenário de **desgarramento, implosão e invenção do mundo pelo consumo**:

Fortalecido pela memória, convívio social, formas de interação personalizada, esse “estar em casa” não é somente uma prerrogativa de culturas tradicionais. A fabricação da cotidianidade, a formação de hábitos,

⁹ ROLNIK, Raquel. Cidade brasileira: uma ou muitas? *Ciência e cultura* – temas e tendências, revista da SBPC, São Paulo, ano 56, n.2, p.22, abr/mai/jun 2004.

¹⁰ HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. Globalização e democracia. In: PACHECO, Anelise; VAZ, Paulo (org.). *Vozes no milênio: para pensar a globalização*. Rio de Janeiro: Gryphus, Museu da República, 2002. p. 15.

a absorção naturalizada de leis sociais são medidas domesticadoras do estranhamento¹¹.

Se a Modernidade foi a inspiradora da criação das nações e da consciência nacional, do **lugar** e da identidade, a Pós-Modernidade, ao contrário, veio implodir a noção de origem, raiz e pertencimento, criando o que Marc Augé chamou de **não-lugar**. Para ele (1994, p. 73), “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”. Ambos, porém, nunca existem sob uma forma pura: “o lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – **palimpsestos** em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação”(ibid., p.74).

Zygmunt Bauman reconhece nas características de efemeridade e desenraizamento, aquilo que o cientista social denominou de “**modernidade líquida**” (em vez de pós-modernidade):

Tudo está agora sempre a ser permanentemente desmontado, mas sem perspectiva de nenhuma permanência. Tudo é temporário. É por isso que sugeri a metáfora de ‘liquidez’ para caracterizar o estado da sociedade moderna, que, como os líquidos, se caracteriza por uma incapacidade de manter a forma¹².

Bauman explica que, se a Modernidade foi sempre desenraizadora, antes, havia pelo menos a perspectiva de um novo “reenraizamento”, enquanto que, agora, “...as coisas todas – empregos, relacionamentos, know-hows etc. – tendem a permanecer em fluxo, voláteis, desregulados, flexíveis”¹³.

Diante da mobilidade do capital, à qual também corresponde uma mobilidade de populações, há uma evidente **desterritorialização**, que impôs ao mundo uma nova dinâmica cultural. Para Arjun Appadurai,

Deterritorialization affects the loyalties of groups (especially in the context of complex diasporas), their transnational manipulation of currencies and other forms of wealth and investment, and the strategies of states. The loosening

¹¹ JAGUARIBE, Beatriz. Fins de século: viagens no cosmopolitismo e na globalização. In: MENEZES, Philadelpho (org.). *Signos plurais: mídia, arte e cotidiano na globalização*. São Paulo: Experimento, 1997. p.76.

¹² PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A sociedade líquida. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 out. 2003. mais!, p. 6.

¹³ *Ibid.*, p.6.

of the holds between people, wealth, and territories fundamentally alters the basis of cultural reproduction (1991, p.49).

Appadurai se pergunta sobre qual seria a natureza da localidade como uma experiência vivida, num mundo globalizado e desterritorializado. Para ele, uma das respostas possíveis seria “the role of the imagination in social life” (*ibid.*, p. 52). A **imaginação**, expressa através de sonhos, músicas, fantasias, mitos, sempre fez parte do repertório de qualquer sociedade, mas a novidade, hoje, é a de que será através da mídia, incluindo a imprensa e a indústria de entretenimento, que as populações vão imaginar novas formas de vida, antes nunca pensadas, como vão tentar reinventar os laços com uma origem perdida.

More persons throughout the world see their lives through the prisms of the possible lives offered by mass media in all their forms. That is, fantasy is now a social practice; it enters, in a host of ways, into the fabrication of social lives for many people in many societies (*ibid.*, p. 54).

Neste sentido, parece-nos extremamente importante o papel de veículos como o rádio e a televisão, no cenário da América Latina. O rádio, por exemplo, para muitas das populações pobres latino-americanas que, em especial, em meados do século passado, deixaram o campo em direção à cidade, foi capaz de recriar o “**espaço de identificação** [destaque nosso] que não é só evocação de uma memória comum, e sim produção de uma experiência profunda de solidariedade”(MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 317), em especial na apropriação de gêneros como o melodrama, em que a estranheza do mundo é domesticada. Através da “*dramatização do real*”(*ibid.*, p.318), os programas policiais também atingem este objetivo.

Esses personagens têm casa, endereço, família e o que é mais importante, têm uma história de vida que inclui amor, amizade, ódio, vingança. Uma história que fala de seres reais e não de meras fichas de identificação. O desenraizamento das pessoas de origem rural é compensado por esses programas¹⁴.

A televisão, através da maciça produção de telenovelas, principalmente a partir da década de 70, no Brasil, caminhará também neste sentido, recriando no imaginário popular o que poderíamos chamar das cartografias do desejo (zona sul do Rio de

¹⁴ FADUL, Ana Maria. Violência, rádio e o imaginário popular, p.12 *apud* MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p. 318.

Janeiro, o eterno balneário), do poder (os grandes prédios da Av. Paulista, as mansões dos poderosos de São Paulo) e da afetividade (subúrbios, com suas vilas, quitandas e festas populares; o interior, com sítios, fazendas, natureza exótica), entre outras. Embora este não seja o foco do nosso trabalho, devemos registrar, aqui, como também conclui Martín-Barbero, que comumente, nos países latino-americanos, a narrativa do romance-popular e do melodrama, mais do que a objetiva textualidade do jornalismo, tem possibilitado uma identificação intensa entre as populações e o imaginário nacional.

1.4 A IMPRENSA E AS CARTOGRAFIAS URBANAS

É no cenário contemporâneo, de intensa mobilidade, que Stuart Hall (2001) reconhece as características que fomentam o fenômeno que ele chamou de **hibridação**, a fusão entre diferentes tradições culturais, que produzem novas formas de cultura. Assim, teríamos, convivendo com as ameaças de uma possível homogeneização global do mundo ou da explosão dos fundamentalismos locais, uma terceira possibilidade, aquela de uma saudável hibridação, possivelmente mais apropriada à modernidade tardia que as velhas identidades do passado.

Para Hall (2001, p.77-80), existem, no mínimo, três contratendências principais à homogeneização cultural, na contemporaneidade: primeiro, a globalização, na verdade, explora a diferenciação local, no sentido, por exemplo, da criação de nichos de mercado, na mercantilização da etnia e da “alteridade”; segundo, a globalização é muito desigualmente distribuída sobre o globo terrestre, entre regiões diferentes e grupos de população diferentes dentro da mesma região e, finalmente, a globalização retém aspectos da dominação global ocidental, mas a forma e a intensidade como ela influi no resto do mundo é variável, isto é, seu efeito na “periferia” é mais lento e desigual.

Quando analisamos o fenômeno das migrações, vemos que, à exportação de um estilo ocidental, corresponde, em sentido inverso, um movimento intenso da periferia para o centro. “Esta formação de ‘enclaves’ étnicos minoritários no interior dos estados-nação do Ocidente levou a uma ‘pluralização’ de culturas nacionais e de identidades nacionais”(ibid., p. 83).

Além da pluralização das identidades nacionais, temos as duas outras possibilidades, estudadas por Hall, de um fortalecimento de identidades locais ou da produção de novas identidades. No primeiro caso, teríamos, por exemplo, o crescimento do fundamentalismo, nos países de origem islâmica, e de movimentos

extremistas, em toda a Europa Ocidental. No segundo, a produção de novas identidades, resultado de um processo de troca, intercâmbio, ao qual o autor chamou de “culturas híbridas”(HALL, *op.cit.*, p. 89).

Certamente, a **diáspora** moderna gera angústia, porque não produz certeza, mas gera perplexidade e uma incômoda sensação de nunca estar adaptado a lugar algum. O professor Edward W. Said, em seu sugestivo livro *Fora do lugar*, faz um mergulho auto-biográfico na história que atinge os filhos das diásporas modernas. Nascido na Palestina, antes da criação do estado de Israel, ele cresceu no Egito e no Líbano e, finalmente, foi estudar nos Estados Unidos, onde se graduou e deu aulas durante anos. Em suas memórias, Said resgata o revés do sentimento de nunca se sentir realmente integrado a lugar algum:

Mantive por toda a vida essa vaga sensação de muitas identidades – em geral em conflito umas com as outras -, junto com uma aguda lembrança do sentimento de desespero com que eu desejava que fôssemos completamente árabes, ou completamente europeus e americanos, ou completamente cristãos ortodoxos, ou completamente muçulmanos, ou completamente egípcios, e assim por diante (2004, p. 22).

Neste sentido, é que a história e a memória parecem resgatar um espaço tão importante de reconhecimento para as comunidades migrantes, periféricas e marginalizadas. A história ganha um caráter redentor, “cura toda ruptura, repara cada fenda através desse retorno”(HALL, 2003, p. 29). “Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta”(ibid., p. 29).

Assim funciona, no nosso entendimento, a idéia de “mineiridade”, uma criação da elite política e econômica para instituir vínculos entre a população com o objetivo explícito de ordenação do espaço público, ao dar suporte para o objetivo republicano de organização do estado de Minas Gerais. Da mesma forma, que a atividade intensa da imprensa e dos intelectuais que escrevem sobre Juiz de Fora corresponde, no nosso entendimento, a uma tentativa de dar um sentido, de compreender aquele “estar à margem”.

Deleuze e Guattari (1997) tratam dessa questão quando se referem ao **espaço liso** e ao **espaço estriado**, ao espaço nômade e ao espaço sedentário. Os espaços não se opõem de forma simples: eles se misturam e um pode ser transvertido no outro. O mar

é o espaço liso por excelência, da mesma forma que a cidade é o espaço estriado. Mas se pode habitar a cidade de um modo liso, ser “um nômade das cidades”(DELEUZE; GUATTARI, *op.cit.*, p. 189). Isto é, não há essência, ou verdade, mas processo:

A cidade libera espaços lisos, que já não são só os da organização mundial, mas os de um revide que combina o liso e o esburacado, voltando-se contra a cidade: imensas favelas móveis, temporárias, de nômades e trogloditas, restos de metal e de tecido, *patchwork*, que já nem sequer são afetados pelas estriagens do dinheiro, do trabalho ou da habitação (*ibid.*, p. 188).

Todo o progresso se faz “por e no espaço estriado, mas é no espaço liso que se produz todo o devir”(*ibid.*, p. 195). No nosso ponto de vista, teríamos, então, um convívio do espaço da ordem pré-estabelecida, espaço estriado, com o espaço periférico, à margem, o espaço liso, onde todas as possibilidades são possíveis.

Os meios de comunicação dividem e esquadrinham a cidade, refletindo os interesses do Estado e dos grupos hegemônicos, atuando de preferência na ordem do espaço estriado:

O Estado produz inúmeros discursos que são reproduzidos, de acordo com o público a que se destina, pela própria sociedade civil. A grande imprensa, que depende dos grupos que detêm o poder, econômica e politicamente, reproduzirá assim um discurso específico de acordo com o seu público, mas este será sempre o das classes hegemônicas, sob as mais variadas formas (BARBOSA, M., 1993, p. 61).

O jornalismo diário seleciona as informações e cria uma **cartografia da cidade**, levando em consideração critérios altamente subjetivos. Existem bairros associados ao bem-estar, normalmente nomeados nas editorias de política, economia, cultura, esportes e nas colunas de opinião e sociais. Outros espaços urbanos, como aqueles das favelas, costumam aparecer com frequência nas páginas policiais ou então naquelas da editoria de “Cidade”, que privilegia problemas e reclamações dos moradores. O jornal divide a cidade e a classifica de acordo com juízos de valor, embora tudo venha embalado pela “retórica da imparcialidade e da neutralidade”(*ibid.*, p. 86). Da mesma forma, Barbosa (*ibid.*, p. 101) nos lembra que, entendendo o jornal como **documento**¹⁵ que recria a

¹⁵ “A elaboração da narrativa jornalística confere-lhe, pela própria característica de montagem do texto, um caráter de documentalidade. O texto jornalístico informativo é elaborado a partir de uma hierarquização das informações e dos relatos, da transcrição literal das falas dos responsáveis pela divulgação daquela informação e pela profusão de provas da sua autenticidade. Uma das formas usuais para dar verossimilhança à informação é a utilização de dados numéricos, apresentados como prova de realidade à qual o jornalista se refere, ao lado de fotografias, esquemas, mapas e outros recursos gráficos que colocam o leitor na cena do espaço geográfico da notícia”(BARBOSA, 1999, p. 86).

memória coletiva, temos nesses veículos a coexistência da dialética do lembrar e do esquecer, já que a cidade é “percebida em pedaços” e muitas das histórias que a constituem, ao não ganhar visibilidade, são relegadas ao plano do esquecimento.

Mas se observarmos que “o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso” (DELEUZE; GUATTARI, *op.cit.*, p. 180), poderemos entender como vários movimentos e organizações não governamentais têm tentado provocar uma reocupação do espaço social, a partir da reapropriação do espaço das mídias. São os casos, citados por Fernando Resende (2004, p.26), do Movimento dos Sem-Terra, do grupo Afro-Reggae da Favela do Vigário Geral, no Rio de Janeiro, entre outros, que introduzem novas lógicas, “periféricas, ruidosas e ambíguas” no cenário “limpo” e ordenado do jornalismo.

Canclini reconhece que algo de novo surge nesse cenário caótico, ao se referir à desintegração das megacidades e de tantas cidades médias latino-americanas:

As grandes cidades do continente, que os governos e os migrantes camponeses imaginavam até há poucos anos como avanços de nossa modernização, são hoje os cenários caóticos de mercados informais nos quais multidões procuram sobreviver sob formas arcaicas de exploração, ou nas redes da solidariedade ou da violência (1999, p. 18).

A mudança no cenário das cidades, no caso latino-americano, reflete não só a mudança da esfera de influência da Europa para os Estados Unidos, como a instabilidade das democracias e o cancelamento dos organismos de representação da cidadania pelas ditaduras das décadas de 70 e 80, que reduziram as sociedades civis latino-americanas a “conjuntos atomizados de consumidores” (*ibid.*, p.14). Um dado revelador é a perda da importância da cidade dentro de sua concepção européia, como núcleo da vida cívica e comercial, acadêmica e artística, uma evidência que o autor constata nas cidades americanas, mas que pode ser facilmente traduzida para as metrópoles e cidades médias brasileiras, em que as elites se isolam em condomínios fechados e *shopping centers*, cada vez mais afastados do centro; evitam caminhar a pé pelas ruas, usar transporte coletivo, ou dirigir o carro de vidros abertos.

Ao analisar o novo cenário sociocultural, resultado do processo de uma economia e cultura globalizadas, Canclini chama a atenção para a redefinição do senso de pertencimento e identidade, “organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores”(*ibid.*, p. 52). Há também, segundo o autor, a

“passagem do cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida”, isto é, “as formas argumentativas e críticas de participação dão lugar à fruição de espetáculos nos meios eletrônicos”(CANCLINI, *op. cit.*, p. 52).

Os laços sociais que, antes, eram mantidos entre as populações pelo contato da vizinhança nos bairros, pela proximidade dentro da escola, ou pelo convívio para o lazer e o consumo, no centro da cidade, hoje, se encontra disperso.

A expansão territorial e a massificação da cidade, que reduziram as interações entre os bairros, ocorreram junto com a reinvenção de laços sociais e culturais que passam através do rádio e da televisão. Atualmente, são estes meios que, com sua lógica vertical e anônima, diagramam os novos vínculos invisíveis da cidade (*ibid.*,p.102).

Canclini faz sua pesquisa, tendo como objeto a Cidade do México, uma megalópole, uma cidade globalizada, mas muito do que ele conclui sobre os novos vínculos, tecidos através dos meios eletrônicos de comunicação, se adequa às cidades de porte médio em outros países. Pensando nestas cidades, poderíamos tentar uma analogia: no momento em que a maior parte da programação veiculada nas emissoras de rádio destas cidades é de música estrangeira, não só no sentido de música internacional, mas de música nacional produzida nas grandes capitais, e em que a programação televisiva é produzida nas grandes metrópoles, o que, no Brasil, significa Rio de Janeiro e São Paulo, poderemos concluir que, a partir dos anos 70, do século passado, temos cada vez mais um processo de fidelidade ao que é de fora e de alienação ao que é de dentro, o que poderíamos chamar de uma **produção de sentidos diaspórica**. Não há, por exemplo, como na década de 50, uma reprodução local dos programas de auditório ou das radionovelas de sucesso, mas uma simples exibição, via satélite, do que é produzido fora.

Esta é uma opinião defendida pelo veterano jornalista Wilson Cid quando, ao analisar a situação específica da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, conclui que a cidade se tornou uma “cidade de passagem”, muito por influência da televisão que, de forma diferente do jornal, que ele considera um veículo “mais frio”, apresenta um discurso sedutor sobre a realidade externa:

[Juiz de Fora] é sobretudo **passagem**. Não apenas porque os que vêm de fora passam, estudam e vão embora, mas também porque os daqui que entram lá [na universidade] logo aspiram a um mercado diferente e maior. Aí está a quebra de raízes. Eu tenho a impressão de que, quando se fala de um “não-

lugar”[referência a Marc Augé], também nisso aí a televisão influi demais, porque a televisão começou a mostrar muito o que são outros lugares, outras opções, outras alternativas¹⁶.

É interessante registrarmos que, ao mesmo tempo que a TV aumentou seu campo de influência sobre os habitantes da cidade, criando lealdades externas ou funcionando como simples escapismo, o jornal impresso, mais comprometido com o noticiário local, perdeu espaço de forma flagrante¹⁷. O jornalista Fritz Utzeri, que esteve em Juiz de Fora, convidado a coordenar o lançamento de um novo jornal, na cidade, em 2003, observou isso: “[...] 15 mil é mais ou menos o número redondo de todos os compradores de jornal em Juiz de Fora, o que é muito pequeno, considerando que é uma cidade de 500 mil habitantes, considerando ainda que alguns segmentos dessa cidade são ‘supostamente sofisticados’”¹⁸. Não temos como concluir se há uma relação direta entre a venda de jornais em Juiz de Fora e o desenvolvimento da audiência da televisão (e do rádio), mas tudo indica que sim. Infelizmente, não obtivemos dados esclarecedores que nos permitissem fazer uma comparação¹⁹.

O novo cenário global faz Canclini (1999, p. 112) concluir que hoje, para a compreensão da cidade, não nos bastaria uma definição “sociodemográfica e espacial”, mas seria indispensável também uma definição “sociocomunicacional”, já que os veículos de comunicação estariam entre os vetores que reuniriam “em totalidades fragmentos dispersos do tecido urbano”(ibid., p. 117), isto é, seriam responsáveis pelas novas fidelidades e criação de vínculos, antes determinados, por exemplo, pelo território. Para o antropólogo, aí reside a emergência de se pesquisar a cidade, tendo como base as narrativas que se fazem sobre ela, numa direção multidisciplinar, que

¹⁶ Os trechos das falas de Wilson Cid foram retirados da entrevista realizada em 23 mar. 2005.

¹⁷ A queda das vendas dos jornais impressos é considerada um fenômeno mundial. Marialva Barbosa (1993, p. 68) mostrou o problema em relação à circulação de jornais no Rio de Janeiro: “Em 1963, todos os jornais diários do Rio de Janeiro imprimiam mais de um milhão e meio de exemplares. Dez anos depois, essa tiragem havia decaído para quase 300 mil exemplares. Em 1983, a tiragem média dos jornais diários do Rio de Janeiro chegava a 335.776 exemplares”. Em seu trabalho, ao tentar fazer um diagnóstico da queda de vendas, a autora aponta desde fatores de ordem econômica, como a pauperização dos trabalhadores, após 1964, passando por questões da ordem tecnológica, como a concorrência com o imediatismo dos meios audiovisuais, até razões de ordem ideológica e editorial, ilustradas pelo fato de que a censura e as limitações impostas pela ditadura militar teriam reduzido a credibilidade pública dos jornais.

¹⁸ Os trechos das falas de Fritz Utzeri foram retirados da entrevista realizada em 23 mar. 2004.

¹⁹ O baixíssimo índice de leitura de jornais é ampliado para o resto do estado de Minas Gerais que é considerado o penúltimo estado do Brasil em leitura de jornais. De acordo com Fritz Utzeri, “mineiro só lê mais jornal que o Piauí, só o Piauí lê menos jornal que Minas Gerais”. Numa brincadeira, o jornalista carioca conclui que isso é resultado da “desconfiança” do mineiro, o que faz com que, apesar de ser a terceira economia do país, Minas seja o sétimo mercado publicitário.

reuniria aos saberes da antropologia aqueles da sociologia, da psicanálise e dos estudos de comunicação.

1.5. OS MEIOS ELETRÔNICOS E A NOVA GEOPOLÍTICA

Ao investigar a imagem da cidade, Kevin Lynch (1997, p.3) sugere que ela é resultado da imagem mental que dela fazem seus habitantes. Ele acredita que a legibilidade da cidade não é um atributo apenas vinculado à cidade como uma coisa em si, isto é, um objeto, mas, sim, a “cidade do modo como a percebem seus habitantes”. Neste aspecto, considerando os meios de comunicação como mediadores nas relações do sujeito com o seu entorno, observaremos que a imprensa tem um papel capital na construção do imaginário da cidade.

Janice Caiafa acredita que a comunicação pode ser um instrumento extremamente relevante para os estudos sobre a cidade:

Historicamente, as cidades surgem provocando o povoamento espacial e a produção de espaço públicos. A ocupação coletiva gera heterogeneidade, de alguma forma misturando os habitantes, e em diferentes graus, dessegregando os meios fechados e familiares. Há um trânsito que marca as cidades e que implica também certas formas de comunicação e de produção subjetiva. Tais experiências certamente se deixam afetar pelas novas formas da produção comunicativa. É crucial examinar a dimensão e a qualidade dessa interferência, procurando, inclusive, distinguir suas manifestações específicas nas diferentes configurações urbanas²⁰.

Em vários trabalhos, Caiafa mostra como, nos Estados Unidos, por exemplo, a televisão colaborou para a “autonomização do subúrbio familiar”, daquele *modus vivendi* que se tornou típico das cidades americanas (com exceção de Nova York), em que há um verdadeiro “despovoamento” do centro em favor dos subúrbios. “Já não vale mais a pena ir até a cidade para uma sessão de cinema”²¹. Caiafa defende que esse processo leva à “privatização” ou “desurbanização” das cidades. “A primeira vítima da cidade privatizada é, a meu ver, a alteridade. É a experiência fortemente urbana do contágio que tende a ser eliminada nessas **anti-cidades** [destaque nosso]”²². Caiafa não acredita nem mesmo numa possível interatividade oriunda dos meios de comunicação.

²⁰ CAIAFA, Janice. Povoar as cidades. *Fronteiras – estudos midiáticos*. Rio Grande do Sul, Universidade do Vale dos Sinos. Vol. III. n.2, p.124, dez. 2001.

²¹ *Ibid.*, p. 127.

²² *Ibid.* p. 128.

Ao contrário, ela afirma que “a ilusão de alteridade produzida nesses modelos não cessa de agravar mais e mais a privatização e o despovoamento das cidades”²³.

Ao fazermos um paralelo das observações de Caiafa, com o universo por nós estudado, é interessante registrarmos que, ao contrário do centro das cidades americanas, o centro da cidade de Juiz de Fora, por nós pesquisado, não passou por um esvaziamento. Ao contrário, devido ao crescimento desordenado, que caracteriza tantas cidades de Terceiro Mundo, o centro passou por um processo de “inchamento”. Uma grande massa circula nas ruas, mas não consegue produzir, no nosso ponto de vista, o “contágio” efetivo, porque é uma massa condenada ao movimento e à mobilidade, que não chega a efetivar trocas substanciais.

Neste sentido, é sintomático que, ao estudarmos Juiz de Fora, tenhamos observado que, ao pensarmos a esfera pública, a maior parte dos espaços considerados como “**lugares de afetividade**” pelos entrevistados desta pesquisa, lugares esses que poderiam ser identificados pela praça, a rua, o cinema, a livraria, a galeria de arte, o diretório acadêmico, o botequim, foram paulatinamente sendo substituídos, na cartografia da cidade, por **espaços de trânsito** intenso, de automóveis e ônibus, no lugar de pedestres, bondes e trens, o que significa a apologia à velocidade e à mobilidade, ou por **espaços de consumo**, lojas de roupas, sapatos e eletrodomésticos, em que a conversa e o diálogo foram substituídos pela relação impessoal da compra e venda. Com relação às áreas periféricas, ou elas são tomadas pelas invasões e ocupações irregulares, ou tendem a ser domesticadas, com a construção de condomínios de luxo²⁴.

Se, hoje, nos países desenvolvidos, como bem observa Virilio (1993), a arquitetura dos prédios e das cidades se vê definitivamente influenciada pela preocupação com os ataques terroristas, o que resultou, de forma clara, mais recentemente, na construção do muro que separa israelenses e palestinos, nas grandes cidades, a relação entre periferia e centro, ou entre favela e asfalto, criou “muros invisíveis” entre os habitantes, quando não, “muros reais”, como as cancelas e grades dos condomínios fechados, as câmeras de monitoramento de ambientes, os sistemas de alarme, os automóveis blindados.

Outra observação importante se refere à ocupação do **espaço privado**. Se, na década de 60 e 70, como poderemos ver ao longo deste trabalho, o espaço doméstico é

²³ CAIAFA, Janice. Povoar as cidades. *Op. cit.* p. 129.

²⁴ Até o momento, Juiz de Fora não tem um grande *shopping center*, apesar de reunir vários centros comerciais. O projeto de construção do primeiro *shopping* está previsto para 2006.

um espaço de troca, de almoços familiares, de reuniões políticas, de saraus musicais, de festa, aos poucos, este espaço privado vai funcionar menos como lugar de convívio interpessoal e mais como espaço de isolamento individual. Há, inicialmente, uma verticalização da cidade, com a conseqüente perda do espaço dos quintais, das árvores e dos bichos. Em seguida, há uma diminuição da área da moradia. E, dentro deste espaço exíguo, cada um se dedica a uma tarefa pessoal, como assistir às transmissões ao vivo dos canais de notícias.

Virilio (1999) chama a atenção para a subversão do limite entre público e privado, ocasionado por esta nova “*topologia eletrônica*”, que termina com a separação entre o “próximo” e o “distante”, ao mesmo tempo em que subverte a noção de duração do tempo, ao instaurar um “*presente permanente*”. Segundo o autor, o espaço urbano perde assim a sua “realidade geopolítica”

em benefício único de sistemas instantâneos de deportação cuja intensidade tecnológica perturba incessantemente as estruturas sociais: deportação de pessoas no remanejamento da produção, deportação da atenção, do **face a face humano** [destaque nosso], do **contato urbano** [destaque nosso] para a interface homem/máquina (*ibid.*, p. 12).

Teríamos então um cenário que Virilio chama de “pós-urbano” e transnacional, em que se observaria a degradação das cidades, numa espécie de “**desurbanização ‘pós-industrial’**” [destaque nosso]”, a atingir os países desenvolvidos. À cidade onde a “pólis inaugurou um teatro político com a ágora e o fórum, hoje nada resta além de uma tela catódica onde se agitam as sombras [...]” (*ibid.*, p. 14). É a “*teledistribuição metropolitana*”. Da mesma forma a “**hiperconcentração** [destaque nosso]” de determinadas megalópoles, como Cidade de México, Xangai ou São Paulo não tende a significar o desenvolvimento do urbano, mas significa, segundo Virilio (*ibid.*, p.95), “a desintegração próxima da cidade histórica, da urbanização tradicional e, igualmente, da forma-Estado”. Para o autor (*ibid.*, p. 116), o que está em gestação na alvorada deste novo século é a “Cidade-Mundo” totalmente dependente das telecomunicações”, em que se estabelece uma relação inusitada com os lugares e as distâncias, resultado da revolução tecnológica, que abole a noção de trajeto e distância.

Numa de suas recentes publicações, Muniz Sodré (2002), ao estudar a mediação das relações sociais, propõe que a **linguagem** (e, por conseguinte, a imprensa) é não

apenas designativa da realidade, mas, **produtora** da mesma. É nesta perspectiva que ele avalia a imprensa, como aparato sócio-técnico que constrói o real e os seus múltiplos sentidos, entendendo que esta não é a única, mas a principal das narrativas possíveis sobre o real. Hoje, no cenário de ordenamento mercadológico do mundo, o autor entende que somos obrigados a perceber a comunicação não mais como a vinculação social ou o ser-em-comum, agora, ela integra “o plano sistêmico da estrutura de poder”(SODRÉ, M., *op.cit.*, p.15).

Segundo Sodré, mais do que mediação, o que a comunicação promove hoje é a *mediatização*, isto é, a “telerrealização das relações humanas”(ibid., p.21). Neste sentido, não temos mais uma mediação das relações sociais como aquelas realizadas pela família, a escola, ou o partido político, que promovem uma troca legitimada, investida de valores, que dão um sentido social às mediações. Ao contrário, temos um processo de mediação exclusivamente a serviço dos interesses do mercado, das corporações capitalistas, e que privilegia um tipo especial de interação, a “tecnointeração”, caracterizada por Muniz Sodré, como uma “espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*”(ibid., p.21).

Segundo o autor, no sistema moderno de comunicação, as informações eram *representadas*, caracterizadas pela ideologia política das liberdades civis e do discurso crítico. Com as tecnologias do som e da imagem, o receptor passou a receber o mundo em seu fluxo, em tempo real, passando-se a falar de *simulação*. A partir do computador, a simulação *digitaliza-se*, caracterizando uma cultura da simulação e do fluxo. “Saber e sentir ingressam num novo registro, que é o da possibilidade de sua exteriorização objetivante, de sua delegação a máquinas”(ibid., p.17).

Considerando a *mediatização* como condicionadora de uma nova forma de presença do sujeito no mundo, “(...) estruturadora ou reestruturadora de percepções e cognições, funcionando como uma agenda coletiva”(ibid., p.26), Muniz Sodré resgata a classificação aristotélica das formas de vida na *Polis*²⁵, para pensar a *mediatização* como uma quarto âmbito existencial, ou um novo *bios*, “que implica uma transformação das formas tradicionais de sociabilização, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental”(ibid., p.27), criando o que ele denominou de **bios midiático**.

Utilizando os conceitos apresentados por Sodré, podemos concluir que o espaço urbano é construído, hoje, especialmente pela mídia, fazendo com que a relação das

²⁵ O autor faz referência ao *bios theoretikos* – vida contemplativa; *bios politikos* – vida política e o *bios apolaustikos* – vida prazerosa, do corpo.

cidades com seus habitantes seja, em alguns casos, **mediada** e, em outros, **mediatizada**, chegando ao paroxismo em que não se consegue mais distinguir a **cidade real** da **cidade simulada**, como nos filmes da série *Matrix*, onde “[...] já se joga com a hesitação coletiva na determinação do que é original (substância) ou simulado (linguagem, discurso, informação numérica) em matéria de vida”(SODRÉ, M., *op. cit.*, p.26).

Outro aspecto extremamente interessante da cidade, levantado pelo pesquisador, é a constatação de que os novos objetos de telecomunicações, os “objetos nômades”(computador pessoal, televisor, telefone celular, etc.) eliminaram a variável espaço da relação dos habitantes com o urbano.

O nomadismo – cada objeto contém a identidade pessoal de cada um – seria a forma de vida excelsa nessa nova ordem mercantil e social, caracterizada pela rápida mobilidade espacial e identitária dos indivíduos. Graças aos novíssimos objetos, em qualquer lugar, o “nômade” poderá sentir-se em casa (*ibid.*, p.91).

A mobilidade e o fluxo constante, possíveis através das novas tecnologias, traduzem-se numa sociedade mais aberta e interconectada, mas

[...]apagam memórias, transtornam o sentido do tempo e a percepção do espaço, ameaçando as identidades, pois é nelas que se configuram os imaginários em que se plasmam os novos sentidos que, em sua heterogeneidade, hoje cobrem tanto o local quanto os modos de pertencimento e reconhecimento que fazem a identidade nacional²⁶.

Há uma diferença significativa entre o que Martín-Barbero (1998) chama das **culturas letradas**, ligadas à língua e ao território, e as **culturas eletrônicas**, que respondem por novos modos de perceber e narrar a identidade. “Identidades de temporalidades menos extensas, mais precárias, mas também mais flexíveis, capazes de amalgamar e fazer conviver ingredientes de universos culturais muito diversos” (*ibid.*, p. 59).

De acordo com o autor, é o **paradigma de comunicação** que regula, hoje, o caos urbano. Um paradigma centrado no **fluxo**, o que pode ser traduzido por “tráfego ininterrupto, interconexão transparente e circulação constante de veículos, pessoas e

²⁶ MARTÍN-BARBERO, Jesús. Cidade virtual: novos cenários da comunicação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, 11, p. 53-67, jan./abr. 1998.

informações”(MARTÍN-BARBERO, *op.cit.*, p. 59). Daí todo o planejamento urbano das cidades que privilegia a circulação pelas auto-estradas, viadutos, pontes e túneis, os “não-lugares” de Marc Augé “A verdadeira preocupação dos urbanistas não será, portanto, que os cidadãos se encontrem e sim que circulem, **porque já não se quer os cidadãos reunidos e sim conectados** [destaque nosso]”(*ibid.*, p.59). Martín-Barbero conclui que este paradigma da comunicação ou do fluxo, leva à “desespacialização, ao des-centramento e à des-urbanização” (*ibid.*, p. 59), em outras palavras, ao esvaziamento da cidade “real” ocupada pelos cidadãos, em prol da *fabulação*²⁷, que “a constante mediação e entrecruzamento de informações e de imagens produz”(*ibid.*, p. 60).

A Juiz de Fora que revelamos neste trabalho não é certamente a cidade que visualizamos, hoje, quarenta anos depois, ao caminhar pela rua Halfeld, onde vemos poucos estudantes e intelectuais, mas muitos ambulantes; raros cafés, mas muitos bancos, financeiras e lojas comerciais. O Cine-Theatro Central ainda está lá, “travestido” de flocos brancos, que lembram a neve de um Natal distante. Novas lealdades foram construídas no contexto da tecnologia e da globalização. Certamente, discute-se menos Godard com o vizinho, mas se fala sobre Harry Potter, nas salas de bate-papo da internet, ou se constroem “redes de amigos” pelo Orkut. Não desejamos, aqui, resgatar uma imagem congelada e nostálgica da cidade da memória. Correríamos o risco de transformar Juiz de Fora em Zora, a cidade “imutável” narrada por Ítalo Calvino (1999, p.20): “Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi **esquecida** [destaque nosso] pelo mundo”.

Certamente, ao resgatarmos antigas narrativas sobre a cidade, preferencialmente aquelas veiculadas no espaço midiático, estamos revolvendo as muitas camadas de sedimentos que o tempo acumulou sobre a cidade de origem, mas que nos ajudam a compreender melhor a cidade atual. Um trabalho arqueológico, que revela muitas outras “cidades” ou “cidades narradas” ou “estórias da cidade” ou “fabulações”. Este é sem dúvida um exercício de memória e de interpretação, que nos leva a uma compreensão de como a imprensa constrói a imagem da cidade ou das muitas cidades possíveis e imagináveis, embora algumas continuem invisíveis.

²⁷ Referência ao conceito desenvolvido pelo filósofo italiano Gianni Vattimo.

AI, SE EU TIVESSE PELA MINHA VIDA,
UMA DOR SOFRIDA
COISA TÃO ANTIGA A ME MATAR.
EU NÃO TERIA, COMPANHEIRO, SAIBA,
TANTO DESESPERO
QUE ESSA DOR LHE CAUSA
E FAZ CHORAR.
POR QUE NO MUNDO SÓ QUEM VIVE CERTO
É QUEM TEM POR PERTO
UM AMOR TÃO GRANDE A DEDICAR
E NÃO SABENDO TUDO VAI SUMINDO
VOCÊ VAI PARTINDO PARA UM NUNCA MAIS.

POR EXEMPLO, VOCÊ
NÃO, NÃO SABE,
QUE É TARDE,
QUE É TRISTE
VIVENDO, MORRENDO
A VIDA NÃO LHE FAZ
SENÃO DESESPERAR.
E O MEU CAMINHO É CERTO,
VEM DE PEITO ABERTO
ENFRENTANDO TUDO O QUE
CHEGAR
UMA CERTEZA,
ESSA EU LHE DIGO,
VOCÊ, MEU AMIGO,
NÃO VAI MAIS CHORAR.

COSTA, Sueli; MEDEIROS FILHO, João. *Por exemplo, você.*

Intérprete: Nara Leão. In: LEÃO, Nara. *Nara*. 1967.

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO DA IDENTIDADE NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE JUIZ DE FORA

Na tentativa de compreendermos a constituição da identidade da cidade de Juiz de Fora, decidimos recorrer à pesquisa histórica. Nosso objetivo foi o de levantar as informações sobre o processo de formação do núcleo urbano e tentar através deste processo observar as diferenças concretas que marcaram a ocupação da região, diferenciando-a do restante do estado de Minas Gerais e, em especial, revelando como a cidade, por não ter compartilhado do sentimento barroco característico do período colonial mineiro, desta forma, se afastou daquilo que se convencionou chamar de discurso da “mineiridade”, que forja a sua narrativa, nos setecentos e oitocentos.

2.1 JUIZ DE FORA: CIDADE DE FRONTEIRA GEOGRÁFICA E SIMBÓLICA

A ocupação da Zona da Mata Mineira é resultado de um processo diferente daquele que consagrou a ocupação do território das Minas. Segundo os historiadores, o povoamento das Matas do Leste foi tardio. De acordo com Carlos Alberto Hargreaves Botti, elas permanecem praticamente inabitadas até o alvorecer do século XIX. E boa razão existia para isso:

A penetração apoucada das Matas do Leste, desde Caratinga até Barra Mansa, deveu-se ao fato de serem estas matas reduto de indígenas refratários e, por esse motivo, bravios. Tais indígenas refratários, em expressiva maioria, foram expulsos do litoral atlântico pela ação do colonizador europeu, franceses e portugueses. Daí emerge a explicação do temor e do tremor das populações brancas e de seus negros em penetrarem a Região das Matas do Leste, em que os aguardavam – com endereço certo – a prisão e a morte (1994, p. 18).

Segundo o autor, era esse o motivo que levava aqueles que provinham de São Sebastião do Rio de Janeiro a seguirem para a região do Centro do Ouro por um caminho muito mais longo, conhecido como Caminho Velho.

Os fluminenses, em busca de bens preciosos, seguiam de embarcação até Parati, desciam em direção a Taubaté, e daí seguiam em direção ao norte para Barbacena, perfazendo a rota de Fernão Dias, desde o Vale da Paraíba Paulista até o Centro do Ouro (*ibid.*, p. 18).

Mônica Ribeiro de Oliveira (1991, p. 43) faz referência ainda ao interesse do governo português em deter os “descaminhos do ouro”, isto é, Portugal tinha uma política deliberada de evitar o contrabando do metal via Rio de Janeiro e, portanto, durante muitos anos, preferiu centralizar todo o transporte pelo Caminho Velho. Segundo a autora, somente a partir de 1805, com as jazidas de ouro esgotadas, a metrópole mostrou interesse em colonizar a região da Mata Mineira, distribuindo sesmarias na região.

De acordo com o arquiteto Luiz Alberto do Prado Passaglia (1988, p.21), “Juiz de Fora e a região da mata mineira ficaram à margem do caminho e de todo o processo cultural e econômico marcado pelo ciclo da mineração”. Se a Minas do ouro tem sua vida urbana ligada à exploração e à comercialização do metal, num período em que o Brasil ainda estava subjugado à Coroa portuguesa, Juiz de Fora terá, como vila do século XIX, história totalmente diferente, nascida sob um novo momento histórico, em que, ainda no Império, o Brasil buscava se constituir como Nação. No ponto de vista de Maraliz de Castro Vieira Christo (1994, p. 10), a cidade herdou o pior da Minas do ouro. “O povoamento do Leste mineiro se deu, em parte, pela imigração dos **‘desclassificados do ouro’**¹ para o Vale do Paraíba, como mão-de-obra, muitas vezes escrava, para o café”.

No *Álbum do Município de Juiz de Fora*, Albino Esteves resgata a história de desbravamento do Caminho Novo:

Em 1701, o valente sertanista Garcia Rodrigues Paes (primogênito de Fernão Dias Paes Leme) propoz-se a fazer uma picada que partindo da Borda do Campo fosse á Raiz da Serra. Essa picada foi levada a efeito, parte por Garcia Paes, que nesse empreendimento gastára todos os seus haveres, durante quatro annos de trabalho rude, e parte pelo coronel Domingos Rodrigues, que o substituiu nessa grande empreza. Garcia Rodrigues Paes fôra nomeado Guarda Mór em 13 de Janeiro de 1698 e já abrira um caminho de S. Paulo para os Campos Geraes de Cataguazes (1915, p.15).

Segundo Esteves, o Caminho Novo teve extrema importância nos tempos coloniais e pode ser considerado, sem dúvida, como o “berço de Juiz de Fóra” . Eis o percurso da picada:

O Caminho Novo, partindo da Borda do Campo, atravessando a Mantiqueira na garganta de João Ayres, passava em João Gomes (Palmyra), Chapéo d’Uvas, Juiz de Fóra, Mathias Barboza, Simão Pereira, Serraria, Entre Rios, Barra do Pirahy, descia a Serra do Mar sobre Macacos, Inhauma, Pavuna, Penha e Rio de Janeiro (*ibid.*, p.16).

¹ Expressão utilizada por SOUZA, Laura de Melo e. *Os desclassificados do ouro; a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

Naquela época, “demorava-se, ida e volta, de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, algumas semanas de viagem”(GIROLETTI, 1988, p. 34). O Caminho Novo, que teve na figura de Tiradentes, em 1781, um de seus comandantes de patrulha (ESTEVES, 1915, p.17), foi a primeira das muitas **estradas** que, de certa forma, contaram e contam a história de Juiz de Fora. Passaglia (1988, p.21) nos lembra que “com a abertura do ‘Caminho Novo’, esta região foi parcelada e apropriada pelo sistema de concessão de terras através de sesmarias”.

É importante que se observe que a ocupação da Zona da Mata Mineira tem relação direta com o esvaziamento da região do ouro, resultado do declínio das exportações do metal, no final do século XVIII. Para Giroletti (1988, p. 29), “as regiões mineradoras transformavam-se, portanto, em **áreas de expulsão** [destaque nosso], e a Zona da Mata, em especial, devido ao desenvolvimento da cafeicultura, tornar-se-á o principal **pólo de atração** [destaque nosso]”.

A cidade de Juiz de Fora é resultado desse processo e teve as suas origens entre os **povoados agrícolas**, que se expandiam ao longo do Caminho Novo, que, em muitos trechos serpenteava o Paraibuna, afluente do Paraíba do Sul.

Entre os povoados que aí se desenvolveram, o primeiro de que se tem notícia é o povoado do Morro da Boiada, dedicado à proteção de Santo Antônio de Pádua. Juiz de Fora chamou-se, originalmente, Santo Antônio do Morro da Boiada do Paraibuna. E, por contração, ficou conhecida como o Arraial de Santo Antônio do Paraibuna. Outros povoados eram o povoado do Alto dos Passos, o povoado do Tapera e, o mais forte deles, o povoado que se formou em torno da Fazenda Velha de Bustamante e Sá, um Juiz de Fora aposentado (BOTTI, 1994, p.19).

Na época, todos os povoados agrícolas da Região das Matas do Leste estavam sob a jurisdição do governo do Rio de Janeiro, que doou sesmarias a seus funcionários e agregados imediatos.

Na região em que hoje se situa Juiz de Fora, o governo, sediado em São Sebastião do Rio de Janeiro, doou uma sesmaria a José Antônio, secretário de governo. Esse sesmeiro jamais veio localizar sua sesmaria e dela, portanto, não tomou posse efetiva. Mas, como juridicamente lhe pertencia, vendeu-a a Bustamante e Sá, aposentado da carreira jurídica no cargo de Juiz de Fora (*ibid.*, p.20)².

² Segundo Botti (1994, p. 20), o “cargo jurídico de Juiz de Fora foi trazido para as colônias americanas pelos colonizadores portugueses e espanhóis. A tradição ibérica assimilou essa função jurídica dos mouros, invasores da Península Ibérica, durante a Idade Média Ocidental. Os árabes, por sua vez, tomaram esse cargo jurídico das antigas Alexandrias. Nas Alexandrias, Alexandre, o Grande, da Macedônia, instituiu essa função para que o juiz das Alexandrias, morando fora da comunidade urbana, pudesse julgar com isenção de pessoa”.

O jornalista e advogado Almir de Oliveira explicou, num artigo publicado no *Diário Mercantil*, o que diferenciava o **juiz de fora** do juiz ordinário:

Era o juiz ordinário, eleito pelo povo, parte da grei municipal, estava sujeito às injunções, à pressão dos interesses de indivíduos e de famílias locais, influenciável por simpatias e antipatias – enfim, tudo que é capaz de desvirtuar o senso de justiça, de uma pessoa³.

Para interferir nos lugares onde a justiça ordinária incidia em erros, foi, então, criado o cargo de juiz de fora⁴, durante o reinado de Dom Denis, em Portugal, no século XIV, havendo desde então várias referências a juizes de fora em cidades e vilas portuguesas. Segundo Almir de Oliveira (*ibid.*, s/p.), no Brasil, esta categoria foi extinta pela Disposição Provisória de 1832 e pelo Código Criminal do Império. No caso do personagem que legou seu título à cidade (“como aconteceu com o ouvidor que legou o nome de seu cargo à famosa rua do Rio de Janeiro”), o autor acreditava que o tal juiz de fora, tivesse chegado ao local já aposentado, destituído das funções para viver de sua fazenda. “Veja-se como aconteceram as coisas: porque os juizes ordinários de Portugal, já no século catorze, se deixavam corromper, esta nossa terra, que àquele tempo era apenas um sossegado recanto onde habitava alguma tribo Tupi, veio a ter este nome prosaico: Juiz de Fora...”(*ibid.*, s/p.).

Uma das primeiras descrições publicadas sobre a fazenda do Juiz de Fora foi feita pelo naturalista Saint-Hilaire, que passou por aqui, em 1816. A impressão de Saint-Hilaire, que consta do seu *Voyages dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*, tem um trecho traduzido por Albino Esteves, no *Álbum do município de Juiz de Fora*, de 1915, e que caracteriza de forma bucólica o cenário do local:

A uma legoa e tres quartos do Marmello, encontra-se a pousada de Juiz de Fóra, nome que, sem duvida provém do cargo que occupava seu primeiro proprietario. Da venda de Juiz de Fóra tem-se deante dos olhos encantadora paizagem. Essa venda é construída na extremidade de um grande pasto, cercado de collinas por todos os lados. O Parahybuna corre junto ao caminho, há um pequeno corrego que nelle se lança, depois de atravessar a estrada e, sobre o corrego, uma ponte construída de madeira, de effeito muito pitoresco: junto della, uma cruz. Mais longe vê-se uma capella abandonada e as ruinas de um engenho de assucar. Junto da venda um grande rancho, e bem perto um paiol para milho (SAINT-HILAIRE *apud* ESTEVES, 1915, p.46).

³ OLIVEIRA, Almir de. O juiz de fora. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.515, 1968. Edição Especial, s/p.

⁴ De acordo com o *Novo dicionário da língua portuguesa*, juiz de fora é o nome dado ao magistrado brasileiro do tempo colonial (FERREIRA, [s.d], p. 805).

Na década de 40, o jornalista Lindolfo Gomes (*apud* PASSAGLIA, 1982, p.179) comentava que as observações de Saint-Hilaire eram “inexatas” já que, “não havia em 1719 Juiz de Fora” designado para a sede da comarca. Eis um trecho do artigo publicado no jornal *Diário Mercantil*, em 3 de julho de 1946, e citado por Luiz Alberto Passaglia:

[...] a tradição corrente é que tal denominação se origina do fato de haver estado ali a passeio, como hóspede, demorando-se alguns meses, um Juiz de Fora do Rio de Janeiro ou de outro qualquer lugar, a quem os moradores da localidade iam visitar dizendo: - “vamos ao sítio da vargem visitar o Juiz de Fora”, ocorrência que deu ensejo a que o designativo da investidura do magistrado passasse à casa onde ele se hospedava (*ibid.*, p. 179).

Artigo já citado do jornalista Almir de Oliveira, publicado no *Diário Mercantil*, desmentiria a versão segundo a qual a cidade teria ganhado este nome, porque, não havendo ali juiz, vinha um de fora para conhecer as causas e decidi-las. Segundo Oliveira, o nome do lugar era anterior à sua existência como cidade, vila ou arraial:

Não havia ainda o primeiro povoado e já o topônimo existia, designando a fazenda cuja sede se localizava à margem esquerda do Paraibuna, junto ao Caminho Novo, onde hoje passa a Avenida Garibaldi nas proximidades da atual rua Barão de Juiz de Fora. Quem conhece o depoimento de Domingos Vidal Barbosa prestado na devassa da Inconfidência Mineira deve lembrar-se de que aquele conjurado declarou-se morador da fazenda do Juiz de Fora. Isto foi no finalzinho do século XVIII. Havia a fazenda, havia o nome atual e não havia povoado, não havia sede de comarca, nem motivo para que aqui viesse a julgar nenhum juiz-de-fora (OLIVEIRA, A., *op.cit.*, s/p.).

É curioso se constatar a aura de mistério que, durante anos, envolveu a origem do personagem que deu nome à cidade. Artigos na grande imprensa, conferências e debates acalorados tentavam explicar quem era o juiz de fora e o que teria vindo fazer na região. Não conseguimos identificar as razões pelas quais, durante mais de um século, ninguém tenha tomado a iniciativa de esclarecer o enigma, até que as pesquisas realizadas por Alexandre Miranda Delgado, nos arquivos da Torre do Tombo, em Portugal, na década de 1980, viessem a colocar um ponto final (ou mais algumas reticências...), nas estórias que tentavam dar conta da **origem da cidade**. Os documentos, reproduzidos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, identificaram o personagem como um servidor da Coroa Portuguesa, que prestou serviços no Rio de Janeiro, no século XVIII. O documento de nomeação do juiz, datado de 18 de março de 1711 e assinado por D. João V, diz o seguinte:

Hei bom bem fazer-lhe mercê do cargo de Juiz de Fora da Cidade de São Sebastião da Capitania do Rio de Janeiro por tempo de três anos e além deles o mais que houver por bem enquanto lhe não mandar tomar Residência o qual ele servirá com os poderes e alçada que terá por minha Provisão e com ela haverá o ordenado, peões e percalços que de direito nesta pertencerem e portanto mando ao Juiz Desembargador, fidalgos, cavaleiros, escudeiros e os moradores e povo da dita cidade lhe obedçam e cumpram suas sentenças, juízes e mandatos que ele por bem da Justiça e meu Serviço mandar [...] ⁵.

Segundo o jornalista Douglas Fazolatto (2001, p. 16), “Bustamante foi quem serviu de intermediário entre o governo e as forças corsárias francesas que haviam invadido o Rio de Janeiro, sob o comando de Duguay-Trouin. Após sua substituição no cargo pelo Dr. Vital Casado Rothier, em 1713, estabeleceu-se nas ditas terras”.

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, é reproduzida a carta de sesmaria passada em favor de João de Oliveira, em três de agosto de 1712⁶, e a escritura da venda de uma légua de terras no Caminho das Minas ao doutor Luís Forte Bustamante e Sá, em 4 de setembro de 1713, pela quantia de seiscentos mil réis. Fazolatto resgata fatos curiosos relacionados à estada do juiz nas terras:

Há pouca documentação relacionada à presença do ex-magistrado na dita sesmaria depois de 1716, quando teve sua prisão decretada, mas ao que parece, não realizada. Era um homem de rixas, tanto que, em 1722, envolveu-se em atritos com o vizinho, capitão José de Souza Fragoso, proprietário da sesmaria do Marmelo, promovendo uma invasão armada (2001, p.16).

De acordo com Alexandre Miranda Delgado:

[O juiz-de-fora] construiu o prédio da sede da fazenda que herdou o nome do título de seu cargo , vendendo-a a seu genro, o Desembargador e Juiz do Fisco Dr. Roberto Carr Ribeiro, em 6 de novembro de 1728.

O Dr. Roberto C. Ribeiro e sua esposa Dona Maria Angélica de Sá, por sua vez, venderam a “Fazenda do Juiz de Fora”, com o respectivo terreno, ao comerciante Antônio Vidal, a 10 de setembro de 1738.

Em poder da família “Vidal Barbosa” permaneceu a histórica fazenda em contínuo aumento territorial, até o dia 30 de junho de 1812, quando foi ela vendida, com cinco sesmarias, pelo Cel. José Vidal de Barbosa e sua mulher a Antônio Dias Tostes Moss [...] (1985, p. 30)⁷.

⁵ O trecho do documento de nomeação do bacharel Luís Forte Bustamante e Sá foi reproduzido na p.15 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, ano IX, n.9, fev. 1985, 56 páginas. Foi um número especial da publicação contendo documentos referentes a Juiz de Fora, na era colonial.

⁶ Esta carta confirma a anterior, datada de 15 de janeiro de 1710, adequando a área da sesmaria às novas determinações reais (DELGADO, 1985, p. 13 e p. 17).

⁷ Antônio Dias Tostes Moss adquiriu, na verdade, a fazenda do Juiz de Fora, mais as cinco sesmarias, por seis contos de réis, juntamente com a fazenda do Marmelo, vendida por um conto e seiscentos mil réis, além dos escravos das propriedades, o que totalizou 11 contos e 770 mil réis (DELGADO, 1985, p. 54). Segundo Fazolatto (2001, p.17), Tostes ainda comprou a fazenda do Retiro, com três sesmarias de terras, onde construiu sua residência. Seu território particular era formado por 10 sesmarias de terra e ele se tornou o maior proprietário rural da região.

Os documentos localizados pelo historiador Alexandre Miranda Delgado, apesar de reproduzidos e publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, em 1985, não são conhecidos pela maioria dos habitantes da cidade, que ainda ignoram sua “verdadeira” origem e continuam a especular sobre ela. Haveria algum sentido em se perpetuar o culto ao mistério?

Algumas pessoas acreditam mesmo que não seria sem motivos que os registros sobre o juiz de fora eram escassos. Já correram na cidade boatos que diziam que o tal juiz, na verdade, teria ligações não tão legais assim, quer dizer, teria algum envolvimento com o contrabando de ouro e diamantes das Minas Gerais. Num texto curioso e debochado, sem identificação do autor, publicado no boletim *Contato*, do Movimento Familiar Cristão, em maio de 2000, portanto mais recentemente, há algumas referências pouco elogiosas ao juiz:

O juiz de fora Luiz Forte Bustamante e Sá se metera em trambiques durante a invasão francesa no Rio de Janeiro (1711). Apurado tudo pelo Tribunal de Alçada foi ele degredado para Mazagão, na África. Contudo o dito Bustamante subornou o carcereiro e ambos fugiram para a Província de Minas Gerais, onde o primeiro adquiriu fazendas. Pode-se concluir que o juiz desonesto, ao adquirir aqui terras do tal João de Oliveira, já estava de caso pensado. Tudo nos leva a crer que o Meretíssimo Bustamante realmente não presidiu tribunais em nossa cidade porque assim que fora nomeado...já havia se metido em encrencas bravas (2000, p.7)!

Não conseguimos apurar a veracidade das informações contidas no boletim, mas decidimos estampá-las aqui para demonstrar toda a ambigüidade que ainda cerca a figura do personagem mais curioso da cidade. Apesar da polêmica, pelo menos parece não haver mais dúvida de que o juiz existiu e de que viveu aqui com a família. Para Botti:

Em torno do casarão da Fazenda Velha formara-se um povoado com algumas vendas. Os moradores dos povoados próximos ao Caminho Novo, ao longo das margens do Rio Paraibuna, iam ali fazer as suas compras – nas imediações da fazenda de Bustamante e Sá. Ao irem às compras, essas pessoas diziam ir ao Juiz de Fora. Impõe-se a tradição oral de toda essa região: os vários povoados passaram a ser chamados de Santo Antônio do Paraibuna do Juiz de Fora (1994, p. 20).

Em primeiro de outubro de 1828, foi criado o distrito de Santo Antônio do Juiz de Fora, do município de Barbacena, então desvinculado administrativamente da freguesia de Simão Pereira, da qual ainda dependeu, na questão religiosa, por mais 22 anos (FAZOLATTO, 2001, p. 19). A emancipação definitiva foi promulgada em 31 de maio de 1850, passando o distrito à categoria de vila. Fazolatto lembra que “a instalação é adiada por erros de publicação da lei, pois em vez de Vila de Santo Antônio do Juiz de Fora, da Comarca

do Paraibuna, saiu impresso Vila de Santo Antônio do Paraibuna” (2001, p. 19). Apesar disso, na primeira reunião da Câmara Municipal, em 7 de abril de 1853, o município do Paraibuna é instalado. A vila é elevada à categoria de cidade por lei de 2 de maio de 1856 (BASTOS, 1987, p.19). Segundo Fazolatto, a volta ao nome original de Juiz de Fora, em 1865, foi sugestão do barão de São Marcelino, deputado provincial, descendente da família Tostes, que, assim estaria corrigindo um erro do passado⁸. Entre os motivos para fazer a correção, ele teria alegado “que o novo nome não pegou e que todos continuavam a falar em Juiz de Fora, com exceção da documentação oficial. Enfrentaram-se também problemas postais, em função de uma Paraibuna homônima, criando sérias dificuldades de entrega de correspondências” (FAZOLATTO, 2001, p. 26).

Apesar de sua importância como lugar de memória, a casa do juiz de fora foi demolida entre 1943 e 1946, mesmo com a grande campanha em prol do tombamento e restauração, encabeçada pela imprensa e várias lideranças locais. A casa ficava entre os quarteirões formados pelas ruas Almada Horta, Barão de Juiz de Fora e avenida Garibaldi, na região sudeste da cidade⁹. Várias tentativas de tombamento foram feitas junto ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que foi, pelos relatos da imprensa, extremamente sensível a essa demanda e chegou a ordenar o tombamento do prédio, mas a burocracia pública dificultou as negociações e possibilitou a demolição da casa, autorizada pela Divisão de Obras da Prefeitura da época (PASSAGLIA, 1982, p.182).

A destruição da “fazenda velha”, de certa forma, corrobora o perfil de **desenraizamento** da população de Juiz de Fora que, ao longo dos anos, viu serem demolidos vários dos principais exemplares arquitetônicos de sua história. Este foi o tema de um artigo escrito pela psicóloga Regina Amélia G. Paula, que retoma a questão delicada dessa “identidade” perdida:

Este objeto inicial, anônimo, introjetado como um objeto ruim, que foi expurgado, que foi “de-jetado” (lançado para fora), e portanto, na nossa identidade histórica, portamos essa ambiguidade. O que está internalizado é ruim, e deve ser expurgado, por isso, precisamos do reforço do que vem “de fora” para nos dar forma (1994, p.15).

⁸ Nem todos os pesquisadores da história da cidade defenderam a versão apresentada por Fazolatto. Há aqueles, como é o caso de Paulino de Oliveira e Wilson de Lima Bastos, que acharam que a correção do nome não tinha a menor justificação. Sobre isso, ver OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. 2.ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

⁹ Depois da demolição, não há forma de se identificar onde ficava exatamente a casa do juiz de fora, porque não foi feita nenhuma sinalização no local. Da casa, só restaram fotografias e pinturas.

Regina Paula completa:

Somos pejorativamente apelidados de “cariocas do brejo” por outros mineiros, que vêm com reservas esse nosso impasse de identidade histórica e cultural. “Cariocas”, porque importamos muito, vivemos o que vem lá de fora (Rio), e do “brejo”, porque ainda não pisamos na terra firme do solo mineiro, e ainda não assumimos a nossa identidade (*ibid.*, p.16).

A ambigüidade revelada por Regina Paula é confirmada por fatos curiosos que pontuaram a história da cidade. No século XX, o dirigente da antiga UDN, Jesus de Oliveira, fundador do jornal *O Lynce*, que circulou na cidade por 67 anos ininterruptos, desde 1912, lutou pela emancipação da Zona da Mata. “Em ‘O Lynce’, defendeu a criação de um novo estado com a união da região e alguns municípios do estado do Rio, que formariam o estado da Paraíba do Sul, cuja capital seria Juiz de Fora”¹⁰. Em sua tese de doutorado, Simone Maria Rocha também faz o relato de outras tentativas de emancipação no território mineiro¹¹.

2.2 A ORDENAÇÃO DO NÚCLEO URBANO

O esgotamento da exploração do ouro vai atrair para novas fronteiras da província das Minas, entre elas, a região da Mata, a atenção dos empreendedores e aventureiros. Por volta de 1817 e por influência de Dom João VI, o entorno de Juiz de Fora começava a ganhar novas características com a introdução da **cultura do café**, que se expandia do Vale do Paraíba para a região. Até então, por aqui, só existiam “roças”, com uma quase incipiente agricultura de subsistência. O café que, inicialmente, é cultivado na Fazenda São Mateus (BASTOS, 1987, p. 17), vai se transformar na grande riqueza da região.

Neste período, é de fundamental importância a abertura da **estrada do Paraibuna**, ligando Ouro Preto à capital do Império, e cujo projeto remonta a 1836. Para Wilson de Lima Bastos (*ibid.*, p. 20), a iniciativa “evidenciava o ensaio de integração regional do Brasil, para o queurgia uma adequada rede de comunicações rodoviárias”. O engenheiro e militar alemão

¹⁰ ROCHA, Isaura. Jesus de Oliveira: histórias de um idealista. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 7 fev. 2001. Caderno Dois, p.1.

¹¹ A questão da emancipação de algumas das regiões mineiras tem um caráter recorrente. No Triângulo Mineiro, por exemplo, a presença do discurso do separatismo data de 1880, quando foi sugerida a criação da província de Entre Rios, capital Uberaba. Tal observação, feita por Antônio Cândido Mello e Souza, em seminário sobre a economia mineira, em Belo Horizonte, em 2002, é citada na tese de doutorado de Simone Maria Rocha (2003, p. 294). Segundo Rocha (*ibid.*, p. 294), a idéia foi retomada mais recentemente: “Em 1968, a União para o Desenvolvimento e Emancipação do Triângulo – UDET, fez circular um documento ‘Emancipação do Triângulo, diálogo do Emancipacionista’ o qual tinha por lema ‘Dividir para governar’ e justificava tal empreitada como um caminho rumo ao progresso e ao desenvolvimento”.

Henrique Guilherme Fernando Halfeld¹² foi contratado para a empreitada, que mudou a fisionomia do povoado, até porque, a partir de então, o núcleo urbano passou a se concentrar principalmente em torno do traçado da estrada, que é, hoje, a Avenida Barão do Rio Branco.

Henrique Halfeld¹³, que adotou a nacionalidade brasileira, em 1840, fez parte de uma **geração de “pioneiros”**, cultuados até hoje, que ajudaram a planejar e ordenar o espaço do futuro núcleo urbano de Juiz de Fora. Os relatos sobre a construção da cidade, que aparecem mais de cinco décadas depois, são caracterizados pelo tom elogioso e reforçam o mito heróico da ocupação do território, como este do jornalista Albino Esteves:

E Juiz de Fora se povoáva, novas habitações eram construídas, a lavoura começava a se desenvolver; não mais havia covís de assassinos, ou centros onde se reunissem quilombos de negros fugidos, como acontecia outr’ora, quando se amoitavam os negros, junto às fraldas do Morro do Imperador (1910, p.1).

Segundo Fazolatto (2001), o censo populacional de 1855, aponta para uma população de 27.722 habitantes, o que significa um grande crescimento em relação ao mapa da população, de 1831, que registrava apenas 1419 pessoas na localidade. O mais curioso é que **mais da metade da população**, exatamente 16.428 habitantes **eram escravos**, sem falar que, entre os cidadãos livres, estavam incluídos os pardos e escravos alforriados, o que significa um número muito pequeno de brancos, apesar disso, nos relatos sobre a formação da cidade, escritos anos depois, por jornalistas e intelectuais, há raríssimas referências à colaboração ou aos hábitos dos negros, notoriamente **excluídos** das narrativas “oficiais” .

Naquele momento da história, Juiz de Fora é o centro que atrai os investimentos de uma **burguesia emergente**. É assim com Mariano Procópio Ferreira Lage que, através do Decreto Imperial nº 1.031, de 7 de agosto de 1852, ganha a concessão para construir e explorar os serviços de uma outra nova estrada. Fascinado pelas novidades tecnológicas, que ele conheceu na Europa e nos Estados Unidos, Mariano Procópio, nascido em Barbacena,

¹² Segundo Fazolatto (2001, p.23), “Halfeld, que chegou ao Brasil em 1825, contratado como oficial mercenário do Corpo das Tropas Estrangeiras do Exército Brasileiro, era um homem culto e preparado e a quem o município e o Brasil muito devem por diversos trabalhos, como a exploração do Rio São Francisco e afluentes, o que lhe consumiu quatro anos fora de casa”. Citado por Pedro Nava (1999, p. 124-125), no seu livro *Baú de Ossos*, já que foi o primeiro marido da avó do escritor, ele é descrito como homem de costumes refinados, que se divertia fazendo jóias, móveis e observações astronômicas. Sua biblioteca tinha cerca de 400 volumes, com obras alemãs, francesas e inglesas.

¹³ Durante muitos anos, o engenheiro Halfeld foi considerado como “fundador” da cidade de Juiz de Fora, pelo trabalho de urbanização ali desenvolvido. Pesquisadores como Paulino de Oliveira e Wilson de Lima Bastos defenderam esta posição, questionada depois por outros estudiosos. Durante o governo de Itamar Franco, como prefeito de Juiz de Fora, em 1973, o engenheiro Halfeld recebeu, oficialmente, o título de fundador da cidade.

construiria em Juiz de Fora a mais moderna estrada macadamizada¹⁴ da América do Sul, onde ele pretendia implantar o sistema de cobrança de pedágios.

Voltando ao Brasil, Mariano Procópio organiza a **Companhia União & Indústria**. Em 12 de junho de 1858, chegam à cidade os primeiros colonos alemães por ele contratados para a construção da estrada.

Agricultores e artesãos-operários formavam conjunto imigrado para Juiz de Fora, que decisivamente influenciou para a incorporação de hábitos e objetivos de vida diversas da tradição dominante, colaborando para que a cidade interiorana, não ficasse apenas impregnada por um sistema patriarcal agrário (PASSAGLIA,1982,p.23).

Newton Barbosa de Castro registra a importância da **estrada** na mudança de hábitos que aos poucos vai sendo verificada:

A história de Juiz de Fora é ligada à história de estradas. A Estrada União Indústria foi a primeira estrada com características modernas construída no Brasil e significou para Juiz de Fora o início de uma nova etapa no seu desenvolvimento. De pequeno povoado, Juiz de Fora tornou-se a cidade mais importante da Província. Trouxe também modificações importantes na própria mentalidade da época, com seu dinamismo e sentido de modernidade. Representou uma era que se iniciava, contrastando com um mundo que agonizava, o das lentas tropas de muare (1987, p.63).

Domingos Giroletti mostra que a rodovia, além de facilitar o escoamento do café, possibilitou que a cidade se transformasse num verdadeiro **entrepósito comercial**:

Juiz de Fora se transforma, como ponto terminal da mais importante via de comunicação da Província, no local de passagem obrigatória entre Minas e Rio de Janeiro, no núcleo econômico mais dinâmico da zona da Mata e polarizador de uma vasta região de Minas e parte de Goiás (1988, p. 41).

O crescimento econômico se reflete no processo de urbanização e também na arrecadação de tributos. Se, em 1861, Juiz de Fora já era o terceiro município arrecadador da província, antes de 1870, já tinha se transformado no principal arrecadador de Minas Gerais (*ibid.*, p.47). Na década de 1860, também se empreendem iniciativas para ordenar o crescimento urbano, com a organização da **primeira planta da cidade**, incluindo o alinhamento e nivelamento de ruas e a demarcação de praças e logradouros públicos; a construção do matadouro municipal; a canalização e o rebaixamento do rio Paraibuna para facilitar o escoamento das águas e sanear as áreas pantanosas próximas à cidade (*ibid.*, p.48).

¹⁴ De acordo com Wilson de Lima Bastos (1987, p.22), o macadame era uma mistura de cascalho e pixe usada

Acontece a intensificação do comércio com a instalação de várias vendas e armazéns. Em 12 de setembro de 1870, inaugura-se a **primeira estação telegráfica** da cidade (ESTEVES, 1915, p. 66); em 1878, é a vez do fórum, construído com donativos populares (*ibid.*, p. 68), o que demonstra o compromisso das classes emergentes com a construção da cidade.

Apesar do **discurso progressista e ufanista** que observamos em quase todos os trabalhos sobre o período, registram-se em alguns textos, ainda minoria, também os problemas advindos do crescimento. Ao que tudo indica só agora os pesquisadores estão trabalhando com a **história não “oficial”**:

A ampliação urbana sem um controle adequado levou a um péssimo estado sanitário. Uma grande epidemia de varíola assolou a cidade, que já havia sofrido com um surto de cólera há anos atrás. A Câmara Municipal, alarmada, passou a tomar sérias providências através da fiscalização mais efetiva, da limpeza pública, criação de esgotos, proibição da criação de porcos, etc. (OLIVEIRA, M., 1991, p. 50).

Além das deficiências de infra-estrutura, a cidade vê crescer a violência:

Assim, dos 1634 processos criminais encontrados no Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora, 1101 foram abertos entre 1871 e 1891, ou seja, aproximadamente 68% do total dos processos no período imperial. [...] chamamos a atenção para as tipologias referentes a tentativa de homicídio, homicídio e ofensas físicas que juntos somam nas duas décadas em questão 524 casos ou 47,5% do total de processos (ALMEIDA, 2004, p. 61).

É fundamental que seja observado que, na pesquisa historiográfica sobre o município de Juiz de Fora, apenas nas duas últimas décadas, os pesquisadores estejam investigando novas facetas da cidade que, por muitos anos, ficaram escondidas sob o **discurso triunfalista da industrialização** e a **trajetória mítica dos heróis**. Nos jornais do final do século XIX e início do século XX, fontes primárias indispensáveis aos pesquisadores, é muito grande o número de textos que enaltecem a cidade, textos estes que, na nossa opinião, foram fundadores do mito desenvolvimentista de Juiz de Fora. Existe uma outra cidade, até então invisível, que surge quando do estudo mais detalhado da imprensa e de outras fontes documentais, encontradas em arquivos públicos e privados, mostrando problemas relativos à pobreza, às doenças e aos crimes.

2.3 IMIGRAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO: A CIDADE COSMOPOLITA

Os primeiros imigrantes chegaram à cidade em janeiro de 1856. Eram 150 pessoas, entre engenheiros, técnicos e operários, com o objetivo de planejar a estrada União Indústria. Dois anos depois, em 1858, chegariam mais 1165 alemães, estes vinham com o objetivo de formar uma colônia para o abastecimento agrícola do mercado interno. De acordo com Mônica Ribeiro de Oliveira, esta era a política de imigração da época, voltada para a formação de colônias, com população intermediária entre escravos e latifundiários. Neste primeiro momento, ainda não se pensava na substituição da mão-de-obra escrava pela livre¹⁵. Estavam assim os imigrantes divididos em duas grandes categorias: o serviço da estrada e a lavoura. Ambas formavam a Colônia D. Pedro II, sendo a parte agrícola, denominada Colônia de São Pedro – onde funcionou a primeira escola agrícola de Minas, e a outra, Colônia Industrial, mais tarde, Mariano Procópio (BASTOS, 1987).

A estrada União e Indústria foi inaugurada em 23 de junho de 1861, com a presença do imperador e da família imperial. Poucos anos depois, em 1865, convidado a percorrer a estrada, de Petrópolis a Juiz de Fora, o naturalista americano L. Agassiz tece comentários curiosos, comparando as vantagens de se fazer num único dia o trajeto que, antes, necessitava de uma cavalgada de dois ou três:

Presentemente vae-se de Petropolis a Juiz de Fora em carruagem, do erguer ao pôr do sol, sobre uma boa estrada de posta, que não cede logar a nenhuma outra do mundo.

Em todas as dez a doze milhas, encontra-se uma muda de animais frescos em alguma linda estação, construida comumente em fôrma de **chalet suiso** [destaque nosso]. Estes estabelecimentos são quase todos cuidados por colonos allemães, attrahidos anteriormente ao paiz para a construcção da estrada, e cuja emigração é de grande vantagem para a provincia: em toda a parte onde as pequenas **aldeias alemãs** [destaque nosso], estão agrupadas, no fundo das collinas, vêem-se viçosos jardins repletos de legumes e de flores e casa aceiadas onde tudo annuncia a economia e o amor ao bem estar interior, virtudes que caracterizam em toda a parte o bom camponez da Allemanha (*apud* ESTEVES, 1915, p. 61).

A narrativa bucólica encobria um cenário menos sereno e mais preocupante:

A situação financeira da União Indústria se tornou difícil alguns anos depois da inauguração da estrada em 1861. Logo, Mariano Procópio solicitou ao governo imperial a revisão do contrato feito quando da criação da companhia. A comissão

¹⁵ É curioso se observar que, ao lado dos imigrantes, a mão-de-obra escrava também atuou na construção da rodovia. Os escravos eram alugados de várias regiões de Minas, mas, principalmente, do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, M., 1991, p. 60), apesar de ser expressamente proibido o emprego de escravos nesse tipo de empreendimento contratado com o Governo (OLIVEIRA, A. *apud* BASTOS, 1987, p. 23).

responsável pela análise do mesmo transferiu para o Estado a propriedade da estrada e definiu certas obrigações sob o encargo da Companhia, como a continuação da direção da Colônia de D. Pedro II sem qualquer auxílio governamental bem como a criação e manutenção de uma Escola Agrícola. [...] A escola teve vida curta e foi fechada (OLIVEIRA, M., 1991, p. 65).

Muitos colonos se sentiam, neste período, desamparados pelo governo municipal e marginalizados dos benefícios da urbanização. Segundo Mônica Ribeiro de Oliveira (*ibid.*, p. 67), a população de Juiz de Fora também reclamava em relação a certos estrangeiros que perturbavam a tranquilidade pública. “[Estas afirmações] certamente eram feitas com relação àqueles que, com sua produção arruinada, abandonavam suas terras em direção à cidade e se juntavam a outros estrangeiros sem nenhuma atividade profissional definida”. Mesmo assim, alguns conseguiram sobreviver aos desacertos e até mesmo tirar proveito deles...

Em 1875, a **ferrovia D. Pedro II**¹⁶ chega a Juiz de Fora, reforçando a importância do entreposto comercial. Em 1876, é feita a rescisão de todos os contratos da Companhia União Indústria. A colônia agrícola é oficialmente extinta em 1885.

Por volta de 1870, o desinteresse dos colonos para com a terra era tal, que começaram a vender seus prazos. Faltavam-lhes incentivo e mercado para revender os produtos. A delicada situação motivou o depoimento de Catharina Munk, viúva de Paulo Munk, em 1874, onde declara que vive em estado de pobreza extrema e sustenta-se, bem como a seus filhos menores, pela retidão de seu trabalho cotidiano, consistente na tirada e venda de lenha, profissão abraçada pela generalidade dos colonos de que fazia parte a suplicante (FAZOLATTO, 2001, p. 29).

Com tal situação, muitos dos colonos e empregados da estrada se viram obrigados ou a trabalhar nas pequenas fábricas que começavam a funcionar ou a criar seus próprios negócios.

Surgiram, então, oficinas de diversos tipos, fabriquetas e fábricas maiores, merecendo registro diversas fábricas de cerveja, de carroças e veículos de transporte, curtume, mecânicas, artefatos de ferro e aço, estamparia, cartonagem, etc. Tornou-se a cidade centro de notável prestação de serviços e, ao mesmo tempo, de alentado movimento industrial (BASTOS, 1987, p.25)

O curioso é observar que os Weiss, Scoralick, Surerus, Freesz e tantos outros ainda conviveram por muito tempo com os barões, marqueses, condes e viscondes do Império, que fizeram sua fortuna na exploração do café, num evidente contraste entre a urbanização e a modernidade e a estrutura agrária escravocrata, numa cidade pródiga em títulos de nobreza.

¹⁶ Mais tarde, esta ferrovia se torna conhecida como Estrada de Ferro Central do Brasil.

Para dar uma dimensão mais exata deste contraste, podemos recorrer aos números da mão-de-obra escrava. Juiz de Fora, na época, era a segunda cidade da Província nesse tipo de população.

Se, em 1876, a maior população escrava na Província de Minas Gerais era registrada em Leopoldina, num total de 15.253 cativos, a liderança, em 1883, neste tipo de população, estava com Juiz de Fora, que contava, então, 21.808, enquanto Leopoldina apresentava 16.001. Eram os dois mencionados municípios, naquela altura do século XIX (dezessete anos para o século XX) os que maior número de escravos possuíam, para uma população cativa global da Província, estimada em 365.861. (BASTOS *apud* BASTOS, 1987, p.25).

Em 1887, cafeicultores e empresários industriais organizaram a Sociedade Promotora da Imigração com o intuito da introdução e estabelecimento de imigrantes na província, neste caso, com o objetivo de substituição da mão-de-obra escrava. Bastos (1987, p. 27) chama a atenção para o fato de que foi justamente em Juiz de Fora que se instalou a Hospedaria Horta Barbosa, mais conhecida como a **Hospedaria de Imigrantes**, única em todo o Brasil, criada com o objetivo de abrigar os estrangeiros, logo de sua chegada ao país. Para Mônica Ribeiro de Oliveira (1991, p. 82), “a cidade foi escolhida como sede da hospedaria porque representava o principal centro urbano e industrial da Zona da Mata e estava num importante entroncamento ferroviário, portanto, de fácil distribuição de imigrantes”. No período de 1894 a 1901, 52.582 imigrantes entraram no país pela Hospedaria Horta Barbosa, destes, 47.096 eram italianos, 352 portugueses, 188 austríacos, 1853 espanhóis, os outros poucos mais de três mil não foram identificados (MONTEIRO *apud* OLIVEIRA, M., 1991, p.106). Mas a maior parte desta segunda leva de imigrantes, a grande maioria italiana, não ficou em Juiz de Fora. Para efeito de comparação, basta observarmos os dados do Censo de 1920¹⁷, que mostra que existiam apenas 3.389 imigrantes italianos em todo o município, que, além de Juiz de Fora, congregava várias regiões vizinhas, em sua maioria voltadas para a produção agrícola (OLIVEIRA, M. 1991, p. 110). Mesmo com o interesse de atrair imigrantes para a lavoura, o número daqueles que realmente se fixou no estado de Minas ficou bem aquém do desejado pelo governo da época, além disso, a baixa remuneração, o despreparo e a violência dos fazendeiros, entre outros fatores, levaram os estrangeiros a preferirem se estabelecer na cidade, como operários, comerciantes, pequenos industriais ou no setor de serviços (GIROLETTI, 1988, p. 67).

¹⁷ O censo de 1920 indica uma população de 51.392 pessoas para a cidade de Juiz de Fora e 118.166 para o município, sendo que, apenas 5% da população do município é composta por estrangeiros, isto é, 6.062 habitantes.

Daqueles que se envolveram nas funções urbanas na cidade, 58% se dedicaram ao comércio de gêneros alimentícios, armarinhos, móveis, sapatos, etc. (OLIVEIRA, M., p. 116). A autora reforça na sua análise que a contribuição imigrante na cidade foi sempre ligada às pequenas oficinas e ao pequeno comércio. Entre os italianos, foi praticamente único o caso de Pantaleone Arcuri, nascido na Itália, em 1867, que emigrou para o Brasil e, aos vinte anos, atuava como pedreiro. Após 1890, já era empreiteiro, construindo grandes obras e comercializando materiais de construção e, em 1905, se transforma em grande proprietário de uma fábrica de ladrilhos e telhas (*ibid.*, p. 119-120)¹⁸. Isto é, para a pesquisadora, a história do imigrante que chegou pobre e fez fortuna faz parte mais da ordem do mito que da realidade. De qualquer forma, é notável observar como a presença do imigrante mudou o cenário da cidade, inclusive o cultural: “A presença italiana se refletiu até no nível das expressões artísticas, quando a cidade passou a receber constantemente caravanas de apresentações líricas, teatros e companhias ilusionistas italianas, tal como demonstram as propagandas através dos jornais”(*ibid.*, p. 118).

Com relação a este período da história, é importante registrarmos que, apesar da reorganização a que foi submetida a Hospedaria de Imigrantes, em 1895, o local enfrentava muitos problemas:

[...] as condições de higiene eram ruins somadas à sobrecarga de pessoas em determinadas épocas. Estas condições conduziram à propagação de doenças, como o sarampo e a varíola, por exemplo, que atacou a hospedaria em janeiro de 89. [...] Foi feito um cordão sanitário, evitando o contato do bairro onde estava a hospedaria com o resto da cidade. A doença assumiu proporções de uma epidemia, fazendo com que fosse suspensa a entrada de mais imigrantes (OLIVEIRA, M., 1991, p. 102).

Além de alemães e italianos, outros grupos de imigrantes que foram importantes na formação da cidade de Juiz de Fora foram os sírios e libaneses. Os primeiros sírios a entrarem no Brasil, chegaram ao país na década de 1890, atraídos pela “extensão continental, clima, facilidades e ambiência humana”(BASTOS, 1988, p.22). Mas a maior parte veio apenas no período da Grande Guerra de 1914/1918. Em Juiz de Fora, no período de 1913 a 1969, chegaram 66 sírios, todos procedentes da mesma cidade, Yabroud. Destes, 31 vieram com destino específico para Juiz de Fora, os outros, foram para outros municípios e depois

¹⁸ Com relação aos alemães, a pesquisadora defende o mesmo ponto de vista, isto é, a maioria se dedicou aos pequenos empreendimentos, com exceção da Malharia Antônio Meurer, que começa com o comércio de fazendas, armarinho e venda de produtos importados e, aos poucos, se transforma em fábrica de meias de seda, depois que o proprietário detecta a grande procura do produto pelas senhoras da região (OLIVEIRA, M., 1991, p. 86).

vieram para cá. Além destes, outras famílias sírias, originárias de outros pontos do país, se destinaram depois para Juiz de Fora (BASTOS, *op.cit.*, p. 25).

Entre os pesquisadores que se dedicaram ao período há, em vários momentos, a preocupação em discriminar quais os setores que teriam atraído novos capitais de investimento para a cidade, mudando o perfil de Juiz de Fora, no final do século XIX, e criando uma nova identidade para a cidade, a **identidade industrial**. Durante nossa pesquisa, observamos que não há consenso entre aqueles que se debruçaram sobre o tema, apesar de todos reconhecerem a contribuição do estrangeiro na formação da cidade.

Newton Barbosa de Castro (1987, p.68) destaca a importância dos imigrantes alemães, posteriormente seguidos pelos imigrantes italianos, no processo de atração de capitais. De acordo com o pesquisador, os imigrantes alemães praticamente dobraram a população do núcleo urbano (com um forte contingente de mão-de-obra especializada – artífices – e não especializada – colonos), ampliaram o mercado de trabalho, reinvestiram em ampliações, contribuíram para a criação de uma infra-estrutura técnica que abrirá caminho para o estabelecimento de outros investidores e também para a formação de uma **classe média** representativa, que não sendo a **aristocracia cafeeira**, consumidora de importados, e nem a **massa de escravos**, impossibilitada de consumir, formou um mercado para produtos manufaturados produzidos na região.

O jornalista Wilson Cid analisa de forma criativa o espírito dos imigrantes que tanto influenciaram a industrialização.

A experiência européia, aliou-se também a uma estrutura familiar introspectiva; muito fechada, até mesmo para responder a uma tradição religiosa de confissão luterana que esses estrangeiros trouxeram. Sem afeição ao lazer, despreocupados com a ostentação, intimistas, mais preocupados em guardar o dinheiro que ganhavam, como segurança de seu grupo, tão distante das origens, os prussianos pioneiros nada mais tinham a fazer além de reinvestir em suas indústrias. O trabalho, quase uma religião, era a fonte de prazer. Além disto, eram evidentes o esforço para a colaboração grupal da colônia e a tendência de vincular o dinheiro a empreendimentos comuns. O grande número das indústrias mecânicas e, depois, da indústria cervejeira, pode explicar um pouco essa preocupação com o estar junto (1987, p.73).

Mônica Ribeiro de Oliveira (1991, p. 146) se posiciona de forma um pouco diferente. Ela questiona o **mito do imigrante empreendedor**, responsável pela industrialização da cidade. A autora acredita que a participação do imigrante foi restrita (casas comerciais, oficinas e pequenas manufaturas) e que a da burguesia nacional foi bem maior neste sentido .

Na verdade, uma conjunção de situações podem explicar a onda de desenvolvimento, nos moldes capitalistas, que invadiu a cidade no final do século XIX.

Wilson Cid caracteriza o período como “um exemplo absolutamente autêntico da iniciativa privada” que ocorreu pela conjunção de alguns fatores:

- I – uma estrada – a “União e Indústria” – que não era apenas a maior do País, mas uma das melhores do mundo, permitindo o escoamento, a conquista de mercados e a atração de riquezas, levando-nos a desempenhar o papel de movimentadíssimo empório, destinado a atender não apenas à província e ao Estado, mas também a outras regiões cujos interesses econômicos aqui aportavam,
- II- a estrutura social com experiência européia que saltou da “União e Indústria”, quando a empresa de Mariano Procópio já periclitava, para as primeiras empresas mecânicas e de bebidas,
- III – a capacidade amplíssima do agir e do fazer, sem o intervencionismo do Estado, ao lado de uma confiança em normas e instrumentos econômicos inalterados. Oferecia-se garantia ao investimento,
- IV – a existência de uma elite empreendedora, que veio do café (1987, p.73).

A esses fatores, Botti (1994, p. 79) acrescenta a oferta de serviços de comunicação: a disponibilidade de telégrafo (1870), de telefone urbano (desde 1883), e dos Correios (desde 1885) constitui uma rede de serviços bastante completa, permitindo rapidez e eficiência nas comunicações.

Voltando o olhar para o comportamento humano, é Wilson Cid quem observa:

Ao contrário da característica aventureira da caça ao ouro e às pedras preciosas, a atividade rural na região de Juiz de Fora, como, de resto, em toda a Zona da Mata, vai desenvolver-se dentro de padrões diferentes. Os homens são mais fechados, não gostam do risco, desdenham as iniciativas aventureiras, passam a compreender na plenitude o sentido da família, do ser agregado. E começam a gostar da terra. Pois bem: foram as fazendas, com seus imensos cafezais, a agricultura de subsistência e a pecuária que deram a Juiz de Fora o segredo do cofre que guardou grandes fortunas e que, mais tarde, decadente o café, serviram para alimentar muitas indústrias como também fariam da atividade bancária local uma das mais intensas do país. O café – é bom insistir – plantou as bases de uma estrutura de baronato, do qual surgiria mais tarde a elite industrial e capitalista (1987, p.74).

2.4 A “EUROPA DOS POBRES”

Para financiar a produção crescente, Juiz de Fora teve intenso movimento bancário, no século XIX, embora o mais antigo estabelecimento bancário de Minas Gerais tenha sido o Banco Almeida Magalhães, fundado em 17 de março de 1860, em São João del Rei. O Banco do Brasil, que iniciou suas atividades em 11 de dezembro de 1809, só teve agência em Juiz de Fora, em 1918. O primeiro banco criado em Juiz de Fora foi o Banco Territorial e Mercantil

de Minas Gerais (13 de julho de 1887). Ele funcionou por pouco tempo, tendo encerrado suas atividades em maio de 1892, por problemas de má condução dos negócios.

O segundo banco criado na cidade foi o **Banco de Crédito Real**, em 1888:

A montagem da estrutura do Banco de Crédito Real teve por primeiro passo a reunião dos seus iniciadores, ocorrida em 18 de setembro de 1888, plano advogado por elementos do maior realce da sociedade juiz-forana de largo prestígio e que desfrutavam, além disso, da fama de vitoriosas experiências em outros empreendimentos. Eram homens de visão, criadores de riqueza, experimentados sobretudo nas lides do comércio e marcados por um raro sentimento de responsabilidade e de coragem (ALVARENGA FILHO, 1987, p.38).

Entre os jovens empreendedores que foram atraídos pela possibilidade de investimentos na cidade, é indispensável a citação de Bernardo Mascarenhas, que aqui instalou a **primeira usina hidrelétrica da América Latina** e que fez com que a pacata Juiz de Fora substituísse os lampiões de gás pela iluminação elétrica, antes mesmo que a Velha Europa.

Nascido em 1846, em Diamantina, estudante do Colégio Caraça, Mascarenhas, muito cedo, detecta a demanda por produtos têxteis, que poderiam ser fabricados no país, concorrendo com as mercadorias importadas. Ele abre uma sociedade com dois dos seus irmãos para a construção de uma fábrica, e viaja para os Estados Unidos, onde permanece por 18 meses, “estudando física e mecânica, além de pesquisar especificamente processos de fabricação de produtos têxteis” (BOTTLI, 1994, p.22). Ao retornar ao Brasil, em plena Guerra do Paraguai, surgem as dificuldades alfandegárias para liberação do material comprado para a montagem da indústria. Além disso, havia o problema do transporte, já que, apenas até Juiz de Fora, estavam garantidas as boas condições de viagem do equipamento. “Daí por diante, tratava-se de transportar 250 toneladas de máquinas por carro de boi. Foram 30 dias de viagem” (*ibid.*, p.22). Mas, apesar de todas essas dificuldades, a indústria foi montada, em Cedro, iniciando sua produção em 1868. Seis anos depois, os sócios resolvem abrir outra tecelagem, na Fazenda Cachoeira.

Em 1874, Bernardo Mascarenhas vai à Europa com o intuito de atualizar conhecimentos e adquirir equipamentos. Ele inclui os Estados Unidos no roteiro, onde se apaixona pelo papel da eletricidade no desenvolvimento da indústria têxtil. Afoito, ele parecia estar à frente do seu tempo (mantinha, nas empresas, uma “avançada política de pessoal, que incluía um sistema de premiação quinquenal progressiva, além da constituição de um fundo de aposentadoria (‘Caixa Econômica’), mantido pelos próprios empregados” (*ibid.*, p.24).

Um espírito tão arrojado não estaria livre de muitos embates com a família. Depois da morte do pai, Bernardo deixa a sociedade com os irmãos e parte para Juiz de Fora.

A idéia de iluminar Juiz de Fora através da eletricidade transforma-se para Mascarenhas em forte determinação. Em agosto de 1887, comparece à inauguração da iluminação elétrica da Cia. Industrial Mineira (que pertencia ao grupo inglês) e decide não mais perder tempo: em requerimento de 11 de outubro, solicita à Câmara Municipal mudança no contrato de fornecimento de iluminação, que passaria a ser gerada eletricamente, consideradas as vantagens dessa alternativa sobre a iluminação a gás (BOTTI, *op. cit.*, p.28).

Nesta época, parecia haver uma verdadeira conjugação de fatores que faziam de Juiz de Fora um excelente **pólo de atração de investimentos**. De acordo com o professor Almir de Oliveira:

A cidade crescia. Sua população ganhara outra fisionomia. Aquela *urbs* de gente rural assumia o aspecto de um burgo comercial e industrial. Construía-se edifícios públicos, melhoravam de aspecto as construções particulares, veio o telefone, vieram os bondes puxados a burros, multiplicaram-se as escolas secundárias e chegaram as superiores, fazia-se saneamento, o poder público introduzia melhoramentos... Em 1877, eram 872 as casas residenciais aqui existentes, o que autoriza a estimativa de uma população de cerca de 5.000 habitantes. Em 1885, essa população já ascendera a 17.622 habitantes. Desenvolviam-se as atividades culturais, multiplicavam-se os jornais (1987, p.87).

No dia 7 de janeiro de 1888, antes mesmo da aprovação final do projeto pela Câmara Municipal, Mascarenhas promoveu a reunião de fundação da Companhia Mineira de Eletricidade (CME). Ao mesmo tempo, a tecelagem ia sendo concretizada. “Funcionando em prédio imponente, com 46 janelas estrategicamente dispostas de forma a possibilitar a penetração da luz solar, além da livre circulação de ar, a Tecelagem Mascarenhas logo se incorpora à economia de Juiz de Fora” (BOTTI, 1994, p.30). Mas não são apenas as características de modernidade que qualificam este tipo de empreendimento. Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade (1987, p. 34) chama a atenção para um aspecto menos moderno das fábricas que surgem na última década do século, substituindo as pequenas oficinas: o emprego de imigrantes e brasileiros e, entre os últimos, o **recrutamento de menores em asilos e instituições de caridade e mulheres para as fábricas de tecidos**. “Em 1897, um jornal do Rio publica reportagem sobre a cidade e destaca a fábrica de Bernardo Mascarenhas: ‘O motor faz mover 64 teares e ao redor destes movem-se 150 pessoas, a maior parte moças e meninas, umas brasileiras, outras espanholas e italianas’” (MASCARENHAS *apud* ANDRADE, 1987, p. 35).

Antes da inauguração da iluminação, a cidade já se encontrava em franco processo de industrialização. Já havia em Juiz de Fora nada menos do que dez estabelecimentos industriais, além de quase uma centena de oficinas de artesanato e manufatura (OLIVEIRA, A., 1987, p.83-85). Mesmo assim, foram inúmeras as dificuldades enfrentadas por Bernardo Mascarenhas, que teve que ir à imprensa para defender o seu projeto, acusado de pôr em risco a vida dos cidadãos. Apesar da campanha da imprensa, Juiz de Fora tem a primeira experiência com iluminação pública, no dia 22 de agosto de 1889, às 21 horas.

A cidade virou uma festa. Foguetes, banda de música, a população nas ruas saudava o evento. Pela primeira vez a parte sul do continente visualizava as luzes da energia, captada da força de um rio. Em passeata festiva, a multidão extasiada dirigiu-se à Tecelagem Mascarenhas onde o Sr. Fonseca Hermes saudou enfaticamente Bernardo Mascarenhas pelo sucesso da experiência (BOTTI, 1994, p.41).

Sobre este momento marcante na vida da cidade, Almir de Oliveira tece os seguintes comentários:

Numa época em que, na Exposição de Paris, a lâmpada elétrica ainda era objeto de curiosidade pública, Juiz de Fora se iluminava toda com ela! Enquanto no Velho Mundo ainda rodavam tantos motores movidos a vapor, em Juiz de Fora instalavam-se motores elétricos! Enquanto a indústria de energia elétrica ia se implantando na base da força térmica, do carvão, Juiz de Fora inaugurava na América do Sul a exploração industrial da energia hidráulica! E, enquanto muitas cidades importantes deste País afundavam no marasmo pós-abolição da escravidão, Juiz de Fora arrancava para ser a mais importante cidade mineira e uma das mais importantes do Brasil, oferecendo um exemplo que frutificou por sua indiscutível excelência (1987, p.92).

Mascarenhas enfrentou inúmeras dificuldades para manter o sistema em funcionamento e, não fosse a sua perseverança, teria provavelmente desistido. Mas, pelo contrário, expandiu o fornecimento de energia que, em 1896, já também atendia às outras indústrias instaladas na cidade. Aliás, a energia elétrica atraiu para Juiz de Fora várias novas fábricas. “[Bernardo Mascarenhas] saiu a fazer propaganda, na Capital do Império, da capacidade de Juiz de Fora e da sua indústria de energia elétrica para receber outras indústrias” (*ibid.*, p.87). Ao mesmo tempo, a Companhia diversificava as suas atividades, adquirindo, em 1893, a concessão do serviço telefônico (na cidade, existiam, na época, cerca de 100 aparelhos telefônicos apenas). Apesar de seu empenho, Bernardo Mascarenhas não viveria o suficiente para ver completados todos os seus sonhos de pioneiro. Em 9 de outubro de 1899, ele morre subitamente, depois de sofrer um ataque cardíaco fulminante.

Pouco mais de uma década transcorreu após a morte de Mascarenhas, e sua família, desinteressada de tocar o negócio, perde o controle acionário da CME. Em 1907, a Companhia Mineira de Eletricidade, que já era proprietária também da Ferro Carril Bondes de Juiz de Fora, passa às mãos do grupo Assis – Penido. O oferecimento de energia hidrelétrica, na cidade, foi um fator inegável de atração de novos investimentos. “[...] Juiz de Fora em 17 anos triplica seu parque industrial, o que corresponde a uma taxa de crescimento da ordem de 13% ao ano” (BOTTI, 1994, p. 86). O crescimento da força de trabalho também é claro. Dados do Censo de 1920 mostram uma população de 118.166 pessoas no município, sendo 51.392, na cidade, destas, 8.353 operários e, destes, 6.062 estrangeiros (3.389 italianos, 1.575 portugueses, 348 turcos, 323 alemães, 178 espanhóis e 249 cuja origem não foi identificada) (RECENSEAMENTO DO BRASIL *apud* ANDRADE, 1987, p. 37)¹⁹.

Na observação de Pedro Nava, havia, na cidade, no início do século, um grupo de empreendedores, ainda ligados em sua maioria a uma estrutura familiar, que se lançaram à construção de uma cidade, levando em conta um projeto que não era apenas industrial, mas que pensava o perfil do espaço urbano como um todo. Este grupo privilegiado, junto aos imigrantes, deu a Juiz de Fora as características que a fizeram uma cidade ímpar no cenário do início do século. Os Andradas, os Penidos, os Burniers, os Monteiros, os Teixeira Leites, os Assis, os Ribeiros de Oliveira, os Batistas de Oliveira, os Badarós, os Mascarenhas, os Valadares, entre muitos outros, foram os donos de um império:

Das fazendas, das companhias, das empresas, das indústrias, das fábricas, do prestígio nas profissões liberais, das santas-casas, das confrarias, das obras pias, das gotas-de-leite, das sopas-dos-pobres, das irmandades e dos apostolados. Uma piedade exemplar fazia chover sobre todos as bênçãos da Igreja e os juros das apólices. Deste modo, tocar num só era pôr *en branle* e a favor, o executivo, o legislativo, o judiciário, os correligionários, os compadres, os afilhados, os primos de primos dos primos, os contraparentes, Guy de Fongaland, Santa Teresinha do Menino Jesus, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a dos Navegantes, a dos Aflitos, a de Lurdes, o Padre, O Filho e o Espírito Santo... Desses degraus – não precisava esforço para dominar politicamente. É o que aconteceu com essa elite durante uns cem anos da história de Minas e da Mata, e se agora ela começa a perder força, poder e cabedais – é em virtude daquela lei pendular que dá a pais fascistas, filhos comunistas, e às gerações poderosas, descendências demissionárias (2000, p. 270-271)...

¹⁹ Para efeito de comparação, os dados do recenseamento de 1907, apresentados por Albino Esteves (1915, p. 85), mostram uma população de 85.450 habitantes, no município, sendo 28.553, no distrito da cidade de Juiz de Fora; em 1890, o município tinha 55.185 habitantes, sendo 17.622 moradores de Juiz de Fora. Dados curiosos, quanto às informações de 1890, é que, da população total, 5.322 vinham de outros estados e 4.935 eram estrangeiros, além disso apenas 20% do total, isto é, 11.496 habitantes do município sabem ler e escrever.

2.4.1 A educação e seu papel civilizatório

Botti localiza em período anterior à elevação de Juiz de Fora ao status de vila o início da vida cultural da região:

É o que nos revela correspondência de Henrique Guilherme Fernando Halfeld, encaminhada em 1846 a seu filho na Alemanha, ocasião em que menciona os serviços de um Mestre Escola Manoel, que ministrava ensinamentos às crianças da região.

Esta carta, que inaugura oficialmente a história da educação em Juiz de Fora, evidencia que o processo educacional já tinha lugar no mesmo período em que se operava o sinecismo entre os povoados originadores da cidade.

Nesse mesmo ano, aos 14 de março de 1846, o escrivão Carlos Justiniano de Freitas lavrou em registro a criação de uma Companhia de Música por José Venâncio de Assunção Costa, professor de música vocal e instrumental.

Em 24 de maio de 1847, a Lei governamental nº 320 criou a Escola de Instrução Primária de Primeiro Grau (1994, p. 109).

Esteves (1915, p. 62), em seu trabalho pioneiro, cita a existência de uma escola, em Juiz de Fora, em 1860: é o colégio Roussin, dirigido pelo padre de mesmo nome. Várias outras pequenas escolas surgiram nas últimas décadas do século XIX, mas, somente em 1890, apareceria o primeiro grande colégio da região, fundado pela Igreja Metodista, e vocacionado para a formação de mão-de-obra especializada, o Instituto Granbery.

A instalação do Colégio Granbery não acontece sem razão. As elites da cidade cada vez pareciam mais se identificar com o modelo liberal e pragmático observado nos Estados Unidos. Vários filhos desta elite, como já vimos antes, tinham se capacitado em terras americanas e trazido para o Brasil o modelo de uma nova civilização que, já a partir do final do século, num Brasil Republicano, se tornava extremamente influente no ideário nacional.

Para os metodistas, havia um sentido maior de educação em relação à população brasileira, segundo aponta Lola Yazbeck:

As missões protestantes instalaram-se no Brasil com a missão de *civilizar* a população brasileira, por intermédio da educação e da evangelização, pretendendo alcançar a elite e o povo. Os metodistas acreditavam que o catolicismo, com sua fé nos dogmas da Igreja Romana, era responsável pelo atraso do país e que só a religião protestante poderia conduzir ao progresso (1999, p.56).

Além disso, os missionários norte-americanos não tinham uma avaliação positiva sobre as condições morais do povo, “considerando que a *sensualidade afro-tropical*, supostamente tolerada pelo catolicismo, afrontava a moral puritana metodista [...]” (*ibid.*, p.56).

Os católicos mais conservadores também consideravam Juiz de Fora uma cidade pouco afeita a moralismos. Exemplo disso é este comentário sobre o primeiro vigário da vila: “o primeiro vigário da Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna de Juiz de Fora, Pe. Tiago Mendes Ribeiro, era mulato e de vida celibatária duvidosa, mas perfeitamente integrado à maneira de ser da nascente vila de Juiz de Fora” (BOTTI, 1994, p. 110). Ao que tudo indica, quando chegou à região para dar posse ao padre como vigário colado, em 1857, o bispo de Mariana, Dom Viçoso, responsável pela ofensiva católica conservadora, não gostou nada do que viu, até mesmo porque “não foi recebido solenemente pela população local tal como estava acostumado na Região das Minas”(ibid., p.110). Ao que o vigário teria retrucado, “alegando que uma população de lavoura cafeeira, e dedicada ao trabalho fabril, não tinha o mesmo tempo disponível para aclamar o pastor diocesano, como faziam os mineiros”(ibid., p. 110).

A modernização da cidade era vista como ameaça, tanto que Dom Viçoso, por várias vezes, condenou a utilização da iluminação elétrica, e tentou aumentar o número de padres em Juiz de Fora.

Juiz de Fora foi alvo de várias investidas visando aumentar o número de sacerdotes e de ordens religiosas atuantes na cidade, ao mesmo tempo que se propagava a pureza da doutrina católica e se repudiava a modernização como uma ameaça à fé (YASBECK, L., 2000, p. 57).

Para determinadas elites locais, mais preocupadas com o progresso do que com a fé, o modelo de educação americana parecia o mais adequado.

Juiz de Fora foi uma escolha bastante adequada para a instalação de uma escola metodista. A cidade era um centro republicano e, com o acelerado processo de urbanização, a burguesia e a classe média locais requisitam uma formação “moderna” para seus filhos, com a intenção de prepará-los para as mudanças políticas e sociais em curso no país. Além disso, o grande número de imigrantes, calculado em 20% da população, torna ainda mais fácil a receptividade aos norte-americanos (MESQUIDA *apud* YASBECK, L., 2000, p.35).

O comportamento religioso de Juiz de Fora, segundo Lola Yasbeck, sempre esteve marcado por um certo distanciamento das práticas rígidas do catolicismo, tão arraigadas na cultura mineira. Para ilustrar este comportamento, a autora faz uma referência a Pedro Nava (*apud* YASBECK, L., 1999, p. 38) quando, no *Baú de Ossos*, ele descreve as características muito pessoais da religiosidade de sua família. No dizer de Pedro Nava, “ser muito de Deus e pouco de padre, muito céu e pouca igreja, muita prece e pouca missa”.

Mas os empresários católicos de Juiz de Fora não tardaram a reagir à inauguração da escola protestante. Em 1891, é fundada a Academia de Comércio para fazer frente à escola liberal americana.

A Academia de Comércio surge, entre 1884 e 1889, como um projeto inovador, quando seu idealizador Francisco Batista de Oliveira (filho de família tradicionalmente ligada ao comércio, republicano convicto e católico fervoroso), em viagem à Europa, estuda a possibilidade de se criar, no Brasil, uma Academia de Comércio nos moldes das existentes em diversos países daquele continente, com o objetivo de oferecer um curso superior na área comercial. Francisco Batista de Oliveira encontra na Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris a inspiração definitiva para sua intenção. De Paris trouxe a planta do prédio a ser construído, espelhando-se naquela escola (YAZBECK,L., 2000, p.42).

A Academia de Comércio não foi o único colégio católico fundado no final do século XIX, o Colégio Santa Catarina lançou sua pedra fundamental, em 1900, pelas irmãs da Congregação de Santa Catarina; em 24 de setembro de 1902, foi fundado o Colégio Stella Matutina, “ para formar as filhas da elite burguesa industrial, fortalecendo a frente anti-liberal anteposta ao Instituto Granbery” (BOTTI, 1994, p.116).

Vários dos cursos superiores que, hoje, integram a Universidade Federal de Juiz de Fora surgiram no Instituto Granbery e na Academia de Comércio, “alguns criados em estreito vínculo com a Companhia Mineira de Eletricidade” (*ibid.*,p.117). A Faculdade de Farmácia e Odontologia começou por funcionar no Instituto Granbery, em 22 de agosto de 1904, tanto quanto o curso de Direito (1912). O curso de Teologia já tinha sido criado desde os primórdios do Instituto, em 1890²⁰.

A Academia de Comércio foi fundada apenas por investidores privados: a escola, inicialmente, foi formada como sociedade anônima, contando com 131 ações, apesar de nem todos os acionistas, de Juiz de Fora e de cidades próximas, terem chegado a integralizar o capital.

O lançamento da pedra fundamental do prédio da Academia de Comércio de Juiz de Fora ocorre em 5/12/1891 e, antes de completar três anos, festeja-se a sua inauguração, dando início às aulas do 1º Curso de Comércio do Brasil. Para a organização pedagógica é contratado, na Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris, o professor e diretor Georges Quesnel, funções que exerce até 1896 (YASBECK, L., *op. cit.* ,p.46).

2 Eugenia Barichello (2000, p.50) situa em 1808 a criação dos primeiros cursos universitários no Brasil: A invasão de Portugal, por Napoleão Bonaparte, provocou a vinda do rei D. João VI e do centro decisório da metrópole portuguesa para a colônia, onde tudo estava por fazer. Em 1808 foram criados os cursos de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro e na Bahia e, em 1810, iniciados os estudos superiores de Engenharia na Academia Real Militar. Ainda em 1808, foi criado o Horto Florestal do Rio de Janeiro, embrião das futuras faculdades de Agronomia.

Apesar das dificuldades, o sonho dos pioneiros acabaria se concretizando sob a administração da Congregação do Verbo Divino, que assume o empreendimento, e, em 1906, cria o 1º Curso Superior Comercial Noturno do Brasil. Mesmo assim, o curso só sobrevive até 1910. No ano anterior, em 23 de março de 1909, tinha sido criado o Instituto Politécnico, que compreendia três ramos: eletricidade ou eletrotécnica, arquitetura e agrimensura.

Aos poucos, as primeiras escolas de nível superior de Juiz de Fora, mantidas por ordens de congregações religiosas, vão assumindo uma nova tendência e se transformando em escolas laicas.

Em Juiz de Fora, as Escolas de Farmácia e Odontologia e de Direito e Engenharia desvinculam-se das instituições confessionais Granbery e Academia de Comércio, respectivamente, em 1913 e 1914, e inauguram um novo período caracterizado pela existência de instituições laicas de ensino superior (YASBECK, L, *op.cit.*, p.61).

A história dessas escolas é marcada pela constante dificuldade em equilibrar receita e despesa, atrair alunos, garantindo o número de matrículas que viabilizassem as instituições, e atender às exigências legais, quanto a currículos e outros aspectos burocráticos, que garantiriam o reconhecimento dos diplomas pelas instâncias superiores. Apesar das dificuldades, novos cursos são criados, na tentativa de atrair alunos. De qualquer forma, as lideranças de Juiz de Fora vão lutar ao longo dos anos para que as instituições privadas sejam encampadas pelo poder público, fundando-se uma universidade, o que só vai acontecer pelas mãos do presidente Juscelino Kubitschek, que assina, em dezembro de 1960, o decreto de criação da Universidade de Juiz de Fora, a segunda universidade federal do interior do país, depois de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

2.4.2 A cultura e os intelectuais

No final do século XIX e início do século XX, Juiz de Fora é considerada como centro cultural do então nascente estado de Minas Gerais, apesar de suas diferenças em relação à cultura colonial mineira:

Como cidade do século XIX, Juiz de Fora não participa da cultura colonial mineira. A proximidade e o maior intercâmbio econômico e cultural com o Rio de Janeiro, assim como a luta política contra o predomínio da zona de Mineração, provocam na cidade um maior cosmopolitismo, uma abertura mais acentuada se a compararmos

com o antigo centro do ouro. Até a década de 20, Juiz de Fora é apontada como o centro cultural do Estado, seja pelo seu número de jornais e teatros, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais (CHRISTO,1994, p.1).

Todas essas características fazem parte de um projeto de modernização, como bem aponta Christo:

Faz parte de um projeto de modernização patrocinado pelos fazendeiros e industriais, que visa satisfazer à necessidade de um maior controle sobre o espaço urbano e a população. É indispensável um plano de modernização que forneça uma infra-estrutura capaz de suscitar o desenvolvimento industrial. Neste momento, os jornais, as escolas, os teatros, as instituições culturais...têm o papel de, além de formar os trabalhadores e quadros burocráticos, incutir na opinião pública o desejo de “civilizar-se” (*ibid.*, p.1).

O jornalista Dormevilly Nóbrega revela como a cultura teve esta tarefa civilizatória, a partir de um projeto das elites da cidade:

O Barão de Bertioga, em 1862, construía o “Teatro da Misericórdia”, casa de espetáculos projetada pelo próprio Barão e executada por seus escravos, entre os quais, vinte músicos. Deixava o prédio muito a desejar, mas, inaugurado, em 63 ou 64, prestou bons serviços artísticos à cidade, que, em pouco, viria a ter o “Teatro Perseverança”, o “Teatro Provisório”, o “Teatro Juiz de Fora” (depois chamado “Teatro Novelli”), “Teatro Polytheama”, “Cine-Teatro Paz”, “Cine-Teatro Ideal”, “Cine-Teatro Variedades”, “Cine-Teatro Popular”, “Cine-Teatro Glória”, “Cine-Teatro Central”, além de dezenas de salões adaptados para esse fim (1978, s.p.)²¹.

De acordo com Christo (1994, p.10), a singularidade de Juiz de Fora não residiu apenas no fato da cidade não ter participado do ciclo minerador, mas também por um forte sentimento de anti-barroquismo, entendido o barroco como forma de vida. “Enquanto as cidades barrocas se formam e se guiam pelos sinos das igrejas, a população de Juiz de Fora teve sua vida normatizada pelos apitos das fábricas de estilo neo-clássico e o bater dos tamancos de seus operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades”.

²¹ É curioso se observar a velocidade das transformações de Juiz de Fora, no século XIX. Na década de 1850, estas são as lembranças do major Ignacio Gama, apresentadas na coluna “O Theatro em Juiz de Fora”, assinada por Lúcio d’Alva (Albino Esteves), quanto ao lazer, na cidade: “Em diversões, a exceção de umas cavalladas havidas em 1855, ali no lugar ora occupado com o excellent predio dos herdeiros do final coronel João José Vieira, de festas de igreja, em nada pomposas, e de cavallinhos com os seus classicos circos de panno e botequins cercados á taquara, de nada mais me lembro”. (*O Pharol*, 15 jul. 1910, p. 1). De acordo com o major, as primeiras apresentações de teatro amador aconteceram na cidade entre 1857 e 1859. Antes disso, só mesmo conseguiam se deleitar com as artes dos palcos aqueles que se dirigiam a São João del Rei e Barbacena, ou algumas outras “velhíssimas povoações mineiras”, além da Côte (*O Pharol*, 15 e 16 jul. 1910, p. 1).

Para Christo civilizar-se significava estar próximo à vida mundana do Rio de Janeiro, e muito próxima ao anti-clericalismo.

As festas barrocas aqui são esquecidas. Enquanto os trabalhadores iam aos circos de cavalinhos, cervejarias e piqueniques do 1º de maio, a elite se divertia nos teatros e saraus, em visitas às fazendas, “jogando florete [...] caçando macuco, de paletó e boné de veludo, [...] atirando aos pratos, aos pombos” ou em “viagens frequentes ao Rio de Janeiro – onde muito se podia” (CHRISTO, *op.cit.*, p. 14)²².

O contato com o Rio de Janeiro produziu, desde então, um forte intercâmbio cultural:

O contacto com o Rio de Janeiro permitia a Juiz de Fora ser sempre visitada pelas *tournées* teatrais que de lá vinham. José Rangel, em seu livro de memórias, recorda como grandes empresários, a exemplo de Ismênia Santos, Ernesto Novelli e Vicente Carbonell, se viram seduzidos “pela fama de opulência, progresso e cultura” da cidade. Mais importante que a vinda das principais companhias teatrais, foi o envolvimento de poetas e prosadores locais com este gênero literário. Escritores como Belmiro Braga, Lindolfo Gomes, José Rangel, Antônio da Costa Maia, Luiz de Oliveira, Azevedo Júnior e Artur Pena tinham constantemente peças em cartaz. A exemplo da *Belle-Époque* carioca, o teatro, a par de todo o seu potencial crítico, era usado como lugar privilegiado de culto da aparência exterior e visto como indicador de civilização da “Europa dos pobres” (*ibid.*, p. 14)²³.

A expressão “Europa dos pobres”, cunhada por Sylvio Romero, foi utilizada num texto que serviu de prefácio à obra de Albino Esteves, *O Teatro em Juiz de Fora*, publicada primeiramente, em 34 capítulos, nos anos de 1910 e 1911, no jornal *O Pharol*. Para explicá-la, Romero (*O Pharol*, 7 jul.1911, p.1) utiliza as seguintes palavras: “[...] querendo significar n’este dito que ás doçuras do clima, como o das melhores paragens do velho mundo, allia a cultura e o bem estar que podem ser desfructados pelos que não trazem as algibeiras recheadas para os gosos dos faustos das grandes e tumultuosas capitaes de além-mar”. O cosmopolitismo da cidade é reiterado: “Quanto aos atores, vê-se que a serrana das margens do Parahybuna nada tem a invejar ao Recife, a Bahia, a Belém do Pará, e até a São Paulo e ao Rio de Janeiro, porque tem sido visitada por grande numero das maiores celebridades do proscenio que hão pisado terras brasileiras” (*ibid.*, p.1).

²² Neste trecho, a autora faz referência ao memorialista juizforano NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 21.

²³ Neste trecho, a autora faz referência ao trabalho de RANGEL, José. *Como o tempo passa...*Rio de Janeiro: a Encadernadora, 1940, p. 69-75. Ao mesmo tempo, ela utiliza a expressão “Europa dos pobres”, cunhada por Sylvio Romero, em prefácio à obra de ESTEVES, Albino. *O teatro em Juiz de Fora*, apontamentos. Juiz de Fora: Typ. do Pharol, 1910. p.11.

A admiração da intelectualidade de Juiz de Fora pelo modelo europeu e, em especial, o francês, à época, pode ser observada inclusive na configuração urbana da cidade, bem lembrada pelo jornalista e artista plástico João Guimarães Vieira, o Guima:

A cidade, porém, saudada por Manuel Bandeira como o “primeiro sorriso de Minas”, não guardará nem a mais remota semelhança com as tradicionais cidades mineiras, não se repetirá em Juiz de Fora, que é de outra época e sofre influências bem diversas.

Assim, ao lado dos prédios austeros das fábricas, inspirados em idêntica arquitetura inglesa, chalés residenciais ostentarão, como na Suíça e na Alemanha, telhados fortemente inclinados, mesmo sem o perigo da neve no inverno. E os palacetes mostrarão reminiscências de castelos antigos ou obedecerão, no começo do século, ao estilo *art-nouveau*, que o arquiteto Rafael Arcuri divulgará na cidade, através de projetos elaborados com um desenho precioso e requintado (1978, s.p.).

O artista completa: “Da arquitetura típica de Minas, apenas um ou outro sobrado na Avenida Rio Branco e o prédio da Fazenda Velha, ou Fazenda do Juiz de Fora, que o protesto dos intelectuais não impediu que fosse demolido nos anos quarenta” (*ibid.*, s.p.).

As atenções dos homens cultos de Juiz de Fora estavam sem dúvida voltadas para o litoral. Tudo o que acontecia no Rio de Janeiro repercutia na cidade mineira:

Quando Machado de Assis realiza, em 1896, a primeira sessão preparatória para a inauguração de sua “Torre de Marfim”, as repercussões foram imediatas. Tentou-se organizar no final do mesmo ano, em Juiz de Fora, a “Confraria Literária Mineira”, que propunha fundar um gabinete de leitura popular, organizar palestras literárias e publicar, além de outros livros e poliantéas, um “Anuário”, tendo como colaboradores os próprios confrades. O movimento não foi adiante. Em 1906 buscou-se novamente agremiar os literatos de Minas, mas somente três anos após este ensaio frustrado surgiria a “Academia Mineira de Letras” (CHRISTO,1994, p.15).

A criação da Academia Mineira de Letras²⁴, seguiu o mesmo modelo da sua congênera a nível nacional, sendo o seu regimento interno praticamente uma cópia daquele da Academia Brasileira de Letras, já que tinham sido suprimidos da proposta inicial de Juiz de Fora os artigos referentes à adoção de ortografia simplificada e à criação de uma escola de jornalismo.

A sessão inaugural da AML deu-se em 13 de maio de 1910, no Teatro de Juiz de Fora, a que compareceram todas as autoridades do município e os representantes do

²⁴ A Academia Mineira de Letras só é mantida em Juiz de Fora por quatro anos, sendo depois transferida para Belo Horizonte.

governo de Minas e da imprensa do Rio, de Belo Horizonte e da própria cidade. Sem a consagração de um público leitor – pois se restrito na capital federal, o que dizer no interior -, mas manipulando, acumulando e se revezando nos principais lugares do mercado de trabalho da produção de bens simbólicos, os intelectuais que, espontaneamente, se uniram e se elegeram membros da AML, constituíram um grupo, sob certo ponto de vista homogêneo (CHRISTO, *op.cit.*, p. 15-16).

Para a aristocracia rural e os novos empreendedores urbanos, Juiz de Fora, acenava com muitas promessas, mas a grande massa de trabalhadores não partilhava dessa euforia civilizatória. De acordo com Paulino de Oliveira (*apud* CHRISTO, p.121), no final do século XIX, 4.569 pessoas, isto é, 44,8% dos habitantes da cidade, não sabiam ler. O processo pedagógico era difícil numa cidade em que a maioria das crianças pobres era obrigada a trabalhar:

Onde estaria a maioria das crianças pobres? Sabemos que grande parte da força de trabalho das indústrias locais, principalmente têxtil, era composta por crianças, inclusive menores de 10 anos, submetidas a extensas jornadas de trabalho e mesmo ao trabalho noturno. Há relatos de jornadas que se iniciavam às 6 horas e findavam às 22 horas, em casos de serão. As crianças estariam nas fábricas submetidas à rígida disciplina fabril, com não raros castigos corporais que levavam mesmo à invalidez ou morte (CHRISTO, *op. cit.*, p. 121).

Para as crianças só havia a expectativa de freqüentarem os cursos noturnos, que começaram a ser implantados em Juiz de Fora em 1914.

2.5 A IMPRENSA E A MEMÓRIA DO LUGAR

É bastante clara para nós a relação entre o projeto de um Brasil Moderno, ideário já constante das lutas contra a escravidão e em defesa da República, que possibilitariam a ascensão da burguesia industrial ao poder, no lugar das velhas oligarquias rurais, aliadas do escravagismo e do Império, e o desenvolvimento da imprensa. Na nossa opinião, a imprensa atua como um catalizador das transformações sociais, na medida em que é o espaço por excelência do debate intelectual, capaz de visualizar e antecipar tendências, que se concretizarão mais tarde no dia-a-dia das populações. Na imprensa do século XIX e do início do século XX, foi desenhada a imagem da Nação idealizada, construída sob um clima de

intenso conflito. Nas páginas dos jornais, os relatos possibilitam criar o sentimento de pertencimento. Eles constroem a noção do lugar²⁵.

Foi assim na cidade de Juiz de Fora, antigo entreposto de tropeiros, lugar de passagem, que, a partir dos anos setenta do século XIX, começou a publicar seus primeiros impressos²⁶. Albino Esteves afirma ter sido *O Constituinte* que, provavelmente, circulou no primeiro semestre de 1870, o primeiro jornal da cidade, ao qual sucederam mais de cem publicações, dentre jornais, almanaques e revistas, até o ano de 1900 (1915, p. 317-333). Entre os jornais, houve aqueles que tiveram uma edição única, outros circularam por mais de um ano. Alguns eram ligados a partidos políticos, outros eram literários e ainda existiam os humorísticos. No período, a cidade chegou a contar com dez publicações diárias e muitas semanais. Nos títulos de vários desses impressos, já ficava evidente a defesa de um ideal, o projeto de uma cidade, o posicionamento político: *O Constituinte*, *O Imparcial*, *A Bússola*, *Echo do Povo* – de 1882, primeiro órgão francamente republicano que apareceu na cidade -, *O Democrático*, *A Regeneração*, *Minas Livre*, dentre muitos outros. Na defesa de uma economia nos moldes que marcam a ascensão da burguesia, temos: *Commercial*, *O Progresso* e *Commercio de Juiz de Fora*, que apontam para o projeto mercantil que envolve a cidade no final do século XIX (ESTEVES, 1915). E ainda havia as publicações francamente religiosas: *O Metodista Católico*, de 1886, *Lar Católico*, de 1892, e *A Cruz*, de 1895 (OLIVEIRA, A., 1987, p. 47)²⁷. Heitor Guimarães (1901, p. 79), jornalista e intelectual, não tem dúvidas quando considera a imprensa a “grande civilizadora” de Juiz de Fora.

²⁵ No Brasil, a implantação da imprensa foi tardia. No período colonial, o país não conheceu nem imprensa, nem universidade, ao contrário de outras colônias do continente. A imprensa só se instalaria, por iniciativa oficial, com a chegada da Côrte de D. João, fugindo das tropas napoleônicas. No Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1808, saiu o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*. (Antes disso, foram montadas algumas tipografias clandestinas, mas que não tinham o objetivo expresso de produzir jornais). Na colônia, devido à Censura Prévia e à orientação de que se desse primazia às informações administrativas, circularam poucas publicações e de má qualidade, mas, a partir da Independência, o número de impressos só aumentou. Em Minas Gerais, a imprensa apareceu em 1823, quando, a 13 de outubro, surgiu, em Ouro Preto, o *Compilador Mineiro*. O segundo jornal a aparecer, na mesma cidade, foi *A abelha do Itacolomim*, que circulou de 12 de janeiro de 1824 a 11 de julho de 1825, impresso numa tipografia simples, improvisada pelo chapeleiro Manuel Joaquim Barbosa Pimenta e Sal. Ainda em 1825, surgiram, em Minas Gerais, *O Universal*, *O Companheiro do Conselho*, *O Patriota Mineiro* e o *Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais*. Chama a atenção o fato de que, em 1807, na cidade de Vila Rica, o padre José Joaquim Viegas de Menezes tenha cometido a proeza, extraordinária para a colônia, de publicar um opúsculo de 18 páginas, das quais 15 impressas. No entanto, esta foi uma atividade singular e única (Cf. SODRÉ, N., 1966; MELLO, 2003).

²⁶ Até então, segundo Albino Esteves, eram poucos os assinantes de jornais da Côrte e de Ouro Preto, que chegavam aqui através dos lombos de burros, de oito em oito dias (*O Pharol*, 16 jul. 1910, p.1). Paulino de Oliveira (1966, p. 179), no seu livro *História de Juiz de Fora*, defende a idéia de que os pequenos jornais que circularam na cidade, antes de *O Pharol*, provavelmente não eram impressos em Juiz de Fora, porque, segundo ele, “ não há a menor referência sobre a existência aí de oficina tipográfica antes de 1870”.

²⁷ Muitos outros jornais com orientação religiosa surgiram a partir de 1900, dentre eles, o primeiro jornal espírita que circulou na cidade: *Jornal Espírita*, de 1904 (OLIVEIRA, A., 1987, p. 47).

Outros tipos de publicação que merecem registro, no final do século XIX, e seguindo uma tendência que se percebe em todo o país, são o almanaque e a poliantéia. Segundo Almir de Oliveira, “os almanaques, editados em forma de livro, continham informações úteis ao comércio, à lavoura e à indústria, curiosidades e colaboração literária” (1987, p. 55). Os almanaques foram publicados em Juiz de Fora, no período de 1887 a 1916. Já as polianteias eram publicadas a propósito de algum fato ou pessoa, por motivo de comemoração ou homenagem. “A primeira foi editada no distrito de São José do Rio Preto, em maio de 1900, para comemorar o quarto centenário do descobrimento do Brasil; a segunda, em setembro daquele mesmo ano, em benefício da Liga Mineira contra a Tuberculose [...]” (*ibid.*, p. 55). Em 1926, Lindolfo Gomes organizou uma poliantéia em homenagem a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, eleito presidente do estado; em 1930, outra foi publicada em homenagem a Pedro Marques de Almeida, que fora eleito vice-presidente de Minas; e, em 1941, saiu a última em homenagem ao cinquentenário da Academia de Comércio (*ibid.*, p. 55).

Os relatos contidos nessas publicações do final do século são fonte documental inesgotável para o resgate da identidade da cidade. Nesses jornais, pode-se perceber claramente a presença de um ideal de construção do lugar. Observa-se o tom ufanista, quando se trata de falar das possibilidades da cidade. Juiz de Fora não era mais apenas uma “**nova fronteira**”, mas um “**Eldorado**”, que acenava com possibilidades para todos. Bom exemplo disso é este texto de Albino Esteves, que usava o pseudônimo de Lúcio d’Alva, ao escrever a série “O Theatro em Juiz de Fora” que, começou a ser publicada em 6 de julho de 1910, no jornal *O Pharol*²⁸:

Juiz de Fóra, é, não o ignora pessoa alguma, cidade fadada a tornar-se em próximo lapso de tempo, como de facto se nota, o centro convergente, masculino, dignificador do trabalho são e honesto, dos empreendimentos magníficos. Nasceu modesta, desprezível, no alpestre retiro, hodiernamente repleto de visões soturnas do passado – Morro da Boiada – embalada à toada nostálgica, terna e commovedora da viola sertaneja achegada ao peito rude do tropeiro, queixoso à hora morta da noite perfumada, esplendida, enlaurada, perdido nestas longas da vida triste e só, visionario e simples... Do alto, espiava o esmeraldino tapete da varzea recortada pelo crystal oscillante e fertil do Parahybuna colleante, froslado, escoante, a fluir por entre o dorso das montanhas azues e magestosas... Fremia ao sol, virginal e tímida, adormecida entre flores e rosmaninhos cheirosos e a sua capella abria, par em par,

²⁸ Em abril de 1871, passou a circular, impresso em Juiz de Fora, *O Pharol*, que tinha sido fundado em Paraíba do Sul, por Thomaz Cameron. Em 1873, já era propriedade de Leopoldo Augusto de Miranda, com Georges Charles Dupin, na chefia de redação. O francês foi o introdutor do vapor como força motriz para máquinas de impressão, em Minas Gerais, e também foi proprietário do impresso, que teve outros vários donos e várias orientações políticas, durante sua longa existência, até o ano de 1939. *O Pharol* começou como semanário e passou a diário em 1885. Foi o mais importante periódico desse período, sendo, até hoje, uma fonte indispensável de pesquisa para aqueles que desejam reconstituir esta fase da história (OLIVEIRA, A., 1978, p.17).

evangelicamente, as portas aos caminheiros que vinham da Côrte e avançavam, confiantes, sertão afóra, para tocar jubilosos, a Vila Rica²⁹ ...

Uma Juiz de Fora, que era próxima à antiga “**Côrte**”, em oposição ao “**sertão afóra**”, aonde ficava a velha capital Vila Rica, e que, no início do século XX, se mostrava moderna, febril e “**máscula**” simbolizava, segundo Albino Esteves, o desejo daqueles que se aglomeram no centro urbano e se deleitam com a idéia do futuro promissor. Novidades não faltam, o jornal está repleto de anúncios que vendem roupas, remédios, máquinas. Muitas desses “reclames” são do comércio do Rio de Janeiro, especialmente de lojas da rua do Ouvidor, o que denota a forte conexão entre os dois centros urbanos, sintetizada na expressão “carioca do brejo”. Aliás, a expressão parece vir de longa data. Numa das colunas de Lucio d’Alva (Albino Esteves), que faz uma retrospectiva da história de Juiz de Fora, ficamos sabendo que, desde os tempos de Halfeld, a cidade, chamada muitas vezes de “cidade dos pântanos”, já era alvo das troças da capital Ouro Preto:

Conta-se que, na capital da provincia, algumas pessoas, gracejando, costumavam a perguntar-lhe, quando levantaria a Cidade dos Pantanos, e elle, em palavras revestidas de sotaque estrangeiro com que fallava, manifestava sempre esperanças firmes, de que em realidade se tornariam os seus sonhos³⁰.

A vida cultural da cidade, de traços europeus, está sempre estampada na primeira página dos jornais:

Chegou hontem a esta cidade, como era esperado, o distincto literato Coelho Netto, que hontem realisou no Theatro Juiz de Fora a sua annunciada conferencia, tendo por thema – A Saudade.

Á chegada do illustre homem de letras achava-se na *gare* da Central grande numero de admiradores.

Em nome do “Gremio Literario Coelho Netto” saudou o grande escriptor o academico José do Patrocinio.

Coelho Netto respondeu a saudação, em bello improviso, que despertou calorosos applausos³¹.

²⁹ ESTEVES, Albino. O Theatro em Juiz de Fora (Apontamentos). *O Pharol*, Juiz de Fora, ano XLV, n.157,p.1, 6 jul.1910. É bom que se registre que este foi o primeiro capítulo da série *O Theatro em Juiz de Fora*, depois, publicada em livro, com um total de 34 capítulos.

³⁰ ESTEVES, Albino. O theatro em Juiz de Fora (Apontamentos). *O Pharol*, Juiz de Fora, ano XLV, n. 163, p.1, 13 jul. 1919.

³¹ COELHO NETTO. *O Pharol*, Juiz de Fora, ano XLV, n.159, p.1, 8 jul. 1910.

Na cidade cosmopolita, também fazem sucessos os cinemas. Na primeira página, há sempre pequenas chamadas sobre as atrações do dia:

O Cinema Pharol exhibe hoje um programma completamente novo e que há de fazer as delicias de seus frequentadores.

Contar-se-ão por formidaveis enchentes as suas sessões de hoje á noite, porque o publico já está habituado a julgar o Cinema Pharol a mais caprichosa das casas de diversões da cidade e não deixará de vir applaudir a exhibição das sete deliciosas fitas que serão projectadas no panno branco.

Junte-se a isto uma bella musica e estará descripta a noite no Cinema Pharol³².

Os intelectuais que discutem e escrevem sobre a cidade criam a Academia Mineira de Letras, que tem

[...] sua reunião de fundação em 25 de dezembro de 1909, na Câmara Municipal, onde foram lidos e aprovados os estatutos e regimento, efetuada a eleição que completaria o quadro de 30 membros permanentes (posteriormente dilatado para 40), indicados o presidente, secretários e tesoureiro, assim como os membros das comissões de contas, bibliografia e recepção (CHRISTO, 1994, p. 15).

Edificada sob o mesmo modelo que orientou a criação da Academia Brasileira Letras, no Rio de Janeiro, a organização de Juiz de Fora reunia acadêmicos que “se dedicavam, simultânea e predominantemente, ao jornalismo, ao magistério e ao serviço público” (*ibid.*, p. 45) e se movimentavam numa cidade em que a maioria dos habitantes eram “trabalhadores braçais, analfabetos, afastados dos espaços formais de produção e difusão cultural” (*ibid.*, p. 17). Entre os acadêmicos, vários vinham de setores sociais que tinham sofrido um processo de empobrecimento e alguns tiveram até mesmo dificuldade em alugar a casaca exigida para o comparecimento à cerimônia de fundação (GOMES *apud* CHRISTO, 1994, p. 51).

A imprensa de Juiz de Fora, especialmente aquela dos últimos anos do século XIX, foi alvo de muitos trabalhos, entre eles, podemos citar os de Heitor Guimarães e Albino Esteves, que foram da Academia Mineira de Letras, além de Edmundo Lys (pseudônimo de Antônio Gabriel de Barros Valle), jornalistas e intelectuais do período, que tiveram a preocupação de resgatar as origens dos primeiros jornais da cidade. Mais tarde, Paulino de Oliveira, Dormevilly Nóbrega e Almir de Oliveira, também homens de imprensa, se dedicariam a

³² CINEMA Pharol. *O Pharol*, Juiz de Fora, ano XLV, n. 163, p.1.13 jul.1910. (Anúncio da programação).

estudar períodos mais recentes, até meados do século XX. De qualquer forma, é importante que fique registrada a carência de trabalhos sobre a imprensa de Juiz de Fora, especialmente a partir da segunda metade do século passado.

2. 5.1 Os jornais e a cidade moderna

A primeira década do século XX está marcada por grande quantidade de periódicos de pouca duração e reduzida expressão. Para Almir de Oliveira (1978, p. 31), “merecem referência o semanário ‘O Inominável’, de Carlos Barroso, que circulou de março de 1905 aos meados de 1913, quando era publicado trimestralmente; teve prestígio e influência; a ‘Revista Médica de Minas’, do Dr. João Monteiro, [...], e o humorístico ‘O Sarilho’”. Sobre este último, escreveu o autor:

Em 1909, começou a circular “O Sarilho”, “semanário humorístico e anti-político” feito por Angélica dos Prazeres e Antônio da Costa Maria, ex-ator teatral. Angélica é um dos raros nomes femininos do jornalismo juizforano. Para seu tempo, numa cidade provinciana, sua atuação chegava a ser uma temeridade, ainda mais assim, como jornalista de crítica humorística (*ibid.*, p. 39).

Almir de Oliveira registra que, entre os 201 periódicos que conseguiu classificar, fazendo uma pesquisa nos arquivos pessoais do jornalista Dormevilly Nóbrega, figuraram, entre 1885 e 1935, 33 folhas humorísticas (*ibid.*, p. 39).

A partir de 1920, cresce ainda mais o número de publicações em circulação:

Na segunda década deste século, dentre mais de três dezenas de periódicos lançados à circulação, vale pôr em relevo o ‘Diário Mercantil’, iniciado em janeiro de 1912; ‘O Dia’, em dezembro de 1917; o ‘Lar Católico’, em 1912; ‘A Batalha’, em agosto de 1920; ‘O Lince’, em janeiro de 1912 (*ibid.*, p. 31).

Sobre o *Diário Mercantil*, objeto maior de nossa investigação, vale destacar as seguintes observações de Paulino de Oliveira:

O Diário Mercantil apareceu em 1912. Suas oficinas e redação funcionavam na Av. Rio Branco, no lugar em que se acha a galeria Sirimarco. Pertenceu depois a uma empresa do Rio, a Transoceânica, quando tinha como redator-chefe, Pinto de Moura, e como redator-secretário, José Costabile. Passando às mãos dos drs. Antônio Carlos e João Penido³³, obedecia deste a orientação política, sendo Tito de Carvalho, chefe de redação, e Rui Novais, secretário. Tito consagrou-lhe toda a sua vida. Nele ingressou como repórter, no ano de sua fundação, e dele só se afastou, por motivo de saúde, em 1931, quando a empresa foi incorporada aos Diários Associados (1966, p. 23).

O primeiro número do *Diário Mercantil*, sob a orientação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e João Penido, aparece em 23 de janeiro de 1917. O jornal tem quatro páginas, cinco colunas e vários anúncios. Os novos proprietários são candidatos a deputado pelo Partido Republicano Mineiro (filiação ao Partido Republicano Conservador), à época chefiado por Chrispim Jacques Bias Fortes. O editorial do primeiro número deixa claras as filiações do jornal e seu compromisso na defesa dos interesses da nova burguesia:

É evidente que não poderíamos pretender esse apoio [da opinião pública] se não afirmássemos desde logo que os interesses das classes produtoras do paiz, quando legítimos, terão em o “Diário Mercantil” um advogado solícito e fiel. E de defensores solícitos e fieis precisam sempre, especialmente nesta hora, a lavoura, o commercio e a industria, as tres grandes forças de onde promanam a riqueza particular e publica, e, portanto, o bem-estar do paiz. O principal inimigo da forte expansão economica que essas tres forças são capazes de produzir em nossa patria, está no imposto, que se exprime, em o nosso paiz, por onerosissimas taxas. [...]

O “Diário Mercantil” terá de pugnar pela redução de impostos e taxas e de contrariar, *a fortiori*, qualquer tentativa de elevação por parte dos poderes publicos. [...]

Em um paiz novo a acção dos governos tem de se orientar no sentido de amparar e fortalecer a iniciativa particular, de modo que lhes cumpre planejar e executar medidas tendentes a esse nobre e proveitoso fim: quaes sejam ellas, eis o que teremos de indicar pelo tempo afóra, inscrevendo-as como parte importante do programa que teremos de realizar³⁴.

Em 1922, com uma população de 118.166 habitantes³⁵, Juiz de Fora tinha seis jornais diários: *O Pharol*, *Correio de Minas*, *Jornal do Commercio* e *O Dia* (matutinos); *A Tarde* e o *Diário Mercantil* (vespertinos) (LYS, 1922, p. 64). O *Lar Católico*, mantido pelos padres da Congregação do Verbo Divino, era um jornal semanal que, muitos anos mais tarde, em 1966,

³³ As ligações de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e João Penido com a imprensa são anteriores à aquisição do *Diário Mercantil*. Segundo Albino Esteves (1915, p. 324-325), em 1 de junho de 1897, Antônio Carlos comprou e assumiu a direção do *Jornal do Commercio*, que tinha sido fundado no ano anterior. Em 8 de outubro de 1899, ele foi substituído interinamente na direção por João Penido, que ficou no cargo até 9 de agosto de 1900.

³⁴ EDITORIAL. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano 1, n. 1, p.1, 23 jan. 1917.

³⁵ Este dado referente à população de Juiz de Fora (1920) foi publicado no jornal *Tribuna de Minas*, em edição de 1 set.2004, com base em informações do IBGE.

conseguirá a façanha de ser o jornal de maior circulação no estado de Minas Gerais³⁶. Pela quantidade de jornais e revistas em circulação, Edmundo Lyz (1922, p.64) se refere a Juiz de Fora como “capital intellectual do Estado de Minas”. A expressão é ratificada, muito tempo depois, por Paulino de Oliveira³⁷ ao lembrar que, durante a década de 20, “enquanto na Capital do Estado havia apenas três jornais diários, aqui, se editavam sete, nenhum deles inferior aos de lá”³⁸. Almir de Oliveira (1978, p. 32) resgata, nos anos 20, o aparecimento de *O Lampadário* e *A Tarde* (1920); do humorístico *O Parafuso* (1922) e da *Gazeta Comercial* (1924), além de outros trinta e tantos jornais e revistas de vida transitória.

Com relação aos jornais que circularam neste período, vale destacar a atuação do *Correio de Minas*, que abrigou um grupo de jovens intelectuais juizforanos, simpatizantes do movimento modernista, que explodira em São Paulo, na **Semana de 22**. O grupo se organizou em torno da coluna *Crônica Semanal* que, a cada dia, apresentava o texto de um colaborador:

Os assuntos foram distribuídos do seguinte modo: às terças-feiras, “O dia humorístico”, escrito por Antônio Gomes; às quartas-feiras, “O dia artístico”, por Lage Filho; às quintas-feiras, “O dia fútil”, por Henrique Resende; às sextas-feiras, “O dia literário”(prosa), por Mário Ruiz; aos sábados, “O dia político”, por Sales Oliveira e aos domingos, “O dia literário”(poesia), por Edmundo Lys (NÓBREGA, 2001, p. 96).

Segundo Paulino de Oliveira³⁹, até 1930, nenhum jornal da cidade circulou com mais de quatro páginas, a não ser em edições extraordinárias. Apesar de, nos grandes centros, como bem observa Nelson Werneck Sodré (1966), a imprensa já ter deixado de lado, desde o início do século, o caráter artesanal, adequando-se a um modelo capitalista de produção e divisão de trabalho, em Juiz de Fora, sobrevive ainda um modelo bastante “familiar”. Para P. de Oliveira (*op.cit.*, p. 26), “imprensa não era meio de vida. Não dava camisa a ninguém”. A

³⁶ OLIVEIRA, Paulino. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. *Revista do IHG de JF*, Juiz de Fora, ano 2, n.2, p.24,1966.

³⁷ *Ibid.*, p.24.

³⁸ O ar cosmopolita rendeu muitos títulos à cidade: “Artur Azevedo batizou-a como ‘Atenas’, Coelho Neto chamou-a ‘Princesa de Minas’ e Rui Barbosa crismou-a como ‘Barcelona’. Outros apelidaram-na ‘Princesa da Mata’ e ‘Princesa do Paraibuna’, mas muito antes, alguém a aclamara ‘Manchester’. Se perdeu todos aqueles títulos, em benefício de Belo Horizonte, conserva este de pleno direito. Parece-me que foi Mr. Morrit, fundador da primitiva Fábrica dos Ingleses [como ficou conhecida a Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, criada por uma associação de ingleses, em Juiz de Fora, durante o século XIX] e a quem Richard Burton [fotógrafo e escritor inglês que percorreu a estrada União Indústria, no século XIX] se refere como tendo guiado ‘a última mala postal para Manchester em 1841’, que lhe deu esse título. E não lhe deu por ser a cidade mais industrial do Estado, mas em recordação do nome de sua cidade natal e na suposição, confirmada depois, de que nela se concentraria o grosso da indústria têxtil em Minas. Por isto é que ele permanece” (*ibid.*, p. 24).

³⁹ OLIVEIRA, Paulino. *Op.cit.*, p.26.

folha de pagamento, segundo ele, era pequena e de valor pouco expressivo, os colaboradores nada ganhavam e não existia “matéria paga”, quase tudo era publicado de graça:

A salvação eram as mensagens presidenciais, do presidente da República e do presidente do Estado, que todos os jornais publicavam, em resumo ou na íntegra, conforme o seu prestígio junto ao governo, por intermédio de algum deputado. A “bolada” dava, às vezes, para manter a empresa durante um ano. Contrato com o Município, no entanto, não interessava, pois exigia a divulgação gratuita do expediente diário em troca de pequena importância fixa, por mês, para publicação de leis, decretos, portarias e tudo o mais, inclusive o relatório anual, com a prestação de contas do chefe do Executivo (OLIVEIRA, P., *op.cit.*, p. 26).

As condições de trabalho e de produção eram difíceis, mas isso não fez desaparecer a curiosidade e a criatividade dos juizforanos quando a palavra de ordem era “ser moderno”, por isso é bom que fique registrado que a primeira emissora de rádio de Minas Gerais (e a segunda do Brasil) foi montada, em Juiz de Fora, nos idos de janeiro de 1926, na casa de José Pinto Cardoso Sobrinho, na rua Tiradentes. A PRA-J, primeiro prefixo da emissora, funcionava e tinha um alto-falante no antigo prédio da redação de *O Pharol*, no centro de Juiz de Fora. Quando, em 1929, foi organizada a Rádio Sociedade de Juiz de Fora, todo o material da primeira emissora foi doado à mesma. A Rádio Sociedade, com prefixo PRB-3, foi instalada em parte do pavilhão existente no Parque Halfeld, onde funcionava a Biblioteca Municipal (NÓBREGA, 2001, p. 83)⁴⁰.

Até 1930, Juiz de Fora é considerada uma espécie de **centro jornalístico do estado**. “A liderança nesse setor dá à cidade condições de criar a Associação da Imprensa de Minas Gerais, em 1921, com o propósito de fazer oposição à Sociedade Mineira de Imprensa, sediada em Belo Horizonte, fundada no ano anterior (YAZBECK, L., 1999, p. 154).

Na década de 30, Almir de Oliveira (1978, p. 32) registra o aparecimento de mais duas dezenas de periódicos, entre os quais o pesquisador destaca, pela duração e sentido que tiveram, *A Tribuna*, que começou em maio de 1930 e cessou em fins de 33, com o nome de *Tribuna do Povo*; *O Medium*, de agosto de 1932 a 1950; *O Sigma*, jornal integralista, de 1934 a 1936; a *Folha Mineira*, que surgiu em março de 1934 e parou de circular somente em 1977; a *Folha da Manhã*, que circulou dois anos, a partir de fevereiro de 1935. Sobre este último, Dormevilly Nóbrega (2001, p. 100) destacou a qualidade dos colaboradores: Viriato Correia, Murilo Mendes, Raul Azevedo, Múcio Leão e Monteiro Lobato, entre outros. No espaço da

⁴⁰ Em 1951, a Rádio Sociedade vai ser transferida para nova sede, na rua São João, centro da cidade.

terceira página, dedicada às crônicas, apareceram muitos textos de Mário de Andrade, Augusto Frederico Schmidt e Edmundo Lys, além de vários outros autores de referência do período.

Apesar do caráter ainda bastante rudimentar, é inegável que a imprensa do início do século XX já começa a ganhar características capitalistas e que uma classe operária emergente começa a se formar na cidade de Juiz de Fora, embora a ainda incipiente organização do trabalho⁴¹. Os tipógrafos, por exemplo, já se organizam numa associação (Associação Tipográfica Beneficente Mineira), que é anterior a 1906. No período que vai até 1924, eles ainda vão organizar outras duas associações: o Centro de Resistência dos Gráficos de Juiz de Fora (fundado em 24 de outubro de 1920) e a Associação Gráfica Juizdeforana (fundada em 19 de junho de 1924). Nesse período de 18 anos, Juiz de Fora verá ser organizado um total de 12 associações operárias (ANDRADE, 1987, Anexo 16). Os gráficos formam uma categoria profissional bastante ativa, com participação intensa nas greves gerais que agitaram a cidade nos anos de 1912, 1920 e 1924 (*ibid.*, Anexo 17). Juiz de Fora também teve uma ativa imprensa operária, criada com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores em contraposição à imprensa burguesa. Não vamos nos deter aqui, pelo fato deste não ser o objeto primeiro de nosso estudo, mas, certamente, a imprensa operária de Juiz de Fora merece uma investigação detalhada, desafio ainda não realizado. Os veículos impressos ligados ao movimento dos trabalhadores e citados no trabalho de Almir de Oliveira (1987, p. 43) são os seguintes: *O Operário*, de 1905; *O Braço Operário*, de 1921; *Gazeta Operária*, de 1930; *O Sindicalista*, de 1931; e *O Trabalhista*, de 1933.

As condições de vida do proletariado em Juiz de Fora, a exemplo do que ocorria no restante do país, mal lhe permitiam a sobrevivência. Sílvia Maria de Andrade aponta a carestia de vida, os problemas de moradia e os salários insuficientes como os maiores problemas das duas primeiras décadas do século XX, sem falar nas condições de trabalho nas fábricas, que, às vezes, incluíam uma jornada de mais de 14 horas diárias, acidentes numerosos e a violência contra empregados, até mesmo o espancamento (ANDRADE, 1987).

⁴¹ Domingos Giroletti (1988, p. 73) demarca dois momentos distintos na industrialização de Juiz de Fora: o primeiro, nas últimas décadas do século XIX, com predomínio de pequenas fábricas, de baixa produção e produtividade; o segundo, a partir do início do século XX, com a criação de grandes e médias indústrias locais, com as características da produção em série, maior contingente operário, tecnologia importada mais sofisticada, uso da energia elétrica como força motriz, dentre outras.

2.5.2 A cidade periférica

Na década de vinte, Juiz de Fora era o maior centro industrial de Minas, com uma forte concentração da indústria têxtil, como registra Maria Carlota de Souza Paula (1976, p. 66): “Em 1908, por exemplo, a fiação e tecelagem concentrava 61,92% da mão-de-obra local e 59,30% do capital ali investido, com uma produção de 4.950.000 metros de tecido de algodão, 7.920.000 metros de tecidos de juta e 76.000 dúzias de meias”. A autora observa que, no início do século XX, a economia mineira estava muito voltada para o mercado externo, fazendo com que as regiões do estado se agrupassem em torno de pólos de crescimento exteriores a Minas Gerais. Estas seriam as “forças centrífugas” que reforçariam o “dilaceramento da província” (SINGER *apud* PAULA, M., 1976, p. 77), levando os meios políticos e administrativos a considerar a necessidade de promover a **integração do estado**, ao que vincularam a **mudança da capital**, até então, localizada em Ouro Preto. Na época, Juiz de Fora foi até cogitada para se tornar capital, mas, neste caso, a localização foi um ponto contrário:

Juiz de Fora esteve nas cogitações como um dos possíveis locais para se implantar a nova capital. Entretanto, foi recusada por não apresentar condições de se tornar um centro verdadeiro. Sua localização dificultava a comunicação com grande parte do Estado e seus fortes vínculos com o Rio de Janeiro desviavam os interesses locais para este centro. [...] As vias, que a certa altura confluíam, se destinavam a carrear o produto de exportação para o porto, levando para fora do estado quase toda a força de dinamização que poderiam promover (PAULA, M., 1976, p. 78).

De acordo com a autora, a fundação de Belo Horizonte estaria exatamente ligada ao “objetivo de mudar o curso das forças que faziam do estado um amontoado de zonas desvinculadas entre si e vinculadas, cada uma a seu modo, a outros centros brasileiros” (PAULA, M., 1976, p. 78). Mesmo após a fundação da nova capital, Juiz de Fora ainda registra um crescimento de suas indústrias. “De 1935 a 1936, o número de estabelecimentos industriais daquela cidade sofreu um acréscimo significativo, tendo quase duplicado (passa de 255 para 491 unidades). Mas tal acréscimo é de pequenas empresas” (*ibid.*, p. 81). De qualquer forma, é impossível ignorar que a construção da nova capital carregou para aquele centro uma parte significativa dos investimentos públicos e privados que, de outra forma, poderiam ter sido revertidos para outras regiões do estado. Além disso, Giroletti mostra como a distância da nova capital dificultou a pressão política que poderia ter sido efetuada pelas outras regiões do estado sobre o executivo estadual:

[...] a localização da Capital numa área desabitada, longe da Zona da Mata, do Sul de Minas e do Triângulo mineiro, mantinha o poder público mais ou menos afastado da influência das regiões mais desenvolvidas, e dos grupos mais organizados, da burguesia cafeeira e industrial. O estabelecimento da Capital no início do processo de modernização, num local distante daquelas regiões, vai dificultar a articulação política da burguesia como classe e sua atuação como grupo de pressão junto do Estado (1987, p. 127).

Na verdade, a sofreguidão desenvolvimentista observada no período de 1889 a 1930, já não se repete depois. Giroletti aponta quatro razões fundamentais para a desaceleração da economia de Juiz de Fora no período: a transferência de recursos para o Rio de Janeiro, devido principalmente ao fato da capital federal centralizar a comercialização e exportação de café; o deslocamento do eixo econômico do país, do Rio de Janeiro para São Paulo, em face do desenvolvimento da lavoura cafeeira naquele estado; a reordenação interna da economia mineira (a implantação de nova malha ferroviária e rodoviária no estado que enfraquecia a situação de Juiz de Fora como entreposto comercial; a transferência da capital de Minas, que sobrecarregou a Mata Mineira com forte contribuição fiscal); e, finalmente, o interesse em viabilizar Belo Horizonte como pólo econômico, o que atraiu a migração interna de capitais e recursos humanos. O pesquisador também identifica fatores estritamente locais, que contribuíram para o **desaquecimento econômico**: a difícil condição dos transportes de carga, cujas altas tarifas passam a inviabilizar determinadas atividades, e o fornecimento de energia, que suscitava reclamações quanto ao preço das tarifas e, ao mesmo tempo, inicia a década de 20 com a sua capacidade de fornecimento esgotada (GIROLETTI, 1987).

Em meados da década de trinta, Juiz de Fora ainda observa um acréscimo significativo de indústrias, mas são pequenas fábricas. No final dos anos 30, o valor da produção industrial começou a despencar, com reflexos ainda maiores no início dos anos 40: “o pessoal ocupado, por exemplo foi reduzido quase ao nível de 1935, além das reduções no capital e força motriz empregados” (PAULA, M., 1976, p. 82). O número de fábricas da cidade cai de 531, em 1939, para 399, em 1940.

Na década de 40, o que se observa é uma mudança acentuada de cenário. Juiz de Fora continua como maior fabricante de tecidos do estado de Minas, mas é a Zona Metalúrgica que passa a concentrar a maior produção industrial. Desde o final dos anos 30, intensifica-se a abertura de pequenas malharias, na cidade, o que garante a alta participação de Juiz de Fora na indústria de meias e fios, mas não há diversificação da produção. “Juiz de Fora deixara de ser o maior centro industrial mineiro, passando ao terceiro lugar, após Belo Horizonte e Rio

Piracicaba; Belo Horizonte, que não pertencia sequer aos dez municípios mais populosos em 1920, em 1940, já ocupava o primeiro lugar” (PAULA, M., 1976, p. 88).

É interessante observarmos dois aspectos da evolução econômica da cidade, na década de 40. Definitivamente ficaram para trás os tempos dos grandes capitais e dos grandes empreendedores. Agora, é uma pequena burguesia que se expande, com pequenas unidades fabris, muitas de vida efêmera. “Quase sempre tais iniciativas foram decorrentes de pequenos capitais em busca de algum investimento que lhes proporcionassem lucros imediatos, os quais não se destinavam à capitalização da própria empresa, mas à sobrevivência de seus proprietários”(ibid., p. 89).

A **estrutura familiar típica da indústria têxtil** de Juiz de Fora parece ter se transformado num ônus para o desenvolvimento da cidade. Apesar de não reconhecer uma relação direta entre o “controle familiar” e o “esclerosamento das empresas”, Maria Carlota de Paula reconhece que este foi um problema que fez com que as empresas de Juiz de Fora não se atualizassem de forma suficiente para enfrentar a concorrência ou adquirir a flexibilidade necessária para realizar as adaptações aos novos tempos. O controle familiar deu-se de forma bastante tradicional, “hereditário”, criando-se um empreguismo que, certamente, afetou a racionalidade administrativa. Implicou também numa extrema redistribuição dos lucros, afetando o nível de capitalização das empresas. Além disso, “formaram-se algumas rivalidades entre grupos locais mais fortes, o que dificultou ou mesmo impediu a associação de alguns deles, ou a sua união para lutar pelos interesses comuns da classe” (ibid., p. 99).

A dependência em relação à matéria-prima e maquinário, além da dependência de outros mercados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, depois substituídos, na década de 50, pelo Nordeste, afetam de forma intensa a economia de Juiz de Fora que, de certa forma, não acompanhou as tendências gerais do país. Na questão de infra-estrutura, os problemas de Juiz de Fora também se avolumavam: havia deficiências nos sistemas de abastecimento de água, comunicações, energia elétrica e transportes. Não há tempo aqui e nem é nosso objetivo analisar detalhadamente cada uma dessas questões, mas, com relação aos transportes, parece-nos bastante revelador o fato de que a cidade, que foi pioneira, devido ao amplo e moderno sistema viário, chegue a meados do século XX, praticamente isolada, pela falta de novos investimentos em setores estratégicos. A tão reivindicada ligação Zona da Mata/Sul de Minas, por exemplo, só foi concluída na década de 70, apesar de ser demandada desde a década de 30, o que dificultou demais a influência nesses mercados, que se voltaram para São

Paulo. Antes, a rodovia Rio-Bahia já tinha alterado o esquema de circulação rodoviária na Zona da Mata, provocando um esvaziamento no eixo comercial de Juiz de Fora.

O isolamento da cidade fica mais patente quando o assunto é o transporte aéreo. A exploração de linhas comerciais no estado começa em 1937, através da Panair do Brasil. Em 1947, a capital mineira já contava com linhas regulares para várias cidades com exceção de Juiz de Fora.

Juiz de Fora, apesar de ser uma das poucas cidades mineiras que em 1937 já possuía campo-de-pouso construído, não se beneficiou desta modalidade de transporte extremamente valorizada pelos grupos empresariais. Não se sabe porque Juiz de Fora não estava incluída nas rotas regionais que partiam de Belo Horizonte, sabendo-se que, àquela época, em 1947, estava ainda a, aproximadamente, 10 horas por rodovia, e 9 horas por ferrovia, da capital do estado. Nesta época, a viagem para o Rio demorava 6 horas (PAULA, M., 1976, p. 125).

Outro fator que não pode ser desprezado e que colabora para o ostracismo de Juiz de Fora, a partir dos anos 40, é a queda da representação política da cidade. Esta é quase uma unanimidade entre os pesquisadores. Enquanto experimentou o surto industrial, Juiz de Fora possuiu também políticos relativamente fortes e influência tanto junto ao governo imperial quanto aos primeiros presidentes republicanos. Até 1937, a Zona da Mata e a Zona Metalúrgica dividiram a posição de maiores fornecedores de deputados federais mineiros às legislaturas nacionais. Em 1946, na primeira bancada após o Estado Novo, a participação da Mata ainda é significativa (33,3%), mas, em seguida, tem uma queda substancial, participando, em 1971, com apenas 11,4% da bancada federal mineira. Quanto aos deputados estaduais, de 1947 a 1971, a Zona da Mata manteve uma participação média de 20,9% na bancada estadual mineira, tendo sido inferior à Zona Metalúrgica apenas em 1963. Maria Carlota de Paula (1976, p. 142) ainda acrescenta o fato de boa parte dos deputados eleitos pela Zona da Mata não serem comprometidos com a industrialização: “No caso dos ‘perremistas’ deviam vigorar os interesses agrários, quanto aos petebistas, reivindicações assistencialistas”.

2.5.3 Em compasso de espera

Os anos quarenta são um período da história da cidade pouco estudado. Hoje, a impressão que fica é a de que foi uma **década perdida**, em que o núcleo urbano vai se distanciando cada vez mais do padrão de desenvolvimento industrial, a Manchester Mineira vira mito, e por não se organizar política e economicamente para capitalizar-se com a

experiência da pequena burguesia, a cidade passa a viver à margem do crescimento do país, extremamente centralizado no Rio e São Paulo.

A escritora Rachel Jardim capta um pouco do que foi este período da história da cidade, em seu livro *Os anos 40*, descrevendo o sentimento que a acompanha, depois de assistir à matinê do Cine Theatro Central:

A vida era mais imaginada do que vivida. Não havia sofreguidão em viver. Havia espera. O ritmo era lento. Um dia me perguntaram – o que vocês faziam em Juiz de Fora, naquela época? Esperávamos. E nessa espera, fora e dentro de nós, as coisas aconteciam (1979, p.9).

É interessante que se observe como o cinema teve um papel preponderante na formação do imaginário da população na época. Rachel Jardim gosta de dizer que o cinema formou toda a sua geração. Os artistas eram para ela como um modelo de comportamento e havia toda aquela inocência que perpassava o ar. “Tempo de guerra, músicas de guerra, os filmes de Hollywood de guerras fantásticas, dando esperança às pessoas para vencer aquela coisa, então, aquele filme era a história”⁴². No nosso ponto de vista, o cinema proporcionava o escapismo à realidade e fazia com que os jovens sonhassem, cada vez mais, com paraísos distantes, oásis habilmente construídos por Hollywood, a meca do cinema americano. Seria o início da conformação do **imaginário diaspórico**?

Outro aspecto interessante do período, e que é marcante para alguns dos antigos habitantes de Juiz de Fora, é o apelo visual da arquitetura, quase que intocada, de estilo eclético, e que, de certa forma, conseguia ainda garantir à cidade uma identidade, realçada pela diferença com o restante das cidades de Minas. Rachel Jardim, ao repensar a cidade, fala do **pastiche**, da mistura de estilos, que rendeu a Juiz de Fora uma de suas mais preciosas características:

A cidade mineira tinha aquela coisa do barroco, do colonial, aquela uniformidade. Juiz de Fora tinha todos os estilos: bangalôs, palacetes, [...], gótico; o Stella Matutina⁴³, que era gótico, isso instigava a imaginação. [...] Se você pega um gótico, numa cidade do interior, você vai ver, pensar de onde que veio: da Alemanha? De

⁴² Depoimento gravado por ocasião do lançamento da 5ª edição do livro *Os anos 40*, de Rachel Jardim, no dia 27 de novembro de 2003, em Juiz de Fora.

⁴³ Colégio tradicional católico, localizado na Av. Rio Branco, cujo prédio original é demolido na década de setenta para a construção de um edifício comercial. Da demolição, só restou a capela, comprada por um comerciante que, durante a década de 80, fez ali funcionar a Capela Galeria de Arte. Na década de 80, apesar de protestos, a capela também foi demolida, para construção de outro prédio comercial.

outras terras, de outros povos, você vai se deter sobre outra gente que criou aquilo e vai viajar pela história, pelo mundo, pelo tempo⁴⁴...

É na diversidade, no pastiche, que a autora reconhece a beleza e a singularidade de Juiz de Fora, cidade onde o poético se sobrepôs ao belo:

Então, quando você tem uma impressão poética de uma coisa até feia, de um pastiche, mas que te dá uma carga poética, isso é muito mais importante que a beleza apenas. Em Juiz de Fora, tinha tantos estilos, tantos estilos [...] A Avenida Rio Branco cheia de jardins, de palacetes... Era uma coisa, era um prato cheio para a imaginação humana⁴⁵.

O advogado Michel Bechara resgata a lembrança de uma “cidade européia”:

Era uma cidade, eu não sei se posso cometer o sacrilégio de dizer, que seguia uma linha das pequenas cidades européias. Muito bem estruturada, com muita gente com muita cultura, com estrutura econômica correta, ou melhor, bem definida, por conta das tecelagens. Participação da São João Evangelista, da Industrial Mineira, da Bernardo Mascarenhas, da Meurer. Era uma cidade estruturada nessa linha e, de repente, por causa de vários fenômenos, isso tudo acabou⁴⁶.

Na década de 40, a cidade dos escritores, da imprensa e das letras parece viver o ritual de passagem para uma outra área de influência, o rádio e o cinema, mesmo assim, o jornal impresso continua a ser referência para a população alfabetizada. Em 1940, a imprensa periódica em Minas conta com 273 publicações, sendo 93 pertencentes à Zona da Mata (WIRTH *apud* YAZBECK, L., 1999, p. 154). Segundo Almir de Oliveira (1978, p. 32), vale registrar o lançamento, na época, de dois novos periódicos: o *Diário da Tarde*⁴⁷, que pertencia ao grupo dos Diários Associados, e começou a circular em 1942, e o *Correio da Mata*, lançado no mesmo ano e que foi mais irregular. Com relação ao *Diário da Tarde*, Márcia Regina Gonçalves Andreola (1995, p. 15) lembra que ele é criado com o objetivo de substituir uma segunda edição diária do *Diário Mercantil* (DM) que, durante algum tempo, além de matutino, foi também vespertino. “Jornal mais popular, diferente da linha conservadora mais elitista imposta pelo *Mercantil*, o *Diário da Tarde* [DT] era vendido na porta das fábricas, quando às 4 horas da tarde, os operários encerravam a sua jornada e levavam o jornal para

⁴⁴ Depoimento prestado por Rachel Jardim, em Juiz de Fora, a 27 de novembro de 2003.

⁴⁵ Depoimento de Rachel Jardim, em Juiz de Fora, a 27 e novembro de 2003.

⁴⁶ Os trechos da fala de Michel Bechara foram retirados de entrevista realizada em 12 jan. 2005.

⁴⁷ Assis Chateaubriand já tinha adquirido, na década de 30, o jornal *Diário Mercantil*.

suas casas para acompanharem o noticiário”. Depois de algum tempo, o DT vai passar a circular às 10 horas da manhã.

Entre os outros diários que circulam, estão a *Gazeta Comercial*, a *Folha Mineira* e o *Diário Mercantil*. Neste último, fazem sucesso a coluna *A imprensa na Câmara*, de Almir de Oliveira, e o *Suplemento Dominical*, que reúne cultura e comportamento. Em relação às rádios que existiam na cidade, vale o registro da compra da Rádio Sociedade, em 1947, por Assis Chateaubriand.

Fato curioso que envolve a imprensa de Juiz de Fora é a fundação, em 22 de novembro de 1941, do “Sindicato dos Proletários, Intelectuais e Militantes na Imprensa de Juiz de Fora”, futuro Sindicato dos Jornalistas Profissionais da cidade, a “carta sindical nº 1”, em Minas Gerais, o que valeria, anos depois, segundo o ex-presidente da entidade, jornalista Irvén Cavallieri, muitos comentários maldosos do pessoal de Belo Horizonte:

Nós sempre participávamos de Congressos de Jornalistas pelo Brasil afora. Eu participei de uma maneira ativa, mesmo antes de ser presidente. Sempre participei de conferências e congressos jornalísticos pelo Brasil. Pela federação, e pelo sindicato também. O Sindicato de Juiz de Fora levava sempre uma delegação, porque, naquela época, os sindicatos só existiam nas capitais e Juiz de Fora e Santa Maria, no Rio Grande do Sul, eram as únicas cidades do interior que tinham sindicato. Então, Minas Gerais ficava com um ódio tremendo porque, na hora de votar, eram dois votos dos jornalistas profissionais de Minas Gerais. Belo Horizonte tinha jurisdição sobre todo o estado de Minas, menos Juiz de Fora, então, a gente brincava que éramos o Sindicato dos Jornalistas Independentes de Juiz de Fora⁴⁸...

Em termos culturais, é indispensável que se registre, no ano de 1944⁴⁹, a criação da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora – Fafile, que até a sua incorporação definitiva, em 1968, à Universidade Federal de Juiz de Fora, é um centro formador da elite intelectual que, nos anos seguintes, vai repensar a cidade. A Fafile⁵⁰ é resultado da ação de intelectuais ligados ao movimento católico, participantes da União dos Moços Católicos e do Centro D. Vidal (YAZBECK, L., 1999, p. 133).

Entre os professores da Fafile, vale resgatar um pouco da história de Arthur Arcuri, caçula dos oito filhos de Pantaleone e Christina Spinelli Arcuri. Depois de se graduar em

⁴⁸ Os trechos da fala do jornalista Irvén Cavallieri foram retirados de depoimento, que faz parte dos Anexos da monografia de Márcia Regina Gonçalves Andreola – *Diário Mercantil, um marco no jornalismo de Juiz de Fora*, UFJF, 2. sem. 1995.

⁴⁹ Na mesma década de 40, foi fundado o curso superior de Administração e Finanças da Academia de Comércio, em 1941.

⁵⁰ A Faculdade ministra até 1965 os curso de Ciências Sociais, Geografia e História, Letras, Letras Neolatinas e Didática, e um curso de Jornalismo, iniciado em 1958 e reconhecido em 1965 (YAZBECK, L., 1999, p. 138).

Engenharia Civil, no Rio de Janeiro, ele voltou a Juiz de Fora, em 1941, criando o hábito de promover audições semanais de música erudita em sua casa. Adepto da arquitetura modernista, ele realizou projetos inovadores na cidade, que incrementaram ainda mais o “pastiche” que caracteriza o patrimônio de Juiz de Fora. Amigo de poetas, arquitetos, artistas plásticos e intelectuais, Arthur Arcuri foi um dos introdutores da arquitetura moderna, de linhas mais retas e funcionais, na cidade. Neste período, foi responsável pelos elementos novos que se agregaram à paisagem de Juiz de Fora⁵¹.

A pedido do prefeito de Juiz de Fora, Dilermando Martins da Costa Cruz Filho (1947-1950), Arcuri procurou Burle Marx para fazer um projeto para a praça no Bairro Bom Pastor [loteamento de classe média alta que estava sendo criado na cidade]. Arcuri enviou fotos da área tiradas por ele mesmo a Burle Marx, que, interessado, veio até Juiz de Fora. Nesta visita à cidade, Arcuri levou-o à Represa João Penido [na zona norte, serve para o abastecimento de água de Juiz de Fora] e, impressionado, conjecturou a possibilidade da área ser transformada pelas mãos de Oscar Niemeyer em uma nova Pampulha. Segundo Arcuri, Oscar Niemeyer veio a Juiz de Fora e projetou o conjunto cujos desenhos e maquetes foram expostos numa loja na Rua Halfeld (as seis pranchas do projeto desapareceram) (SANTANA; PUGLIESI, 2002, p. 16).

Na historiografia de Juiz de Fora, os anos 40 nos aparecem como aquela zona de sombra, certamente a década menos pesquisada em todo o percurso da vida da cidade, que parece passar por um momento equivalente ao de um compasso de espera. No entanto, é fundamental que se observe que, ao contrário de outras regiões, Juiz de Fora não se transforma em uma das muitas “cidades do silêncio” do vale do Paraíba ou do interior de Minas Gerais (YASBECK, L., *op.cit.*, p.155). O declínio econômico e o empobrecimento das elites não impediram que o campo da cultura se transformasse numa arena de resistência, na qual a criação de centros de formação, como a Fafile, despontam como geradores de novas possibilidades para a cidade e região.

2.5.4 A cultura como trincheira identitária

Apesar das dificuldades típicas de uma cidade do interior e da falta de perspectivas de trabalho e ascensão social para as novas gerações⁵², os anos cinquenta são recordados por

⁵¹ Arthur Arcuri desenvolveu o modelo da “casa invertida”, levando a garagem e a cozinha para a frente da residência, enquanto, no pátio interno, ficavam as áreas de estar e dormitórios. Para ele, a casa não era para ser vista, mas para ser morada. Citado em publicações no Brasil e no exterior, Arthur Arcuri participou da Primeira Mostra de Arquitetura Contemporânea Brasileira, realizada no Museu de Arte Moderna, do Rio de Janeiro, em 1952, com cinco trabalhos, dentre eles, o do marco do centenário de Juiz de Fora, que fica na Praça da República, no bairro Poço Rico (SANTANA; PUGLIESI, 2002).

⁵² A população de Juiz de Fora, em 1950, é de 126.989 habitantes (*Tribuna de Minas*, 1 set. 2004).

muitos juizforanos como anos de sonho, algo que possivelmente tem a ver com a “aura” desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, com a conquista da Copa do Mundo, na Suécia, com a bossa nova e o Cinema Novo. Mas a cidade passa por dificuldades econômicas e, para muitos jovens, o sonho já não se limita mais à vida pacata do interior. As imagens do cinema, as informações que chegam pelas ondas do rádio e as promessas da ainda incipiente televisão parecem conformar um novo imaginário.

O declínio econômico é evidente. Os dados revelam que Juiz de Fora tem, na década de 50, menos estabelecimentos industriais que em 1936, e menos operários do que em 1939. A economia local sofre as conseqüências da concentração do parque industrial brasileiro nas regiões de Rio e São Paulo (PAULA, M., 1976, p. 89). De qualquer maneira, a cidade parece estar mais atenta à necessidade de incentivar a indústria local e, desde o início da década, discute-se a instalação do distrito industrial, que só vai se efetivar muitos anos depois⁵³. Ao mesmo tempo, parece-nos que Juiz de Fora aos poucos vai se rendendo à nova vocação urbana, que será confirmada na década seguinte: **de cidade industrial, transforma-se em centro prestador de serviços**. Certamente, uma mudança que levou algum tempo para ser absorvida.

Bom exemplo da nova vocação da cidade pode ser comprovada pelo número de estabelecimentos de ensino. O jornalista e escritor Ivanir Yazbeck, que estudou em alguns dos colégios tradicionais de Juiz de Fora, fez um levantamento daqueles mais conhecidos, em meados da década de 50: Academia de Comércio (exclusivamente masculino); Granbery, Machado Sobrinho, São José, Vianna Júnior e Bicalho (mistos); Stella Matutina, Santa Catarina, Santos Anjos, Carmo e Escola Normal (exclusivamente femininos).

Estes eram os principais estabelecimentos de ensino ginasial e científico de JF, onde se preparavam os futuros alunos das Escolas de Farmácia, de Odontologia, de Engenharia, das Faculdades de Direito, de Medicina, de Ciências Econômicas e de Filosofia e Letras à espera deles, apenas alguns quarteirões dos colégios onde estudam. O vasto e diversificado panorama educacional é a marca cultural mais forte que JF exporta, atraindo estudantes de diversas partes do país, alguns do exterior, vindo a engrossar a população mais jovem (YAZBECK, I., 2003, p. 55).

⁵³ Apesar da discussão ter se originado no início da década, somente em 16 de outubro de 1959, é feita a primeira solicitação ao governador do estado para a criação da cidade industrial de Juiz de Fora, através do Centro Industrial e do prefeito Olavo Costa. Em 1961, nada ainda tinha sido realizado, e vários prefeitos da região e industriais de Juiz de Fora solicitam ao então governador Magalhães Pinto medidas para a sua implantação. Em 1965, a Prefeitura constitui a Comissão Executiva da Cidade Industrial. Mesmo assim, em 1966, tinha sido feito apenas um décimo da terraplenagem prevista (PAULA, M., 1976, p.143).

Na década de 50, Juiz de Fora ainda mantém o seu “ar europeu”, que, até hoje, envolve em clima de nostalgia muitos dos habitantes locais. A rua Halfeld⁵⁴, por exemplo, atualmente, tomada pelos vendedores ambulantes, era uma rua de comércio sofisticado, onde pontificavam vários cafés, freqüentados pela fina flor da sociedade:

Eu me lembro dos *footings* na Rua Halfeld, fechada ao tráfego de carros, das 12h de sábado à zero hora de segunda-feira. Aos domingos, de 19h às 21h30, as pessoas, grande parte jovens, desfilavam exibindo suas roupas mais chiques, subindo e descendo, em mão e contramão, mas só até a Rua Batista de Oliveira. Dali para baixo, o *footing* era das pessoas de classe social mais baixa – empregadas domésticas, por exemplo (YAZBECK, I., 2005, p. 11)⁵⁵.

A geografia da cidade tem fronteiras definidas, que demarcam a **rígida estratificação social**, a discriminação e o racismo. Numa das muitas lembranças reunidas por Ivanir Yazbeck (2005, p. 42), no livro *Eu me lembro*, está a das gafieiras, com nomes curiosos, alguns sem dúvida indicativos dessa discriminação racial: “Elite ou P.P. (iniciais maldosas de Para Pretos), Não Venhas Assim, Círculo Operário, Círculo Civil, Sapateiros, Fogão”. O professor José Paulo Netto lembra bem do Elite Clube, que era o lugar em que se tocava o melhor samba, mas era um clube só para negros, “porque preto não entrava em outro lugar, uma cidade racista pra cacete”⁵⁶.

Nos anos 50, a cidade ainda tinha suas “zonas proibidas”, de boemia, muito próximas ao centro. Algumas delas não resistiram ao processo de urbanização: eram as zonas de prostituição da rua Henrique Vaz, do outro lado do rio, e da Linha, “também conhecida como Lixo, um conjunto de casebres, onde foi erguido o prédio da Rede Ferroviária Federal⁵⁷. A “parte baixa” (mais próxima ao rio Paraibuna) da Floriano Peixoto também era zona, após as 20h” (YAZBECK, I., 2005, p. 34). A área de prostituição tinha grande movimento, principalmente a da rua Henrique Vaz, que sobreviveu até os anos 80. Mas, aos poucos, as “casas de tolerância” vão se afastando do centro da cidade e se “sofisticando”:

⁵⁴ A rua Halfeld é hoje fechada ao tráfego de veículos entre a Av. Rio Branco e a Av. Getúlio Vargas.

⁵⁵ Este depoimento, como outros citados, editados pelo jornalista Ivanir Yazbeck, fazem parte do livro *Eu me lembro*: 350 fatos, curiosidades e personagens, que marcaram as últimas décadas da História de Juiz de Fora, extraídos da memória de 28 cidadãos. No livro, não há como ser identificada a autoria dos depoimentos nem a data exata à que eles se referem.

⁵⁶ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada em nov. 2004.

⁵⁷ Depois da extinção da RFFSA, que construiu o prédio para sua sede, durante os anos 80, o espaço é ocupado pela MRS Logística, concessionário dos serviços de transporte desta Malha Ferroviária, e a Prefeitura Municipal, que adquiriu o imóvel, em 2004.

Com uma oferta mais sofisticada, também, de jovens que vinham de outras cidades e se instalavam numa boate chamada, num primeiro momento, Quilômetro Cinco, na Estrada da Grama. Na altura do quilômetro cinco, tinha um casarão...⁵⁸

Da fronteira aristocrática da cidade, o jornalista Ivanir Yazbeck resgata o clima, carregado de referências aos hábitos e costumes europeus:

Eu me lembro do ritual do chá das cinco, servido pelo garçom Isaias, numa mesa externa do Salvaterra, com toalhas e louças finas, ao casal Max Gerter e Madame Elizabeth. Ele austríaco, ela francesa, ambos de fino trato e vasta cultura, aqui aportaram nos tempos bicudos da II Guerra. Mme Elizabeth tinha uma loja na Galeria Pio X, que vendia casacos e mantas confeccionados em peles de animais – ursos, lontras, raposas, chinchila, mink – tudo importado, obviamente, pois ao que me lembro, nas matas da Zona da Mata esses bichos não habitavam (YAZBECK, I., *op.cit.*, p. 29).

Cinema também era um programa de fino trato. As salas de Juiz de Fora ficavam lotadas nas sessões de sexta, sábado e domingo. Na época, havia nove cinemas, na cidade: Cine-Theatro Central, Palace, Excelsior, São Luiz, Popular, São Mateus, Rex e Paraíso, no centro, e Auditorium, em Benfica, bairro mais afastado, na zona norte da cidade. Era um programa barato e absolutamente obrigatório, como lembra o jornalista Ivanir Yazbeck:

Não era só o filme, eram as paqueras, o desfile. Eu me lembro das sessões femininas no Central, quando as mulheres pagavam apenas meia-entrada. Elas iam com capote, na época de frio. O carro parava na porta do Cinema Central, o motorista abria a porta, e era um desfile de elegância absolutamente inigualável⁵⁹.

O cinema teve uma importância muito grande na formação dessa geração. Não apenas no aspecto da diversão:

Tanto quanto a televisão faz hoje com as cabecinhas menos desavisadas, o cinema fazia conosco. O modo de agir, o modo de existir. Depois, os filmes começam a ser mais rebeldes, menos musicais e menos históricos. Atores como Marlon Brando... Saindo do cinema, nós procurávamos nos vestir como eles, os mesmos trejeitos, a forma de fumar. Geralmente, íamos ao cinema na última sessão. Saíamos às

⁵⁸ Os trechos da fala de Ivanir Yazbeck foram retirados da entrevista realizada no dia 5 out. 2005. Outro local de vida boêmia, que fica famoso nos anos 70, é o K-2, na Vila Ideal, uma das vias de acesso à cidade.

⁵⁹ Todos os trechos da fala de Ivanir Yazbeck foram retirados da entrevista realizada no dia 5 out. 2005.

23h30min., a cidade já estava semi-deserta, os poucos que saíam do cinema, pegavam o bonde, o carro, e iam para casa. Ficávamos nós, os jovens, subindo e descendo a rua Halfeld, vazia, deserta. Conversando sobre o filme, projetando o futuro, criticando o presente e era isso. Ficávamos até três, quatro, cinco horas da manhã, às vezes, indo para casa, já clareando o dia. Sábados, evidentemente, tinha sempre um baile. Certamente todos os clubes promoviam seus bailes e, quando não, havia festas nas casas de família. Eram chamadas as brincadeiras dançantes, ao som de *hi-fi*. E as músicas que tocavam na época eram as mais românticas, as mais gostosas de se atrair a namorada, de conquistar, de flertar. Era um fundo musical, assim, fantástico⁶⁰.

As lembranças vão surgindo para Ivanir Yazbeck como as seqüências de um filme:

Eu tenho uma lembrança de uma cena cinematográfica. No centro da cidade, havia os guardas civis, depois, eles desapareceram, porque a Polícia Militar assumiu este papel de fiscalizar a cidade. Então, toda a madrugada, a noite toda, havia um policiamento na rua Halfeld. Um guarda civil, eu me lembro disso, de uniforme azul marinho, quepe e uma correia, que passava pelo corpo em diagonal. Ele ficava subindo e descendo a rua Halfeld com um apito. Quando havia necessidade de pedir um auxílio a algum outro, que deveria estar em outro canto por ali, ele apitava. Então, numa dessas madrugadas, num frio de rachar, eu, Fernando Gabeira, Geraldo Mayrink, devia ter mais um ou dois subindo e descendo a rua Halfeld. Nós íamos, às vezes, até a estação rodoviária, que era na Av. Getúlio Vargas, em frente ao atual Espaço Mascarenhas. Lá, não fechava, e havia ali um bar, tomávamos cafezinho... Então, olha o que nós fazíamos! Tomávamos um cafezinho, que era o nosso vício, e fumávamos um cigarro logo depois. Aí, num desses sobe e desce, sobe e desce, o guarda nos pára : “Meu jovem, eu daria tudo para estar na minha casa agora, debaixo de uma coberta, dormindo. O que vocês ficam fazendo?”⁶¹.

Por incrível que pareça, eles ficavam apenas conversando, e isso bastava:

Tínhamos o que conversar. Às vezes, eu me pergunto o que nós tínhamos que conversar. Já com o dia nascendo, eu lamentava ter que ir para casa, porque o assunto era muito bom. Fernando Gabeira era um centro de idéias fantásticas, então, era ele que determinava qual era o tema que nós íamos conversar. Eu me lembro de um, deste, eu jamais vou me esquecer: ele explicando que tinha acabado de ler um livro da Simone de Beauvoir, que falava do complexo da mulher em relação ao homem, que ela procurava compensar este complexo, regando as plantas no jardim. Aquilo ali substituíam o papel do homem, quando ele sentia necessidade de urinar, a mangueira era uma forma dela compensar. Eu ouvi aquilo e “é, pois é, legal”⁶².

Nos cinemas de Juiz de Fora, vale lembrar um toque singular, obtido pela exibição dos cinejornais da companhia Carriço Filmes, que apresentavam a versão local para os eventos de

⁶⁰ Todos os trechos da fala de Ivanir Yazbeck foram retirados da entrevista realizada no dia 5 out. 2005.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

importância da cidade, da mesma forma que as Atualidades Atlântida mostravam o que acontecia no resto do mundo⁶³.

Indispensável é também se observar como o cinema, além do seu lado glamouroso ou de moda, tendeu a ser um formador político para muitos jovens de classe média. Esses jovens, no final dos anos 50, começaram a freqüentar as reuniões da Ação Católica, promovidas pelos freis dominicanos, que tinham um Seminário, na parte alta do centro da cidade. O advogado Michel Bechara, que se considerava, à época, com 14, 15 anos, um “pequeno burguês alienado”, relembra como as “vigílias”, no seminário, foram importantes na formação política da geração dele:

Os estudantes eram convidados. A princípio parecia algo de elite, poucos entravam. Mas é que os dominicanos estavam começando um seminário aqui, estavam iniciando a sua atuação na sociedade. Então, eles montavam temas, passavam filmes que se destacavam na época, como “Noites de Cabíria”. Eram filmes mais “avançados”, que nós discutíamos. Ali começou a nascer o sentimento do que realmente era a sociedade⁶⁴.

Bechara completa:

Pessoas começando a assumir lideranças dentro das salas de aula, nos colégios, faculdades, e começando a trabalhar para assumir, se fosse o caso, e se interessasse, algum posto nas entidades estudantis: tivemos participação na UBES [União Brasileira de Estudantes Secundaristas]; de um modo indireto, dentro da UEE, União Estadual dos Estudantes; tínhamos conhecimento de todo o trabalho da UNE [União Nacional dos Estudantes]⁶⁵.

As reuniões dessa fase são feitas na sede da Ação Católica, no centro de Juiz de Fora, à rua Sampaio, nº 444, que foi demolida, e onde, hoje, existe um prédio. Tudo começa com a polêmica em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que era basicamente uma avaliação sobre o melhor caminho para a educação nacional: o ensino público ou o ensino privado. Em torno de bandeiras como esta, que envolveram a sociedade civil como um todo, vários grupos foram se organizando. Em Juiz de Fora, os dominicanos tiveram um papel fundamental, porque passaram a ser os orientadores da Ação Católica: Juventude

⁶³ O acervo da Carriços Filmes, de indiscutível importância para a reconstituição da história recente da cidade, só foi recuperado, na década de 1980, depois de uma campanha intensa de vários intelectuais da cidade, em especial, Décio Lopes, que fazia crítica de cinema no suplemento *Arte e Literatura* do *Diário Mercantil*.

⁶⁴ Todos os trechos da fala de Michel Bechara foram retirados da entrevista realizada em 12 jan. 2005.

⁶⁵ Idem.

Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Nessa época, o advogado Michel Bechara relembra que os jovens se encontravam “para discutir política, mas também jogávamos futebol”⁶⁶. E é, segundo ele, a partir desse “despertamento”, que surge, posteriormente, o “engajamento”, em especial, nos primeiros anos da década de 60.

Além da questão da reforma do ensino, Michel Bechara relembra que a política internacional fazia parte de todas discussões, na virada dos anos 50/60: John Kennedy, Nickita Krushev, Mao-Tsé-Tung eram lideranças que faziam a cabeça dos estudantes. Discutia-se o capitalismo americano, e “se falava claramente, não sei se de forma verdadeira ou equivocada, numa caminhada da sociedade brasileira para o socialismo”⁶⁷. A Revolução Cubana, do final dos anos 50, e as figuras de Fidel Castro e Che Guevara incendiavam o imaginário estudantil. Na área intelectual, Sartre e Kafka estavam entre as leituras mais comuns daqueles grupos das classes média e alta, que, de certa forma, sonhavam em mudar o mundo.

Naquela época, a avenida Rio Branco, a mais importante de Juiz de Fora, ainda tinha seus bondes, seus jardins e seus palacetes e, o que é mais importante, o número de carros era extremamente menor do que o que passou a circular, a partir dos anos 80. Havia claramente uma opção pelo **pedestre** que, ao longo dos anos seguintes, vai sendo colocada de lado. A apropriação do espaço urbano pelos **carros e caminhões** coincide com o processo de **verticalização da cidade**, que mudou praticamente todas as suas características.

Mas, nos anos 50, havia poucos carros circulando e enquanto as classes médias urbanas se deleitavam com o *footing* no centro da cidade, os operários também tinham seus rituais:

Eu me lembro que aos domingos os operários das centenas de fábricas em JF se vestiam de terno e gravata – fosse para levar a família à missa ou ao piquenique no Morro do Cristo ou passear de canoa no Parque Mariano Procópio ou ao passeio com direito a pipocas e algodão doce para os filhos, no Parque Halfeld (YAZBECK, I., 2005, p. 29).

E a paixão nacional, que reunia as classes burguesas e os operários, não tinha limites: tomava conta do centro da cidade. O professor Almir de Oliveira⁶⁸ relembra com entusiasmo o clima de festa que invadia a rua Halfeld, depois das partidas de futebol, em que disputavam

⁶⁶ Todos os trechos da fala de Michel Bechara foram tirados da entrevista realizada em 12 jan. 2005.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Almir de Oliveira foi o primeiro presidente do Instituto Histórico de Juiz de Fora, fundado em 1956.

os três principais times de futebol da cidade, Tupinambás, Sport e Tupi, todos com estádios próprios. “Nesses vinte anos, dos anos 40 a 50, a rua Halfeld era muito movimentada. E, aos domingos, quando havia campeonato de futebol, aquilo ali fervia. Ali, havia os clubes. Isso tudo dava uma vida à rua Halfeld, a rua Halfeld tinha vibração: tudo era centralizado ali”⁶⁹.

Nos anos cinquenta, o rádio é o meio de comunicação por excelência. Se há aqueles que se deleitavam com a programação sofisticada de uma rádio Jornal do Brasil, AM, de ótima recepção em Juiz de Fora (YAZBECK, I., 2005, p. 21), havia também os outros que lotavam o Cine-Theatro Central para assistir aos seus ídolos preferidos, convidados a participar dos programas de auditório das emissoras locais. Na década de 50, Juiz de Fora tem três estações transmissoras: a Rádio Sociedade de Juiz de Fora (PRB-3, antiga PRA-J), a mais antiga de Minas; a Rádio Industrial (ZYT-9), inaugurada em 1950, nos moldes da Rádio Nacional; e a Rádio Difusora, inaugurada em 1956, com programação essencialmente musical (OS ANOS dourados do rádio em Juiz de Fora, 2005)⁷⁰.

Para qualquer pesquisador que estude os anos 50 chama a atenção a diversidade e a criatividade da programação apresentada pelas rádios locais. Transmissões esportivas já faziam sucesso e a Rádio Industrial, por exemplo, se deu ao luxo de ter uma cabine própria, no Maracanã, para transmitir os jogos da Copa do Mundo de 58. Na área de dramaturgia, as emissoras tinham o seu próprio *casting*, e as novelas eram escritas, interpretadas, dirigidas e montadas por pessoal da cidade. Em 1954, o grande sucesso no *dial* é a novela *Bodas de mel em taças de fel*, escrita pelo padre Wilson Costa. Programa de auditório era outro destaque da programação. A Rádio Industrial chegou a ter cinco programas diferentes por semana, aos quais compareciam os artistas de maior fama da época: Nélon Gonçalves, Ângela Maria, Nora Ney, Emilinha Borba, Marlene e Francisco Alves, entre outros. Dependendo do artista, o ingresso para o programa era vendido com até duas semanas de antecedência. Programas famosos da Rádio Nacional, como o “Balança mas não cai”, tinham sua versão local, incrementando-se os *scripts* com o tempero da cidade. A Rádio Nacional também foi a inspiradora dos programas jornalísticos, em especial o *Noticiarista T-9*, com quatro edições diárias, criado à imagem e semelhança do *Repórter Esso*. Havia orquestras e conjuntos, que tocavam ao vivo, mas a programação sofre uma guinada com a criação, em 1956, da Rádio Difusora⁷¹, do empresário Sérgio Mendes. É a primeira que abole as orquestras e trabalha

⁶⁹ Entrevista realizada em abril de 2005.

⁷⁰ Ivanir Yazbeck cita ainda a Rádio Tiradentes (ZYO-5), criada em São João Nepomuceno – cidade próxima - e trazida para explorar o mercado de Juiz de Fora por novos proprietários paulistas (YAZBECK, I., 1003, p. 76).

⁷¹ Em 1957, o empresário Sérgio Mendes vai adquirir a Rádio Industrial, formando, então, a cadeia Dial. As duas emissoras passam a funcionar na Praça João Pessoa, ao lado do Cine-Theatro Central.

com os sucessos gravados em disco, de olho num ouvinte de gosto mais refinado. Sinal dos tempos...(OS ANOS dourados do rádio em Juiz de Fora, 2005)⁷².

Nos anos 50, parecia haver uma certa ingenuidade no ar, bem caracterizada pelas batalhas de confete dos carnavais, pelos bailes em que os foliões jogavam lança-perfume uns nos outros e até mesmo pelo corso, que subia a rua São João, passava pela Av. Rio Branco, descia a rua Marechal Deodoro e pegava a rua Batista de Oliveira até atingir a São João novamente. “Nos estribos dos carros ou nas carrocerias de caminhonetes ou amontoados em conversíveis, cada grupo procurava ser mais original e animado que o outro. Os veículos se emendavam por serpentinhas” (YAZBECK, I, 2005, p. 91).

No quesito imprensa, a década de 50 viu surgirem e desaparecerem as revistas *Silhueta*, de 1951 a 1954, *Revista Médica*, de março de 1955 a meados de 58(OLIVEIRA, A., 1978, p.32) e *Objetiva*, de 1953 a 1954 – “uma revista de Minas para o Brasil”, de periodicidade mensal, 92 páginas e mais de cem anunciantes (YAZBECK, I., 2003, p. 74). A grande atração desta revista, enquanto durou, foi a seção *Vida Radiofônica*, assinada por Décio Cataldi, em que os ídolos do rádio eram tratados com a mesma reverência com que hoje são apresentados aqueles da TV.

Mas certamente a grande novidade da imprensa juizforana, na época, foi a introdução do **colunismo social**. O fracasso da revista *Objetiva* acabaria levando Décio Cataldi, por uma dessas coincidências do destino, para o *Diário Mercantil*, onde ele se transformaria no primeiro grande colunista social de Juiz de Fora, com o *Roteiro Social*, idealizado pelo diretor do jornal, Renato Dias Filho, sob inspiração da coluna de Ibrahim Sued, no *Globo*, que já fazia o maior sucesso. Em meados da década de 50, “raros lares não possuíam assinatura do Mercantil, parte integrante do café da manhã dos chefes de família” (YAZBECK, I., 2003, p. 80)⁷³. Os outros jornais que circulavam em Juiz de Fora, a *Gazeta Comercial*, e a *Folha Mineira*, também diários, não conseguiam fazer sombra ao gigante do império de Assis Chateaubriand.

É na coluna de Décio Cataldi que os juizforanos vão acompanhar a inauguração do Raffa's Club⁷⁴, a casa noturna, aberta em 11 de outubro de 1955, e que funcionou sem

⁷² Atualmente, as frequências das três primeiras emissoras de Juiz de Fora estão em mãos de outros proprietários: a Rádio Sociedade virou Rádio Solar; a Rádio Industrial é a Rádio Capital; e a Rádio Difusora virou Rádio Manchester.

⁷³ Na casa do futuro jornalista Ivanir Yazbeck, a leitura diária incluía o *Diário Mercantil*, o *Correio da Manhã* e a revista semanal *O Cruzeiro*.

⁷⁴ O Raffa's foi um campeão na sua modalidade: funcionou durante 45 anos e quatro meses, até fevereiro de 2001, sob a batuta de Rafael Jorge, seu criador, e ainda teve uma sobrevida, até agosto de 2003, sob o comando de outro dono (YAZBECK, I., 2003).

interrupções, na Galeria Pio X, bem aos moldes dos famosos *night-clubs* de Copacabana, no Rio de Janeiro (YAZBECK, I., *op.cit.*, p. 11). Nas noites de gala do Raffa's, os homens compareciam de *smoking* e as mulheres não dispensavam um longo, adornado por jóias e peles, dependendo do frio... A cidade, afinal, também estava ganhando ares mais cosmopolitas, e inaugura, em dezembro de 1958, o Aeroporto da Serrinha.

No final da década de 50, a imprensa de Juiz de Fora vive uma nova revolução. O *Binômio*, jornal criado, em Belo Horizonte, em 1952, chega à cidade, em 1º de setembro de 1958⁷⁵. Um dos idealizadores do jornal, em Belo Horizonte, Eudo Arantes, explica, de forma curiosa, o que fez com que os diretores resolvessem lançar o semanário por aqui, contando que o *Binômio* vendia, em certa fase, 500 exemplares em cidades como Governador Valadares e Varginha e, em Juiz de Fora, não passava dos 100. “Estudamos o caso, notamos que nenhum jornal belorizontino tinha boa vendagem por aqui e concluímos que a cidade não aceitava o que vinha da capital”⁷⁶. Ele continua: “ Juiz de Fora é uma cidade frustrada. Ela teve tudo para ser a capital e foi castrada. Por isso, ela nutre um ódio profundo por Belo Horizonte. Quando entendi isso é que criei o *Binômio* em Juiz de Fora, que logo chegou a 10 mil exemplares” (*ibid.* p.1)⁷⁷. Ao que parece, a grande circulação foi apenas no momento inicial. De acordo com depoimento de Ivanir Yazbeck, “apesar de ter sido, do ponto de vista jornalístico, um produto fantástico, o jornal vendia muito pouco, mas nós não nos importávamos muito com isso não, importava que nós fazíamos um jornal e batíamos os olhos nele impresso e aquilo nos agradava”⁷⁸.

A edição de Juiz de Fora circulava aos domingos, um dia antes da de Belo Horizonte. O caminhão trazia os exemplares do Rio, onde o jornal teve que ser impresso devido às perseguições do Governo Bias Fortes:

O *Binômio* de Juiz de Fora, ao contrário do de Belo Horizonte, já nasceu grande e não teve uma fase exclusivamente humorística. Compunha-se de seis páginas locais e de mais dez da edição geral, figurando nestas últimas os assuntos estaduais, nacionais e internacionais, além das principais colunas e reportagens. Não trazia,

⁷⁵ Em Belo Horizonte, o primeiro número do *Binômio* circulou em 17 de fevereiro de 1952, por iniciativa de dois jovens, José Maria Rabêlo, de 23 anos, e Eudo Arantes, de 24. Eram quatro páginas em formato tablóide, em papel de péssima qualidade, composição manual e rodado numa velha impressora que tirava pouco mais de mil exemplares por hora. Na época, nada poderia sinalizar a trajetória de sucesso, que balançou a imprensa mineira. Tanto a edição de BH como a de JF só pararam de circular após o golpe militar de 1964. (RABÊLO, 1997).

⁷⁶ BARBOSA, Rodrigo. “Ainda falta coragem e atrevimento aos jornais brasileiros”(entrevista de Eudo Arantes). *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 23 out. 1981. Caderno 2, p. 1.

⁷⁷ Uma circulação semanal de dar inveja aos jornais da cidade, que, hoje, mesmo aos domingos, não ultrapassam cada um a vendagem de 4000 exemplares, segundo fontes do setor.

⁷⁸ As falas de Ivanir Yazbeck foram retiradas da entrevista realizada no dia 5 out. 2005.

entretanto, as seções especificamente locais de Belo Horizonte, que não teriam interesse para seus leitores (RABÊLO, 1997, p. 227).

A redação do semanário de Juiz de Fora foi montada pelo jornalista Dauro Mendes, de Belo Horizonte, mais tarde diretor do *Última Hora*, do Rio de Janeiro, e contou com o apoio de Oto Alves Ribeiro⁷⁹, na organização do empreendimento. Aos poucos, o jornal, que fez uma campanha acirrada contra o prefeito da época, Olavo Costa, apelidado de o “rato”, foi ganhando novos e jovens colaboradores, entre eles, Fernando Zerlottini⁸⁰, Fernando Gabeira⁸¹, Geraldo Mayrink⁸², Ivanir Yazbeck⁸³, aos quais se juntaram jornalistas já respeitados na cidade, como Almir de Oliveira⁸⁴, José Carlos de Lery Guimarães⁸⁵ e Décio Cataldi⁸⁶. (Em 1961, o novo gerente, mais tarde advogado e professor de direito, é o jornalista Fernando Cortes Muzzi⁸⁷). Com uma equipe bastante nova, quase todos na faixa dos vinte anos, e ousadia de sobra, o jornal iria inovar na linguagem, incorporando criações recentes como o *lead*, adotado pelo *Jornal do Brasil*, e uma diagramação arejada, onde havia destaque para fotos e ilustrações.

Nós fechávamos o jornal aqui e levávamos este jornal para Belo Horizonte, isto é, o texto e a fotografia, para serem diagramados em Belo horizonte que, por sua vez,

⁷⁹ Oto Alves Ribeiro atua, hoje, como advogado, em Juiz de Fora.

⁸⁰ Fernando Zerlottini, redator de *O Globo*, *Jornal do Comércio* e agências de publicidade, ficou conhecido no Brasil inteiro como responsável pela *Coluna do Swann*, no jornal *O Globo*.

⁸¹ Fernando Gabeira trabalhou em Belo Horizonte (*Correio de Minas* e revista *Alterosa*) e no Rio de Janeiro (*Jornal do Brasil*), entrou na luta armada, participou do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick, no Rio de Janeiro; em 1969, foi preso, torturado e, depois, exilado por nove anos. Voltou ao Brasil com a anistia, escreveu vários livros, entre os quais, o mais citado é *O que é isso companheiro?*; entrou para a política, hoje, é deputado federal sem partido e continua a trabalhar como colaborador de diversos órgãos de imprensa.

⁸² Geraldo Mayrink passou pelos principais jornais e revistas do país, tendo se tornado conhecido como editor-executivo de *Veja*, nos anos 80.

⁸³ Ivanir Yazbeck começou com fotografia e reportagem, mas logo passou à diagramação. Trabalhou em Belo Horizonte (*Correio de Minas* e revista *Alterosa*); em 1964, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi responsável pela edição dos principais jornais cariocas: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Dia* e *Extra*. Teve incursões na TV, trabalhando na Manchete e na TVE. Além disso, fez crítica de cinema, escreveu roteiros de séries televisivas, crônicas, e se tornou autor de vários livros. Em Juiz de Fora, além do *Binômio*, esteve envolvido com mais três outros jornais (*O Sete*, *Tribuna de Minas* e *Panorama*), em diferentes épocas da vida.

⁸⁴ Almir de Oliveira colaborou em praticamente todos os jornais de referência, em Juiz de Fora, a partir dos anos 40. Advogado, foi professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde dirigiu a Faculdade de Direito, e também exerceu mandato de vereador.

⁸⁵ José Carlos de Lery Guimarães foi um dos mais combativos jornalistas de Juiz de Fora, atuando em todos os veículos – impressos, rádio e TV –, além de ter sido professor do antigo Departamento de Comunicação da UFJF.

⁸⁶ Décio Cataldi foi um dos mais famosos colunistas sociais de Juiz de Fora, assinando coluna diária no *Diário Mercantil*, além de colaborador de vários outros periódicos.

⁸⁷ Fernando Cortes Muzzi se dedicou ao direito, além do jornalismo, tendo sido professor e diretor da Faculdade de Direito da UFJF.

enviava este material para o Rio de Janeiro, para ser impresso na oficina da *Tribuna da Imprensa*, para você ver a mão-de-obra que era fazer o jornal nessa época⁸⁸.

Em 1961, outra novidade: em março, começaria, na Rádio Industrial, o programa semanal *Binômio no Ar*, que levaria aos ouvintes os principais temas discutidos nas páginas do jornal.

Ao falar da geografia da Juiz de Fora de então, há algumas referências curiosas dos colaboradores do *Binômio*, que valem a pena serem reproduzidas aqui, porque mostram como a **vida da cidade** era quase toda concentrada no **centro**. Para José Maria Rabêlo, “a atividade social e comercial se concentrava nas Ruas Halfeld, Batista de Oliveira, Marechal Deodoro e São João (e uma ou outra mais), compondo um quadrilátero quase perfeito com as Avenidas Getúlio Vargas e Rio Branco, onde tudo acontecia e de tudo se sabia” (1997, p. 226). Fora daí, era a “geografia imprecisa dos bairros”. Fernando Zerlottini, no artigo “Nada Parecido com aquilo” escreve que o “umbigo da cidade ficava na esquina da Rua Halfeld com a Avenida Rio Branco, em frente ao Parque Halfeld”(RABÊLO, 1997, p. 232). Era lá, no Edifício do Clube Juiz de Fora, que o jornal tinha a sua redação, exatamente em cima das salas ocupadas pelo escritório de engenharia do futuro presidente da República, Itamar Franco, que foi uma espécie de fonte política do jornal.

Outra curiosidade em relação à cidade dos anos 50 é a mudança dos nomes dos bairros, decretada pelo prefeito, a pedido do bispo:

Eu me lembro dos bairros Cachoeirinha, Pito-Aceso, Carfanaum, Megiolário, Botanágua, Serrinha, Tapera, Arado, Martelos. Atendendo ao pedido do bispo D. Justino José de Santana, o prefeito Olavo Costa decretou a mudança dos nomes para Santa Luzia, São Benedito, Santo Antônio, Dom Bosco, São Bernardo, São Pedro e outros mais (YAZBECK, I., 2005, p. 90).

2.5.5 O imaginário diaspórico

Os anos sessenta começam em Juiz de Fora com um fato que pode ser considerado fundamental para a construção identitária da cidade: a criação da Universidade de Juiz de

⁸⁸ Os trechos das falas de Ivanir Yazbeck foram retirados de entrevista realizada no dia 5 out. 2005.

Fora, através da Lei nº 3858, do dia 23 de dezembro de 1960⁸⁹, tendo seu estatuto sido aprovado pelo Decreto nº 50212, de 23 de janeiro de 1961 (YAZBECK, L. 1999, p. 151). Era a conquista de um desejo de muitos anos e que definiria o perfil da cidade como prestadora de serviços e também cidade de funcionários públicos. Sobre este aspecto, vale resgatar um trecho da primeira entrevista de Fernando Gabeira, ao retornar do exílio, à Heloísa Buarque de Hollanda, que evidencia qual era o projeto dos pais para os filhos, naquela época:

Nasci e me criei num bairro operário, mas sou de classe média; meu pai era um pequeno comerciante e sempre desejou que nós fôssemos muito bem educados e tivéssemos as condições que ele não conseguiu ter. Então me preparou para ser um funcionário do Banco do Brasil, porque o Banco do Brasil naquela época era a perspectiva mais interessante que a gente tinha. Nesse sentido, eu sou tudo aquilo que meu pai não quis que eu fosse. Quer dizer, ele dizia que detestava que as pessoas fossem poetas, jornalistas e ficassem de noite nos botequins. Eu não saía dos botequins, era poeta e jornalista (HOLLANDA et al., 2000, p. 126).

Foi assim que os ensinamentos dos filósofos existencialistas começaram a chegar ao conhecimento dos jovens da cidade, entre eles, Fernando Gabeira, que os repassava aos companheiros noturnos que perambulavam pelas ruas friorentas e desertas de Juiz de Fora. Sartre e Simone de Beauvoir fazem parte do vocabulário de um grupo pequeno, mas influente, que escrevia no jornal *Binômio*. Aliás, o jornal, que inaugurou, em 1960, uma coluna de crítica de cinema, dá o tom de orgulho ao seletivo grupo de cinéfilos, leitores dos *Cahiers du Cinéma*: “O Centro de Estudos Cinematográficos (CEC) de JF, o único cine-clubes da cidade, é a primeira entidade mineira a tornar-se ‘sócio honorário’ da maior cinemateca do mundo, a Cinemathèque Française”, conforme nota divulgada pelo *Binômio*, de 11.fev. 1962.

Esse seletivo grupo de jovens não ficaria muito tempo na cidade. Da mesma forma que Gabeira, que já tinha envolvimento com o movimento estudantil, eles foram se despedindo aos poucos de Juiz de Fora, em busca de melhores oportunidades. Realmente, não havia escapatória. No início dos anos 60, todos os sonhos dos candidatos a jornalistas levavam irremediavelmente ao *Jornal do Brasil*⁹⁰, no Rio de Janeiro. O jornal, tradicionalíssimo filho do Império, era palco, desde o final dos anos 50, de uma reforma gráfica e editorial, que se tornou modelo para toda a imprensa brasileira. Além disso, reunia craques do quilate de

⁸⁹ No mesmo ano, 1960, é fundada, no dia 7 de abril, a TV Mariano Procópio, da cadeia das Emissoras e Diários Associados (OLIVEIRA, P., 1966, p.302). O técnico Olavo Bastos Freire faz as primeiras transmissões experimentais.

⁹⁰ As reformas gráficas e editoriais capitaneadas pelo *JB* foram depois estendidas ao *Jornal da Tarde*, lançado, em São Paulo, em janeiro de 1966, e, finalmente, ao *O Jornal*, dos Grupos Associados, em 1973.

Nelson Pereira dos Santos, Lago Burnett, Hélio Pólvora, Décio Vieira Ottoni, Nonato Masson, José Silveira e Marcos de Castro, entre vários outros, sob o comando de Alberto Dines e Carlos Lemos. Antes de chegar ao Rio, muitos bateram ponto em BH, mas, logo, logo, arrumavam um jeito de seguir para as terras cariocas.

Vários anos depois, Ivanir Yazbeck, escrevendo uma matéria para a revista *Imprensa*, com a sugestiva retranscrição “Geração Mineira II”, analisou a trajetória de vários desses rapazes que saíram dos recantos de Minas para fazer história na mídia nacional. A “Geração Mineira I” é a que chegou ao Rio um pouco antes, levando para as terras cariocas gente da expressão de Carlos Drummond de Andrade, Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino e Wilson Figueiredo. A Geração Mineira II seria formado por gente como Fernando Gabeira, Geraldo Mayrink, Moacir Japiassu, Adauto Novaes, Fernando Mitre, Alberico de Souza Cruz, entre outros⁹¹.

Apesar da saída de tantos nomes de expressão, José Paulo Netto não considera que Juiz de Fora tenha sido uma **cidade diaspórica**, nos anos 60. Para tanto, ele lança mão dos dados populacionais. A população urbana cresceu: de acordo com o IBGE, em 1960, Juiz de Fora tinha 181.389 habitantes, em 1970, este número pulou para 238.510⁹². Mesmo assim é importante que se registre que, no Brasil como um todo, devido ao modelo centralizador de desenvolvimento no Rio de Janeiro e São Paulo, as migrações internas começam a aumentar e, curiosamente, Minas Gerais é o estado que mais perde gente. A população rural não apenas deixa o campo, mas também o estado. “Em São Paulo, há mais mineiros que todos os nordestinos somados. Mesmo os mineiros que permanecem no Estado, ficam inquietos: 2.400.000 deles vivem fora de seus municípios de origem”⁹³. De acordo com a reportagem da revista, publicada em 1972, “a saída de gente de Minas equivale à perda de um quarto de sua população atual”⁹⁴.

De qualquer forma, como poderemos observar no correr deste trabalho, o que nos interessa não são os números absolutos em relação à população, mas, certamente, o número de cabeças pensantes ou pessoas influentes, que se deixaram levar para outros pontos do país ou até mesmo do exterior. Sem dados exatos sobre o número desses emigrantes, em Juiz de

⁹¹ YAZBECK, Ivanir. Os ex-bons companheiros – a exemplo da música mineira, o jornalismo tem o seu clube da esquina (Geração Mineira II). *Imprensa*, São Paulo, ano VIII, n.85, p. 54-59, out.1994.

⁹² Os dados sobre a população de Juiz de Fora foram retirados do exemplar do jornal *Tribuna de Minas*, datado de 1 set. 2004. A cidade cresceu, mas sua posição no *ranking* nacional caiu do 15º para o 24º lugar (revista *Realidade*, de maio de 1972).

⁹³ A VIDA dura em Minas. *Realidade*, São Paulo, Ed. Abril, p. 111, mai. 1972.

⁹⁴ *Ibid.* p. 113.

Fora, podemos mesmo assim afirmar que se criou na cidade um **imaginário diaspórico**, no sentido de que, aqui, nada daria certo. Em termos de humor, é até hilariante, este caso que resgatamos, no livro de depoimentos organizado por Ivanir Yasbeck, sobre as dificuldades da cidade:

Eu me lembro de um mini-cassino armado em uma sala do Clube JF. O jogo de dados corria solto, alta madrugada. Na banca, Michel Cury – o Michel da Casa Rainha – perdia horrores, quando sirenes do Corpo de Bombeiros atraíram os jogadores às janelas para ver o que estava ocorrendo. “Tá pegando fogo em algum lugar aqui no prédio” – um deles anunciou alarmado. Ao que Michel conclamou imperturbável: “Vamos voltar ao jogo, minha gente. Nossos bombeiros sabem o que fazem. De mais a mais, **em Juiz de Fora nem incêndio vai para a frente** [destaque nosso] (YAZBECK, I., 2005, p. 94).

Talvez nem todos pressentissem, mas Juiz de Fora, aparentemente uma pacata cidade do interior mineiro “estava no olho do furacão”, que desencadearia o golpe de 1964. O noticiário do *Binômio* acompanhava a marcha dos acontecimentos nacionais, que repercutiam diretamente na cidade.

Em 15 de março, ainda assistiria a um ato em defesa das reformas, realizado no antigo Cine Popular, que teve a presença de vários dirigentes, entre eles o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o deputado federal (*sic*) Clodsmith Riani⁹⁵.

Manifestantes de direita queriam impedir a reunião, como tinham feito quatro semanas antes em Belo Horizonte. Mas a concentração se realizou sob forte proteção de contingentes do Exército, que a contragosto cumpriam ordens nesse sentido da Presidência da República. O clima nas imediações do cinema era tenso, com os militares fazendo o isolamento do local. A partir de certo momento, entretanto, *os protetores* passaram a impedir a entrada dos convidados, no que eram ajudados por grupos de agitadores contrários ao ato. Eu e outros companheiros abrimos, à força, o caminho até o recinto, senão teríamos ficado do lado de fora. Mas alguns não puderam entrar. O então deputado federal padre Francisco Lage foi agredido por um capitão, quando tentava romper o cordão de isolamento. A reunião, apesar dos problemas, alcançou grande repercussão no país, porém a sorte já estava lançada.

Poucos dias depois, o *Binômio* circularia pela última vez, numa cidade subjugada pelo medo, tão diferente da que o recebera, festiva, quase seis anos antes. Seus redatores sofreram todo o tipo de perseguições. Uns foram presos e processados. Outros tiveram que transferir-se para longe, ainda muito jovens, para fugir à repressão.

⁹⁵ Clodsmith Riani foi possivelmente o maior líder sindical de Juiz de Fora, com participação decisiva na conquista da Lei Orgânica da Previdência Social e do 13º salário. Ele foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), no período que antecedeu o golpe de 1964. Foi também deputado estadual por dois mandatos - 55/59 e 63/64 – tendo inclusive presidido o PTB local (BOTTI, 1994, p. 148).

A lembrança final que ficou daquela quinta-feira, dois de abril, também pela manhã, foi a dos soldados invadindo e saqueando a redação, e do ruído de suas botas, surdo mas assustador, ecoando pelas escadas e corredores vazios do edifício. Uma cena tão forte que não se apaga nunca da memória [grifo do autor] (RABÊLO, 1997, p. 240).

TODAS AS COISAS NO MEU CORAÇÃO
TODAS AS COISAS SEM TER SOLUÇÃO
JÁ PROCUREI NA CIDADE
NO JORNAL, A VERDADE,
EU PRECISO SABER,
NINGUÉM VEM ME DIZER
ONDE ESTÁ MEU AMOR.

TEMPOS DIFÍCEIS
EU BEM QUE AVISEI
ERA MELHOR NÃO SAIR
ONDE ANDARÁ
EM QUE CELA
OU NO FUNDO DO MAR
NINGUÉM VEM ME DIZER
E EU PRECISO SABER
ONDE ESTÁ MEU AMOR.

CAPÍTULO 3

OS ANOS 60/70: CULTURA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

A ruptura provocada no curso da história com o golpe de 64 tem conseqüências as mais diversas em todo o país. Em Juiz de Fora, num primeiro momento, ainda pré-Ato Institucional nº 5, o que nos parece mais sintomático em termos de ruptura com antigos modelos vigentes é a substituição das antigas oligarquias que tiveram o comando da cidade por praticamente um século, por **elites emergentes**, criadas à sombra do golpe e alimentadas pelo modelo econômico abraçado pela ditadura militar. Se o processo de “desindustrialização” já vinha se acentuando desde a década de 40, se a cidade atravessa os anos 50, vendo ser reconfigurada a sua vocação, isto é, ela vai abandonando o mito de Manchester e assumindo paulatinamente o perfil de cidade terciária e prestadora de serviços, os anos 60 trazem o golpe de misericórdia, isto é, praticamente **enterram uma cidade e recriam outra**, à imagem e semelhança das novas elites que chegam ao poder. Ao mesmo tempo, de forma paradoxal, este período se caracteriza como um dos mais ricos e curiosos da produção cultural da cidade. Este momento de **ruptura** é o foco principal de nosso trabalho de pesquisa. Nele, queremos entender o papel da imprensa e da cultura como produtores de novas narrativas sobre o imaginário urbano.

3.1 O GOLPE, AS NOVAS ELITES E A DESAGREGAÇÃO DO URBANO

Ao analisar o período pós-golpe de 64, o professor José Paulo Netto destaca que é nesta época que a cidade perde a sua identidade. Isto é, ele acredita que Juiz de Fora tem uma identidade “clara”, no período dos anos 30 a 50, que é a identidade da cidade operária e da cidade industrial, que vai desaparecer. Na sua análise, o pesquisador define o que é a **identidade perdida**:

É uma cidade operária, uma cidade industrial, com uma elite de poder muito nítida, eu diria até oligarquia, que controlava todas as alavancas econômicas da cidade: os Ribeiro de Oliveira, os Assis, os Penido. Embricavam-se com relações na igreja, nos negócios (Companhia Mineira de Eletricidade, Companhia Telefônica). Havia até um banco, o Banco da Cidade de Juiz de Fora. Mas era uma oligarquia que tinha formação cultural. [...] Que tinha atividades culturais e reunia figuras,

independentemente dos juízos que você possa fazer sobre suas posições, ou suas eventuais obras; era gente que valorizava a cultura¹.

A opinião é compartilhada pelo jornalista Wilson Cid, que reconhece nessas tradicionais famílias raízes muito profundas e antigas em relação à cidade, que não foram acompanhadas por seus descendentes:

Essas pessoas todas, quando a cidade era menor, eram famílias de maior visibilidade, elas se sentiam também mais cobradas a participar de alguma coisa. Se a cidade precisasse de um grande centro de formação intelectual, ele entravam naquilo, financiavam aquilo e participavam daquilo, como foi o caso do Joaquim Ribeiro de Oliveira, do Instituto Cultural São Tomás de Aquino e da Faculdade de Filosofia e Letras (Fafile). Eles se sentiam na obrigação de entrar, eles tinham a responsabilidade natural. Quando veio a geração seguinte, veio uma geração de realizadores, mas sem essas raízes. São pessoas que realizaram, de alguma forma, mas não intelectualmente, não com vínculos com a história da cidade. Elas vieram mais para estimular o progresso da cidade, mas não a nível intelectual².

A falta de compromisso, segundo Cid, reforça a imagem da **cidade de passagem**, nos anos 60: “[...] a cidade passou a ser, também, um centro de referência regional, as pessoas chegam, e depois vão embora, não criam raízes. Também os intelectuais chegam, se formam aqui, ou tem uma atividade, e depois são embora, não sentam raízes aqui”³.

No ponto de vista de J.P. Netto, o “**milagre econômico**” é que provoca a emergência das novas elites, que passam a dominar a cidade:

A velha oligarquia é deslocada pelos arrivistas, pelos novos ricos, que vão ser exatamente os filhos, depois dos anos 70, do milagre econômico. Aquela gente que começa a investir em construção civil, são profissionais liberais que começam a ganhar muito dinheiro, especialmente na área da saúde, com a brutal restrição do serviço público à saúde, com a privatização da medicina, que vem já do Rocha Lagoa, no período da ditadura. Então, você passa a ter uma nova elite, uma nova elite, entenda, econômica⁴.

¹ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados de entrevista realizada no dia 2 dez. 2004.

² Os trechos da fala de Wilson Cid foram retirados da entrevista realizada no dia 23 mar. 2005.

³ Idem.

⁴ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada no dia 2 dez. 2004.

As velhas elites, mais comprometidas com a cidade, já se encontravam esgotadas:

Eu diria que a década de 50 marca isso. Você tem uma curva ascendente de 30 a 50, quando você tem esse topo; 50 marca uma inflexão para baixo que se realiza, se concretiza, na entrada dos anos 60. As elites já estavam um pouco esgotadas. Eram homens mais velhos, os seus filhos foram se interessando por outro tipo de atividades, não ligadas à vida empresarial. Aquela gente combinava vida cultural com vida empresarial. Os filhos foram tomando outros rumos e a cidade...⁵

Até meados dos anos 60, a cidade é reconhecível, por ser um lugar em que as linhas divisórias das classes sociais são claramente perceptíveis, provocando as diferenças, que geravam a identidade de cada bairro, cada espaço, até mesmo em relação ao futebol:

As classes sociais estavam claramente distinguidas na cidade: isso aparecia na opção pelo futebol. As camadas ditas superiores torciam para o Sport Club Juiz de Fora, que era o único que tinha estímulo para aquilo que se chamava de esporte amador, vôlei, natação. A pequena burguesia se identificava com o Tupi e a massa trabalhadora se identificava com o Tupinambás⁶.

José Paulo Netto reconhece na Juiz de Fora do início dos anos 60, uma outra cidade, totalmente diferente, onde havia uma **ordenação do espaço público**, que lhe dava uma determinada **identidade**, isto é, a cidade tinha **fronteiras**, tinha bairros proletários, que aos poucos vão perdendo as suas características:

A vida da cidade muda, Juiz de Fora era uma cidade que tinha vida nos seus subúrbios, nos seus bairros. Eles tinham características, Linhares era uma coisa, São Benedito era outra coisa. Isso desaparece inteiramente. A partir de 66, começa a ser uma cidade **estandardizada** [destaque nosso]. Tudo quanto é lugar em que você vai é a mesma coisa⁷.

⁵ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada no dia 2 dez. 2004.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

Em meados dos anos 60, passa-se também a observar um deslocamento das populações em direção a bairros mais afastados:

Nessa época, você vê um deslocamento, que é interessantíssimo. Final dos 50, entrada dos anos 60, quem era o loteador? Era o cara que fez o Bairu e o bairro chique da cidade, o Bom Pastor. Você começa a ter o deslocamento das elites, nos anos 80, para o Bom Clima, elas vão saindo da faixa urbana. Você tem o quê? A Av. Independência, a nova Rio Branco e as avenidas marginais. As marginais são importantes, porque elas tiram do centro da cidade populações pauperizadas⁸.

Outra questão fundamental, que muda o cenário da cidade, é a do transporte urbano. No ponto de vista local, é o governo (ou “administração”, como prefere o professor José Paulo Netto) do engenheiro Itamar Franco que acaba com a circulação dos bondes na cidade. Se entendermos o bonde e o trem, como metáforas de uma época, teremos aí, como bem lembra outro professor, Gilvan Procópio Ribeiro, a “morte do passado de Juiz de Fora”⁹. É a passagem definitiva da “máquina a vapor” para o “motor a gasolina”, o que implica numa **nova relação com o espaço e o tempo**.

A partir do relatório do IBAM [Instituto Brasileiro de Administração Municipal]¹⁰, o prefeito Itamar Franco, visando melhorar **as condições de tráfego** [destaque nosso] da Avenida Rio Branco passou a projetar a extinção dos bondes na cidade, no que foi assessorado pelo então diretor do DAB [Departamento Autônomo de Bondes] – sr. Pedro Muniz Falcão. Atualmente, com apenas uma linha funcionando efetivamente – São Mateus-Centro – os bondes vivem seus últimos dias – debaldes os clamores dos tradicionalistas – numa estranha coincidência: o sobrenome Franco¹¹, o que criou, é o mesmo que vai extingui-lo¹².

Nos anos 60 e 70, essas transformações vão mudar a fisionomia de Juiz de Fora e da região. São decisões muitas vezes centralizadas, definidas em gabinetes de Brasília, e que têm uma influência gravíssima sobre o perfil das cidades. Entre elas, uma das que mais marcou a cidade e a Zona da Mata, neste período, foi a desativação de vários ramais

⁸ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada no dia 2 dez. 2004.

⁹ A referência à fala do professor Gilvan Procópio Ribeiro consta da entrevista realizada em 25 nov. 2003.

¹⁰ O relatório do IBAM considerou o serviço de bondes em Juiz de Fora, controlado pela Prefeitura, como altamente deficitário, sem meios de melhoria, com pessoal técnico cada vez mais escasso e, finalmente, sem condições para funcionamento.

¹¹ Em 29 de outubro de 1880, os senhores Félix Schmidt e Eduardo Batista Roquete **Franco** assinaram o contrato com o governo provincial para a construção e exploração de uma linha de bondes na cidade.

¹² “OS BONDES...em fim de linha”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVIII, n. 16.778, p.4, 9 abr. 1969.

ferroviários, que ligavam os municípios da região. Nesta questão, não pesou apenas o aspecto econômico do transporte deficitário, mas também o da desarticulação das bases políticas:

Era anti-econômico por um lado e por outro tinha a força dos sindicatos dos ferroviários. O problema é que o sindicato deles era um sindicato muito forte. O sindicato da Central do Brasil, o Sindicato da Leopoldina, mais o sindicato de Belo Horizonte, eram sindicatos fortíssimos. E com sérias influências e com muito líder colocado no interior, porque eles se espalhavam pelo interior. Você queria ganhar a eleição, ia lidar com ferroviário. Então, houve esse problema anti-econômico, realmente, mas houve também o resfriamento político. Tinha líder ferroviário em Bicas¹³ de influência nacional¹⁴.

Em 1973, uma carta do prefeito de Bicas, padre Manoel Pires Pereira, ao presidente da república, general Emílio Garrastazu Médici, reproduzida em matéria do *Diário Mercantil*, sobre o fechamento da oficina da Rede Ferroviária Federal e de uma escola do SENAI, no pequeno município, além da supressão dos trens que passavam, então, por Bicas, principalmente o expresso Barão de Mauá-PonteNova, revela claramente a preocupação da população dos centros menores com a centralização das decisões econômicas que colocavam em risco a sobrevivência das pequenas cidades.

“Se V. Exa. deseja o desenvolvimento integrado, como é que poderá deixar nossos municípios e nossas famílias se desintegrarem? – diz o prefeito ao General Médici e acrescenta: “não são as famílias e os municípios as células-base da sociedade e do Estado”?”

Diz mais: “faço a V. Exa, este apelo com lágrimas nos olhos, quase contemplando minha cidade no caos financeiro e deserta..., ainda para agravar a situação e contrariar a atual filosofia do ensino, que é a profissionalização, dizem que também o Senai será daqui retirado; mas, Sr. Presidente, o que será de nossa juventude, que está às voltas e à procura de uma profissão”¹⁵?

O processo que se inicia nos anos 60, aprofunda-se nos 70, quando o “milagre brasileiro” impõe novas regras do jogo à economia e permite que uma elite muito mais envolvida com o lucro imediato e sem compromissos com a cidade, comece a ganhar força e dar as cartas.

¹³ Bicas, a 60 km de Juiz de Fora, tinha 11 mil habitantes, em 1973.

¹⁴ Os trechos da fala de Michel Bechara foram tirados da entrevista realizada em 12 jan. 2005.

¹⁵ “PREFEITO de Bicas pede a Médici que não deixe Leopoldina sair”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LXII, n.17.972, p. 3, 4 abr. 1973.

No início de 70, é que todo mundo é contaminado pelo tal “milagre brasileiro”. É quando o dinheiro começa a circular de uma forma, assim, volumosa. Especialmente, nas mãos de quem já o possuía. E isso chega também na classe média, quando passam a dar **condições de financiamento do BNH** [destaque nosso] para a compra da casa própria, geralmente na forma de apartamento. Então, o especulador imobiliário, especulador não, o empresário do setor imobiliário olha isso tudo aqui com os olhos de uma ganância que não tem tamanho: “Olha, esta casa aqui dá um belo de um prédio, que eu vou vender tudo no lançamento!”. E realmente acontece isso. Ele vai e compra a casa e destrói a casa em dois dias. Vai lá, arrasa aquilo, e põe lá: “Lançamento: 2,3 quartos ao seu alcance, BNH”. E todo mundo vai lá e começa a comprar. Então, esse acesso ao financiamento via BNH, durante o período do tal “milagre econômico”, muda a cidade¹⁶.

Outra mudança significativa no cenário da cidade é o **aumento da circulação dos carros** e, inclusive, do número de acidentes automobilísticos que passam a ilustrar as páginas dos principais jornais. Neste caso, Ivanir Yazbeck chama a atenção para o fenômeno dos **consórcios** que, iniciados nos anos 60, deram acesso à compra de automóveis à toda a classe média.

Além da indústria automobilística, querendo vender mais, porque eles produzem fantásticamente cada vez mais, batendo recordes, entra também um outro facilitador, que são os consórcios. Em 67, por exemplo, meu irmão chega em casa, me liga: “Ganhei o sorteio em um consórcio, tem um fusquinha aqui na porta da minha casa agora”¹⁷.

3.2 A CULTURA E OS LUGARES DA AFETIVIDADE

José Paulo Netto usa o termo “fratura na história da cidade” para designar o rompimento de todo um processo cultural, que vinha se dando na fase pré-64, muitas vezes mediado pelas faculdades isoladas e, depois, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, recém-criada, e pólo atrator e difusor de cultura, principalmente através das atividades de seus estudantes:

Eu era ainda secundarista, quando o DCE [Diretório Central de Estudantes] promovia viagens do CPC [Centro Popular de Cultura] para Juiz de Fora. Criou-se o teatro universitário., sob o comando de Natálio Luz. Entre 61 e 63, o teatro universitário levava Brecht e Lorca nos palcos da cidade. [...] Você tinha o CEC, Centro de Estudos Cinematográficos, que também entra em crise em 63,64. Pois

¹⁶ Os trechos da fala de Ivanir Yazbeck foram tirados da entrevista realizada em 15 out. 2005.

¹⁷ Idem.

bem, a cidade tinha um caldo cultural, na transição dos anos 50 para os anos 60, onde você via o seguinte: existia a tradição oligárquica - eu acho que o intelectual característico desse período é o Wilson de Lima Bastos -, ao mesmo tempo em que se via surgir uma efervescência que estava muito ligada ao movimento da Faculdade de Direito e onde você tinha umas vinculações com figuras que não eram propriamente acadêmicas, universitárias. Você tem aí um **protagonismo cultural, sintonizado com a vida estudantil** [destaque nosso], isso é muito importante; e essa coisa estava coexistindo com essa tradição mais elitista, mais celibata que vinha antes. Veio o golpe e o golpe desarticula esse movimento¹⁸.

Além de desarticular o movimento cultural, o golpe de 64 vai promover a separação de uma geração de estudantes brilhantes, quer por questões políticas ou não. Quando se formam, eles vão deixar a cidade e vão cuidar de suas vidas. Mas, José Paulo Netto lembra que, apesar do golpe militar, ainda há um período muito rico de produção cultural na cidade, que se estende de 1964 até o ano de 1968:

Logo na seqüência do golpe, o movimento estudantil é reprimido, não vai para a clandestinidade ainda, que isso é só depois de 68, mas perde o pique, um pouco do reflexo do que está aí no país. Aquela intelectualidade, que eu estou chamando grosseiramente de oligárquica, se esgota, e aí começa um caldeirão fervente, que passa pela Universidade, mas não só. Esse caldo vai de alguma maneira repercutir na vida acadêmica, por alguns jovens atores da época, que participaram muito marginalmente disso, mas serão marcados por esse caldo cultural onde a presença da Igreja Católica era importante, sobretudo sobre os jovens, através da JEC [Juventude Estudantil Católica] e da JUC [Juventude Universitária Católica]. Essa gente transita, vai para a Universidade sem grandes compromissos políticos, mas com aquele caldo cultural. Então, eu diria que a segunda metade dos anos 60, mesmo com o golpe, registra, em Juiz de Fora, reflexo do que se registra no país: **a esquerda ganha hegemonia cultural entre 64 e 68** [destaque nosso]. Politicamente, estávamos derrotados. Então, entre 64 e 68, você tem uma enorme efervescência que o AI-5, evidentemente, vai liquidar¹⁹.

Nesse momento de efervescência cultural, é também fundamental resgatarmos a importância da militância dos jovens ligados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), que tinha poucos, mas atuantes quadros na cidade. José Paulo Netto, que nasceu em Juiz de Fora, em 1947, entrou para o Partido, no dia 6 de janeiro de 1963, um momento que mudou a vida do jovem estudante²⁰:

¹⁸ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada no dia 2 dez. 2004.

¹⁹ Idem.

²⁰ José Paulo Netto vai começar a escrever em jornal em 1965, quando ainda estava na escola secundária. Suas primeiras colaborações foram para a tradicional *Gazeta Comercial*, dirigida por Téo Sobrinho, que tinha um suplemento literário e artístico. No ano seguinte, entrando para a faculdade e estreitando as relações com Nilo Batista, José Paulo Netto, colabora intensamente com o suplemento *Arte e Literatura* do *Diário Mercantil*, até

Foi a coisa mais importante que aconteceu na minha vida: virei homem, virei cidadão, virei gente, no Partido Comunista. Entrei pelas mãos de Milton Fernandes, um barbeiro, que era uma figura ilustre no Partido, já faleceu, e o José Henrique de Oliveira, que trabalhava nos bondes, no DAB (Departamento Autônomo de Bondes). Eu tenho a impressão de que o José Henrique de Oliveira, cujo apelido era Gato Preto, deve estar vivendo com 180 anos de idade! Isso mudou a minha vida! Eu não queria sair de Juiz de Fora por razões de natureza afetiva, nessa época. E o meu partido, por exemplo, determinou que eu deveria entrar na área de Ciências Sociais e o que havia de Ciências Sociais era a Faculdade de Serviço Social. [...] Eu era estudante, por razões meramente de privilégio, nunca precisei de trabalhar, embora trabalhasse, eu não precisava; eu lia muito. Meus pais, típica gente da pequena burguesia antiga, tinham aquele negócio de investimento. Você vai acumular capital, capital cultural dos filhos, então, eu tive todas as oportunidades de estudo²¹.

No período anterior a 1964, havia uma permanente disputa entre a esquerda católica e o PCB pelo comando do movimento estudantil em Juiz de Fora. Segundo Michel Bechara, havia, entre os grupos, uma relação, em primeiro lugar, de muita cordialidade, em segundo, de muita concorrência. “Era como se fosse um mercado”²². Havia grande disputa entre os grupos, em todos os níveis da representação estudantil. Em 1964, a orientação do PCB para a juventude era a de preparar quadros teóricos para o futuro. “Nessa época, a esquerda católica tinha maioria absoluta, mas a gente ganhava em hegemonia pela nossa qualificação teórica, porque nós estudávamos”²³.

Nos anos 60, o núcleo original do PCB era formado por José Paulo Netto, João Carlos Vítor Garcia [hoje, advogado, candidato a prefeito de Juiz de Fora nas eleições de 2004 pelo PPS], José Cláudio Botelho [hoje, corretor de imóveis e graduado em Letras] e Gilvan Procópio Ribeiro [hoje, professor da UFJF]. “Isso tudo aí, como dizia um amigo meu, era ‘marxismo de galeto ao primo canto’. Nós tivemos uma revista chamada *Equipe* e a gente fazia uma tremenda agitação cultural. Essa gente, quase que um clube de amigos, que estudava teoria marxista, foi agregando outras pessoas, que já tinham uma vida cultural por sua própria conta”²⁴. Para o ex-integrante desse grupo, José Cláudio Botelho, a leitura e o estudo eram das características mais marcantes entre todos os seus integrantes:

1969. Depois, volta a escrever temporariamente para o jornal, através do suplemento *DM Júnior*, uma criação do jornalista José Carlos de Lery Guimarães. É nesse período, ainda na Universidade, que José Paulo Netto, através do PCB, faz contatos no Rio de Janeiro, e começa a atuar na Editora Civilização Brasileira, fazendo traduções.

²¹ Os trechos das falas de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada em 2004.

²² Os trechos da fala de Michel Bechara foram retirados da entrevista realizada em 12 jan. 2005.

²³ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada em 2 dez. 2004.

²⁴ Idem.

A gente estudava muito, lia muito, discutia muito e ele [José Paulo Netto] falava sobre tudo. Sobre a vida do dia-a-dia, sobre a vida política do país, sobre a vida da cidade, sobre a vida de nossas famílias, e sempre direcionando as nossas conversas, evidentemente, no sentido de que esse país estava num sentido errado das coisas e que a gente tinha que fazer alguma coisa para isso mudar²⁵.

O grupo do PCB recebeu as adesões de nomes como o de Décio Lopes [crítico de cinema] que, depois do golpe, vai dar continuidade à discussão sobre cinema brasileiro, debatendo Nelson Pereira dos Santos e Gláuber Rocha, além do também crítico Rogério Bitarelli Medeiros [hoje, professor no Rio de Janeiro]. A maioria deles, segundo J.P. Netto, entraram no Partido Comunista, prestaram serviço revolucionário obrigatório e depois foram cuidar da vida, fizeram outras opções. Outros nomes que se agregaram ao grupo, na época, foram os de Eugênio Malta [artista plástico, músico e poeta], Luiz Sérgio Nascimento Henriques [hoje, funcionário público e tradutor], Maria Nazareth de Carvalho Larocca [hoje, professora de Letras e poeta], entre outros. No movimento estudantil, o quadro responsável era o Roberto Resende Guedes [advogado, atualmente, vive no Rio de Janeiro], conhecido, no grupo, como Roberto Bolinha.

O que nos parece de extrema relevância para a época, e para a configuração da cidade nesse período, é o fato da ocupação do espaço público se dar de forma ativa e transformadora. E os estudantes eram muito responsáveis por isso. Segundo Michel Bechara, “as faculdades eram separadas, mas tudo afunilava para a rua Halfeld, depois das aulas que terminavam às onze, onze e meia, aí, ia todo mundo para lá! Apesar das instituições serem separadas, todos se conheciam”²⁶. Ele fala da “miscigenação, da ligação do estudante de Direito com o aluno da Filosofia, com o cara da Engenharia”, por isso, segundo Bechara, Juiz de Fora, apesar de não ser mais a Manchester mineira, poderia ser considerada uma “cidade cultural”²⁷.

Certamente, esta foi a impressão mais forte da cidade que ficou na memória de Luiz Sérgio Henriques, quando saiu da vizinha São João Nepomuceno e chegou a Juiz de Fora para estudar. Havia algo de cosmopolita na cidade: “[...] as discussões políticas, a guerra do Vietnã, a invasão de Praga. Aquilo tudo eu vivia na rua Halfeld. A rua Halfeld era um fórum, diferente do que é hoje”²⁸. Mas ele também relembra que a rua Halfeld era “muito masculina”²⁹ e que, em meados dos anos 60, uma mulher de calça comprida ou fumando na rua era algo impensável. Até mesmo entre os militantes políticos, havia muito preconceito

²⁵ Os trechos da fala de José Cláudio Botelho foram retirados da entrevista realizada em 28 out. 2005.

²⁶ Os trechos da fala de Michel Bechara foram tirados da entrevista realizada em 12 jan. 2005.

²⁷ Idem.

²⁸ Os trechos da fala de Luiz Sérgio Henriques foram retirados da entrevista realizada em 25 out. 2005.

²⁹ Idem.

com relação à mulher. Neste caso, não era admitida nenhuma vaidade, coisa de “alienados”, a mulher tinha que ter “cara lavada, cabelo escorrido, e se vestir com a mesma calça jeans eternamente”.³⁰ O “patrulhamento” se estendia a todas as áreas. A professora de Letras, Maria Nazareth Larocca, que publicou várias poesias no suplemento *Arte e Literatura* do *Diário Mercantil* e participava das reuniões de estudos do grupo do PCB, relembra da primeira vez que ouviu falar em Murilo Mendes, hoje, um dos poetas mais festejados de Juiz de Fora:

Mandei uma cartinha para o Drummond, ele respondeu, mandei outra, ele respondeu. Ele falou: “Ah, você conhece o Murilo Mendes?”. Na época, eu nem tinha lido Murilo Mendes. O pessoal nunca deu muita confiança ao Murilo Mendes. Acho que é por causa de uma espécie de... Ele é meio mágico, meio surrealista, aquela parte meio espiritualista. Então, era João Cabral [de Mello Neto], Ferreira Goulart, muito assim, pedra no chão, terra, “Morte e Vida Severina”³¹.

Gilvan Procópio Ribeiro, que também saiu de uma pequena cidade da Zona da Mata, Rio Novo, para estudar em Juiz de Fora, relembra de suas primeiras impressões. “Juiz de Fora era uma metrópole, quando eu vim para cá. Eu sou de Rio Novo. Então, quando eu saí de Rio Novo para vir para Juiz de Fora, isso aqui era Nova Iorque. Antes, eu era um menino de interior, que só calçava sapato para ir à missa, ao cinema e à escola”³². Ele também relembra que passou o primeiro ano na cidade em “isolamento absoluto”: “Uma coisa que eu senti em Juiz de Fora, naquele momento, é que a cidade se fechava para estranhos”³³.

Luiz Sérgio Henriques ressalta que a rua era um lugar de **socialização**. Hoje, ao contrário, é um espaço que, quando revisitado, não provoca mais a mesma emoção. “Você descia para a rua Halfeld e sabia que ia encontrar grupos específicos e, até hoje, quando eu vou na rua Halfeld, eu fico procurando os meus velhos amigos e não os encontro”³⁴. Os estudantes se reconheciam naquele espaço, havia menos pressa, as pessoas paravam para trocar idéias, conversar. O curioso é que cada grupo se identificava com determinado lugar.

Os simpatizantes do PCB, por exemplo, tinham encontro marcado na Livraria Sagarana, na rua São João, com variadíssimo e atualizado acervo de livros. A livraria foi aberta, em 1967, a partir da iniciativa de Roberto Resende Guedes, Marco Antônio Dias

³⁰ Depoimento de Maria Nazareth Larocca, realizado em 28 nov. 2003.

³¹ Idem.

³² Os trechos da fala de Gilvan Procópio Ribeiro foram retirados da entrevista realizada em 25 nov. 2003.

³³ Idem.

³⁴ Os trechos da fala de Luiz Sérgio Henriques foram retirados da entrevista realizada em 25 out. 2005.

Pontes [vive, hoje, em Brasília] e João Carlos Reis Horta [está em Juiz de Fora]. Rogério Bitarelli Medeiros relembra com saudades do espaço que, por ser considerado um “antro subversivo”, acabou sendo fechado pela ditadura, fato que ainda levou seus proprietários à prisão.

A livraria Sagarana era riquíssima, acho que jamais vai ter uma igual em Juiz de Fora. A livraria tinha uma espécie de intercâmbio com a Editora Civilização Brasileira. Então, os livros dela, que eram vendidos no Rio de Janeiro, você encontrava lá. Era um acervo fantástico e invejável. Sobretudo porque a editora Civilização Brasileira era uma das maiores, senão a maior do Brasil, politicamente importantíssima por grande publicações e grandes intelectuais de frente³⁵.

Naquela época, foi realizado ali perto, no Palace Hotel, um dos célebres Encontros com a Civilização Brasileira. “Nós fazíamos uma tarde de resistência intelectual. Nós queríamos aprender com eles, Otto Maria Carpeaux, Carlos Heitor Cony, Ferreira Gullar, políticos, como pensar o Brasil e o que fazer para a resistência cultural poder ser uma resistência política permanente e profunda”³⁶. Segundo Décio Lopes, o encontro encheu tanto, que eles tiveram que transferir uma das palestras para o Cine-Theatro Central, que tem capacidade para 2500 lugares.

Outro espaço de convívio e afetividade fundamental para a época é o da Galeria de Arte Celina, espaço privilegiado para a difusão dos trabalhos de artistas amadores e profissionais, onde também funcionava o Centro de Estudos Cinematográficos (CEC). A galeria foi criada pelos membros da família Bracher, ela própria uma referência no movimento cultural da cidade³⁷.

[...] a Galeria de Arte Celina assume uma função importante na cidade, a de cuidar da educação artística do juizforano. Instalada precariamente no segundo andar da Galeria Pio X, em pleno centro da cidade, o acesso a ela se faz num velho elevador, um dos primeiros instalados em Juiz de Fora. Ainda assim, do início de seu funcionamento, em janeiro de 1966, até julho de 1967, que é o período em que desenvolve maior atividade, a Galeria de Arte Celina cumpre um surpreendente programa no campo das artes plásticas, cinema, teatro, música e literatura,

³⁵ As falas de Rogério Bitarelli Medeiros foram retiradas da entrevista realizada em 22 nov. 2005.

³⁶ Os trechos da fala de Décio Lopes foram retirados da entrevista realizada em 4 nov. 2005.

³⁷ Waldemar e Hermengarda, os pais, cantam no Coral da Universidade e vivem na casa romântica que domina o centro da cidade, no alto da rua Antônio Dias. Ele é professor da UFJF, engenheiro hidráulico, calcula concreto, é Rosacruz, foi ceramista, faz música e poesias. Os filhos, Carlos, o mais famoso, pinta em Ouro Preto; Décio, arquiteto (e cantor e violinista) – projetou o prédio da antiga reitoria da UFJF, à rua Benjamin Constant -, está no Rio. Nívea estava na Europa e voltou a pintar em Juiz de Fora, onde vive também Paulinho, cantor do Coral e funcionário do Banco do Brasil. Celina, que deu nome à Galeria, morreu prematuramente (SILVESTRE JÚNIOR, revista *Momento*, abr. 1975, p.21).

promovendo, com inteiro apoio do público, 18 exposições de pintura, várias conferências e cursos, 5 festivais de cinema e 48 apresentações teatrais. Otto Maria Carpeaux, em visita à cidade em junho de 1967, fala no “verdadeiro milagre” que os jovens artistas realizam, mantendo “uma instituição cultural de tão alto nível, inspirados por um idealismo sem limites” (VIEIRA, 1978, s.p.).

A galeria era também o lugar do “desbunde”:

Ali era o lugar do desbunde, do bicho grilo, dos pintores. Para mim, foi tudo uma coisa muito legal. O lugar das exposições, um lugar onde se discutia pintura, se discutia, certamente, comportamento, porque era um lugar de liberdade, de espaço livre no meio de uma ditadura³⁸.

Opinião que também é partilhada por Rogério Bitarelli Medeiros, cinéfilo apaixonado, que ajudou a promover muitas dos festivais organizados pelo CEC e que trouxeram a Juiz de Fora a fina flor do Cinema Novo. Para isso, facilitava muito a posição geográfica da cidade, que ele considerava como um “apêndice do Rio”. Décio Lopes, jornalista e crítico de cinema, gosta de destacar a movimentação cultural que a sétima arte imprimia à cidade. Aqui, foi realizado, em 1966, o **I Festival de Cinema Brasileiro de Juiz de Fora**, que, segundo ele, também foi o primeiro festival de cinema do Brasil, que premiou *Menino do Engenho*, dirigido por Walter Lima Júnior³⁹. Em 1967, no primeiro ano do governo Itamar Franco, o festival foi realizado em plena rua Halfeld, no Cine-Theatro Central, que ficou lotado. Décio diz que, antes da projeção dos concorrentes, os organizadores sempre passavam dois documentários de João Carriço, o grande cinejornalista dos anos 30 a 50, pioneiro da produção e exibição cinematográfica em Minas Gerais, cujo acervo estava guardado, sem o menor cuidado, no interior do almoxarifado da Prefeitura de Juiz de Fora, em frente ao Cemitério Municipal. No galpão, segundo ele, o calor era imenso e muitos filmes “derreteram” dentro das latas⁴⁰. A exibição pública desses filmes antecipou, de certa forma, o resgate do acervo, que só começaria a ser restaurado no final dos anos 70. Além das imagens,

³⁸ Os trechos da fala de Luiz Sérgio Henriques foram retirados da entrevista realizada em 25 out. 2005.

³⁹ Os trechos da fala de Décio Lopes foram retirados da entrevista realizada em 5 nov. 2005.

⁴⁰ As referências a Décio Lopes foram retiradas da entrevista realizada em 4 nov. 2005. Grande parte do acervo da Carriço Film, doado à Prefeitura nos anos 50 e 60, e que totalizava cerca de 400 filmes (mil rolos) se perdeu pelas más condições de conservação. Um parte do acervo, inclusive, foi jogada no rio Paraibuna, em 1973. Hoje, o que restou (dos cerca de 250 cinejornais, alguns ainda foram destruídos durante o incêndio na Cinemateca Brasileira, em 1982)) aproximadamente 236 cinejornais estão sendo restaurados na Cinemateca, em São Paulo . Para tanto, foi essencial a contribuição de Décio Lopes, que intermediou a remessa do acervo para a Cinemateca, na década de 70 (SIRIMARCO, 2005).

que resgatam trinta anos da história da cidade, Décio lembra que Carriço foi o único agente funerário do mundo, que também era cineasta, e que produzia e fazia seus próprios filmes.

Imbatíveis na organização dos eventos culturais, acreditando na cultura como resistência, Décio Lopes, ao lado da amiga Nívea Bracher - artista plástica, uma das responsáveis pela Galeria de arte Celina -, queriam ganhar mais espaço nos jornais para a divulgação de seus trabalhos. Para tanto, não hesitaram em conversar diretamente com o *tycoon* dos Diários Associados, Assis Chateaubriand. Num episódio pitoresco, Décio e Nívea vão a São Paulo. No MASP, travam conhecimento com Pietro Maria Bardi, que lhes faz o contato com Chatô. Na casa dele, no Jardim Europa, Décio relembra que o empresário recebe os dois jovens de Juiz de Fora e lhes garante que “os pioneiros sofrem, mas, se eles não forem covardes, eles não desistem jamais”. Segundo Décio, o resultado final do encontro foi uma carta de Chatô para o diretor do *Diário Mercantil*, em Juiz de Fora, em que ele dizia: “Nos órgãos dos Associados, cultura e arte não têm preço”.⁴¹

A turma de cinema, ligada ao CEC, ao contrário da turma do texto, sempre teve uma relação mais leve com as vanguardas estéticas e também com a revolução de comportamento. Gilvan Procópio Ribeiro faz referência ao uso de drogas, com a finalidade de abrir a cabeça, e a uma postura menos racional, na análise dos fenômenos do cotidiano. Esta é a característica da turma do “Nouveau CEC”, capitaneada pelo então estudante secundarista Walter Sebastião⁴², já no início dos anos 70:

[...] uma vez ele assistiu uma aula minha, a turma em silêncio. Quando acabou a aula – ele sentava no fim da sala -, ele se levantou, atravessou o corredor, chegou perto da mesa e falou para mim: “O mau de vocês, nacionalistas, é que vocês não saber ver beleza na lingüiça pendurada no açougue”. [...] De um lado, o pessoal fica solto, disponível para ficar horas contemplando uma lingüiça pendurada no açougue. E do outro lado, o grupo que estava tendendo a pensar racionalmente essas coisas. De uma forma ou de outra, você está sempre discutindo alguma coisa. Emitindo opiniões mais ou menos razoáveis. Todos nós falamos muita bobagem, mas acho que, nessa bobajada que a gente falava, tinha uma riqueza de troca de informações impressionante. E atraía pessoas⁴³.

A estudantada também costumava se reunir no Jota Chopp, na rua São João, que funcionava mais como boate. Depois, segundo Michel Bechara, o pessoal da Faculdade de Direito começou a se encontrar no Chanan, na Av. Getúlio Vargas e, ali, “houve reunião

⁴¹ Os trechos da fala de Décio Lopes foram retirados da entrevista realizada em 5 nov. 2005.

⁴² Walter Sebastião é jornalista e trabalha no *Estado de Minas*, em Belo Horizonte.

⁴³ Os trechos da fala de Gilvan Procópio Ribeiro foram retirados da entrevista realizada em 25 nov. 2003.

política no duro”. “Nós começamos a trazer artistas e intelectuais de fora, Chico Buarque de Holanda, Mário Lago. Essa turma toda, quando vinha se apresentar aqui, freqüentava o Chanan, depois”⁴⁴. O escritor e cinéfilo Reuder Teixeira diz que, neste período, formaram-se duas resistências: a armada e a cultural, esta última deu origem ao que ele denominou de “guerrilheiros de botequim”, os freqüentadores assíduos dos velhos redutos, das “adoráveis trincheiras noturnas”:

O Chanan, freqüentado por estudantes universitários e intelectuais, era basicamente um botequim e suas paredes logo ficaram repletas de assinaturas de artistas que passavam por Juiz de Fora, paredes que mais tarde foram pintadas, quando o boteco se transformou em choperia. Uma dessas noites, no Chanan, onde estávamos eu, João Medeiros, Sueli Costa, Telma Costa e Lisieux Costa, surgiu uma amiga, Soninha, com Caetano Veloso a tiracolo, às 23h. Chanan fechou as portas do bar, deixando-nos à vontade. Caetano cantou várias canções, alguma inéditas, e fez arranjos com a participação das irmãs Costa. Ficamos até às 7h da manhã e tudo foi registrado por mim numa fita cassete que seria sonhada mais tarde⁴⁵.

Além disso, havia os cafés: o Salvaterra, na praça João Pessoa, vizinho ao Cine-Theatro Central, ponto dos estudantes secundaristas, e o Astória, na esquina da rua Halfeld com a Av. Rio Branco, onde se encontrava a turma mais intelectualizada.

Apesar da repressão, os estudantes participavam intensamente da vida cultural:

Participávamos de tudo, com toda intensidade. Tanto é, que teve aqui Chico Buarque. A música do Chico Buarque, “Com açúcar e com afeto”, foi lançada aqui. Depois, é que ele lançou oficialmente no Rio. Quem cantou, aqui, foi a Selminha, irmã da Sueli Costa. Cantou no Clube Juiz de Fora, que estava lotado. Chico viu que tinha muita gente do lado de fora. Aí, falou: “ O quê que é isso? É o pessoal que não pode pagar? Abre a porta lá em baixo”⁴⁶.

A cidade da oralidade, que, fala, discute, representa, também estava presente no limite do universo privado. Da mesma forma que os militantes e simpatizantes do PCB realizavam reuniões, mais ou menos “fechadas”, em algumas das casas do pessoal do partido, como a de José Paulo Netto, a de Valtencir e Selma Estiguer e a dos pais de Gilvan Procópio Ribeiro, da mesma forma, que a turma da música se reunia na casa das irmãs Costa, o pessoal do cinema curtiava as reuniões no “castelinho” dos Bracher.

⁴⁴ Os trechos da fala de Michel Bechara foram retirados da entrevista realizada em 12 jan. 2005.

⁴⁵ TEIXEIRA, Reuder. *Anos 60 em JF: uma pequena lembrança*. Disponível em: <<http://www.obvioululante.com.br>>. Acesso em: 23 out. 2005.

⁴⁶ Os trechos da fala de Michel Bechara foram tirados da entrevista realizada em 12 jan. 2005.

Eles deixavam o portão aberto e ficavam lá trinta, quarenta, cinquenta pessoas, todos os dias. Elas amanheciam estudando, lendo, conversando sobre o mundo, sobre Juiz de Fora, sobre a herança cultural mineira, discos, enfim, o tempo todo. Dona Ermengarda [mãe de Décio, Paulo, Carlos, Celina e Nívea], cantando em francês. Era uma loucura, era uma universidade. Você tinha de tudo⁴⁷.

Nem mesmo a censura intimidava os criadores locais, que sempre utilizavam de algum artifício para mostrar seu trabalho:

O Diário de um louco, de Gogol, em adaptação de Rubem Rocha Filho, montagem de 1969, foi inicialmente proibida, sendo liberada com cortes. A alternativa encontrada para dar continuidade dramática à encenação, preenchendo as lacunas deixadas pela tesoura do censor, foi a de se utilizar um lenço branco que o ator colocava como uma amarra na boca nos momentos em que deveria dizer as falas que foram cortadas. Através do silêncio criava-se uma denúncia e o protesto era decodificado por um público universitário que via a ascensão da ditadura através do AI-5 (FALABELLA, 2004, p. 58).

Nessa época, os estudantes chegaram a invadir a Reitoria da UFJF, cujo novo prédio tinha sido inaugurado em 28 de maio de 1966, projeto do arquiteto Décio Bracher, nascido em Juiz de Fora.

De manhã cedo, o pessoal levantou e foi para a faculdade e, de repente, o pessoal começou... um negócio assim, para o qual você não tem uma explicação, porque não teria um líder. Quem liderou, no final, foi o grupo Brucutu, que era do presidente do DA de Engenharia, que era apolítico e, se fosse político, tenderia para a direita, mas era líder. Então, o pessoal começou a chegar e caminhar todo para dentro da Reitoria, invadimos e tomamos a Reitoria. E ficamos naquele pátio da frente e do lado da Reitoria. Isso deve ter sido em 67⁴⁸.

Nesse período, tem grande repercussão na cidade, o projeto da construção de um **campus** para a UFJF. Numa área de 1 milhão e 300 mil metros quadrados, doada pela Prefeitura Municipal, começou a grande obra de terraplenagem, com o objetivo de levar todas as unidades acadêmicas para a “Cidade Alta”, vencendo uma grande resistência, inclusive do Conselho Universitário.

⁴⁷ Os trechos da fala de Décio Lopes foram retirados da entrevista realizada em 4 nov. 2005.

⁴⁸ Os trechos da fala de Michel Bechara foram retirados da entrevista feita no dia 12 jan. 2005.

Um antigo funcionário da Universidade, Hamleto Mazócoli, gosta de lembrar, num tom de galhofa, que chegou a sugerir ao ex-reitor, Moacyr Borges de Mattos, que medisse a área a ser ocupada pelo projeto arquitetônico do campus e observasse se ele caberia num dos cafés da rua Halfeld, se isso fosse possível, eles assumiriam o compromisso de construir o campus, no centro da cidade (MUSSE, 2001, p. 56).

A construção do campus, projetado por Arthur Arcuri, foi resultado da implantação da Reforma Universitária. Além do aspecto físico, a reforma mudava toda a estrutura de ensino, criando, por exemplo, o regime de créditos que vigora até hoje. Numa análise mais recente do projeto, o ex-ministro da Educação, Murílio Hingel, reconhece que a reforma afastou a universidade da comunidade:

Hoje, algumas pessoas têm a consciência de que a reforma foi ditada por determinados interesses que se evidenciaram pela cópia de modelos estrangeiros. A reforma foi baseada na estrutura universitária dos Estados Unidos e continha entre as suas propostas a criação e a construção dos campi universitários, como ocorreu em Juiz de Fora, e muitos acham que isto era uma forma de enfraquecer a resistência da universidade às idéias então vigentes. Nós estamos falando da década de 60 e um dos efeitos, por exemplo, foi que a UFJF ganhou um campi muito bonito, um dos mais bonitos do Brasil, bastante bem planejado e concebido, mas que **afastou a universidade da comunidade** [destaque nosso]. E isto pareceu ser um tanto quanto intencional, uma vez que, distanciada da comunidade, esta ligação tão necessária se enfraqueceu⁴⁹.

O advogado Michel Bechara tem a mesma posição: “Aquilo foi uma ordem do Jarbas Passarinho, que fossem criadas as cidades universitárias. O campus universitário e o estudo por prédios teve como objetivo claro acabar com a força estudantil”⁵⁰. Outra faceta da dispersão das reuniões de estudantes, profissionais liberais e intelectuais do centro da cidade, foi, segundo Bechara, a construção do Clube do Papo. O clube, na estrada do Morro do Cristo, foi idealizado por um grupo de profissionais liberais, médicos, advogados e engenheiros, e foi inaugurado em meados da década de 70, existindo até hoje. É sintomático que a inauguração coincida exatamente com o período em que a ocupação do espaço público se tornou mais cerceada. Mesmo sendo um clube de profissionais liberais, em que o estatuto previa que só poderiam ser admitidos como sócios os candidatos com curso superior, o lugar, afastado do centro, evidencia bem, no nível simbólico, **o esvaziamento do centro da cidade como espaço de efervescência intelectual.**

⁴⁹ REFORMA dita perfil das Universidades. *Universidade*, Juiz de Fora, UFJF/Assessoria de Comunicação Social, ano 1, n.1, dez. 1995, p.8.

⁵⁰ *Ibid.*, p.8.

Tudo isso coincide com uma **renovação política** na cidade: a eleição do jovem engenheiro Itamar Franco, para a Prefeitura Municipal, pelo partido de oposição ao regime militar, o MDB⁵¹:

Ele percebe isso e trata de criar uns instrumentos de natureza cultural. Ele leva para a Secretaria de Educação o Murílio Hingel [futuro ministro da Educação, quando Itamar for presidente da República], a quem sempre esteve ligado o José Luis Ribeiro [jornalista, professor da UFJF e diretor do grupo de teatro Divulgação], que é um cara que vai mexer com teatro, então, tem o apoio do Departamento de Cultura. Criam-se os festivais de música. Milton Nascimento foi cantar, em Juiz de Fora, e cria-se, também, uma discussão sobre cinema, através do Décio Lopes [crítico de cinema]. Sem falar na agitação das artes plásticas, onde você tem o Carlos Bracher [pintor], que vai virar a figura que todos nós admiramos e o Dnar Rocha [pintor]⁵².

A mudança não se restringe à orientação política, mas também à maneira de lidar com a coisa pública. Para José Paulo Netto, passa a existir uma nova dinâmica, que ele considera despolitizada: “É o viés tecnocrático do Itamar, ele é um técnico, o Itamar nunca chamou o governo dele de governo, chamava de administração. Isso é característico, inteiramente despolitizado”⁵³. Segundo J.P. Netto, a oligarquia tradicional pára de mandar, mas estão surgindo os novos aparatos institucionais da ditadura, que vão possibilitar a emergência de uma nova elite. “Quem é que agora vai jogar no poder? São os grupos de especulação imobiliária que vão sugar as verbas do BNH. Você não tem construção de habitação para camada baixa, é tudo classe média. Não é por acaso a primeira obra do Itamar: Avenida Independência. Óbvio. Você começa a valorização de áreas onde esses grupos vão investir”⁵⁴.

3.3 A TRAJETÓRIA DOS FESTIVAIS

Juiz de Fora, em meados dos anos 60, tem uma vida cultural muito intensa. Há eventos variados, mostras de filmes, espetáculos de grupos teatrais de vanguarda, exposições de artes plásticas, festivais de música, tudo isso, apesar da ditadura. Muitas eventos são feitos dentro de um esquema institucional, seja pela Prefeitura, ou pela Universidade. Em 1966, por

⁵¹ Até, então, na cidade, se alternavam no poder duas correntes políticas: Olavo Costa (1951/1955; 1959/1963), e Ademar Rezende de Andrade (1955/1959; 1963/1967). Em 31 de março de 1964, foi nomeado o prefeito militar de Juiz de fora, o general Adolfo Frederico Fassheber. Itamar Franco quebra a alternância de poder.

⁵² Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada em 2004.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

exemplo, acontece o **1º Festival de Cinema de JF**, analisado de forma crítica pelo então chefe de gabinete do prefeito Itamar Franco, Mauro Motta Durante (MOSTARO, C. et al., 1977, p. 361): “foi uma promoção feita sem grandes planejamentos, com filmes inexpressivos na maioria e com presenças menores – exceção de Leila Diniz -, que não sensibilizou o público nem os cinéfilos”. Mas esta não foi a opinião exatamente dos cinéfilos, que se esbaldaram, no ano seguinte, com a premiação de *Terra em transe*, de Gláuber Rocha, no **2º Festival**.

Naquela época, havia uma convivência muito ampla e fácil do pessoal que gostava de cinema em Juiz de Fora com o grupo do Cinema Novo:

Dos grandes cineastas, quando se fala de cinema hoje, Gláuber Rocha, Néson Pereira dos Santos, são pessoas que passaram por Juiz de Fora. Paradoxalmente, o Gláuber Rocha não foi a Juiz de Fora para receber o prêmio do *Terra em transe*. Ele mandou um bilhetinho, através do Mário Lago, que recebeu o prêmio e pegou a estatueta do festival. O Gláuber tinha mandado o recado de que ele não iria visitar a cidade que deu o golpe militar. “Não vou lá, porque lá é terra de inimigo, e foi de lá que saiu o golpe”, ele mandou este recado. Não sei se, na verdade, ele não quis ir...Mas ele não falou isso no palco, não, o Mário Lago falou isso para nós em particular⁵⁵.

A movimentação do pessoal de cinema era intensa. Ela vinha do antigo Centro de Estudos Cinematográficos de Juiz de Fora (CEC), fundado em 1957, por um grupo que reunia Afonso Romano de Sant’Anna, Helyon de Oliveira, Edmar Pedreira Ferreira, Reydner Gonçalves e outros (MOSTARO, C., 1977, p.356). O CEC funcionava no segundo piso da Galeria Pio X, em plena Rua Halfeld, onde também ficava a Galeria de Arte Celina e a sede do DCE. O resultado é que a movimentação era constante, os estudantes se reuniam para discutir um pouco de tudo.

Todo mundo era autodidata, não tinha escola de cinema. A gente passava noites inteiras discutindo cineastas. Naquela época, nós tínhamos muito acesso aos filmes clássicos, em Juiz de Fora, porque tinha a Companhia Central, que tinha um contrato com a Franco-Brasileira, no Rio de Janeiro, e que levava os filmes clássicos para Juiz de Fora. Eles eram exibidos no Palace e, depois, no cinema Festival, ao lado do Central⁵⁶.

⁵⁵ Os trechos da fala de Rogério Bitarelli Medeiros foram retiradas da entrevista realizada em 22 nov. 2005.

⁵⁶ Idem.

Além da exibição de programação e da realização de mostras em cinemas da cidade, o pessoal do CEC também costumava fazer exibições no auditório da Faculdade de Direito. “Todo final de semana, nós tínhamos ali exibição de filmes clássicos franceses. Eram grandes filmes, era uma coisa fantástica, era um grande acontecimento cultural no fim de semana”⁵⁷. Muitos dos filmes eram obtidos através de um convênio com a Aliança Francesa, que tinha um grande acervo, e cedia as películas para exibição para uma platéia majoritariamente de jovens.

O então estudante de Letras, Gilvan Procópio Ribeiro, resgata bem aquele momento de intensa vivência cultural:

Lembro do sábado à tarde, na rua Santo Antônio, na Faculdade de Direito, aquele salão lotado de gente para assistir filme mudo em preto e branco, projetado em 16 mm. Uma coisa extremamente precária, mas lotava, dava debates. Então, havia muita motivação. Na própria Galeria de Arte Celina, os debates que havia ali, o pessoal que nem sabia direito o que era fazer uma palestra, mas ia lá fazer palestra sobre os temas mais variados. Você tinha desde discussões sobre a política global, sobre imperialismo até me lembro de uma palestra que eu fiz sobre Baudelaire⁵⁸.

Gilvan P. Ribeiro percebe naquele período algo que ele tende a definir como “mágico”, aquele espírito da época que fez o brasileiro se descobrir “inteligente”:

Eu me lembro, vou te dar uma idéia do que eu estou chamando de magia. Eu encontrei um conhecido na rua e ele estava em êxtase. Aí eu falei: “Que houve? Você está com uma fisionomia tão transfigurada, que aconteceu?”. Ele falou: “Conheci um cara, que conhece um cara, que conhece um cara, que conhece o Godard”. Porque ele conheceu de quarta mão o Godard, ele estava em êxtase, desfigurado. Então, qualquer coisa era motivo para se discutir, se empenhar⁵⁹.

Outra característica comum a Juiz de Fora da época, na opinião de Gilvan P. Ribeiro, era o fato da cidade ter poucas opções de lazer: “Então, às vezes, o programa que a gente tinha era ficar andando na avenida Rio Branco de madrugada. Do Bom Pastor ao Manoel Honório, do Manoel Honório ao Bom Pastor. ‘Eu li isso, assim, assim, o que é que você

⁵⁷ Os trechos da fala de Rogério Bitarelli Medeiros foram retiradas da entrevista realizada em 22 nov. 2005.

⁵⁸ Os trechos da fala de Gilvan Procópio Ribeiro foram retirados da entrevista realizada em 25 nov. 2003.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

achou?’. A gente ficava discutindo essas coisas”⁶⁰. Ele gosta de dizer que, naquela época, o grande veículo de informação e de difusão de idéias era o texto. Televisão, por exemplo, não fazia parte da vida de ninguém, “inclusive porque a programação começava às cinco horas da tarde e à meia-noite acabava”⁶¹.

Para os encontros de toda essa geração, o que muito facilitava era a centralidade da rua Halfeld, que funcionava como uma espinha dorsal da cidade, reunindo os lugares de **cordialidade**, de **convivência** e de **afetividade**. “Tudo se passava na rua Halfeld, todo mundo se dirigia à rua Halfeld, lá era o local dos encontros. Era o local onde todos se encontravam para discutir as coisas de política, da vida cultural do país, da cidade”⁶².

Nesse período, a influência dos movimentos da contracultura, em Juiz de Fora, começa a se fazer sentir nas relações de gênero, que passam a ser menos preconceituosas. Havia necessidade daquela geração mostrar que era muito diferente dos seus pais.

Antes, na minha fase de adolescência, relação com mulher é uma coisa... Se você vai sair com uma menina, sair com ela para tomar uma cerveja, é porque você vai levar ela para a cama. E isso começa a mudar. Você começa a ter uma relação de igual para igual com a mulher, isso é uma mudança enorme. Você pode ter uma mulher que você respeita, porque ela pensa como você de igual para igual, ela é sua amiga, mas não necessariamente mulher de cama⁶³.

A ruptura com os padrões de comportamento vigentes transforma essas relações marcadas por longo preconceito, tão bem retratado pela romancista Rachel Jardim⁶⁴, em entrevista concedida a Guima, no *Caderno 2*, do *Diário Mercantil*, quando da publicação do primeiro livro dela, *Os anos 40*: “Reporto-me a um tipo de educação familiar, que criou seres como eu, meio massacrados, sofridos, irremediavelmente marcados pela neurose. No livro, reporto-me muito a uma frase que ouvi desde que nasci: ‘Não é preciso só ser direita, é preciso parecer direita’”⁶⁵.

⁶¹ Os trechos da fala de Gilvan Procópio Ribeiro foram retirados da entrevista realizada em 25 nov. 2003..

⁶² As falas de Rogério Bitarelli Medeiros foram retiradas da entrevista realizada em 22 nov. 2005.

⁶³ As falas de Gilvan Procópio Ribeiro foram retiradas da entrevista realizada em 25 nov. 2003.

⁶⁴ Rachel Jardim nasceu em Juiz de Fora, é aposentada na carreira do serviço público municipal, no Rio de Janeiro, onde teve importante atuação nas áreas de patrimônio cultural, urbanismo e ecologia. Autora de vários livros, estreou na literatura com *Os anos 40*, livro de memórias ficcionadas, em 1973.

⁶⁵ VIEIRA, João Guimarães. Rachel Jardim e os anos 40. *Diário Mercantil*, ano LXII, n. 18.004, 13 e 14 mai. 1973. Caderno de Domingo, p. 2.

A moda é outro setor que reflete a grande mudança de comportamento, para muitos jovens só o fato de se poder usar roupa colorida foi uma libertação:

As roupas masculinas eram brancas, cinzas, às vezes um azul. Mas cor mesmo... De repente, todo mundo começa a usar roupa colorida! Outra coisa, meu corte de cabelo era o mesmo desde pequeno, que é um corte de cabelo que parece de recruta do exército, até quando eu realmente comecei a mudar. [...] De repente, você pode usar o cabelo do jeito que você quer... Isso muda radicalmente, você não tem mais padrão de cabelo. Usa comprido, usa curto, o outro usa partido de lado, partido no meio, do jeito que quer. Acabou o padrão. Isso eu acho que, em termos de moda, representa uma mudança muito grande⁶⁶.

É na sociedade regida pelas aparências, que o então estudante Gilvan Procópio Ribeiro passa pelo dilema de optar por uma carreira considerada, até então, como “feminina”: o curso de Letras.

Vou te contar uma coisa pessoal. Eu ia tentar fazer vestibular para medicina, o tempo todo, eu ia fazer medicina. No dia da inscrição do vestibular, no dia mesmo, eu pensei: “Eu gosto de ler e escrever, vou fazer medicina para quê?” Aí, eu fiz inscrição para Letras. Quando eu cheguei em casa, e falei que eu ia fazer Letras, meu irmão mais velho falou: “Você vai fazer esse curso de veado?”. Enquanto isso, os estudantes da Engenharia iam para a porta da Facit [fábrica da periferia] jogar milho para as meninas⁶⁷.

Embora não tenhamos tido acesso a nenhum levantamento sobre o assunto, é interessante que registremos aqui que o grupo mais ativo na movimentação cultural de Juiz de Fora, nos anos 60, é formado quase que exclusivamente por homens, mas homens que se decidiram por carreiras consideradas “femininas”: Letras, Jornalismo, Serviço Social. Alguns são oriundos do Direito, mas não há, nos anos 60, relatos de engenheiros ou médicos, por exemplo, que sejam muito ativos nas promoções de cultura (cenário que já vai mudar nos anos 70).

Outra experiência radical da época, e que implicava investir numa nova percepção da realidade, foi a experiência com as drogas, principalmente a maconha. “Não usar drogas para ficar doidão, mas usar drogas como uma forma de abrir a cabeça⁶⁸. O mais curioso é que, em plena ditadura, as drogas também conquistavam um pouco do espaço público. Exemplo disso

⁶⁶ Os trechos da fala de Gilvan Procópio Ribeiro foram retirados da entrevista realizada em 25 nov. 2003.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

foi o Mercarte, mostra pública de arte em geral, patrocinada pelo DCE, em 1969, no Parque Halfeld, no centro de Juiz de Fora. Considerado por alguns como o primeiro “*happening* oficializado” da cidade, que levou as famílias ao parque, para ver os hippies. “Acabou, claro, dando cana pra quem organizou, mas tem que se correr o risco, principalmente hoje, quando é cada vez mais fácil ser doido, e cada vez mais difícil desbandeirar” (MOREIRA, J. in MOSTARO, C., 1977, p. 394).

No final da década de 60, a cultura começa, ainda timidamente, a fazer parte da “agenda política” oficial. Assim, em 1968, o chefe de gabinete do prefeito Itamar Franco procura o compositor e promotor de eventos, João Medeiros Filho, com o objetivo de estudar a viabilidade de um grande show para comemorar o aniversário da cidade, em maio. A conversa acontece no “Barraco do Chanan”, botequim freqüentado pela intelectualidade da época, e descrito por Durante como “o nosso ponto diário, com muito violão, pinga e churrasquinho”(MOSTARO, C. et al., 1977, p. 361).

O primeiro encontro ficou na base do vamos fazer etcetera e tal. Entretanto, a gente que é meio dado a vô de condor (não me atraino o sonho menor, o vô de andorinha), ali mesmo no botequim, agora buscando um reforço no uísque menos ruim do Chanan, num pacote de cigarros Luiz XV, iniciamos o projeto de uma promoção bem mais audaciosa do que um efêmero show com qualquer artista badalado no momento. A princípio, imaginei um ciclo de apresentações de vários compositores que, através da amostragem de seis trabalhos em diversos locais da cidade, cumpririam as funções promocionais e de aculturação. Pouco tempo mantive na cabeça esta idéia. Ledo engano supor que o didatismo (no caso, o artista debateria com o público suas propostas culturais e tudo aquilo que fosse relacionado com a massificação, o consumismo, etc.) ou mesmo a direta “conversa” com a platéias, atingisse as metas desejadas. Percebi o abismo existente entre a intenção e o gesto. Seria uma fórmula aplicável a um público conscientizado, normalmente universitário, e não ao povo em geral, conforme manda o figurino político. Mas não desisti do intento de achar alguma coisa que pudesse ser feita pelo município, em termos de MPB. De repente o estalo – talvez o uísque tenha acelerado o processo de lucidez diante do óbvio – e a autopergunta: por que não um Festival em JF, nos moldes do Festival Internacional da Canção, que atraía, já há dois anos, as atenções do país? Confesso que levei susto, sei lá, fiquei meio perturbado, com certo medo, diante dessa hipótese (MEDEIROS FILHO, J., in MOSTARO, C. et al., 1977, p. 343).

Foi assim, na mesa de um bar, que surgiu a idéia dos festivais que iriam agitar Juiz de Fora, no final dos anos 60 e início dos anos 70. O projeto de João Medeiros Filho foi encampado pelo chefe de gabinete da Prefeitura e também pelo então secretário de Educação e Cultura, Murílio de Avelar Hingel. De escalão em escalão, a idéia chegou ao prefeito que, com o apoio da iniciativa privada, conseguiria montar a infra-estrutura e bancar a premiação de forma a atrair compositores de visibilidade nacional. Itamar Franco, através do Decreto nº

805 de 14 de março de 1968, criou o Festival e nomeou o grupo de trabalho composto por oito pessoas. As quatro récitas (29 e 30 de maio, 4 e 5 de junho), em duas fases distintas (local e nacional), são marcadas para o Cine-Theatro Central. Das 187 músicas inscritas, 20 foram selecionadas para a fase municipal.

A Prefeitura assinou um contrato com a TV Excelsior para a transmissão nacional, em *video tape*, das quatro récitas. Em nome da referida TV, Amaury Valério (seu representante em JF) firmou o documento com a municipalidade, que se responsabilizou pelo pagamento de quinze mil cruzeiros e, em contrapartida, a Excelsior exibiria para todo o território nacional – sabe-se que nos mais longínquos pontos do país chegou a imagem e som do nosso Festival – os *tapes*, nos dias 1, 4, 6, e 8 de junho. [...] Desta maneira, para o compositor de JF, até então sem grande motivações, abriu-se um novo horizonte. O seu trabalho não mais permaneceria anônimo, poderia ser mostrado em dimensões nacionais. (MOSTARO, C. et al., 1977, p. 349).

Na fase nacional, 19 músicas foram apresentadas. Ao lado das composições de Gutemberg Guarabyra e José Carlos Capinam; Roberto Menescal e Ronaldo Bôscoli; Macalé e Joyce; Zé Ketí; Maurício Tapajós, Hermínio Bello de Carvalho e Mauro Duarte; Marcos e Paulo Sérgio Valle; Toninho Horta e Ronaldo Bastos; Milton Nascimento; Sidney Miller e Paulinho da Viola, entre outros, o festival abriu espaço para a turma de Juiz de Fora: Marco Aurélio Ribeiro Monteiro da Silva; Sueli Costa e José Oceano Soares; Daltony Nóbrega, Wellington e Gaio; João Duarte e Roberto Medeiros; e Therezinha de Lisieux Corrêa Costa.

Na antevéspera os ingressos já estavam praticamente esgotados e começavam a chegar os artistas, que se enturmaram com os compositores locais, propiciando um valioso intercâmbio cultural e troca de experiências. Os bares (Chanan, J. Chopp) passaram a ser palco de informais apresentações de gente famosa e a casa de Sueli Costa, que já era conhecida do meio musical do Rio, virou local de ensaio permanente (MOSTARO, C et al., *op. cit.*, p. 350).

Mais do que a vitória de Sidney Miller com a composição “Sem assunto”, a realização do festival foi marcada pelo companheirismo que deu o tom das apresentações e um clima de envolvimento de toda a cidade com o evento, que ultrapassou a rígida fronteira do espaço oficial e invadiu os botequins e as calçadas da cidade:

Nos botequins, *full time*, sempre havia alguém de violão em punho. A festa em si existiu também fora do teatro. O resultado passou a ser de relativa importância. O

que se podia concluir é que JF tinha dado um definitivo passo cultural, permitindo uma troca de informações, novos relacionamentos e, sobretudo, afirmado o potencial até então não evidenciado de seus compositores, agora reciclados em autoconfiança para trabalhos mais sérios. A melhor impressão ficou com os visitantes, que foram unânimes em declarar na imprensa do Rio a validade do nosso Festival (MOSTARO, C. et al., 1977, p. 352).

Os recursos eram escassos, mas o Festival de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora (FMPBJF) conseguiu se manter no calendário de eventos da cidade por cinco anos. Em 1969, não houve cobertura da TV, mas as dependências do Central ficaram lotadas. No ano seguinte, ano eleitoral, a Prefeitura com problemas de verba para concluir obras, houve quase um adiamento do evento que, para se adequar à estrutura orçamentária, foi realizado no ginásio do Sport Club. Em 1971, o governo municipal passa às mãos de Agostinho Pestana e Mauro Durante é mantido como chefe de gabinete, continuando a promoção. “Após contatos preliminares, sondagens junto aos compositores, achamos por bem contratar Augusto Marzagão e sua equipe (Gutemberg Guarabyra e João Medeiros Filho), que respondiam pela direção do Festival Internacional da Canção, para coordenar o 4º Festival”(MOSTARO, C. et al., 1977, p. 362). O Cine-Theatro Central ficou tão lotado que se temia pela segurança do prédio. “A TV Globo transmitiu o último dia para a cidade e Zona da Mata, e posteriormente o *tape* foi exibido para o país” (*ibid.*, p. 363). Em 1972, o evento foi menos competitivo, de acordo com a tese defendida pelo seu coordenador, o jornalista e crítico musical, Júlio Hungria. Para Mauro Motta Durante:

“Quase um anti-festival, no sentido clássico da palavra. Os prêmios divididos entre os concorrentes e, graças a um convênio com a Odeon, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal, conseguimos gravar um LP (sonho nosso antigo) do Festival. Mariozinho Rocha, diretor da gravadora, montou nos bastidores praticamente um estúdio, e registramos, com evidentes falhas na qualidade de som, nossos compositores e suas obras, em disco: o que é, sem dúvida, documento” (MOSTARO, C. et al., 1977, p. 363).

Em 1973, é realizado o último festival dos anos 70, patrocinado pela Prefeitura Municipal:

Para produzi-lo, o então prefeito Itamar Franco convidou os experientes Adonis Karam e Lúcio Alves. Esse festival foi realizado no Ginásio do Sport e, como a acústica era péssima, a produção contratou uma empresa especializada. Os técnicos da empresa rebaixaram o teto do ginásio com cobertores e o som até que melhorou um pouco.

Novamente compareceu a JF uma boa parte dos artistas da nossa música popular, como Fabio, Lucinha Lins, Ivan Lins, Sueli Costa, Paulo César Pinheiro, Nadinho

da Ilha (que cantou Baiano, do Mamão, uma sátira à “dupla naturalidade” de Itamar Franco – metade baiano, metade mineiro). Lucinha Lins interpretou Demoniaca, de Sueli Costa e Vitor Martins, que ficou em 3º lugar, mas foi pra mim a mais bela canção desse festival. Mamão ganhou, desta vez para valer (ITABORAY, 2001, p. 51).

Há, então, uma solução de continuidade. Só em 1982, o executivo municipal, através da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), voltaria a promover o tradicional festival da cidade. O último festival realizado em Juiz de Fora, com o apoio da Prefeitura, foi em 1984.

O festival oficial de Juiz de Fora teve seu oitavo capítulo em 1984. Intitulado “Minas é Música”, o evento teve concorrentes de grande expressão como Leila Pinheiro, Vital Lima, Tadeu Franco, Paulo Debetio, Celso Viáfara, Délcio Carvalho, Juca Filho, Jaime Alem, Fernando Leporace e outros. Em três récitas e com shows de Toninho Horta, Tavinho Moura e João Bosco, o festival, no Cine Teatro Central, fez lembrar o que de melhor acontecia nos festivais da década de 70 (ITABORAY, 2001).

Mas não seria correto pensarmos que apenas as iniciativas oficiais da Prefeitura ganharam espaço, no que se refere ao movimento musical de Juiz de Fora. Mesmo nos piores anos da ditadura militar, a cidade viu se multiplicarem iniciativas semelhantes nos colégios, a exemplo do Granbery e do Colégio de Aplicação João XXIII, este último, pertencente à Universidade Federal, e em clubes, como o Bom Pastor. Em 1974, um evento, idealizado pelo então presidente do DCE⁶⁹, Ivan Barbosa, mudaria as manhãs de sábado do campus da UFJF:

[...] estávamos no anfiteatro do antigo ICBG [Instituto de Ciências Biológicas e Geociências] no Campus Universitário, às dez da manhã, de um sábado de outubro, fazendo a primeira apresentação do Som aberto que seria, no mínimo, por mais quatro anos, o maior e mais democrático espaço para a cultura da cidade (ITABORAY, 2001, p. 70).

Márcio Itaboray, à época estudante de Medicina e integrante do grupo “Pá”, relembra que o “grande barato das manhãs de Sábado em JF era subir ao Campus pra assistir ao Som Aberto”:

⁶⁹ A realização do Som Aberto coincide com o momento de reorganização das entidades estudantis na UFJF. Em outubro de 1974, foram reinstalados e criados novos Diretórios Acadêmicos, que tinham sido extintos anteriormente pela Reforma Universitária (ITABORAY, 2001).

No Som Aberto, teve concurso de poesias (em que fui premiado com Poema em Resposta a um Papel Guardado), literatura de cordel (através de Jorge Sanglard), concerto de harpa, curso de teatro, exposição de fotografia e pintura e mais um sem número de manifestações culturais.

Vieram se apresentar no Som Aberto por passagem e comida (servida pelo garçon Inácio, no antigo Faisão Dourado, na galeria do Central): João Bosco (que foi de carona na Lambreta/Xispa do Xico Teixeira, da Rodoviária até o Campus), João do Vale, Sueli Costa, Roberto de Regina, Sérgio Cabral, Leci Brandão e muitos outros (ITABORAY, *op. cit.*, p. 71).

Quando resgatamos, hoje, estas lembranças sobre o Som Aberto, e tantos outros eventos da época, não nos impressiona apenas o fato da cultura ser uma marca clara da resistência ao obscurantismo do regime militar, mas também o fato das pessoas se reunirem de forma mais simples, menos produzida, em que tudo o que é feito, apesar dos desgastes e dos esforços que costumam acompanhar qualquer evento, é marcado por uma aura característica dos espetáculos mambembes, sem muita infra-estrutura ou investimento. É como nos conta Itaboray, no livro *Assuntos de Vento*, algo que não está escrito ou planejado, que se faz ao sabor da maré:

Quando acabavam as apresentações do Som aberto, a platéia saía pelas ruas do campus ainda cantando a música *Pesadelo* (“quando um muro separa, uma ponte une/se a vingança encara, o remorso pune/você vem me agarra/algueém vem me solta/você vai na marra ela um dia volta/.../você corta um verso/eu escrevo outro/você me prende vivo/eu escapo morto”), de Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro, até o boteco “Cabe Mais Um”, nas imediações do Campus do bairro Martelos, hoje Cidade Universitária, onde começava o “segundo tempo” do Som Aberto (*ibid.*, p.72).

Para alguns, entre eles, os poetas, o “segundo tempo” do Som Aberto continuava no centro da cidade, para onde eles seguiam, depois de distribuir os folhetos de poesia⁷⁰ para os estudantes no campus.

A gente costumava sair do Som Aberto e ir para o centro da cidade, para a rua Halfeld. E distribuía esses folhetos na rua. Tinha gente que disputava os folhetos de uma forma ávida! Eram, normalmente, 4 a 5 folhas grampeadas: não tinha nada de

⁷⁰ Esses folhetos de poesia eram rodados de forma muito artesanal, no mimeógrafo. Primeiro, o pessoal usou a máquina de um colégio particular, o Magister; depois, o DCE começou a fazer a impressão. O papel era doado pela Secretaria de Cultura da Prefeitura. Os poetas publicados faziam parte de uma nova geração: Ignácio Delgado, Flávio Checker, José Henrique da Cruz (Mutum), Raquel Scarlatelli, Jorge Sanglard, Geraldo Lúcio de Mello (Gerrô), todos estudantes.

sofisticado. E as pessoas disputavam aquilo! Várias vezes, voltando para casa, depois, de ônibus, ouvíamos as pessoas comentando, lendo aquele negócio. Então, aquilo mexeu um pouquinho com essa quietude de Juiz de Fora⁷¹.

E, como não faltava ânimo àquele grupo de estudantes envolvidos com música, para muitos, a boemia só terminava no “terceiro tempo”, no restaurante Faisão Dourado, no centro de Juiz de Fora.

O “terceiro tempo” era no Faisão Dourado, na parte dos fundos, onde comíamos o “barranco” (um prato pra quatro), que tinha “canoinhas” de entrada, salada de feijão, salada de batata, vinagrete, farofa de ovos e churrasco misto (lingüiça, porco e vaca). Era tão bom que, quando Reginaldo Arcuri, pelo DA de Direito, trouxe a JF o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Paulo Vidal, ele veio acompanhado de um tal de Lula (ele mesmo), e ficaram quatro dias na cidade com a gente, comendo “barranco” e cantando até altas horas nas escadas do Cine Central (ITABORAY, *op.cit.*, p. 72).

Em todos os relatos da época, especialmente esses registrados por aqueles que ainda tinham menos de 30 anos, há uma relação muito intensa, romântica mesmo com a cidade. Acreditamos numa **ocupação afetiva do espaço público**. As pessoas se reuniam, nas casas, nos bares, nas praças, nas escolas. E andavam, andavam muito. E conversavam papos intermináveis. É curioso observar que a imagem do jovem que caminha, e nessa caminhada repassa a vida ou polemiza sobre o mundo, é uma lembrança constante entre aqueles que viveram aqui no final dos anos 50 até o final dos anos 70.

Andar pela Avenida Rio Branco, da antiga Rodoviária ao Bom Pastor e vice versa (umas três vezes) era a última tarefa antes de dormir. Conversando, parando para um café, chorando pelo amor não correspondido ou dando socos no ar de alegria por uma noite bem sucedida com a amada.

Fazia frio. Há quanto tempo não se vê fumaça (natural) saindo da boca das pessoas no inverno de Juiz de Fora? O céu dessa cidade, especialmente no inverno, era maravilhoso. Às vezes penso que “mudou” o céu de Juiz de Fora de uns anos pra cá. As noites no Parque Halfeld eram intermináveis. Numa delas discutimos o destino da Música Popular Brasileira, até às seis da manhã, com o historiador musical Ricardo Cravo Albim que viera fazer uma palestra na cidade (*ibid.*, p. 93).

Sem dúvida, a cidade dos anos 60/70 era uma cidade mais ocupada, e a rua Halfeld não era o lugar “fantasmagórico” ao qual se refere hoje, quase 40 anos depois, o professor Rogério Bitarelli Medeiros. Na geografia subjetiva da cidade, muitos lugares, principalmente

⁷¹ Os trechos da fala de Gilvan Procópio Ribeiro foram retirados da entrevista realizada em 25 nov. 2003.

aqueles do centro, perderam o sentido. Certamente, adquiriram novas significações, que têm mais a ver com a complexidade e a desordem, a fragmentação e novas mediações.

MAS PRA QUÊ ESSE ESPANTO?
ENXUGUE SEU PRANTO
VENHA LOGO ASSI STIR,
OU MELHOR, VEM DANÇAR.

NESTA PRAÇA QUE HOJE É SEM DONO
NÃO HÁ ABANDONO
NÃO HÁ MAI S QUEM FAÇA
MEU POVO SE CALAR.

CAPÍTULO IV

O JORNALISMO E AS NARRATIVAS SOBRE A CIDADE

Ao imaginarmos uma cidade, estaremos inevitavelmente reconstruindo o quebra-cabeças composto pelas imagens esparsas e fragmentadas que temos daquele lugar. Nesta delicada montagem, entram as muitas histórias que ouvimos e lemos durante a nossa existência. Nos jornais, encontramos uma cidade que podemos, ou não, reconhecer como a nossa. Hoje, ao folhear as páginas amareladas do velho *Diário Mercantil*, temos alguma dificuldade em reconhecer, ali, a mesma Juiz de Fora que invade, barulhenta, o silêncio da Biblioteca Municipal. São cidades diferentes, às vezes irreconhecíveis, embora sob os textos longos e pesados, as fotografias em preto-e-branco e o tom de austeridade do velho jornal, reencontremos o fio-da-meada das muitas cidades, que se entrecruzam numa só.

4.1 O *DIÁRIO MERCANTIL*: “ALTER EGO” DE JUIZ DE FORA

Começa o ano de 1968. O *Diário Mercantil* comemora 56 anos de atividade. Cosette de Alencar¹, uma das colaboradoras mais assíduas do jornal, escreve o editorial em comemoração à data. A cronista considera o diário um “**alter ego**” de Juiz de Fora, “**porta-voz e guia da opinião pública**”, e exalta o fato do mesmo nunca ter deixado de ser um elemento positivo no desenvolvimento da cidade, mesmo “sob a pressão aniquiladora do ambiente provinciano”. Diz ela: “O interior, como se sabe, é no Brasil a tumba fatídica de empreendimentos semelhantes”. Para garantir a sobrevivência e o sucesso, o DM teria lançado mão de uma fórmula irrepreensível: manter em seus quadros os melhores profissionais e alguns dos mais ilustres nomes da história literária de Minas Gerais, portanto, um jornal da elite para a elite. Na nossa opinião, o jornal ainda reflete a cidade moderna, **ordenada**, que corresponde ao mito fundador da Manchester Mineira. Suas páginas têm austeridade e refletem o que seria desejável como comportamento do bom cidadão, do bom burguês.

¹ ALENCAR, Cosette. “56 anos”. Juiz de Fora: *Diário Mercantil*, ano LVI, n. 16.409, p.1, 23 jan. 1968.

De seus fundadores para cá, sempre recrutando os melhores valores profissionais da cidade, este jornal pode, hoje, orgulhar-se do raro privilégio de ter contado entre seus colaboradores alguns dos nomes mais ilustres da história literária de Minas Gerais. Por algum tempo, pode-se mesmo dizer, foi a redação desta casa uma espécie de sucursal do mais alto silogeu das letras de Minas, pois por suas mesas passaram, além de Pinto de Moura e Mário Matos, do quadro inicial da redação, escritores de projeção nacional como Lindolfo Gomes e Gilberto de Alencar, entre outros. É certo que, embora em situação de colaboradores eventuais, muitíssimos outros “cobras” da inteligência nacional deixaram nesta Casa farta amostra de seus talento e cultura. Poderíamos enumerar vasta relação de nomes. Contentamo-nos em copiar o que nos fornece o historiador Paulino de Oliveira, aliás há muito tempo um dos baluartes intelectuais da empresa. Afirma Paulino que, ao surgir o *Diário Mercantil*, em 1912, 19 dos fundadores da Academia de Letras do nosso Estado, residentes nesta cidade, pontificavam regularmente na sua imprensa, com maior ou menor assiduidade. Neste caso estariam Machado Sobrinho, Lindolfo Gomes, Dilermando Cruz, Eduardo de Menezes, João Massena, Mário Matos, Luís de Bessa, Luís de Oliveira, Heitor Guimarães, Brant Horta, Albino Esteves, Belmiro Braga, Amanajós de Araújo, Estevão de Oliveira, Pinto de Moura, Francisco Lins, Franklin de Magalhães, Gilberto de Alencar, J. Paixão e José Rangel ².

Para outro colaborador, Marcos Camponezzi Filho, os 56 anos do DM suscitam uma comparação do jornal com o rádio e a televisão, veículos que, segundo ele, falariam mais diretamente ao espectador. “Mas só o jornal é capaz de registrar o acontecimento e de guardá-lo para a posteridade, fazendo história e reunindo material para o pesquisador do futuro”³. Certamente, Camponezzi Filho se esqueceu de fazer menção a outros suportes, que são também guardiães da memória, mas, em sua breve análise, ele foi capaz de se mostrar sensível à identificação criada entre o DM e seu público:

[...] existem periódicos que se integram nas comunidades, como parte efetiva que delas não se pode dissociar. Acompanham o ritmo de progresso de toda uma área. Incentivam movimentos. Perseguem as formas de progresso. E o leitor se acostuma ao encontro de cada dia com aquelas páginas que lhe dão esclarecimento e que orientam. O “*Diário Mercantil*” é um desses esteios da formação política, cultural, econômica e social desta mata mineira⁴.

Outra característica do *Diário Mercantil*, e que aparece constantemente nos depoimentos dos antigos funcionários, é a da relação de **amizade** entre as pessoas que trabalhavam no jornal. Até meados dos anos 60, poucos dos jornalistas que atuavam no

² ALENCAR, Cosette. *Op.cit.*, p.1.

³ CAMPONEZZI FILHO, Marcos. O *Diário Mercantil* e a Mata Mineira. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.414, p.4, 28 e 29 jan. 1968.

⁴ *Ibid.*, p. 4.

veículo eram formados⁵, da mesma forma que vários exerciam duas profissões: eram jornalistas e médicos, jornalistas e advogados, não dependendo exclusivamente do jornal para sobreviver. Muitos começaram no DM quando mal tinham saído da adolescência e por isso mesmo não surpreende que tenham passado várias décadas de vida no jornal. Pelo que se pode perceber, havia **pouca rotatividade de pessoal**, o que criava laços mais profundos entre os trabalhadores, sendo que muitos deles se referiam à empresa como “a família dos Associados”.

Jorge Couri, fotógrafo, entrou no jornal em 1948, aos 18 anos, e permaneceu lá até o fechamento em 1983, isto é, 35 anos. Começou trabalhando com a iluminação de magnésio (não se usavam nem lâmpadas e muito menos o *flash* eletrônico atual) e câmeras pesadas, que exigiam que o fotógrafo carregasse bateria (não tinha pilha) e usasse o indispensável tripé, porque qualquer movimento atrapalhava a imagem. Na oficina, as dificuldades também eram grandes, porque havia o processo trabalhoso de se fazer o clichê para a impressão⁶. Só a partir dos anos 60, com as facilidades da tecnologia, a fotografia se tornou mais usual no *Diário Mercantil*.

Em 1960, a redação do DM, que funcionava num prédio antigo, na esquina da rua Halfeld com a Batista de Oliveira, no centro de Juiz de Fora, ainda era separada da gráfica, em que as velhas linotipos⁷ estavam instaladas, na oficina da rua Marechal Deodoro, nº 90. A rádio Sociedade, que também era parte do conglomerado dos Associados, e fazia programas de auditório muito populares, estava situada à rua São João. Em 1961, num sinal de progresso, tudo passa a funcionar num só endereço: Av. Rio Branco, 1906, com fundos para a rua Santo Antônio, 627, onde passaram a ficar os estúdios da rádio.

Na primeira metade dos anos 60, o formato do jornal era “pesado”: seis páginas com muito texto. Apenas em 1968, com a reforma gráfica, é que o DM vai incorporar um novo visual, mais arejado, mais moderno, a partir da contratação do seu primeiro diagramador: José

⁵ A profissão de jornalista só passou a ser reconhecida, com exigência de registro profissional e de curso superior para o seu exercício, no Ministério do Trabalho, a partir do decreto-lei 972, de 17 de outubro de 1969. Admitiu-se ainda que, aqueles que não tivessem o diploma do curso de jornalismo, pudessem exercer a profissão, através de um registro precário. As exigências para a obtenção do registro precário, que caracterizava os jornalistas provisionados, foram regulamentadas pelo decreto-lei 83.284, de 13 de março de 1979.

⁶ O clichê é a placa fotomecanicamente gravada em relevo sobre metal, usualmente zinco, a traço ou a meio-tom, para impressão de imagens e textos por meio de prensa tipográfica (FERREIRA, (s.d.) , p. 335).

⁷ A linotipo é a máquina de composição mecânica de textos, inventada em 1884, pelo relojoeiro de origem suíça, Ottmar Mergenthaler (ALGAR, 1977, p. 119).

Luiz Ribeiro⁸, recém-formado pelo curso de Jornalismo da Fafile, e que trazia para a cidade as novidades aprendidas durante dois estágios no *Jornal do Brasil*.

Até então, o jornal não tinha diagramador, era só paginador, o trabalho ia direto para a gráfica. O jornal tinha seis páginas e o editor, Irvén Cavalieri, queria passar para oito, então, me convidou. A grande novidade foi a **introdução de uma página diária de cultura** [destaque nosso], que ficou também sob a minha responsabilidade, e onde escreviam o Antônio Augusto, sobre Cinema, e Cosette de Alencar, que era uma cronista tradicional, filha do Gilberto de Alencar, autora do *Giroflê, Giroflá*⁹. Ainda tinha uma coluna sobre teatro, outra de miscelâneas, de assuntos gerais e, depois, uma pequena coluna social¹⁰.

Ribeiro enfatiza que a página de cultura, a página cinco, teve uma influência importante na formação de novos grupos teatrais, nesse período, porque existia uma preocupação quase que pedagógica, com a **formação do leitor**, do espectador:

A partir do momento em que você tinha uma coluna diária de teatro, e Juiz de Fora não tinha teatro assim tão grande, a gente passou a fazer uma espécie de pedagogia do teatro, nessas crônicas. Quando ia ter uma peça, por exemplo, no Instituto Granbery, que tinha a Associação Teatral Granberyense, onde o Jayme Ribeiro trabalhou muito tempo, se ela ia estrear no final de semana, terça-feira, a gente falava sobre o espetáculo, na quarta, sobre o diretor - eram trinta linhas, por assim dizer, cada artigo -, no outro, falava sobre o trabalho do Granbery, e, na sexta, sobre a peça. O resultado é que explodiram por todos os cantos grupos de teatro nas escolas. Além disso, nós escrevíamos para o leitor médio, quase que uma crônica daquele assunto¹¹.

O comentário de José Luiz Ribeiro sobre o crescimento dos grupos de teatro em Juiz de Fora, a partir do reforço do jornal, pode ser medido pelo número de companhias amadoras em atuação na cidade, oito anos depois, em 1974: O Grupo Divulgação, sob a direção do próprio José Luiz Ribeiro, o Grupo de Teatro Sensorial, sob a direção de Henrique Simões, o Teatro de Comédia Independente (TECI), o Grupo de Teatro Universitário (GTU), sem falar nas *troupes* organizadas nas escolas, e as companhias de balé, como a de Lucita Sarmiento e de Ana Pavlova¹². A repressão militar, bastante intensa na cidade, sede da 4ª Região Militar e

⁸ José Luiz Ribeiro vai trabalhar no DM, de 1968 a 1978, quando sai de lá para ser editor da *Folha da Mantiqueira*. Hoje, é professor da Faculdade de Comunicação da UFJF e diretor do Centro de Estudos Grupo de Teatro Divulgação.

⁹ Romance escrito por Cosette de Alencar ; a autora morreu em 1973.

¹⁰ Os trechos da fala de José Luiz Ribeiro foram retirados da entrevista realizada no dia 26 out. 2005.

¹¹ Idem.

¹² Dados colhidos no exemplar da revista *Momento*, Juiz de Fora, ano 1, n.2, nov. 1974.

de sua Auditoria, não estancaram a produção artística de Juiz de Fora. Talvez possamos realmente creditar à imprensa, apesar de seu aspecto conservador em outras editorias, como as de Política e Cidade, um fator de estímulo e desenvolvimento da cultura, numa cidade como Juiz de Fora.

O leitor do DM encontra na página cinco textos de colaboradores que resgatam para o jornal o que há de mais importante no cenário da cidade. Exemplo disso é este trecho de um artigo sobre a Galeria de Arte Celina, inaugurada, em 1965, na Galeria Pio X, e que, durante vários anos, se transformou no **pólo irradiador da cultura**, na cidade, em que

havia entusiastas das artes plásticas, apreciadores das artes cênicas e musicais, havia, enfim, pessoas para as quais se abriam os caminhos da arte. O ambiente cultural, no entanto, era disperso. Nele não se tornava possível a criação de encontros em que se debatessem e se discutissem os problemas e controvérsias da arte contemporânea, nele não se podia conhecer de perto algumas das maiores obras da arte de nossos dias. Nós queremos dizer que, com essa ausência de diálogo, vocações literárias e artísticas se vissem prejudicadas, pois, segundo Henry Miller, o controvertido autor de “Trópico de Câncer”, “um artista está sempre só – se é artista”. O que faltava a Juiz de Fora era um lugar no qual, não só os intelectuais, mas também o público tivesse um contato direto com a obra de Picasso, Chagall, Portinari, Eisenstein, Bergman, Godard, Gláuber Rocha, Cocteau, Brecht, João Cabral de Melo Neto. E esse foi o objetivo a que se propôs a Galeria de Arte Celina, desde o dia em que se tornou um fato objetivo e concreto.

De janeiro de 66 a fevereiro de 68, a Galeria realizou promoções as mais variadas nos setores da arte e cultura. Mostrou exposições individuais e coletivas de nomes famosos, nacionais e internacionais, nas artes plásticas; promoveu cursos de arte (de Barroco, de Mobiliário e Estilos), um curso de cinema com nomes de destaque da crítica de arte e cinema nacionais. Mas a Galeria não parou por aí. Ainda, em seu movimento de divulgação da cultura, coube-lhe trazer a Juiz de Fora representações teatrais, apresentações musicais, conferências, lançamentos de livros, festivais de cinema francês, americano, brasileiro e diversas sessões de filmes e documentários ilustrativos de arte¹³.

A direção do *Diário Mercantil* em Juiz de Fora tinha toda a autonomia para tomar decisões quanto ao noticiário local, mas, quanto às páginas de política nacional, por exemplo, havia uma orientação para toda a rede de veículos dos Diários Associados. Não se sabe ao certo a circulação do jornal na cidade, neste período, mas sua comercialização era feita pelo sistema de assinaturas, enquanto o outro impresso do grupo, o *Diário da Tarde*, vespertino, mais popular, privilegiando a cobertura de esporte e polícia, tinha venda avulsa, especialmente através dos Pequenos Jornaleiros, que anunciavam o DT no centro e nas portas das fábricas. Ao contrário, o DM era o jornal da elite, vendido principalmente pelo sistema de

¹³ ARAÚJO, Wagner Correa de. Galeria de Arte Celina. Juiz de Fora: *Diário Mercantil*, ano LVII, n. 16.434, p.5, 21 fev. 1968.

assinaturas: “era como se fosse um arauto, lançava a coisa e a cidade, naturalmente, apreendia aquilo; o curioso é que ele repercutia muito mais do que vendia”¹⁴. Wilson Cid, que trabalhou no jornal, de 1962 a 1983, gosta de lembrar que, apesar de ser conservador, o DM muitas vezes feria interesses maiores, colocando-se em campo oposto ao interesse das grandes empresas da região, como a Cia. Mineira de Eletricidade, a Telefônica de Juiz de Fora e a empresa de bonde. No caso de todas as três empresas privadas, pertencentes ao mesmo grupo empresarial, da família Assis, o DM sempre criticou a gestão particular e incentivou que essas companhias passassem ao poder público, o que acabou acontecendo, em datas diferentes, com todas as três.

Mesmo considerado como veículo conservador, Wilson Cid vê no DM uma relação intensa com tudo o que havia na cidade.

Aquele calor que tinha o DM, aquela participação intensa em tudo da cidade, porque você não podia conceber Juiz de Fora e suas coisas sem a presença do DM. Em tudo o DM estava presente, numa campanha de solidariedade em 1940, com a grande enchente que mobilizou a cidade inteira, toda a cidade atrás do jornal para fazer as coisas que tinha que fazer; depois, na década de 70, quando o jornal decidiu lutar pela criação de uma representação política em Juiz de Fora, que não tinha, a cidade inteira acompanhou o jornal e isso sobretudo com grande emoção e com péssimo salário¹⁵.

O fotógrafo Jorge Couri gosta sempre de lembrar das coberturas completas de todos os eventos que aconteciam em Juiz de Fora, em especial, o Carnaval. Além disso, ele acredita que o trabalho realizado junto aos bairros¹⁶, para ouvir as demandas da população e encaminhá-las aos órgãos responsáveis, fazia muita diferença. O DM, segundo Couri, era um “jornal que tinha utilidade pública mesmo”, sustentado por pequenos anúncios, e com a preocupação de ouvir todos aqueles que estavam envolvidos numa determinada questão. Até no esporte, havia parceria do DM com a comunidade, especialmente no esporte amador.

¹⁴ Os trechos da fala de Wilson Cid foram retirados da entrevista realizada em 23 mar. 2005.

¹⁵ Este trecho da fala de Wilson Cid foi retirado da entrevista realizada por Márcia Regina Gonçalves Andreola e consta dos Anexos da sua monografia *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*, UFJF, 2. sem. 1995.

¹⁶ A cobertura dos bairros era mais evidente no outro veículo dos Associados, o jornal *Diário da Tarde*. Normalmente, às segundas-feiras, era publicada a coluna “A Voz do Bairro”, no DT, que era uma cópia do programa de mesmo nome, veiculado na rádio Sociedade. Segundo o fotógrafo Jorge Couri, “na PRB-3, nós tínhamos um programa chamado ‘A voz do Bairro’, que começava às nove horas e ia até às cinco horas da tarde, num bairro da cidade, que era anunciado antes, para se saber as reivindicações. Não tinha associação de bairro, você parava num certo ponto, num barzinho, num armazém, formava-se uma mesa ali e os moradores iam solicitando alguma coisa. Reclamavam do problema da rua, do buraco, e o jornal fazia também a reportagem fotográfica, de redação”. (Os trechos do depoimento de Jorge Couri foram retirados da entrevista que faz parte

“Tínhamos um torneio chamado Arizona que tinha 120 equipes. Um torneio que durava seis, sete meses e que movimentava a cidade. Era esse compromisso que a gente tinha”¹⁷. Jorge Couri gosta de lembrar também da promoção *Destaques do Ano*, festa anual realizada pelo colunista Décio Cataldi, e que premiava os destaques em diversas áreas. Segundo ele, havia a cobertura do jornal, mas não havia o interesse de beneficiar esta ou aquela personalidade. “Hoje, quando se faz evento em jornal é para arrecadar dinheiro com publicidade”¹⁸. Já o jornalista Renato Henrique Dias¹⁹ vê de forma mais crítica o apoio do *Diário Mercantil* às questões da cidade. Ele defende que as campanhas realizadas pelo jornal não passavam de uma estratégia muito comum aos veículos dos Diários Associados e argumenta que não via no jornal preocupação com a comunidade. Na opinião de Dias, o DM não exerceu o papel transformador, que seria esperado de um grande jornal. Mesmo assim, vale dizer, entre todos os depoimentos que lemos ou as entrevistas que realizamos, apenas esta fala foi mais crítica em relação ao *Diário Mercantil*, no tocante à relação dele com a população da cidade:

[...] a preocupação com a comunidade era muito pouca. O DT [*Diário da Tarde*] tinha uma aproximação maior, era um jornal de linha popular, quando eu falo em comunidade, eu falo o povo em si, a massa, não essa elite, “pseudo elite” da cidade para a qual o DM era voltado, um jornal que tinha a preocupação em ser mais elitista, em contraposição ao próprio DT, ele [o DM] tinha essa preocupação, mas, na minha opinião, acabava não atingindo nem um grupo, nem outro. [...]
O DM simplesmente acompanhou, foi reflexo dessa sociedade, não procurou desempenhar uma certa participação nessas mudanças, não ser uma simples testemunha disso, mudar realmente a história.
O grande pecado que eu vejo foi esse. O DM não mudou a história da cidade, não influenciou na história de Juiz de Fora. Pode ter influenciado numa coisa aqui, numa outra coisinha ali... mas na grande estrutura social, na grande estrutura da história, ele não teve nenhuma interferência. Essa é uma opinião minha como jornalista, como comunicador e como cidadão²⁰.

Uma coisa parece certa. A maneira de descrever, **narrar a cidade**, adotada pelo caderno principal do *Diário Mercantil* estava sintonizada com a **forma pela qual as elites e o**

dos Anexos da monografia de Márcia Regina Gonçalves Andreola, *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*, UFJF, 2 sem. 1995).

¹⁷ Os trechos do depoimento de Jorge Couri foram retirados da entrevista que faz parte dos Anexos da monografia de Márcia Regina Gonçalves Andreola, *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*, UFJF, 2 sem. 1995.

¹⁸ Os trechos do depoimento de Jorge Couri foram retirados da entrevista realizada em 24 out. 2005.

¹⁹ Renato Henrique Dias trabalhou no *Diário Mercantil*, entre 1976 e 1981, tendo, depois, exercido a profissão nos jornais *Tribuna de Minas* e *Panorama*, em Juiz de Fora..

²⁰ O trecho do depoimento de Renato Henrique Dias foi retirado dos Anexos da monografia de Márcia Regina Gonçalves Andreola, *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*, UFJF, 2.sem.1995.

poder político idealizavam a cidade. Exemplo disso pode ser visto nesta matéria que relata a última viagem do bonde, publicada na primeira página da edição de 12 de abril de 1969.

Foi uma autêntica festa popular o último dia dos bondes em Juiz de Fora. Houve de tudo: lágrimas, samba, carnaval e até os depredadores e moleques. De qualquer forma, o povo consagrou aquele que foi seu primeiro tipo de transporte e o mais querido. Escolas de samba, blocos e uma massa humana se comprimiam nas ruas de São Mateus para receber os bondes e levá-los até o abrigo, onde foram recolhidos para dar lugar ao **progresso** [destaque nosso]. Ônibus novos, ontem cedo, cobriam a linha São Mateus-Cidade, satisfazendo plenamente os usuários ²¹.

De certa forma, Wilson Cid relembra que a tendência política do *Diário Mercantil* era de direita e que o jornal dava amplo espaço para as **matérias de interesse da ditadura militar**. Exemplo disso é o título ufanista da manchete principal da primeira página do dia primeiro de janeiro de 69: “Presidente diz à Nação que AI-5 salvou programa de governo e até a democracia”, em que se omitem, por exemplo, referências às centenas de prisões realizadas desde então, entre elas, as de JK, Lacerda, Caetano Veloso e Gilberto Gil, além da censura imposta aos veículos de comunicação. O jornalista relembra que isso acontecia até mesmo porque as pessoas que tinham expressão administrativa no jornal eram vinculadas aos setores militares, partidos e entidades de direita.

Quando veio a censura, inicialmente, ela foi branda entre nós, porque já tínhamos, em função das normas administrativas do jornal, quase uma auto-censura. Mas ainda assim ... A polícia federal entrava na redação e te mostrava o telegrama com o seguinte: “Por ordem do senhor ministro da justiça é proibida a divulgação de qualquer discurso ...” Aí, você lia, e eles levavam o telegrama de volta. Você tinha que ler, tomar conhecimento, para ficar responsável, e eles levavam embora. Houve censura, houve casos de violência. O comandante da Quarta Região Militar rasgou a carteira de jornalista do Pedro Paulo [Pedro Paulo Taucci] na cara dele. Nós fomos chamados lá, algumas vezes, também, para aquelas questões de indagar isso, se conhecia fulano, por que que escreveu isso... Mas isso foi relativamente ameno por causa dos Associados, da posição de direita, do fato de ter sido um jornal contra o governo João Goulart²².

Durante o período da ditadura, até o trabalho corriqueiro dos fotógrafos ficou comprometido. Apesar das facilidades técnicas que garantiam maior mobilidade e mais

²¹ O BONDE do povo. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, n. 16.781, p.1, 12 abr. 1969.

²² Os trechos da fala de Wilson Cid foram retirados da entrevista realizada em 23 mar. 2005.

rapidez, os profissionais eram submetidos a muitas limitações. Era praticamente impossível conseguir-se um bom flagrante, uma foto diferente. Jorge Couri lembra bem desses tempos:

Na chegada do presidente da República, Castelo Branco, quando ele veio inaugurar a universidade²³, eles estabeleceram que nós tínhamos que ficar no aeroporto, num ‘curralzinho’ que eles fizeram lá, a uma distância de quase 200 metros do avião. [...] E você não tentava sair não, porque se você saísse do lugar que eles determinavam, você era preso. Você não tinha liberdade de fotografar, de cumprimentar um prefeito... Se o Castelo Branco tomasse um tombo, se acontecesse alguma coisa diferente, você não podia fazer nada disso [...] A gente não era bem-visto, eles sempre tinham medo da gente fotografar alguma coisa errada²⁴.

Mesmo assim, em tantos anos de atividade, Jorge Couri gosta ainda de citar a independência que, segundo ele, caracterizava o *Diário Mercantil*, principalmente em relação aos anunciantes: “[...]era um jornal tão bom, que não aceitava publicidade na primeira página. Você podia pagar o que você quisesse, porque não saía nada”²⁵.

De qualquer forma, podemos reconhecer no *Diário Mercantil* o veículo da elite conservadora, aquele que ajuda a ordenar o espaço público e dá voz àqueles que representam o poder político e econômico,

fazendo as coisas que essa categoria social gosta, que é política sem agressão, uma coluna social que prestigiasse a classe A. Da sua parte, o jornal também era prestigiado pelos médicos, engenheiros, dentistas e militares. Você pega a coluna social da época e você vê esse pessoal muito presente. Uma categoria que tinha uma influência imensa era a dos funcionários do Banco do Brasil. Se você pegar as coleções do *Diário Mercantil* daquela época, você vai ver, assim, fotos, na primeira página, do gerente do Banco do Brasil, falando sobre qualquer coisa. A maior tolice, mas falando. O gerente do Banco do Brasil, quando falava, nossa Senhora²⁶!

Para José Luiz Ribeiro, o jornal funcionava como um elemento de **ordenação do espaço público**. “O jornal formava opinião, a Universidade era respeitada, a 4ª Região Militar era um poder, o bispo era reverenciado”²⁷. Ribeiro fala de um “respeito” pela cidade, que criava espaços “sacralizados”: a Casa d’Italia, o Círculo Militar, “que era um lugar

²³ O ex-presidente Castelo Branco esteve em Juiz de Fora em 1966, para inaugurar o prédio da Reitoria da UFJF.

²⁴ Os trechos do depoimento de Jorge Couri foram retirados da entrevista realizada no dia 24 out. 2005.

²⁵ Os trechos do depoimento de Jorge Couri foram retirados da entrevista que consta do anexo da monografia de Márcia Regina Gonçalves Andreola, *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*, UFJF, 2. sem. 1995.

²⁶ Os trechos da fala de Wilson Cid foram retirados da entrevista realizada em 23 mar.2005.

²⁷ Os trechos da fala de José Luiz Ribeiro foram retirados da entrevista realizada em 26 out. 2005.

chique, porque os bailes eram chiques”, a capela do colégio Stella Matutina, “onde era celebrada a missa freqüentada pelo pessoal da JUC [Juventude Universitária Católica], entre outros²⁸. Certamente, o jornal passava uma imagem da cidade ordenada, em que **nenhuma voz dissonante era ouvida**, e em que os poderes instituídos eram respeitados.

A saúde econômica do *Diário Mercantil* também impressiona, neste período. Se o jornal funcionava como porta-voz da elite, por outro lado, essa elite financiava o jornal, o que possibilitava, por exemplo, a publicação de uma edição especial de Natal, com 24, 28 páginas. “Nem toda a elite comprava o jornal, mas as empresas faziam questão de mandar uma mensagem: era quase que uma obrigação das empresas desejar Boas Festas, etc. Hoje, não se faz mais isso”²⁹.

As edições especiais envolviam a redação num clima de trabalho sem fim. José Luiz Ribeiro lembra bem das “noites viradas” para dar conta do fechamento do jornal, que só terminava com o dia já claro. “A gente tinha paixão, a gente achava que o jornalista devia servir à comunidade”³⁰. Além disso, havia um espírito muito forte de equipe, que vigorava entre os funcionários. José Luiz Ribeiro é um dos empregados que faz parte de uma nova geração do *Diário Mercantil*, saída dos bancos da Universidade. Até o início dos anos 60, os jornalistas que trabalhavam no jornal não tinham formação específica, a maioria era autodidata. “Ganhava-se pouco, por linha. Eu, por exemplo, quando comecei, ganhava dois centavos por linha publicada e fazia isso por paixão”³¹. Wilson Cid reconhece a importância da profissionalização, que ocorreu com a criação do curso de Jornalismo, na Faculdade de Filosofia e Letras (Fafile), mas não deixa de se lembrar, com uma ponta de nostalgia, da época em que o jornal era feito por intelectuais, “gente que lia muito”. Irvén Cavalieri³², por sua vez, não caracteriza o período como uma época romântica. No ponto de vista dele, antes da profissionalização, teve mais boemia do que romantismo: “[...] você tinha a mentalidade de que o jornalista, o verdadeiro jornalista, era aquele cara que depois da redação saía para

²⁸ Os trechos da fala de José Luiz Ribeiro foram retirados da entrevista realizada em 26 out. 2005.

²⁹ Os trechos da fala de Wilson Cid foram retirados da entrevista realizada em 23 mar.2005.

³⁰ Os trechos da fala de José Luiz Ribeiro foram retirados de entrevista realizada em 26 out. 2005.

³¹ Este trecho da fala de Wilson Cid foi retirado de depoimento concedido a Márcia Regina Gonçalves Andreola e faz parte dos Anexos da monografia *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*, UFJF, 2 sem. 1995.

³² Irvén Cavalieri trabalhou no *Diário Mercantil*, de 1960 até o fechamento, em 1983. Exerceu, depois, o jornalismo em alguns outros periódicos, foi professor da UFJF e também seu primeiro assessor de comunicação social.

beber”. Irven continua: “O jornalista bebia demais. Os grandes jornalistas do Rio de Janeiro eram todos doentes. Saíam, bebiam, iam para a zona, faziam as farras deles”³³.

Durante as décadas de 60 e 70, antes da introdução do sofisticado sistema de impressão em *offset*³⁴, o relacionamento das pessoas dentro do jornal também era outro, para alguns, certamente, mais amador, para outros, mais **romântico**. De qualquer forma, a tecnologia separou, por exemplo, a relação até então mais íntima que existia entre os jornalistas e os gráficos.

Nessa época do jornal feito em sistema convencional o que acontecia era o seguinte: tinha-se também um relacionamento mais estreito com o pessoal da oficina, hoje, já é uma coisa mais distante, o jornalista não se mete mais com o pessoal da oficina, os gráficos. Cada um no seu canto. O *offset* setorizou muito as pessoas. Naquela época era uma coisa mais envolvente, mais confortável, a gente ria mais, como também bebia mais.

Era aquele negócio de parar de noite, às duas horas – parava o jornal todo, às duas horas, para poder ir comer, ir para o Raffa’s, e para comer angu à baiana no botequim, essas coisas assim. Isso dava um clima muito amistoso, de muita camaradagem. Depois, eu digo o seguinte: a gente tinha menos compromisso, por exemplo, com o *dead line*³⁵. Hoje, nós, sob certo aspecto, estamos muito parecidos com a televisão, as coisas muito em cima da hora, porque tem um processo industrial para cumprir. Você tem que fechar o jornal às dez horas, porque às onze horas tem que estar assim, à meia-noite, tem que estar na rodoviária, senão perde o ônibus e aí não chega no lugar tal. Você é muito dependente de horário. Sob esse aspecto, a gente fazia o jornal mais romanticamente, naquela época: “Ah, vamos fechando aí, ...duas horas?!”. O pessoal ficava sentado na oficina, esperando você fechar o jornal, às duas horas da manhã. Resolvia-se mudar tudo porque teve um furo na Câmara, à meia-noite? Mudava-se! O pessoal achava ótimo. Hoje, você não vê mais esta liberdade e não pode ter, não é? As coisas têm que andar³⁶.

As redações tinham características diferentes daquelas que conhecemos hoje, extremamente **assépticas**. As coisas eram mais **desordenadas**, mais ditadas pelo imprevisto. De acordo com a jornalista Cida Andreola³⁷, que trabalhou no DM de 1971 a 1980, “uma

³³ Este trecho da fala de Irven Cavalieri foi retirado do depoimento dado a Márcia Regina Gonçalves Andreola e faz parte dos Anexos da monografia *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*, UFJF, 2. sem. 1995.

³⁴ *Offset* ou ofsete é o método de impressão litográfica indireta em que a imagem ou os caracteres, gravados por processo fotoquímico numa folha de metal flexível, geralmente zinco ou alumínio, são transferidos para o papel por intermédio de um cilindro de borracha (FERREIRA, 1975, p. 993).

³⁵ No jargão jornalístico, *deadline* é o prazo máximo para o “fechamento” do jornal, isto é, o prazo final para a página ser montada e seguir para a gráfica.

³⁶ Este trecho da fala de Wilson Cid foi retirado do depoimento dado a Márcia Regina Gonçalves Andreola e faz parte dos Anexos da monografia *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*, UFJF, 2. sem. 1995.

³⁷ Cida Andreola ingressou, em 1981, no jornal *Tribuna de Minas*, em Juiz de Fora, indo, depois, trabalhar na *Folha do Estado*, em Cuiabá – MT.

redação antiga era uma redação barulhenta, sentia-se [sic] barulho de máquina de escrever, você sentia [sic] o grito das pessoas, hoje, na era do computador, todo mundo tem que ficar quietinho, está dentro do ar condicionado...você não pode fumar, entendeu”³⁸?

O editor-geral Irvan Cavalieri considerava o *Diário Mercantil* como uma “grande família”, a “segunda casa dele”, o que certamente também pode ser visto como uma visão paternalista das relações patrão/empregado:

Você via esse espírito de família que nós tínhamos nas festas de Natal que o seu Renato [diretor do jornal] promovia. A família dos Diários Associados, constituído do DM, do Diário da Tarde e da B-3 enchia o ginásio coberto “Francisco Caputo”, do Sport [clube de Juiz de Fora]. Lotávamos aquilo. Fazíamos uma festa ali em que havia uma farta distribuição de brindes e presentes para a garotada. Ia a família inteira do funcionário³⁹.

Volta e meia, o *Diário Mercantil* publicava um caderno especial. Wilson Cid lembra-se de um deles, que foi um verdadeiro cadastro do parque industrial da cidade:

Todas as grandes indústrias de Juiz de Fora participaram, tudo em cor, tudo impresso no Rio de Janeiro. Era um cadastro de cada empresa, quer dizer, nome da firma, capital, acionistas, endereço, linha de produção, e a matéria sobre a empresa. Isso aí me parece que foram 108 páginas. Com esse Caderno, eu dei a entrada para o meu apartamento, você vê o volume que a coisa tinha, porque também era o *Diário Mercantil* fazendo um cadastro das grandes empresas...⁴⁰

Cid gosta de lembrar que, nas décadas de 60/70, a maior parte das empresas de Juiz de Fora tinham origem na cidade e eram dirigidas por pessoas do lugar, havendo então um “espírito de comunidade”, isto é, as empresas se sentiam com responsabilidade em relação às coisas da cidade, hoje, segundo ele, não existe mais este vínculo. Esta é uma opinião compartilhada por todos os entrevistados, que acreditam que, nos anos 60/70, a imprensa realmente valorizava as pautas locais.

O DM, na onda **desenvolvimentista** da década de 70, encampou a luta de Juiz de Fora para atrair novas indústrias, o que era considerado como a “redenção econômica” da cidade.

³⁸ Os trechos da fala de Cida Andreola foram retirados da entrevista que faz parte dos Anexos da monografia de Márcia Regina Gonçalves Andreola, *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*, UFJF, 2. sem. 1995.

³⁹ Os trechos da fala de Irvan Cavalieri foram retirados da entrevista que faz parte dos Anexos da monografia de Márcia Regina Gonçalves Andreola, *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*, UFJF, 2. sem. 1995.

⁴⁰ Os trechos das falas de Wilson Cid foram retirados da entrevista realizada em 23 mar. 2005.

O jornal, respeitando uma tradição de décadas, sempre **foi apologista da cidade industrial**. Nas matérias que tratam desses assuntos é sempre enfatizado o lado colossal, grandioso dos empreendimentos, repetido em inúmeras matérias, que atravessaram a década, criando uma expectativa, que nem sempre chegou a ser preenchida. O exemplo mais comum, na época, é o processo de implantação da Siderúrgica Mendes Júnior, que começa em 1971, no governo do prefeito Agostinho Pestana, que foi quem comprou os 7, 5 milhões de metros quadrados de área, no distrito de Dias Tavares, doados em maio de 1972 ao grupo Mendes Júnior. A instalação de indústrias de grande porte era normalmente super dimensionada, além do que eram superdimensionados os incentivos fiscais concedidos para atrair os investimentos que, assim, demoraram muitos anos para reverter receita para os municípios.

Representando um investimento total de 1 bilhão de cruzeiros e considerada como a maior empresa brasileira para produção de aços não planos, o projeto da Mendes Júnior continua sendo um dos mais importantes para o Estado e que vai se juntar a notáveis empreendimentos que ora se implantam em Minas, como as fábricas da General Motors, da Fiat, Arafertil e Poclair. [...]

A Siderúrgica, além de representar a **redenção econômica** [destaque nosso] de grande região mineira e uma promessa de industrialização mais rápida para Juiz de Fora, através das indústrias subsidiárias que vão se implantar na periferia do complexo industrial, significa também dois mil empregos diretos e dez mil indiretos, numa região onde o desemprego se constitui como um dos mais graves desafios aos homens públicos⁴¹.

Na década de 70, o *Diário Mercantil* (com exceção das segundas-feiras) circula com oito páginas, e é vendido nas bancas ao preço de NCr\$ 0,20. A formatação do jornal pode ser assim descrita: p.1 – Manchetes; p.2 – Editoriais, Coluna política, *Efemérides juizforanas*; p.3 – *Extra* (coluna de variedades de Décio Cataldi), *Sociais* (coluna não assinada com datas de aniversários, casamentos, falecimentos, etc.), *Trovando* (coluna de trovas), *A Igreja em Marcha* (coluna com informações exclusivas da Igreja católica), *Só mulher* (coluna assinada pelas jornalistas Margarida e Mariléa); p.4 – Polícia e/ou Geral; p.5 – Cultura, *Contexto* (coluna com informações mais voltadas para os jovens, assinada pelo editor do jornal, Irven Cavalieri), *Canto de página* (coluna assinada por Cosette de Alencar), às vezes, alguma matéria especial da Editoria de Política; p.6 – Esporte; p.7 – Esporte; p.8 – Polícia e/ou Geral. É interessante que se observe a importância dada aos artigos de opinião e assinados, veiculados na p.5. Matérias sobre Cinema eram escritas por Antônio Augusto; Música estava

⁴¹ MENDES Júnior: a difícil implantação da siderúrgica e dos projetos industriais. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LXII, n. 17.958, p. 12, 18 e 19 mar. 1973.

a cargo de J. C. Moreira; Teatro, José Luiz ; Livros e Letras, Cosette de Alencar; Coluna Jovem, A. Parpinelli; Artes Plásticas, Jacqueline Tesnière e Wagner Corrêa de Araújo. É comum a página 5 reproduzir um conto, uma poesia ou crônica. Entre os colaboradores frequentes da página, está Paulino de Oliveira, um dos grandes cronistas do período.

Fazendo parte do conglomerado dos *Diários Associados*, o jornal juizforano exibe em suas notícias diárias uma postura totalmente pró-governamental. São comuns as manchetes de primeira página que falam de seqüestros de aviões comerciais e de representantes diplomáticos, num tom geralmente alarmista, em que os elementos da esquerda são usualmente travestidos de “inimigos do país”, bem na linha do *slogan* comum na época “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Bom exemplo sobre isto é o *lead* desta matéria da primeira página que mostra a intranqüilidade que as ações da luta armada geram nos jogadores da Seleção, em plena Campanha pelo Tri, no México:

Causou profundo impacto na Seleção as notícias chegadas ao México sobre o seqüestro do embaixador alemão. Pelé, Brito, Rivelino, Clodoaldo e outros craques lamentaram que maus brasileiros, traidores e criminosos, venham quebrar a tranqüilidade e o entusiasmo da Seleção⁴².

A posição do jornal é endossada por muitos de seus colunistas, quando o assunto é política. Basta observar este trecho da coluna diária *Canto de Página*, de Cosette de Alencar:

Não há lugar, no momento, para outra coisa que não seja a chamada “imagem do Brasil” no exterior. Consta que há uma campanha soez contra nosso País, campanha naturalmente financiada pelos que se viram prejudicados pela guinada heróica por nós dada em 1964. Vencidos aqui dentro, estes inimigos do Brasil entregam-se, agora, à vileza de uma trama contra o bom nome do País, a ponto de conseguirem preocupar as autoridades brasileiras. [...] Começando por forjar um espantoso genocídio brasileiro, nossos inimigos, tão logo viram desmoralizada esta acusação estapafúrdia, criaram tópicos novos: a tortura dos presos políticos, a perseguição ao clero católico, a ditadura violenta governando o país garroteado⁴³.

Apesar de suas posições políticas, que eram as mesmas de muitos intelectuais da cidade, Cosette de Alencar sempre foi uma jornalista e escritora respeitada, tanto pela esquerda quanto pela direita, e pode ser considerada como um marco do jornalismo diário de

⁴² TERRORISTAS deixam carta na igreja. *Diário Mercantil*, n.17.130, p.1, 13 jun. 70.

⁴³ ALENCAR, Cosette. Da imagem do país. Coluna Canto de página. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, p.4, 27 out.70.

Juiz de Fora, através de sua coluna *Canto de Página* e do *Rodapé Dominical*, veiculado aos domingos, também no *Diário Mercantil*.

Muitas das informações reproduzidas pelo jornal são compradas de agências de notícias e reforçam o imaginário popular quanto à ação da esquerda no sentido de destruir as mais tradicionais instituições do país:

Agentes da Delegacia Regional de Polícia Federal, no Ceará, efetuaram a apreensão de farta documentação subversiva, dentre a qual uma que preconiza a destruição da Igreja através da infiltração de elementos terroristas no seu seio, conforme transcrição feita do documento “Li Wei Han” do Partido Comunista Chinês, intitulado “Como destruir a Igreja católica em qualquer país do mundo”⁴⁴.

É comum que na primeira página leiam-se notícias sobre presos políticos que renegam a sua atuação na luta armada. Este é o caso do depoimento de Hans Rudolf Jakob Mans, 48 anos, suíço, do PCB, preso em novembro de 1969 e que, no dia 4 de novembro de 1970, fez para a imprensa a leitura de seu manifesto de rompimento com a subversão: “Seja a subversão orientada por Havana, Moscou ou Pequim, toda ela visa o fim de aguilhoar o povo para submetê-lo aos interesses da ditadura comunista. Pouco importa o método que aplicam: todos visam o mesmo fim”⁴⁵. As palavras do preso político são uma poderosa arma de propaganda nas mãos da ditadura militar que, no final de 1970, exacerba a perseguição inclusive aos intelectuais. O manifesto de Mans é veiculado na imprensa, na mesma semana em que são presos no Rio, acusados de subversão, Leila Diniz, Ziraldo, Paulo Francis e Luiz Carlos Maciel, entre muitos outros.

São comuns as notícias de julgamentos de presos políticos, muitos dos quais acontecidos na cidade de Juiz de Fora, nas instalações da Auditoria da Quarta Região Militar.

Teve início, hoje, na Auditoria da Quarta Região Militar, o sumário de culpa dos 18 envolvidos nas atividades subversivas da chamada “Ala Vermelha”, que, no ano passado, tiveram participação ativa na distribuição de folhetos anti-governistas em Minas Gerais⁴⁶.

Nesta mesma época, apesar do obscurantismo político, a idéia de um Brasil e de um jornal modernos contaminam a redação. A tentativa de dar um ar mais leve ao periódico e

⁴⁴ DOCUMENTO subversivo apreendido preconiza destruição da Igreja. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, n. 17.259, p.1, 12 nov. 70.

⁴⁵ “GERÔNIMO” renuncia subversão. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, n. 17.253, p.1, 5 nov. 70.

⁴⁶ HOJE, o sumário de culpa da Ala Vermelha. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, p.6, 4 dez.70.

conquistar o leitor mais jovem pode ser observada no texto de lançamento da seção “Contexto”:

Entramos no CONTEXTO. A moda é notícia miúda, curta e séria. Então, vamos de CONTEXTO. O importante é ficar inserido nêle para sempre informar e do melhor modo possível.

Aliás, a dinâmica do novo jornalismo é isto. Vocês podem ver nos maiores e nos melhores periódicos brasileiros que o assunto é CONTEXTO. Aqui desfilarão as coisas mais interessantes do dia-a-dia de uma cidade, como Juiz de Fora, com as características locais. A crítica, quando necessário, mas em linguagem de comunicação, para você entender. É uma equipe de jovens jornalistas, com mentalidade nova e que quer apresentar alguma coisa de nôvo. É uma forma nova de dirigir mensagem. De comunicar, enfim, integrando-se no CONTEXTO.

Todos os dias, então, com vocês, tanto quanto possível, esta nova página: CONTEXTO⁴⁷.

O projeto de modernização do texto, mais coloquial, objetivo, direto, é a nova preocupação no jornal nos idos de 70. Apesar de extremamente conservador em seus conteúdos, o *Diário Mercantil* introduz mudanças significativas na linguagem, principalmente nas páginas e nos suplementos de cultura. Mesmo nos anos mais duros da ditadura militar, o jornal discutiu a cultura de forma ampla e engajada. Se por um lado o diário defendia a Censura prévia, como forma de “impedir licenciosidades e atentados aos costumes”⁴⁸, por outro, era capaz de apresentar matérias sobre artistas quase malditos como Gláuber Rocha, Godard e Buñuel. A seção *Contexto* terá vida curta, somente aparecerá com este nome até meados de julho de 1970, apesar disso, as reportagens de cultura continuarão a ser publicadas com regularidade nas páginas 4 ou 5 do *Diário Mercantil*.

Na década de 70, sinal relevante da preocupação do jornal em se “modernizar” é a edição de um livreto com as *Normas de Redação* para o *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde*⁴⁹. Entre as recomendações apresentadas no manual, a maioria mostra o alinhamento editorial com o que se fazia nas grandes capitais do país. Curioso é também observar o perfil do “leitor moderno” descrito na publicação e que já não tem a menor semelhança com o tipo de leitor dos artigos e ensaios do jornal da década de 60 :

⁴⁷ CAVALIERI, Irven. Contexto. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, p.5, 6 mar. 70.

⁴⁸ DEPARTAMENTO de pesquisa. A propósito da censura prévia. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, p.5, 7 mar.70.

⁴⁹ Tivemos acesso às *Normas de Redação* do DM e do DT(agosto/1971, 15 p.), através de uma cópia que consta dos Anexos da monografia de Márcia Regina Gonçalves Andreola – *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*.

Ao redigir para jornal, leve em conta as **características do leitor moderno** [destaque nosso]:

- a) em geral, lê apressadamente, em meio a solicitações diversas ou cercado de distrações, especialmente a TV;
- b) na maioria da vezes, o tempo que dedica à leitura é tomado ao tempo que deveria ocupar em outras atividades;
- c) ele é produto da educação em massa, e
- d) em número crescente, é cada vez mais informado e sofisticado⁵⁰.

Diante deste novo leitor, a postura do jornalista não será mais a de induzir à **reflexão**, mas à **sedução**, portanto: “impõe-se despertar interesse e sustentá-lo de forma que não arrefeça”, para tanto, “o estilo deve ser fluente e acessível”, e “o texto deve ser lógico e ponderado, sem nenhuma incoerência nem contradição”. “Não se esqueça o repórter de que ele não é um **pensador** [destaque deles] nem um crítico; no máximo, é um veículo inteligente do pensamento e da crítica”⁵¹:

Chame de mulher do sr. Fulano a mulher do sr. Fulano e não de esposa. Mãe é mãe e não genitora. Avó é avó e não progenitora. Quem volta não regressa. Doença não é enfermidade. Hospital não é nosocômio. Abraço não é amplexo. Deitado de costas não é decúbito dorsal. Deitado de frente não é decúbito ventral. Dar parabéns não é parabenizar. História não é estória. Por outro lado, nunca. Via de regra, nunca⁵².

Outra característica marcante do DM, nos anos 70, é a ênfase nas matérias locais, e bom exemplo disso é o fato de serem encontradas muitas matérias de esporte, que privilegiavam as equipes da cidade, quase todas amadoras. A cobertura da rivalidade entre os times de vôlei dos clubes da cidade é típica desse período, como também as matérias de grandes eventos estudantis como as Olimpíadas Universitárias. É curioso observar-se como, hoje, os editores de página dos jornais locais reclamam que há uma cobrança intensa por parte dos leitores para a cobertura dos eventos esportivos nacionais ou das grandes capitais, quando, em 1970, mesmo o Tri-Campeonato Mundial de Futebol foi manchete em apenas algumas edições do *Diário Mercantil*, isto é, o **noticiário local**, na cobertura esportiva, tinha ampla predominância sobre as **notícias nacionais e internacionais**.

⁵⁰ *Normas de Redação* do DM e do DT (agosto/1971).

⁵¹ *Normas de Redação* do DM e do DT (agosto/1971), p. 3.

⁵² *Normas de Redação* do DM e do DT (agosto/1971), p. 14.

Em meados da década de setenta, as **matérias de comportamento**, mais ligadas à moda, dia-a-dia, decoração, saúde e beleza, além da cobertura de eventos, passam a ter maior presença no DM, diminuindo o espaço para a crítica, mesmo assim, a produção cultural da cidade sempre ocupou um espaço nobre no jornal.

Na editoria de Política, apesar da Censura prévia, o velho *Diário Mercantil* destinava um espaço importante para a cobertura local e também das questões estaduais e nacionais. Neste caso, o jornal se afinava com a linha dura da ditadura militar, mas se equilibrava para garantir espaço para o prefeito de oposição, Itamar Franco, do MDB. O jornal era um **porta-voz das elites regionais**, que exigiam do governo central mais compromisso com o desenvolvimento do Sudeste Mineiro, numa perspectiva de grandes obras e urbanização. Apesar de documentar, por exemplo, a destruição do patrimônio histórico, o *Diário Mercantil* se rendeu aqui ao discurso do poder central, colaborando para sedimentar uma visão de mundo desvinculada da memória e do passado e comprometida apenas com o futuro do “Brasil Grande”.

Mesmo com o alinhamento político e dependendo da receita publicitária, o DM nos parece ter sido um veículo mais caracterizado por uma postura **ideológica**, em comparação aos veículos atuais, mais comprometidos com a questão **mercadológica**. Neste sentido, é sintomática a presença de articulistas, cronistas, poetas e contistas nas páginas do jornal, que fez da cultura espaço de resistência e polêmica.

Apesar das dificuldades técnicas de se fazer jornal nos anos 70, é notável o esforço do *Diário Mercantil* em produzir material de qualidade. O jornal sempre saía aos domingos com o *Suplemento de Automóveis* e tinha por hábito lançar cadernos especiais em datas consideradas de importância, como o aniversário da cidade. O *Suplemento de Natal* é outro bom exemplo. Apesar da maioria de matérias mais sisudas e tradicionais, o *Suplemento* abria espaço para crônicas de Raquel de Queirós, Carlos Heitor Cony e Manuel Bandeira.

De acordo com Márcia Regina Gonçalves Andreola (1995,p.18), depois da morte de Chateaubriand, em 1968, as más administrações do Condomínio, criado em 1959, concorrem para abalar a saúde financeira dos jornais, revistas, rádios e emissoras de TV do Grupo. A crise que começa nesta época, vai explodir em meados dos anos 70, quando Renato Dias Filho se aposenta, em Juiz de Fora, depois de dirigir a empresa local por 41 anos.

A partir de 1973, o jornal vai ser administrado por pessoas ligadas ao Condomínio dos Diários Associados, vindas de Belo Horizonte. Elas chegam para reformular o impresso, mas tudo indica que é o começo do fim. Andreola (*ibid.*, p. 18) lembra que o pessoal da capital não era bem vistos pelos colegas e que chegaram a ganhar o apelido do “estrangeiros”. José

Luiz Ribeiro não tem dúvidas de que a decadência do DM está ligada à corrupção envolvendo este grupo: “Eu acho que o tal do caixa 2, etc. e tal, aconteceu. Quem pôde, roubou o que podia”⁵³.

Mas a crise final virá apenas na década de 80:

Em 1981 chegam às oficinas do Diário Mercantil, por decisão da direção de Belo Horizonte, as modernas máquinas de *off set* que prometem revolucionar o modo de fazer jornalismo na cidade. Num desfile em caminhão aberto pelas ruas de Juiz de Fora, as máquinas eram “apresentadas” com faixas que diziam “Progresso no Diário Mercantil” e anunciavam um novo tempo. Alguns já previam que ali estava o seu fim: no dia da chegada das máquinas, os jornalistas do DM acompanhavam o desfile pelas janelas da nova redação na Av. Rio Branco. Num papo animado com o jornalista Ismair Zagueto, entusiasmado com a novidade, Cida Andreola anunciava que aquele talvez fosse o ponto de partida para o fim do jornal (ANDREOLA, 1995, p. 20).

Para mudar o seu parque gráfico, o *Diário Mercantil* contraiu empréstimos bancários, o maior deles junto ao Banco do Estado de São Paulo. “Nessa época os empréstimos eram feitos com base no dólar, no câmbio do dia. Isso representou um ônus financeiro de 6,5% a 7% para o jornal. Todo mês a dívida do *Diário Mercantil* encarecia 7%” (*ibid.*, p. 22). O golpe final não demoraria muito. No dia 29 de novembro de 1983, para a surpresa de toda a redação, a primeira página do DM estampou o comunicado sobre o fechamento do periódico⁵³. Algum tempo depois, a pedido do jornalista Dormevilly Nóbrega, o então editor geral do jornal Wilson Cid, escreveu esta carta depoimento, que, pela sua importância documental, no contexto desta pesquisa, reproduzimos **na íntegra**:

Naquele dia fatal, as coisas começaram normalmente. Fechou-se o primeiro caderno ainda de manhã. Às 14 horas, o pessoal de reportagem estava em ação. Por volta das 15 horas, quando subiu a grade de publicidade, incluiu-se um espaço de três

⁵³ Quando foi fechado, no dia 29 de novembro de 1983, numa atitude que surpreendeu a todos, o *Diário Mercantil* tinha 184 funcionários, entre jornalistas, gráficos, pessoal da administração, circulação e distribuição (ANDREOLA, 1995, p. 22). Naquela data, o DM tinha 72 anos e o DT, 42. Do Império dos Associados, só sobrevivem, hoje, o *Correio Braziliense*, o *Jornal do Commercio*, o *Diário de Pernambuco* e o *Estado de Minas*. Um pouco antes do fechamento do DM, em 1981, foi lançado, em Juiz de Fora, o jornal *Tribuna de Minas*, para onde migraram muitos dos jornalistas do *Diário Mercantil*, Nelma Fróes, Renato Dias, Cida Andreola e Eloísio Furtado, entre outros. Os dois impressos tiveram 22 meses de concorrência, quando um tentava furar o outro. (ANDREOLA, 1995, p. 21). Em 1994, foi fundado, na cidade, outro jornal diário, o *Diário Regional*. Em 30 de novembro de 2003, começou a circular o jornal *Panorama*. Atualmente, Juiz de Fora tem três jornais diários.

colunas por 10 centímetros, na primeira página, determinado pela Direção, em Belo Horizonte. Não se sabia do que se tratava. Mas essas reservas eram comuns.

O trabalho prosseguia normal. Às 19 horas e 30 minutos, sem que ninguém esperasse, o Diretor Geral, Camilo Teixeira da Costa, chegou à redação e, num rápido discurso, antecedido da convocação de todos os funcionários então presentes, comunicou que o *Diário Mercantil* não dispunha mais de estrutura financeira para manter-se. O tal espaço da primeira página que estava reservado era para dizer isso à cidade e anunciar o fechamento do jornal, que havia chegado gloriosamente aos 70 anos.

O impacto foi aquela coisa. Ao breve discurso seguiu-se um silêncio total, só interrompido depois por indagações sobre a decisão dos Associados e sua gravidade. Irreversível. O Doutor Camilo acabou de falar e quis logo retornar a Belo Horizonte. Dizia que só veio a Juiz de Fora, o que raramente fazia, porque se sentia na obrigação de oferecer pessoalmente aquela explicação.

O comunicado já ia ser paginado. Não houve, portanto, tempo para se esboçar qualquer reação. Os poderes públicos municipais não se pronunciaram, a não ser horas depois, para lamentar o fato.

Olhei para os lados e vi que as pessoas procuravam uma cadeira para absorver o choque. As mulheres, já então quase maioria na Redação, foram as primeiras a chorar. Eu, Editor Geral e secretário da S/A Diário Mercantil, onde havia substituído Décio Cataldi, estava com uma gastrite impertinente. Não consegui chorar, mas a dor estomacal foi terrível. Mas nem por isso eu, Jorge Couri e José Renato Batista Pereira deixamos de ocupar a mesa de um bar qualquer da rua de Santo Antônio (parece que se chamava 333, na esquina de Floriano) e convocamos o Campari a chorar com a gente.

Aquele clima de limpeza de gavetas, a incerteza do futuro, o não saber o que estava ainda por acontecer, a falta de explicações melhores, a convivência e a camaradagem interrompidas, os novatos já recebendo aquela bordoadada no início da carreira – tudo isso compunha um quadro dramático. Sem faltar o constrangimento do zelo da empresa em saber o que havia na Redação, para impedir que alguma coisa escapasse de seu patrimônio... Isso ocorreu principalmente com o arquivo fotográfico; mas um cuidado inútil, porque aquele arquivo só tinha imenso valor nas mãos de Jorge Couri. Sem ele, nada valia, como ainda hoje não vale.

A Redação, Deus nos perdoe, era uma câmara mortuária sem defunto. O quadro mais patético era ver o Couri olhando seus arquivos de negativos fotográficos, 70 anos de vida da cidade e 40 anos de sua própria vida. O Onofre Affonso, revisor, mergulhado naquela patética fatalidade do seu Espiritismo, reagiu com um gesto que o caracterizava: cortou alguns pedaços de fumo e enrolou o cigarro de palha.

Eu recolhi, e ainda os tenho em minha gaveta, os últimos originais do *Mercantil*, que o Onofre religiosamente embutia em um pacote feito de papel pautado. Recolhi também o clichê do expediente. Guardei o primeiro exemplar que nas primeiras horas da madrugada seguinte saiu da impressora, e pedi que os últimos atores daquela história deixassem nele a sua assinatura.

Nesse clima de velório só um pouco mais tarde é que fomos dar conta de que também estava morrendo o velho e corajoso *Diário da Tarde*. A tristeza, então, aumentou.

Tínhamos saído de tempos difíceis. Realmente difíceis. Os salários atrasavam, os custos financeiros subindo, porque os novos equipamentos foram comprados na cotação do dólar americano. O Banco do Estado de São Paulo, financiador e dono das hipotecas, ameaçava diariamente com o arrestamento. O pessoal da Redação promoveu greves momentâneas. Eu, sem me convencer plenamente, mas cumprindo minha tarefa de Editor Geral, lembrava aos companheiros que estávamos em uma crise e o pior ainda podia acontecer: Maldita premonição!

De maneira que, quando o *Mercantil* fechou definitivamente suas páginas e a imprensa empobreceu em Juiz de Fora, cada um de nós se sentiu mutilado.

Quanto a mim, depois de apagar as luzes da Redação, desejei fazer apenas o que o Ricardo Martins de Souza, nosso Secretário, já fazia desde o momento em que recebemos a grave notícia: saí pelas ruas, sozinho, e fiquei caminhando até o amanhecer, acompanhado não apenas de tristeza, mas também daquele sentimento horrível do nada por fazer.

No dia seguinte, ainda voltei para ver o que havia sobrado do rescaldo moral. Encontrei o Mário Helênio e os funcionários da Administração. Nada mais havia para se fazer.

Tenho dito aos mais jovens jornalistas que me procuram para ouvir uma testemunha daquele naufrágio – e o digo agora a você – que **assistir ao fechamento de um jornal é a coisa que não seria capaz de desejar ao pior inimigo** [destaque nosso]. É realmente muito ruim. É um vazio que entra na gente e que não podíamos imaginar que coubesse dentro de cada um.

Digo, ainda, que legado foi a oportunidade de conhecer homens e mulheres admiráveis. Tanto na alegria como na tristeza e no fracasso final. Cito, como exemplo, dessa geração heróica, o Jorge Couri. Ele, talvez mais que qualquer um de nós, viveu aquela dor, da qual nunca mais se libertou⁵⁴.

4.2 O SUPLEMENTO *ARTE E LITERATURA*: A CIDADE DAS LETRAS

O suplemento *Arte e Literatura* representou, durante cerca de quarenta anos, um espaço de liberdade dentro das páginas sisudas do *Diário Mercantil*. Ali, conviveram lado a lado a erudição dos críticos e o lirismo dos poetas, os intelectuais respeitados e os estudantes irreverentes, o conservadorismo das trovas e a ousadia das paródias, os “marginais” e os “oficiais”. Possivelmente, foi o espaço do jornal em que a cidade se revelou mais em suas **contradições**. O suplemento foi a **brecha** na lógica das narrativas sobre Juiz de Fora, espaço nobre, duramente conquistado, por aqueles que acreditavam numa missão maior para a jornalismo da cidade, qual seja, a da transformação social.

4.2.1 Os “meninos” do Guima

Definitivamente, não se pode falar do suplemento *Arte e Literatura*, sem se fazer referência ao seu “idealizador”, João Guimarães Vieira, o Guima, artista plástico, jornalista, intelectual e servidor público, como tantos outros de sua geração. Nascido na cidade de São Sebastião do Rio Bonito, hoje, Pentagna, no estado do Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1920, último de uma família de doze filhos, Guima veio cedo para Juiz de Fora, onde trabalhou como alfaiate, mas logo, começaria a colaborar com o jornal *Folha Mineira*.

Na década de 40, o *Diário Mercantil* tinha um suplemento dominical que era feito por José Pereira Batista. No suplemento, entrava um pouco de tudo: literatura, culinária, etc. Foi nessa época, que Guima foi convidado a fazer o suplemento. Ela já estava no jornal há cerca de dois anos. Aos dezoito, tinha sido levado pelo pai de um amigo para fazer uma coluna de

⁵⁴ CID, Wilson. O “assassínio” de um jornal in NÓBREGA, Dormevilly. *Revendo o passado* – memória juiz-forana - 3ª série. Juiz de Fora: Ed. Caminho Novo, 2001. p. 119-122.

sociais no DM. Depois de algumas propostas que não vingaram, ele passou a receber “150 mil réis para fazer de tudo, desde a reportagem policial até a crônica do que ocorria nos setores de arte e de cultura locais, além da organização do suplemento literário publicado aos domingos”⁵⁵.

Eu peguei esse suplemento para fazer, então, eu fui, lentamente, desviando a coisa para literatura apenas; acabamos montando um tablóide, que nós fazíamos que era [...] um tablóide muito bem feito, porque o jornal, naquele tempo, realmente, tinha possibilidade de fazer clichês, aquela coisa, de modo que foi quando eu comecei a divulgar muitos poemas, de gente daqui e de fora. [...] Esse suplemento é mantido até quando eu saí daqui, em 1947, depois o Dormevilly [Nóbrega] é que assumiu [além de Almir de Oliveira]⁵⁶.

Sobre o impacto do suplemento, Guima acredita que a repercussão foi devida ao fato de ter entre seus colaboradores gente do gabarito dos poetas Carlos Drummond de Andrade e Manoel Bandeira:

O tablóide obteve repercussão porque, possivelmente, foi a primeira vez que se deu destaque a poetas modernos como Carlos Drummond de Andrade e Manoel Bandeira, entre outros. Da cidade, Afonso Romano de Sant’Anna e Rachel Jardim foram alguns do que começaram a escrever lá⁵⁷.

Nos idos de 1940, ao mesmo tempo que no jornal, Guima iniciou seus estudos de pintura com o artista plástico Edson Motta, na Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras, em Juiz de Fora⁵⁸.

[Guima], que fazia jornalismo mas alimentava um inconhecido namoro com a pintura, acabou como os outros sentado diante de um cavalete, tentando com o

⁵⁵ Os trechos da fala de Guima foram retirados do depoimento feito à Divisão de Memória da Funalfa, em 19 out. 1976.

⁵⁶ Os trechos da fala de Guima foram retirados do depoimento que ele deu à Divisão de Memória da Funalfa, em 19 out. 1976.

⁵⁷ CUSTÓDIO, José Paulo. João Guimarães Vieira – a memória de uma “época de ouro” das artes na cidade. *Hoje em Dia*, Juiz de Fora, 30 jul. 1990. Suplemento JF Hoje, p.14.

⁵⁸ Guima foi aluno do curso de pintura, criado por Edson Motta, em Juiz de Fora, em 1941, depois que este retornou da viagem à Europa, obtida como prêmio no Salão Nacional de Belas Artes. O curso foi instalado na Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras, criada, na década anterior, por um grupo expressivo de artistas plásticos de Juiz de Fora (Sylvio Aragão, Américo Rodrigues, Carlos Gonçalves e Heitor de Alencar).

fusain dominar a forma de um jarro, depois a de uma peça de gesso, para finalmente enfrentar a dificuldade maior do modelo vivo⁵⁹.

Em 1942, passou também a ser funcionário do antigo Banco de Crédito Real de Minas Gerais⁶⁰, onde trabalhou por cinco anos: “[...] e só mudei de emprego por ter entrado na lista negra do banco, depois de recusar-me a assinar uma lista em que funcionários abriam mão de vantagens conquistadas numa ação trabalhista”⁶¹. Casado com Inah Braga, desde outubro de 1944, e com o primeiro filho a caminho, Guima fez concurso para o Banco do Brasil e foi parar em Teófilo Otoni, onde nasceu Maria Cecília. “Devo ter escandalizado a cidade, pois passava as manhãs -meu horário bancário era de 12 às 18 horas - num único bordel, ali distante, pintando prostituta”⁶². Depois, Guima foi transferido para o Rio, onde atuou na Carteira de Câmbio e chegou a chefe do Departamento de Bens Patrimoniais. Na época, Guima lutava com grande dificuldade e não hesitou em pedir ao cunhado, Renato Dias Filho, diretor do *Diário Mercantil*, em Juiz de Fora, se não poderia voltar a fazer a suplemento. O dinheiro era pouco, mas ele tomou de novo gosto pela coisa, dando espaço para jovens estudantes e intelectuais.

Autor de numerosos trabalhos de pintura mural (entre eles, o mural da Biblioteca Central da UFJF), de ilustrações e capas de livros – fez duas capas para Carlos Drummond de Andrade -, Guima também foi professor de História da Arte e de Fundamentos das Artes Visuais, no Centro de Artes da Universidade do Rio de Janeiro, e chefe do Departamento de Teoria do Teatro (do Conservatório Nacional de Teatro) da Federação das Escolas Federais isoladas do estado do Rio de Janeiro, atual UNI-Rio. O artista também trabalhou para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e foi um dos membros do Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora. Sobre Guima escreveu Carlos Drummond de Andrade:

Guima, cronologicamente o primeiro dessa abreviatura (existem dois ou três), é o menos badalado dos Guima e dos Vieira. Um desses temperamentos artísticos comparáveis às plantas de sombra, que vicejam e florescem escondidas sob as

⁵⁹ VIEIRA, João Guimarães. A pintura em Juiz de Fora. Catálogo da Exposição Artistas de Juiz de Fora. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. 7 a 22 nov. 1978.

⁶⁰ O Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi privatizado e adquirido pelo Bradesco, na década de 80.

⁶¹ Os trechos da fala de Guima foram retirados do depoimento que ele deu à Divisão de Memória da Funalfa, em 19 out. 1976.

⁶² Os trechos da fala do Guima foram retirados do depoimento prestado à Divisão de Memória da Funalfa, em 19 out. 1976.

árvores ramalhudas. A gente só o descobre devassando a ramaria espessa; e descobrindo-o, observa que o arvoredo é apenas moldura de outra espécie mais nobre e menos perceptível⁶³.

Da época do jornalismo, Guima guardou a lembrança de algumas convivências especiais: “Era um trabalho muito interessante e tive a grande sorte de ter como redator-chefe (na época não se falava em editor) o Robertson Plishke. Uma figura extraordinária, colega de Murilo Mendes no tempo em que se fez poesia moderna em Juiz de Fora. Foi uma convivência valiosíssima”⁶⁴.

Ao analisarmos o *Arte e Literatura*, é fundamental reconhecermos nele a intervenção de Guima como artista plástico. Há um equilíbrio e uma harmonia que destacam as duas páginas do suplemento, que não são visíveis no restante do jornal. Os desenhos de Guima, que servem como moldura para as páginas, são o resultado de um trabalho artesanal, como suas ilustrações, que marcam, definitivamente, a singularidade daquele suplemento, com a delicadeza do traço do artista.

Wilson Cid destaca que, para a manutenção do espaço do *Arte e Literatura* foi importante não só o apoio dos intelectuais, como a relação familiar de Guima com o diretor do DM:

Guima era um intelectual, era um homem de atividade cultural intensíssima no Rio de Janeiro, mas era, sobre esse aspecto e sobre tudo, cunhado do Renato Dias Filho, que era diretor do jornal [*Diário Mercantil*]. Então, o Guima insistiu muito com o Renato Dias Filho para que ele fizesse esse caderno [*Arte e Literatura*]. O jornal era diagramado e escrito no Rio de Janeiro, e só era linotipado aqui, intitulado e pronto. O Guima fazia tudo no Rio de Janeiro. Então, inicialmente, era um caderno que se dedicava muito à cultura do Rio. Mas, com o passar do tempo, a gente foi sentindo que grupos intelectuais de Juiz de Fora começaram a se valer do Guima, enviando material para o Rio de Janeiro e ele, então, fazia uma seleção desse material: ensaios, crônicas, artigos, contos. Ele também dispunha aqui, no *Diário Mercantil*, de duas figuras talentosas, que não eram apenas jornalistas, mas literatos, que eram a Cosette de Alencar e o Gilberto de Alencar, pai dela. Estes dois tiveram também muita influência, ajudavam muito a selecionar os trabalhos aqui de Juiz de Fora e o Guima se valeu muito disso⁶⁵.

⁶³ O texto de autoria de Carlos Drummond de Andrade foi reproduzido no *folder* da uma exposição de pinturas e desenhos do Guima (e tapeçaris de Niva), realizada na Capela Galeria de Arte, Juiz de Fora, em 5 novembro de 1979. Segundo informações contidas no *folder*, o texto original fazia parte de um artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em 16 nov. 1971.

⁶⁴ CUSTÓDIO, José Paulo. *Op. cit.*, p.14.

⁶⁵ Os trechos das falas de Wilson Cid foram retirados da entrevista realizada em 23 mar. 2005.

Wilson Cid responsabiliza Guima pela criação e manutenção do suplemento *Arte e Literatura*, já que ele enfrentou inclusive uma grande resistência para ser publicado, porque não tinha retorno publicitário.

Outro fato importante ao qual Guima sempre fez referência foi o do grupo de jovens que o procuraram, os futuros “meninos do Guima” que estavam “se viciando” em literatura e queriam fazer um trabalho de fomentação cultural. “Foi um momento de agitação muito grande com relação à chamada literatura oficial da cidade”⁶⁶.

O suplemento foi mantido aqui durante algum tempo, ainda naquelas características tradicionais, até que um dia eu recebo a visita de um grupo, daqui de Juiz de Fora, que queria balançar o coreto. Era o José Paulo Netto, o Gilvan, aquela gente, o Rogério [os meninos do Guima], eu disse: “Não, vamos, eu topo a coisa”. Então fundamos aquele negócio, aquela confusão toda, que o Procópio e o Renato ficaram apavorados, iam lá me procurar... Porque o negócio estava sério... Eu disse: “Não, a coisa está em aberto pra todo mundo, quem quiser e for atingido pode ir para o jornal e também se defender”. Então, com esse argumento, eu consegui convencer, mas o próprio grupo, depois, se desentendeu e brigou⁶⁷.

Para esses jovens, a maioria dos quais jamais tinha visto Guima pessoalmente, ele foi um dos raros personagens a incentivar o espírito crítico e a reflexão constestadora, numa era marcada pelo obscurantismo político:

Já morando no Rio, Guima diagramava a página lá e a enviava pronta para Juiz de Fora. Estabeleceu-se uma ponte literária semanal: os textos eram escritos, datilografados e enviados para o Rio, de onde já retornavam para a impressão. Era uma euforia imensa, escrever sabendo que os textos não seriam expurgados ou censurados ou sofreriam qualquer tipo de repressão. Nunca, durante todo o período em que Guima foi responsável pela página, uma linha sequer foi cortada. Que tipo de pressões ele sofria, como conseguia manter incólume aquele espaço, nunca soubemos com exatidão. Mas, considerando-se a época, o clima de obscurantismo e a intolerância com a chamada “subversão”, termo com que se cunhava qualquer pensamento destoante do conservadorismo do poder, pode-se imaginar a que tipo de pressões Guima teve que resistir. Se acrescentarmos a isto o conservadorismo local muito, muito forte naquela época, conseguimos auferir o que significou manter aquela página, nos moldes em que foi mantida⁶⁸.

⁶⁶ CUSTÓDIO, José Paulo. *Op. cit.*, p.14.

⁶⁷ Os trechos da fala do Guima foram retirados do depoimento prestado à Divisão de Memória da Funalfa, em 19 out. 1976.

⁶⁸ O texto de autoria do professor Gilvan Procópio Ribeiro foi reproduzido no *folder* da exposição: “*Guima*” – *um nome na memória e na história de Juiz de Fora*, realizada no Centro de Estudos Murilo Mendes

Quando José Paulo Netto vai para o *Diário Mercantil*, no final de 1966, vários dos elementos que tinham relação com ele vão também e se forma um grupo de grande intervenção cultural. O grupo inicial não correspondia ao grupo original e, nem mesmo, ao grupo do PCB⁶⁹. “Eram quatro figuras: eu, Gilvan Procópio Ribeiro, Rogério Medeiros e Décio Lopes. Esta era, digamos, a frente de combate. Décio e Rogério trabalhando cinema, Gilvan fazendo poesia e crítica, e eu, sobretudo, fazendo crítica”⁷⁰. Do Rio de Janeiro, chegavam as contribuições do Nilo Batista. Depois, Eugênio Malta também começou a escrever. Qual era a questão que orientava o grupo àquela época?

A nossa questão era o seguinte: era **desmontar o resto de oligarquia**[destaque nosso], a cultura oligárquica que vinha lá de trás. Nós escolhemos como alvo um núcleo chamado NUME (Núcleo Mineiro de Escritores), onde havia uma figura adorável, que era o Roberto Medeiros [advogado], nosso amigo, que se divertia muito. Mas havia toda aquela poesia provinciana e pequenininha. Havia uma moça que, para a gente, representava isso, não me lembro o nome dela [Deusiana Lavesseur]. Ela publicou um livro chamado “Pingos do Coração”, onde ela, nos anos 60, escrevia o seguinte: “no meu olho tinha uma trave, tinha uma trave no meu olho...” e por aí afora. Criamos, então, aquela idéia de que havia uma “literatura oficial” e de que nós éramos os “marginais”, o que era uma coisa meio de juventude, muito pouco fundamentada. Entretanto, e eu acho que isso é que é o legal nesse grupo, nessa época, é que a gente não transformava a cultura ou o debate cultural em instrumento político. Nós tínhamos um trabalho político, alguns de nós; nem todos eram do Partido Comunista, mas evidentemente havia uma hegemonia do Partido Comunista. Nós tínhamos a cultura como chão, porém a pensávamos ali, às margens do Paraibuna. Sobe o governo Itamar com o nosso apoio, mas, depois, a gente vê que o Itamar vinha conciliado com um monte de coisas. Neste momento, rompemos com o governo Itamar. Mais tarde, nos anos 70, até nos associamos a ele⁷¹.

CEMM)/UFJF, no período de 1-15 dez. 2000. O texto original foi publicado na edição do jornal *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 2 jun. 1996.

⁶⁹ Nesta época, segundo José Paulo Netto, apenas eram “orgânicos” do PCB três elementos: ele, Gilvan Procópio Teixeira e João Vítor Garcia. Num outro momento da entrevista, ele também cita José Cláudio Botelho, como membro do núcleo duro do PCB, em Juiz de Fora. Ele esclarece ainda que Nilo Batista não era do PCB, mas era próximo, considerado, portanto, “amigo do partido”.

⁷⁰ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada em 2004.

⁷¹ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada em 2004. José Paulo Netto trabalhou, na década de 70, no Departamento de Cultura, do governo Itamar Franco.

Para José Paulo Netto, o que chama a atenção no envolvimento do grupo com o jornal é o fato deles terem conseguido colocar o debate numa ótica claramente de esquerda e de “hegemonia do Partido Comunista” (embora o suplemento tenha dado espaço para aqueles que tinham idéias mais “arejadas”, isto é, colaboradores como Décio Lopes e Rogério Bitarelli Medeiros, mais seduzidos pelas vanguardas que estavam na mira do PCB). Além disso, nenhum deles estava ligado a qualquer estrutura oficial, a um emprego público, por exemplo. Eles estavam fora das instituições e estavam na oposição.

Ou seja, havia uma defesa da continuidade cultural, éramos lukacsianos. Isso trazia algumas tensões. Décio Lopes, por exemplo, vale a pena ler um debate que está em algumas páginas lá do *Arte e Literatura* sobre *Terra em transe*. Acho que isso dá a idéia. Rogério Medeiros e Décio Lopes fazem uma defesa apaixonada do filme. Eu, que nunca entendi muita coisa de cinema, veio uma cúpula que disse: “esse filme é importante como oposição política, mas é um filme que tem veias nacionalistas”. Então, é curioso, porque ali você tinha, eu diria, a política do Partido Comunista, a política cultural⁷².

O grupo do PCB que esteve à frente de toda essa interferência inovadora nos cânones jornalísticos de Juiz de Fora era, segundo J.P.Netto, bastante moralista, quando se tratava das vanguardas.

Para nós o negócio era o seguinte: do ponto de vista da cultura, tratava-se de fazer uma crítica às vanguardas. Nós entendíamos que as vanguardas, enquanto vanguardas formalistas, não conduziam a nada. E havia, também, é bom deixar isso muito claro, havia um profundo moralismo. Comunista é moralista. Nós, ninguém desse grupo aí, ninguém: Gilvan, Zé Cláudio, João e Zé Paulo, ninguém transou droga. Nós só não éramos moralistas no domínio das relações sexuais.

Quando voltou do exílio, em 1979, outro juizforano, Fernando Gabeira, analisou as duas “viagens”, que se colocaram como opção para a geração da época: a luta armada ou as viagens do ácido.

[...] a base é a mesma, foram duas viagens diferentes. Nós viajamos no sentido de transformar a sociedade e eles viajaram no sentido de se transformar pessoalmente. Veja bem que a cisão já estava iminente, de um lado as pessoas na viagem da transformação social, e, de outro lado, as pessoas na viagem da transformação individual. Mas eu entendo essa cisão como uma cisão falsa; nem nós poderíamos ter aberto mão de uma compreensão mais profunda do nosso subconsciente, nem

⁷² Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados de entrevista realizada em 2004.

eles poderiam ter aberto mão da necessidade de uma intervenção na transformação social (HOLLANDA et al., 2000, p. 137).

No caso do grupo do PCB, que teve uma liderança na produção de trabalhos jornalísticos, na época, e é o foco do nosso trabalho, nem mesmo essas duas questões se colocavam, já que eles eram contra as duas “viagens”: as drogas e a luta armada. A intervenção, no caso do PCB, devia se fazer pela conquista da hegemonia, no plano institucional. Pelo relato de José Paulo Netto, podemos perceber como os quadros do PCB ainda mantinham uma posição reacionária em relação ao comportamento e às relações de gênero. Quanto ao homossexualismo:

Nós tínhamos clareza de que isso era um problema pessoal, que é uma forma de não discutir. Para a gente, era assim: “cada um decide a sua vida”. Mas, por essa época, não havia nenhum homossexual assumido entre nós. O Partido era um pouco... Você conhece a história do cuecão? Não? Essa história é fantástica. Quando você era preso, a primeira coisa que faziam era te colocar pelado, encapuzado. Isso era uma piada, você reconhecia logo quem era do Partido Comunista. Os homens usavam nessa época aquelas sunguinhas... Se o cara usava cuecão, ele era do Partido Comunista. Isso reproduz o que éramos mesmo, percebe? As dificuldades que nós tínhamos de sacar, por exemplo, a música, sacar o rock⁷³.

Segundo José Paulo Netto, não havia um preconceito contra o rock, mas contra o uso que se fazia dele:

Eu me lembro que a gente sacou a importância dos Beatles desde o princípio, mas a gente via a utilização como derivativo. A garotada não ia fazer política, porque estava na maconha e no LSD. Ou seja, o desbunde nunca foi nosso. Nós fazíamos uma crítica ao desbunde. Eu estou convencido, para você ver como eu sou cuecão, eu estou convencido de que nós estávamos certos. Eu acho que o que nós não tivemos, acho não, tenho certeza: nós não tivemos a clareza. Por mim, todo mundo tinha que ser militante. Nós não éramos intolerantes, mas éramos intransigentes. Entre a intransigência e a intolerância, o limite é muito tênue, o que nos isolou, nos anos 70, da garotada. Mas eu quero te dizer uma coisa, para o teu horror, provavelmente. Eu não discuto a qualidade artística de Caetano Veloso, isso, para mim, é indiscutível. Mas eu acho que eu tenho o direito de ter gosto, eu sou mais Chico, eu sou mais Milton. Naquela época, a gente punha os excessos da Tropicália, a gente punha isso como eixo da questão. Milton ou Caetano? Colocar assim a questão é algo equivocado, profundamente equivocado. Nós estávamos espremidos por tudo quanto era lado: de um lado, a polícia, do outro, os vanguardistas. Queriam que a gente fizesse o quê⁷⁴?

⁷³ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada no dia 2004.

⁷⁴ Idem.

José Paulo Netto explica que a opção do partido, àquela época, não foi pela “luta armada”, mas pela “luta de massa”. Posição reiterada por Luiz Sérgio Henriques: “A gente queria legalidade, a gente não queria clandestinidade”⁷⁵. Se eles lutavam pela hegemonia, então, claramente, lutavam por questões que não dividissem a população. No setor da cultura, o PCB acreditava que “as rupturas culturais na época eram perigosas”. Por isso, hoje, J. P. Netto concorda que os comunistas demoraram a perceber certos componentes inovadores das vanguardas. “Eu não diria que nós éramos conservadores, diria que nós éramos muito cautelosos na aceitação de inovações”⁷⁶.

Se você olhar o desempenho de figuras que... para não falar do papel, nós éramos professores, Gilvan e eu, que a gente exerceu que eu acho que foi um papel importante. Nós dávamos aula no segundo grau, a gente fez cabeça. Isso eu acho que foi muito importante. Nós nunca achamos que tivesse que trabalhar fora de instituição, nós sempre valorizamos a institucionalidade. Não pela institucionalidade em si, esse era o nosso marco contra o desbunde. Quer dizer, nós temos é que estar lá, nós não vamos mudar essa porcaria. Era uma ideologia de “entrismo” (mudar por dentro), nós vamos disputar hegemonia, não queremos construir uma coisa por fora, não. Se não, nós não iríamos para o *Diário Mercantil*⁷⁷.

A escolha de escrever no *Diário Mercantil*, portanto, foi uma escolha política.

Nós não queremos ser diferentes, ao contrário do desbunde, que queria fazer a sua vida. Não, nós queremos influir aí, nessa sociedade, em Juiz de Fora. Foi uma escolha. O que não impediu que nós participássemos de jornais de outros lugares. Eu escrevia também para a imprensa nanica aqui, publiquei alguma coisa em *Opinião*, depois, em *Movimento*. Mas nós vivemos aqui, nós não vamos arrotar Paris. **Nós queremos mexer é com essa cidade, é aqui que nós queremos botar a cara a tapa** [destaque nosso]. Isso foi uma escolha e a partir disso a gente fazia eventos culturais, nos reuníamos⁷⁸...

A postura do PCB sobre a arte, defendida por José Paulo Netto, à época, não era uma unanimidade entre os simpatizantes ou a periferia do partido. Mesmo entre os colaboradores do *Diário Mercantil* que se celebrizariam sob a alcunha de “marginais”, havia, por assim dizer, algumas dissidências ou vozes dissonantes, principalmente entre o grupo mais aficcionado ao cinema, e que era sensibilizado pelas questões colocadas pela vanguarda, a

⁷⁵ Os trechos das falas de Luiz Sérgio Henriques foram retirados da entrevista realizada em 25 out. 2005.

⁷⁶ Os trechos das falas de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada em 2004.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

contracultura e o tropicalismo, o que pôde ser mais tarde comprovado pela diversidade de temas abordados no espaço público do jornal.

Para o grupo, pesava muito o fato deles terem uma inserção no espaço local, eles realmente se viam como agentes políticos de transformação. De acordo com José Paulo Netto, “o jornal tinha imensa repercussão”. Até poderia vender poucos exemplares, em comparação ao número absoluto da população, mas o que interessava é que ele atingia aquelas pessoas que formavam opinião. Os autores também reconheciam os limites que tinham. “Nós nunca esticamos a corda até romper, porque aquilo era um instrumento importante. Mas nós tínhamos absoluta clareza do que estávamos fazendo. Clareza literária, cultural e política”⁷⁹. Para eles, a crítica era o mesmo que uma atividade educativa.

Nessa época, nas reuniões do partido, que eram feitas nas casas dos seus quadros, eles faziam uma avaliação criteriosa do que era publicado⁸⁰.

Nós fazíamos cultura e política o tempo todo. A gente se reunia semanalmente, discutia os artigos que publicávamos, não discutíamos antes. Garantíamos a autonomia de cada um. No domingo, é que a gente via o que estava bom ou não estava. Era genial. Depois, brigamos, teve divergências, polêmicas. Toda essa coisa acaba no final de 72⁸¹.

Entre o grupo, que se articulava, havia a percepção de que coisas novas estavam acontecendo, principalmente em relação às escolas de samba, por exemplo, a Juventude Imperial, que tinha quadra na Vila Ideal, bairro pobre da periferia da cidade, e que despertou a atenção de vários intelectuais do período. Também foi a época em que começou a ser valorizado o trabalho do Batuque Afro-Brasileiro de Néelson Silva⁸², mas, segundo J.P. Netto, o que acontecia é que eles ainda não tinham ainda instrumental teórico para entender aquilo, decodificar o que se passava. Eles pressentiam sinais de mudança, na área cultural, mas ela não era ainda digerida.

⁷⁹ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados de entrevista realizada no dia 2 dez. 2004.

⁸⁰ Eles se reuniam na casa dos pais do José Paulo Netto; na casa dele, depois que se casou; ou na casa do João Carlos Vitor Garcia. Outro membro importante, mas, mais “recuado”, era o comerciante Waltencir Estiguer, das Fábricas de Doces Brasil, que garantia a estrutura do grupo. Ainda teve reuniões também num consultório médico, no centro da cidade.

⁸¹ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada no dia 2 dez. 2004.

⁸² O Batuque Afro-Brasileiro de Néelson Silva foi formado em 1964 e representou um importante resgate da tradição e da cultura negras, no cenário de Juiz de Fora.

4.2.2 O território livre da arte e da literatura

Na cidade dos trovadores, em que um dos eventos mais significativos do calendário oficial eram os “Jogos Florais”, que atraíam gente de todo o Brasil, era sem dúvida uma ousadia escapar às rimas fáceis e publicar poesia de jovens estudantes que se lançavam no árduo ofício de trabalhar com as palavras. Nos anos 60, o suplemento foi o espaço em que os jovens poetas encontraram acolhida para os versos dissonantes em relação aos modelos oficiais. É fundamental pensarmos nesses autores como jovens poetas, muitos estudantes ou futuros estudantes do curso de Letras da UFJF. Não é nosso objetivo analisar a qualidade do que foi publicado, mas, certamente, a possibilidade de publicação, que foi o caminho que deu àqueles jovens poetas a chance de ganharem visibilidade e serem reconhecidos o que, posteriormente, para alguns, significou a continuidade do fazer poético e também a abertura de caminhos para outras gerações de autores da cidade, que apareceram já na segunda metade da década de 70, e o forte movimento de jovens poetas que ganhou expressão em Juiz de Fora, a partir dos anos 80.

Décio Lopes, um dos colaboradores do suplemento, que fazia crítica de cinema, publicou também poesia, em que o autor ganha a liberdade para criticar a ditadura militar, em versos construídos sobre algumas referências básicas da brasilidade, tão caras ao tropicalismo nascente. Este é um exemplo raro de poema, no universo daqueles que, durante anos, foram publicados no suplemento *Arte e Literatura*, sob a batuta de Guima. Certamente, entre os colaboradores do jornal, Décio tenha sido um daqueles que incorporou de forma mais contundente o espírito das vanguardas dos anos 60, que discutiam a desconstrução das linguagens e novas formas de representação, como se pode observar neste *Quando o natal anuncia o carnaval e a quaresma*:

Olha havia homens que a mando do saci pererê
à goma arábica preferiam usar grampos e durex
nos cílios sobranceiras suvacos sacos cabeças
ao invés de cabelos
já todos arrancados porque violavam mas não entendiam
Por isso adoramos o marechal redentor e salvador
que ainda sabendo serem mulas sem cabeças
sapos-bois pirilampos sem luz na bunda
e titica de galinha no coração de cocô de hipopótamo
passou a mão na barriguinha grávida de ódio deles
e entregou-lhes a missão de bem pensar
sobre o pensamento alheio
e por isso viva o demônio feliz de tanto deus
e o marechal cujos capetinhas não sabem

ler nas entrelinhas nem linha
de nosso espectral sonho de liberdade
a soltar a pomba branca do correio do amor maculado
depenada e vazada por um tiro no peito arfante
cujos segredos o marechal sabe teme respeita mas não compreende
percebendo apenas ligeiramente que é por isso que o amamos
e nos curvamos frente à violação
pois os violões de cordas afinadas
hoje tocam dissonâncias ao luar de lua negra
que o sol insistentemente para todos dia a dia engravida⁸³

Nosso objetivo, neste trabalho, não é inventariar a produção poética publicada no *Diário Mercantil*, de qualquer forma, optamos por reproduzir alguns poucos exemplos de poemas publicados à época, apenas para ilustrar melhor a forma pela qual era ocupado o espaço do *Arte e Literatura*, espaço extremamente democrático, em que, ao lado de poetas consagrados, muitos jovens novatos puderam dar visibilidade às suas criações. Esta foi uma tônica do suplemento, que pôde ser observada por nós, até o final dos anos 70, sempre com a adesão de novos autores.

Colaborador assíduo do suplemento *Arte e Literatura*, Gilvan Procópio Ribeiro é um poeta, que publica constantemente durante os anos 60. Na década seguinte, ele estará à frente de publicações alternativas, que, finalmente, na década de 80, revelarão uma geração de poetas e escritores premiados, nacional e internacionalmente, como é o caso de Luiz Ruffato, Iacyr Anderson Freitas e Edimilson de Almeida Pereira. Quadro importante do PCB, em Juiz de Fora, nos anos 60, Gilvan P. Ribeiro usou o lirismo, como tantos outros poetas de sua geração, como fonte de inspiração, enquanto, nas entrelinhas dos versos, quantas outras sugestões...

Marés secas, mares fechados,
meu barco perdido, encalhado
na areia morna de meu choro,
dura de meus punhos feridos;
Gaivota morta em céu escuro,
marca nas faces, popa e proa,
âncora aberta meio a meio,
seta amarga em augúrio falido.

Gemi as amarras partidas
e as velas de cordames rotos,
rasguei meus vestidos e de cinza
cobri todos meus sonhos

⁸³ LOPES, Décio. Quando o natal anuncia o carnaval e a quaresma. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, 4 e 5 fev. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

Onde outro mar tão fundo e onde
outros peixes a me nutrir?⁸⁴

Apesar de em menor número, as mulheres também são publicadas no *Arte e Literatura*. Neste caso, além dos versos já “respeitados” pela cultura oficial da cidade, representada, por exemplo, por Cleonice Rainho, há autoras novas, que participam das reuniões do núcleo de simpatizantes do PCB de Juiz de Fora. Nesses encontros, debate-se política e arte. No último caso, muitas das polêmicas são construídas à sombra de conceitos defendidos pelo pensador húngaro Georg Lukács⁸⁵, um dos importantes filósofos marxistas da época. O poema de Maria Nazaré Carvalho (Larocca), publicado em 1967, é exemplo dessa estética defendida à época, no grupo cujo líder era José Paulo Netto.

Um homem morreu,
É dia de festa.
Em cada janela
Há um vaso de flores.
Levantavam-se as armas
Enfeita-se a praça
Comprime-se o povo
Um abraço sem cor.

Um homem morreu,
É dia de festa...
Há tantas bandeiras
Tremendo no ar...
E há cavaleiros
Penachos vermelhos
Espada na cinta
E o bolso vazio...
Soldados garbosos
Em festa de cores
Festejam o crime
De seus ancestrais...

Rufando o tambor,
Cantando o coral,
Tem a palavra
O Governador

A velha Ouro Preto
É prenhe de gente;
Mil pernas, mil braços

⁸⁴ RIBEIRO, Gilvan Procópio. Círio. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, 8 e 9 dez. 1968. Suplemento *Arte e Literatura*, p. 3.

⁸⁵ Georg Lukács vai inspirar os jovens autores que, em 1974, lançarão o livro *Realismo & Anti-realismo na literatura brasileira*, com textos de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, e três dos egressos do “grupo do PCB de Juiz de Fora”, Gilvan P. Ribeiro, José Paulo Netto e Luiz Sérgio Henriques.

Mil mãos obscenas
Cuspindo palavras
Que ferem bem fundo,
Rasgando a carne
De igrejas vestais

Cavalos de fogo
Levantam poeira
Trazendo no vento
Um gosto de sangue...

Ecoa de novo
O som do tambor,
Enquanto no templo
O anjinho barroco
Espia pros homens
Sem nada entender

A música é fúnebre
A cada batida
Eu lembro uma outra
Longínqua no tempo,
Bem triste também;
E um homem marchava
Pra forca, porém...

Desfila um colégio
Rapazes e moças,
Subindo a ladeira,
Entrando na praça...
A feira de jovens,
Bonecos de corda,
Completa essa farsa.

A festa acabou.
Os homens vão embora.
E a noite renasce
De um parto infinito
Vestindo Ouro Preto
Em seus funerais.
Enquanto no azul
Estrelas teimosas
Insistem em cantar
Uma paz que é mentira⁸⁶.

O suplemento *Arte e Literatura* traz também, todos os domingos, a crônica de Cosette de Alencar, *Rodapé dominical*, além de resenhas de livros e muitos artigos de crítica, tanto literária, quanto cinematográfica. Nos anos de 1967 e 1968, quase toda a pauta do *Arte e Literatura* era discutida pelos “meninos do Guima”. De acordo com José Cláudio Botelho, eles estudavam determinado assunto, então, dois ou três escreviam sobre o tema e, aí, era escolhido o melhor, que seguia para publicação. Tudo era muito discutido, modificado,

⁸⁶ CARVALHO, Maria Nazaré. Dia 21 de abril em Ouro Preto (1967). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.500, 12 e 13 mai. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

alterado, ampliado, porque havia vários fatores em jogo, não apenas a questão política, segundo ele, mas também a de segurança do grupo, já que eles tinham bem clara quais seriam as conseqüências de uma prisão pelos órgãos de repressão à época⁸⁷.

A importância da ação dos “meninos do Guima” no *Arte e Literatura* é destacada por José Paulo Netto, já que eles conseguiram colocar um debate extremamente contemporâneo, nas páginas do maior e mais importante veículo de comunicação da cidade, naquela época:

O grupo desmistificou os valores locais daquela literatura provinciana, municipaisca. Fez isso cometendo injustiças, dizendo besteiras naturalmente, mas preparou a cidade para acabar com aquela literatura municipal, daquela gente que fazia o Concurso de Trovas, todo ano. E havia gente por fora trabalhando, que não interveio nisso, atenção: que não interveio, mas que era importante, que não era do Partido, mas que estava nesse rolo. Penso no Joãozinho Medeiros [crítico musical], irmão do Roberto Medeiros [advogado], na Sueli Costa [compositora e intérprete], que não participou disso, mas acompanhava. E penso no irmão da Sueli, que foi uma pessoa importante, não sei que rumo ele tomou depois, Afrânio Costa, que era um músico, que nunca foi criativo como a Sueli, mas era uma figura importante⁸⁸.

4.3 PARAIBURGO E OS *PALIMPSESTOS MARGINAIS*

Durante os idos de 1968, vários dos colaboradores do suplemento *Arte e Literatura* do *Diário Mercantil* estabeleceram uma intensa, curiosa e instigante reflexão sobre a cultura juizforana e, como conseqüência, sobre a cidade de Juiz de Fora. Exatamente nesse período, acirrou-se o debate sobre a “identidade” da cidade, sua raiz, sua origem. Um grupo de colaboradores do suplemento, todos jovens estudantes e ligados de alguma forma ao núcleo do PCB em Juiz de Fora, resolvem fazer um movimento de crítica ao que eles consideravam a “cultura oficial” da cidade. É criado, então, o “Movimento Marginal”, que ocupa de forma polêmica as páginas do *Diário Mercantil* e resulta, no segundo semestre de 1968, na série que ficou conhecida como *Palimpsestos Marginais*, no total de seis, publicados no período que vai de setembro a novembro. Através do resgate desses textos que, até o momento, não foram objeto de uma pesquisa acadêmica, pretendemos não só traçar um cenário deste momento efervescente da cultura e do jornalismo em Juiz de Fora, mas procurar entender de que forma o suplemento *Arte e Literatura* do jornal atuou como uma trincheira de resistência cultural, na crítica passagem dos anos 60 para os 70, ao dar visibilidade para algumas das questões que

⁸⁷ As informações foram colhidas na entrevista realizada com José Cláudio Botelho, no dia 28 out. 2005.

⁸⁸ A fala de José Paulo Netto foi retirada da entrevista realizada em 2 dez. 2004.

mudaram o comportamento da juventude, e a forma de fazer arte, num país periférico. Gostaríamos também de explicar, neste momento, que optamos por fazer a transcrição literal de muitos dos textos pesquisados, o que implicou na utilização de **citações extensas**, devido às dificuldades de acesso aos mesmos, já que nunca foram reproduzidos, em outro espaço que não fosse o dos jornais originais, só encontrados na Biblioteca ou no Arquivo Municipal de Juiz de Fora. No caso específico dos *Palimpsestos Marginais*, também optamos por citações maiores, no corpo do texto da tese, além da reprodução integral dos mesmos, nos Anexos, pela dificuldade de compreensão, se optássemos, apenas, por pequenos extratos dos textos originais.

O grupo de seis autores que foram responsáveis pela polêmica que ocupou o suplemento *Arte e Literatura*, no ano de 68, era formado por: Rogério Bitarelli Medeiros⁸⁹, José Paulo Netto⁹⁰, Gilvan Procópio Ribeiro⁹¹, Eugênio Malta⁹², José Cláudio Botelho⁹³ e Nilo Batista⁹⁴. Todos eles, ao recordar o período, são unânimes em destacar a importância de João Guimarães Vieira, o Guima⁹⁵, responsável pelo suplemento, como a pessoa que garantiu o espaço para que eles pudessem trabalhar.

Naquela época, contrários à luta armada, os jovens estudantes ligados ao PCB planejavam ganhar hegemonia, através da ocupação de espaços institucionais importantes. Na verdade, para eles, ocupar um espaço nobre do jornal, tido como referência para a alta burguesia da cidade, fazia parte de um projeto de nação, que acabou sepultado, nos anos 70, pela ditadura militar. Na era pré-AI-5, no entanto, ao que tudo indica, o sonho ainda não tinha acabado, como ainda perdurou, apesar de todas as restrições, até meados da década de 70, quando a ditadura militar perseguiu e destruiu os focos de resistência da militância do PCB.

Roberto Schwarz (2001), num texto clássico sobre o período 1964/1969, revela como a produção cultural de esquerda, ao contrário do terror nos sindicatos, na zona rural, nas universidades, na Igreja e nos baixos escalões das Forças Armadas, não foi liquidada nos primeiros anos após o golpe e, até pelo contrário, cresceu. “Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país”(SCHWARZ, 2001, p. 7). Segundo o autor,

⁸⁹ Rogério Bitarelli Medeiros é professor da Escola de Belas Artes da UFRJ, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais.

⁹⁰ José Paulo Netto é hoje professor da Faculdade de Serviço Social da UFRJ, onde exerce o cargo de vice-diretor.

⁹¹ Gilvan Procópio Ribeiro é hoje professor do Departamento de Letras da UFJF.

⁹² Eugênio Malta é artista plástico, poeta e músico, e mora nos Estados Unidos.

⁹³ José Cláudio Botelho formou-se em Letras, pela UFJF, mas hoje atua como corretor de imóveis em Juiz de Fora.

⁹⁴ Nilo Batista é hoje dono de um famoso escritório de advocacia criminal, no Rio de Janeiro, estado onde foi secretário de segurança pública e vice-governador de Leonel Brizola.

⁹⁵ Guima faleceu, no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1996.

nos primeiros momentos do golpe, “torturados e longamente presos” foram somente aqueles que haviam feito contato com operários, camponeses, marinheiros e soldados. Foi possível, então, a circulação teórica ou artística do ideário da esquerda, que floresce em especial no meio estudantil, e só começa de fato a preocupar o regime militar, quando a disposição de luta dessa faixa da população dá início à propaganda armada da revolução.

O regime respondeu, em dezembro de 68, com o endurecimento. Se em 64 fora possível à direita “preservar a produção cultural, pois bastara liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 68, quando os estudantes e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constituem massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores – noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento (SCHWARZ., *op.cit.*, p. 9).

Heloísa Buarque de Hollanda (1978), analisando a produção poética no cenário cultural dos anos 60/70, identifica três tendências características ao período: a participação engajada, a explosão anárquica do tropicalismo e seus desdobramentos, e a opção vitalista da produção alternativa. Em Juiz de Fora, é o **engajamento populista** que caracteriza a intelectualidade disposta a transformar o mundo e, quem sabe?, ainda vir a tomar o poder.

Segundo a autora:

A produção cultural, largamente controlada pela esquerda, estará nesse período pré e pós-64 marcada pelo engajamento. Seja ao nível da produção populista, seja em relação às vanguardas, os temas de modernização, da democratização, os mitos do nacionalismo e do povo, os projetos de tomada de poder, estarão no centro das discussões, informando e delineando a necessidade de uma arte participante, forjando o mito da possibilidade emancipadora da palavra poética, tomada como palavra poderosa, instrumento de revolução (*ibid.*, p. 14).

A maneira pela qual a intelectualidade juizforana entende a arte está de acordo com o ideal expresso pelo *Anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de Cultura*, de 1962, e que define o que seria a “arte popular revolucionária”:

Para nós tudo começa pela essência do povo e entendemos que esta essência só pode ser vivenciada pelo artista quando ele se defronta a fundo com o fato nu da posse do poder pela classe dirigente e a conseqüente privação de poder em que se encontra o

povo enquanto massa dos governados pelos outros e para os outros. Se não se parte daí não se é nem revolucionário, nem popular, porque revolucionar a sociedade é passar o poder ao povo⁹⁶.

Para Holanda:

Trata-se, claramente, de uma concepção da arte como instrumento de tomada de poder. Não há lugar aqui para os “artistas de minorias” ou para qualquer produção que não faça uma opção de público em termos do “povo”. A dimensão coletiva é um imperativo e a própria tematização de problemática individual será sistematicamente recusada como politicamente inconseqüente se a ela não se chegar pelo problema social (1978, p. 18).

Nos anos de 67 e 68, observam-se novas tendências no trato da arte. Embora ainda sob a tutela majoritária do engajamento populista, que discute, por exemplo, a “autêntica” música popular brasileira, que deveria permanecer longe da invasão imperialista, do *rock* e das guitarras, algumas vozes dissonantes começam a aparecer. A rigidez doutrinária do PCB começa a perder espaço em diversos setores, já agora, influenciados pelos processos de guerrilha revolucionária latino-americana e os movimentos jovens que pipocam em volta do mundo, discutindo questões como os direitos civis, em Berkeley, nos Estados Unidos, ou a possibilidade de dormir no alojamento da namorada, em Nanterre, na França. Uma nova esquerda, a “esquerda festiva” começa a se delinear e, se no Rio de Janeiro, essa geração foi denominada de “geração Paissandu”, em Juiz de Fora, bem poderia ser batizada de “geração CEC”, curiosamente, espaços ligados à arte cinematográfica.

O Tropicalismo, no momento em que realiza uma crítica à *intelligentzia* de esquerda e começa um namoro com os veículos de massa, é o sintoma mais visível da crise que atinge a política, a arte e a vida em geral. Para Holanda (1978, p. 52): “O binômio Arte/Sociedade, que marca esse período, começa a dissolver-se para dar lugar ao binômio Arte/Vida que irá se configurar nas tendências seguintes”.

É neste cenário complexo, de engajamento e perplexidade, ação política e viagem psicodélica, que os jovens estudantes e colaboradores do suplemento *Arte de Literatura* do DM, resolvem sacudir a cidade de Juiz de Fora, lançando o “Movimento Marginal”. A polêmica invadiu várias das edições dominicais, tornando públicas as opiniões que antes ficavam restritas aos grupos de discussão organizados pela militância do PCB. As críticas

⁹⁶ ANTEPROJETO do Manifesto do Centro Popular de Cultura. In: ESTEVAM, Carlos. A questão da cultura popular. p. 83. Apud HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Impressões de viagem – a nova poesia no debate

eram mordazes e não deixavam pedra sobre pedra. Nelas, reconhece-se o discurso político e estético da ideologia, mas também a irreverência e o deboche com que a contracultura vai desnudar os cânones de então, apesar das críticas severas que alguns dos jovens comunistas da época reservavam aos anarquistas e aos tropicalistas.

4.3.1 “Marginas” X “Oficiais”

As origens do que os intelectuais batizaram de *Palimpsestos Marginais* podem ser localizadas em janeiro de 1968, num texto publicado por José Paulo Netto, em que ele faz um balanço das atividades de cultura, no ano de 1967, em Juiz de Fora. Neste texto fundador, ele afirma que, na cidade, existem duas “culturas”: a cultura oficial e a cultura marginal. O que caracterizaria a cultura oficial? “Sua sagrada ignorância sobre o que ocorre no mundo; sua alienação do processo social que se desenrola na comunidade; sua aristocrática concepção de cultura; sua autoglorificação, pondo-se como infensa às críticas de baixo etc.”⁹⁷. E a cultura “marginal”?

Ela é, pelo seu caráter mesmo, ainda não enrijecido por dogmas ou interesses, aparentemente desconexa. Não tem líderes, nem salas de reuniões, nem verbas. Não oferece coquetéis à imprensa. Não tem órgãos de divulgação – somente agora alguns de seus componentes colaboram neste suplemento, graças à atividade de Nilo Batista, e à acolhida simpática de Guimarães Vieira e dos Diários Associados. Seus membros são jovens, não andam engravatados, não possuem bons empregos⁹⁸.

A pena ácida de José P. Netto não poupa ninguém, especialmente os poetas da terra que, segundo ele, em sua maioria, se dedicam às trovas⁹⁹. No mesmo suplemento, é publicada uma carta de Nilo Batista, que exorta os marginais à mobilização: “Marginais-radicais de toda Juiz de Fora, unamo-nos!”¹⁰⁰. Inicialmente, preocupados em discutir uma política pública de

cultural 60/70 *Op. cit.* p. 18.

⁹⁷ NETTO, José Paulo. J.F., 1967: Cultura/Arte em questão. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, 21 e 22 jan. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 3.

⁹⁹ Nesta época, os trovadores de Juiz de Fora, representados pelo Núcleo Mineira de Escritores (NUME), tem uma coluna na p. 3 do DM, onde são publicadas trovas. Seguem, aqui, o exemplo de duas: “Parece disco rachado/a minha história de amor/Permanecendo enguiçado/na palavra sofredor”... (Maria de Lourdes Costa); “Neste mar bravo, querida/tão belo quanto traiçoeiro/, o barco de nome vida/vai singrando sem roteiro”. (Monteiro Viana). Jóias da trova. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, p.3, 21 e 22 jan. 1968.

¹⁰⁰ BATISTA, Nilo. Carta a José Paulo. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, 21 e 22 jan. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

cultura para a administração municipal de Juiz de Fora, os “marginais” vão sacudir ainda mais o setor, na cidade, que é governada pelo engenheiro Itamar Franco¹⁰¹, do MDB, dando início a uma polêmica que vai se estender durante todo o ano de 1968. Mesmo cético em relação à contribuição do Poder à Arte, José Paulo Netto, trava este diálogo com Nilo Batista, seu companheiro do *Arte e Literatura*:

Na verdade, para mim a coisa se afigura um pouco complexa: não bastará apenas que o Paço elabore o que mui propriamente chamaste de “política artística” em sintonia conosco, os marginais (ou os cães, como diria Norman Mailler), para a resolução dos problemas. Existem, queiramos ou não, injunções políticas. E mais, meu querido Nilo: em certo tipo de estrutura social, o charlatanismo é um componente da política.

Apesar de saber que, nos quadros desta Administração, atuam elementos ligados à “oficial”, ainda não estou convicto, como parece que estás, que a “oficial” vai formar toda a Administração Itamar Franco. Mas também não me parece haver dúvidas de que, mais cedo ou mais tarde, a Administração terá que fazer uma opção. E embora eu seja um cético quanto a toda e qualquer contribuição do Poder à Arte, ainda acredito na nossa administração¹⁰².

Exatamente uma semana depois, no suplemento *Arte e Literatura*, de 11 e 12 de fevereiro de 1968, podemos encontrar, na íntegra, o *Esboço para um manifesto marginal*, de autoria de Nilo Batista e José Paulo Netto. No longo texto, os dois intelectuais fazem uma dura, mas bem-humorada crítica à cidade de Juiz de Fora: “...em 1930, Juiz de Fora vivia a transição do capitalismo industrial, enquanto Mecejana e São Paulo, embora diferentes estruturalmente, ficavam a reboque da então Manchester Mineira. Hoje a situação é inversa, ou quase: São Paulo está à frente, Juiz de Fora na rabada, e Mecejana ainda no Ceará”¹⁰³. Essa coexistência do que os autores chamam de diversos estágios históricos de desenvolvimento também é observada na cidade de Juiz de Fora, em que, em termos culturais, opõem-se

¹⁰¹ Itamar Augusto Cautiero Franco nasceu em 28 de junho de 1930, num navio, em viagem entre Salvador e Rio de Janeiro. Ele morou em Juiz de Fora, formou-se pela Escola de Engenharia, em 1955, e, em 1958, concorria pela primeira vez a uma eleição a vereador, pelo PTB. Itamar Franco foi prefeito de Juiz de Fora, por dois mandatos: 1967/1971 e, depois, 1973/1974, deixando a prefeitura para concorrer ao Senado. Reeleito ao Senado em 1982, pelo MDB, partido do qual é um dos fundadores, ele tentou se eleger governador de Minas Gerais, em 1986, concorrendo pelo PL, mas perdeu as eleições. Em 1989, pelo PRN, foi vice na chapa de Fernando Collor. Em dezembro de 1992, devido ao processo de *impeachment* que atingiu Collor, Itamar foi formalmente aclamado presidente do Brasil, cargo que deixou em janeiro de 1995. No período de 1999 a 2002, foi governador de Minas Gerais. Na vida pública, ele ainda ocupou os cargos de embaixador do Brasil em Portugal, na OEA – Estados Unidos -, e na Itália.

¹⁰² NETTO, José Paulo. Bilhete-resposta a Nilo Batista. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.420, 4 e 5 fev. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.3.

¹⁰³ _____, BATISTA, Nilo. Esboço para um manifesto marginal. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.426, 11 e 12 fev. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

“oficiais” e “marginais”. “Durante muito tempo, ‘oficiais’ e ‘marginais’ coexistiram. Ou melhor, os ‘marginais’ subsistiram. O conflito sempre existiu. Entretanto, os ‘marginais’ não tinham consciência (explícita) de sua existência sócio-cultural”¹⁰⁴. Nos anos de 1966 e 1967, vários fatores levaram a um acirramento dessas diferenças, entre eles, a publicação continuada dos trabalhos dos “marginais”, o reconhecimento do mérito deles em outros centros e a diminuição do apoio dos órgãos oficiais às suas iniciativas. A partir de então, José Paulo Netto e Nilo Batista decidiram lançar o *Esboço para um Manifesto Marginal*, que reproduz em seus aspectos principais. Inicialmente, os autores apresentam alguns conceitos e opõem **erudição e diletantismo à cultura e arte:**

§ 1º - Alguns conceitos básicos:

ERUDIÇÃO – acúmulo mal informado de conhecimentos, epidérmicos ou não, basicamente equivocados por sua inadequação a conteúdos contingentes. No mais das vezes, um mal de província.

DILETANTISMO – atividade descomprometida, fundamentalmente ociosa, exercício mental empregado como lazer (estéril). Uma masturbação pensante.

INSTRUÇÃO – conjunto de conhecimentos formal e progressivamente adquirido, de caráter específico e utilitarista, que objetiva a preparação individual do cumprimento de funções na estrutura social.

CULTURA – conjunto organicamente assimilado de conhecimentos gerais, susceptíveis de uma redução teórica que permita sua aplicação às realidades sócio-humanas contingentes.

ARTE – prática social desenvolvida acima e em continuação à cotidianidade, que, por meio de imagens sensíveis, intenta dotar o homem de uma autoconsciência humana fundada na revelação das estruturas e mediações de sua relação com a natureza e a sociedade, carreando para o receptor uma atitude ativa envolvendo elementos intelectivos (sic) e afetivos, e gerando uma atmosfera de entretenimento.

§ 2º - Até hoje, a história da intelectualidade juizforana tem sido, salvo poucas exceções, a história de diletantes revestidos de galardões pretensamente culturais. A conformação desta história será objeto de próximos estudos “marginais”.

§ 3º - Isenta das mazelas da erudição, do diletantismo, da alienação (Alienação é um conceito fundamental do Sr. Hegel, um complicado filósofo alemão. Talvez valha a pena estudá-lo.) que caracteriza a “cultura oficial”, a marginalidade propõe-se estabelecer uma prática artística em Juiz de Fora. Para tanto, resguarda-se inteira liberdade de criação, de experimentação (não admitida como justificação de erros) e de crítica.

§ 4º - Todo o drama da marginalidade reside no fato de que ela não possui uma tradição cultural local passível de ser tomada como termo primeiro. Isto acarreta a infismável necessidade de partir do nada (voltamos a repetir que as exceções serão estudadas proximamente). Esta falta de referências poderá levar os “marginais” a erros, mas que serão certamente menores que os dos falsos marcos.

§ 5º - Propõe-se então as seguintes balizas para a atividade dos “marginais”, balizas estas que deverão ser reformuladas ou ratificadas no decorrer do Primeiro Congresso Marginal, a ser brevemente realizado¹⁰⁵.

¹⁰⁴ NETTO, José Paulo, BATISTA, Nilo. *Op. cit.* p.2

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 3.

Em seguida, Netto e Batista mostram a relação entre os “marginais” e os órgãos oficiais, fazendo a crítica à **Universidade** que, segundo eles, não tem uma política cultural e também é vítima da burocracia e de um excesso de erudição:

I) OS “MARGINAIS” E A UNIVERSIDADE

Inegável é que a UFJF prestou serviço à arte genuína. Entretanto, não menos inegável é que tais empreendimentos apresentam-se como verdadeiramente irrisórios se tomados em relação ao que uma instituição oficialmente zeladora da cultura teria obrigatoriamente que realizar. De fato, a UFJF promove cultura e arte; mas o que promove não condiz com a noção primária de “universidade”. Uma universidade não faz favor nenhum a ninguém promovendo cultura e arte com vistas à comunidade. É sua obrigação. Universidade não é uma mecânica reunião de esparsas unidades de ensino dito superior. É muito mais que isso: **é a preparação de indivíduos capazes de resolver problemas propostos pela região em que se insere** [destaque nosso]. No nosso caso, a Universidade, que não tem a menor consciência do que seja pesquisa (em todas as acepções que este termo possa ter) está realmente alienada da grande problemática artística. Não influi. Não determina. É levada ao sabor dos eventos. Não possui (ou, pelo menos, não demonstra possuir) uma definida orientação artística-cultural.

Os marginais se recusam a participar de quaisquer atividades pautadas por normas que ignoram a real função da arte; e como não se sabe o que a UFJF pensa acerca da arte, simplesmente aguardamos. Mas aguardamos postulando a explicitação urgente do que a UFJF crê ser sua função neste setor. Os “marginais” proclamam a necessidade de um sistemático apoio, desligado de injunções administrativas burocratizantes, e um planejamento a longo prazo, para todas as questões concernentes à arte.

Não aceitamos a periódica exibição de monstros sagrados para uma cidade incapaz de discernir Bach de Beethoven, exatamente por causa da desastrada conduta dos manipuladores daquelas exibições, que dão a comida uma vez por ano, porém, nunca pensaram em dar os talheres¹⁰⁶.

A **Prefeitura** é também alvo dos “marginais”, já que eles cobram do Executivo o cumprimento das promessas eleitorais e a **valorização da cultura**, deixada em segundo plano, quando comparada às obras de infra-estrutura, como a iluminação pública.

II) OS “MARGINAIS” E O PAÇO MUNICIPAL

Na administração municipal atual, o fim de 67 iniciou o verão da nossa desesperança (La Poesia – Bari, 1936). Os planos e as promessas eleitorais, no tocante à cultura e arte, começaram a ser adiados: e o derradeiro ano de governo seria o D. Sebastião, que nos manteria atentos e bem educados.

Não vemos porque essas questões possam ser relegadas a um segundo plano, como se, por exemplo, fossem mais escuras as ruas locais que os complicadíssimos meandros de uma intelligentzia em formação, refletidora (ou possível refletidora) da cidade bem iluminada.

Os “marginais”, acreditamos que não há instâncias privilegiadas; e que a educação primária fatalmente permanecerá primária se não for envolvida na crosta superior de uma sólida e dinâmica cultura.

¹⁰⁶ NETTO, José Paulo, BATISTA, Nilo. *Op. cit.*, p.3.

Discordamos da prevalência que os outros problemas merecem, no tratamento da arte, como a Prefeitura vem fazendo¹⁰⁷.

Os **meios de comunicação** “oficiais,” não contribuem efetivamente para a divulgação da cultura, segundo os “marginais”, o que poderá exigir a busca de formas alternativas para se atingir os objetivos propostos :

III) OS “MARGINAIIS” E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Juiz de Fora possui três emissoras de rádio, uma TV, 3 jornais diários de razoável circulação, uma revista mensal. Diretamente, os “marginais” têm acesso a apenas um destes veículos. E há uma acentuada tendência de se catalogar toda manifestação ou tentativa “marginal” como “petulância”, “imaturidade” ou “estudentada”. O fato é que, na verdade, os veículos apresentam-se paupérrimos como contribuintes para uma simples tinta cultural.

Os “marginais” propõem que se revele alta e claramente a miséria total destes veículos. E mais: na aparente impossibilidade, ditada pela orientação “oficial” de sua maioria, de transformá-los, os “marginais” hão de apelar para todos os meios de difusão de suas idéias: de seminários em sindicatos e associações de bairros a explanações em praça pública¹⁰⁸.

Para os “marginais”, o **público** é vítima do tédio e da alienação provocados pela cultura “oficial”, portanto, faz-se necessário um tipo de intervenção, para mostrar, por exemplo, que “teatro não é chato”, conforme escrevem Nilo Batista e J.P.Netto:

IV) OS “MARGINAIIS” E O PÚBLICO

É bastante consolador para os “marginais” ver as fisionomias dos espectadores de qualquer manifestação artística (?) “oficial”, à saída. Mesclam-se o tédio, o cansaço, e a digestão mal feita. Todos querem voltar depressa às suas casas, à la recherche du temps perdu (Nova brincadeira nossa. A solução está com o Sr. Steinbeck, em *The Winter of Our Discontent*, N. York, 1961. Já o traduziram...).

Excluídos, pois, os familiares e os amigos (igualmente “oficiais”), pode-se sem erro dizer que o público admite pouco e mal os “oficiais”. Existe, entretanto, uma vasta área da população, cujas debilidades informativas (como também a propaganda, já que os meios de comunicação estão em poder dos “oficiais”, cf. III retro) levam a crer na “arte oficial” e em seus simpáticos p(r)o(f)etas.

Com a certeza de que a fração esclarecida de público já apóia indistintamente as magras iniciativas “marginais”, nós programaremos intensas atividades de esclarecimento às vítimas da desinformação e da propaganda, incluindo visitas a bairros e espetáculos populares, para a demonstração inicial de que “teatro não é chato”, “poesia não é fantasia”, e a “arte não é um folgado” dos privilegiados que ganham mais do que o salário mínimo.

Os marginais “desconfiam” da arte patrocinada por **governos**, mas defendem que os governos devem apoiar a arte:

¹⁰⁷ NETTO, José Paulo, BATISTA, Nilo. *Op. cit.*, p.3.

¹⁰⁸ *Ibid.* p.3

V) OS “MARGINAIS” E O GOVERNO:

Os “marginais” não acreditam muito em arte aceita e patrocinada por governos. Partem da premissa de que toda arte verdadeira é sempre um ato de subversão da praxis – um ato político (Basta ler Arte Poética, de um Sr. Aristóteles, e o mistério se desvendará. Há tradução...). Assim, criação é rebeldia.

A nossa Censura, esta não tem qualificações.

E quanto ao sistema instituído no país, na medida em que ele favorecer a arte, ótimo, caso contrário, oposição franca e aberta. Mas não se esqueça, jamais, que um governo (façamos hipóteses) que oprime a arte oprime a maioria da população. E é verdadeira a recíproca¹⁰⁹.

Encerrando o *Manifesto*, os autores mostram uma posição de esperança, acreditando que eles são capazes de convencer os “oficiais” a mudarem de posição e se tornarem “marginais”:

VI) OS “MARGINAIS” E OS “OFICIAIS”

Nem tudo está irremediavelmente perdido para sempre.

Os “oficiais” não têm como absoluto estigma o serem sempre “oficiais”.

Afinal, a troca de lados é uma constante na vida humana. E trocas há que são o fruto de pensadas decisões. Aliás, já foi dito que “Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades”. (Dois versos de Luís Vaz de Camões, um senhor Poeta, do qual não há tradução pelo fato de que ele escreveu exatamente em português).

Mas a posição dos “marginais” frente aos “oficiais”, enquanto tais, será:

DELENDIA OFFICIALIS.

Praia do Flamengo, fevereiro de 1968¹¹⁰.

Na semana seguinte à publicação do *Esboço para um manifesto marginal*, Nilo Batista escreve uma crítica de teatro à peça *Roda-Viva*, de autoria de Chico Buarque e dirigida por José Celso Martinez Correa. Na introdução, o autor já caracteriza o diretor como autêntico “marginal”. “Se José Celso Martinez Correa fosse classificado, na dicotomia definitiva instaurada pelo José Paulo Netto, em Juiz de Fora, o resultado seria um temível ‘marginal’ – talvez o mais execrado dos ‘marginais’ com direito à condenação do arcebispo e dos mais destacados meios ‘oficiais’”¹¹¹.

No meio do texto, no sub-título *Parênteses*, o autor volta, de forma bem-humorada, a tecer comentários sobre os “oficiais” e os “marginais”:

¹⁰⁹ NETTO, José Paulo, BATISTA, Nilo. *Op. cit.*, p. 3.

¹¹⁰ *Ibid.*, p.3. Nesta época, Nilo Batista, já formado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, tinha ido para o Rio de Janeiro para fazer um curso de pós-graduação e estudar Teatro. Em terras cariocas, conheceu João Guimarães Vieira, o Guima, dando início a todo o trabalho de colaboração para o suplemento *Arte e Literatura do Diário Mercantil*.

¹¹¹ BATISTA, Nilo. Teatro: *Roda-Viva*, de José Celso Martinez Correa. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.432, 18 e 19 fev. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

A distância de cem metros, é possível distinguir-se, num grupo de pessoas, os “marginais” dos “oficiais”.

Chamemos a essa proposição Teorema de Halfeld. Passo à demonstração. Os “marginais” freqüentemente discutimos. Essas discordâncias tão comuns não se limitam às obras “oficiais” sobre cujo mérito por ventura debatamos. É precisamente de nossos trabalhos que duvidamos, e o momento exato em que neles cremos, colocamo-los em cheque. É uma atitude dialética, segundo meu amigo Paulo Brás¹¹². Os “oficiais”, ao contrário, nunca discordam. Sorriem muito entre si concordando sempre com a trova da véspera, ou então sorriem muito entre si, gozando, na doce serenidade do olimpo halfeldico, as incursões “marginais”, que classificam, em dias de excessiva bondade, como “estudentadas”.

Está demonstrado o Teorema de Halfeld. Se, a cem metros, duas pessoas estiverem raciocinando, são “marginais”. Se estiverem sorrindo, são “oficiais”. (É claro, desde que o assunto seja arte: os “marginais” também sorrimos bastante, mas via de regra de outras coisas).

Posto que existam outras maneiras de reconhecimento dotadas do mesmo rigor científico, creio que o Teorema de Halfeld é verdadeiro até onde nos pode conduzir o formalismo lógico (e não pode muito).

“Delenda officialis” (ou como correto seja)¹¹³.

No mesmo exemplar do *Diário Mercantil*, José Paulo Neto apresenta o que ele chama de uma “sumaríssima bibliografia” para subsidiar o interesse pelo estudo estético que cresce cada vez mais, segundo ele, entre os leitores do jornal. José P. Netto lista cerca de 65 obras que ele julga essenciais para a compreensão do tema:

Embora sabendo que não escrevo, dado o caráter deste veículo, para leitores especializados, relacionei algumas obras que sei de difícil (ou mesmo impossível) aquisição. Mas é preciso ressaltar sempre que a miserabilidade da bibliografia em português não nos exime do esforço de conhecer outras. Entretanto, procurei o máximo em obras vazadas em línguas neolatinas¹¹⁴.

Não vamos listar aqui as 65 obras recomendadas, mas vale a pena lermos os comentários sobre as mesmas feitos pelo autor, uma pista significativa de suas referências teóricas:

- a) - seu caráter é, intencionalmente eclético. Figuram aqui desde idealistas objetivos (Hegel, Croce) a materialistas dialéticos (Lifshitz, Gramsci), passando por ameaçadas misturas filosóficas (Sartre);
- b) - procurei associar obras que operam em elevado nível de abstração (as Estéticas de Hegel e Lukács) a outras em que o objetivo é específico (ensaios de Garaudy e Coutinho); também remeti a clássicos (Aristóteles, Hegel, Lukács), paralelamente a modernos de menor estatura (Fisher, Lefèbre);

¹¹² Paulo Brás de Andrade, advogado, natural de Muriaé (MG) e, posteriormente, sócio do escritório de Nilo Batista, no Rio de Janeiro.

¹¹³ BATISTA, Nilo. *Op. cit.*, p.3.

¹¹⁴ NETTO, José Paulo. Para uma fundamentação estética. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.432, 18 e 19 fev. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

- c) - tentei unir a discussão de problemas gerais da cultura e da arte (Plekhanov, Caldwell) a coordenadas da nossa cultura (Coutinho, Schwartz, Gullar);
- d) - citei obras que, mesmo não tratando especificamente de teoria e/ou crítica literária, como as de Fergusson, Faure e Brecht, podem lançar luz sobre aquelas;
- e) - evitei remeter a artigos, alguns fundamentais, publicados em revistas ou jornais, pela absoluta dificuldade em obtê-los;
- f) - finalmente, o velho obstáculo da minha (e, talvez, da maioria dos leitores, especializados ou não) ignorância em matéria de idioma alemão: não relacionei nenhuma obra nesta língua porque, mesmo sabendo que aí estão algumas das mais vitais contribuições à Estética, não conheço uma só palavra em alemão. Penitencio-me, então, por conhecer apenas de notícia, ou por crítica alheia, ou somente por excertos traduzidos noutra língua, as obras de p. ex., Gloch, Adorno, Auerbach, Spitzer, etc¹¹⁵.

Num artigo subsequente *O espetáculo de esclarecimento - proposição ao I Congresso Marginal*, Nilo Batista teoriza sobre a relação entre a sociedade e a produção artística, defendendo a existência de uma correspondência entre as grandes épocas do teatro e os grandes textos. “Vamos apenas a outra coincidência: em tais períodos, havia nos participantes, em maior ou menor escala, uma consciência social, uma definição de sua posição nas relações com a sociedade e a natureza”¹¹⁶. No ponto de vista do autor, a tal consciência social não vigoraria naqueles idos de 68, quando a **apologia do mercado** e a **coisificação das relações humanas** transformavam o espectador da obra de arte num ser alienado e confuso:

A divisão do trabalho elevada ao grau paroxístico em que o homem perde o sentido do processo integral de produção, gerando mercadorias, e ele próprio – sua força de trabalho – mercadoria, a coisificação das relações humanas, o desgaste de padrões falsos enquanto deduzidos de uma ordem social organicamente falsa, a falência de deus, ou pelo menos sua concordata na expressão de um messianismo barbitúrico como forma inferior e de um aggiornamento desesperado como forma superior, o fetichismo se apoderando gradativamente de conceitos extemporâneos e inadequados à realidade que os deveria determinar, tudo isto, e mais uma extensa cópia de motivos que reiteram os expostos ou se lhes acrescentam, faz do espectador contemporâneo uma pessoa confusa¹¹⁷.

Para Nilo Batista, em tais circunstâncias, não caberia esperar uma atitude consciente do público em relação ao fenômeno teatral. Urge, então, a criação dos **espetáculos de esclarecimento**, que cumpririam a função de despertar a consciência social, habilitando o

¹¹⁵ NETTO, José Paulo. *Op. cit.*, p.3.

¹¹⁶ BATISTA, Nilo. O espetáculo de esclarecimento – proposição ao I Congresso Marginal. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.442, 3 e 4 mar. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 3.

público a participar ativa e criticamente da atividade artística. E, dentro da sua concepção, este tipo de espetáculo se destinaria prioritariamente aos operários:

É claro que se destina, em princípio, aos operários. A pequena-burguesia esclarecida já se definiu amplamente pela cultura “marginal”, e a porção que ainda não se definiu é constituída por duas espécies: os que podem ser atingidos e mudar suas concepções, e os que estão irremediavelmente comprometidos com a cultura “oficial”, e tombarão juntamente com ela (de resto, são apenas “oficiais” que não aprenderam direito a bater um decassílabo nos dedos, pequenos perigos latentes de um novo “oficial” em campo).

Para o esclarecimento da pequena-burguesia ainda hesitante, temos a imprensa, e as manifestações “marginais” de grupos evoluídos.

Mas, no caso dos operários, impõe-se a ida até os bairros e subúrbios, impõe-se o espetáculo de esclarecimento¹¹⁸.

Para Nilo Batista, o espetáculo de esclarecimento cumpre a função de transmitir conhecimentos e de se prestar ao despertar da consciência social:

O espetáculo de esclarecimento supõe um espectador amplamente alienado malgrê lui, perfeitamente capaz de nunca assistir a um espetáculo brechtiano, pelo simples fato de nunca assistir a coisa alguma, ou de preferir, honestamente, ir ver O Chapeuzinho Vermelho.

O espetáculo de esclarecimento não é pretensioso, nem intenta modificar coisa alguma, ou dar-se a pesquisas formais. Não se completa, não fecha o círculo.

O espetáculo de esclarecimento fundará o hábito de teatro no operariado da cidade, e não só de teatro (que não só de teatro se constitui ele) mas de arte. Esta poderosa forma de comunicação social poderá então realizar-se com o vigor necessário para distingui-la de folguedos inconseqüentes do mesmo nome, que panelinhas promovem para panelinhas verem¹¹⁹.

Quanto ao formato idealizado para tal tipo de espetáculo, o autor nos adianta o seguinte:

Seria conveniente que os espetáculos de esclarecimento se compusessem de projeção de um filme de curta duração, da exposição de poemas, de explicações genéricas sobre arte, da mostra de quadros, acompanhados do pintor, que elucidasse os espectadores sobre sua arte, e de música. Entretanto, creio que, aprovada a realização de tais espetáculos, os encarregados de sua execução deverão debater sobre a MAIS EFICAZ FORMA de realização. Quanto aos locais, sedes de clube de futebol, associações de bairros, sindicatos, etc¹²⁰.

Um exercício de crítica mordaz à produção cultural “oficial” da Juiz de Fora dos anos 60 está presente no artigo *Comentários críticos a uma antologia (OFICIAL) (FINAL) (ou: de*

¹¹⁸ BATISTA, Nilo. *Op. cit.*, p.3.

¹¹⁹ *Ibid.*, p.3.

¹²⁰ *Ibid.*, p.3.

como o rei continua pelado), de José Paulo Netto. No texto, ele usa de fina ironia para criticar a poesia “oficial” da cidade, que é por ele exemplificada pelos seguintes autores: Deusiana M. Levasseur Rocha, Marcus Cremonese, Antônio Savino, Marilda Ladeira, Wilson de Lima Bastos, José Carlos de Lery Guimarães, Paulo Japiassu e J. Ferraz Freitas. Para o jornalista Wilson Cid, editor de política, à época, José Paulo Netto provoca “um grande susto, botando a nu toda a intelectualidade da cidade”¹²¹.

É interessante lermos os comentários que José P. Netto faz sobre os poemas do livro de estréia da Srta. Deusiana M. Levasseur Rocha¹²²:

Novamente encontramos uma aspirante à poetisa que, para tanto, tem uma interessante credencial: representou Erato num certame de “Jogos Florais”. O único problema é que esta credencial, tão legítima nos limites da “cultura oficial”, não tem a menor validade além deste arrabalde literário.

Apriorismo?

Não. Vamos aos fatos (ou à “obra” da Srta. Deusiana).

Foi em 1964 que a autora brindou-nos com seus primeiros versos: Frutos da Solidão. E percorremos as quase 90 páginas do libresco com extrema dificuldade: o caminho que a Srta. Deusiana nos propõe é áspero, está cheio de coisas assim:

“Meu peito será o repouso
para os teus dias futuros
de cansaço...”
“Senti
tua ausência
traumatizando minha vida.”
“Eu quisera subir ao infinito
e me deitar sobre uma estrela”

Como se vê, a Srta. Deusiana mais parece ter organizado uma antologia de lugares-comuns.

E é dela, neste livro, aquele verso que reputo, com certa autoridade (pois li, reli e tresli todos os “oficiais”), o pior já escrito em Juiz de Fora:

“...ciumentamente comigo...”

Há uma faceta interessante na Srta. Deusiana. Ela verseja também em italiano. Mas seu inexistente talento, noutra língua, não se expressa menos mal:

“Solitudine,
tu sei l’amica triste e perfida
de chi é solo”.

Enfim, a inevitável conclusão: a solidão da Srta. Deusiana não deu frutos. Deu pequenas asneiras em forma de versos¹²³.

A escrita mordaz de José Paulo Netto não dá trégua e investe com ainda mais contundência contra o segundo livro da autora. Nestas críticas, o autor pretende desnudar o cenário poético da cidade, em que as trovas são o gênero por excelência:

¹²¹ Os trechos da fala Wilson Cid foram retirados da entrevista realizada em 23 mar. 2005.

¹²² Deusiana M. Levasseur Rocha é funcionária de um cartório de Registro de Imóveis, na cidade.

¹²³ NETTO, José Paulo. “Comentários Críticos a uma antologia (OFICIAL) (FINAL) (ou: de como o rei continua pelado)”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.460, 24 e 25 mar. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

Poder-se-ia esperar que o segundo livro da autora perdesse aquelas características que fazem do que ela escreve apenas tolices em versos: o primarismo emotivo, a pobreza vocabular, a falta de imaginação e a ignorância da poesia enquanto atividade cognoscente [sic]. O livro, contudo, trouxe-as em carradas. Vejamos:

Exemplo de seu primarismo emotivo:

“Foi ilusão nosso amor,
Doce mentira
Sem vislumbre de futuro,
Em que só eu acreditei.”

Exemplo de sua pobreza vocabular:

“Um pranto de cauda perdida,
Eu chorei
Inerte, quase sem vida...”

Exemplo de sua falta de imaginação:

“Só cabe agora indagar:
Por que são os homens
Tão maus?”

Exemplo de sua ignorância da função da poesia:

“Nascer.
Crescer.
Lutar.
Chorar.
Amar.
Desamar.
Nascer.
Morrer.

Mas, afinal, pra quê nascer?”

Basta de tolices.

Em seus dois livros a Srta. Deusiana só fez repetir o que todos os coraçõezinhos apaixonados do mundo dizem. Sob a capa de um falso coloquialismo, esta escritora encobre sua real incapacidade para captar o mundo e o homem através da lente da poesia ¹²⁴.

Ao terminar o artigo, que resultou, segundo o autor, da leitura de aproximadamente 975 (novecentos e noventa e cinco) páginas, contendo cerca de 500 (quinhentos) poemas, “...sem remeter aos trovadores (Srs., entre outros, Gonzo, H. Pontes, Vicente Guedes, Sra. Maria de Lourdes Costa et alter)”¹²⁵ José Paulo Netto explicita o que, para ele, seria a verdadeira poesia, aquela comprometida com a realidade do dia-a-dia:

O rei desse pessoal está nu. **O que eles falam de nós, os homens do dia-a-dia?** [destaque nosso]. Para que serve esta “poesia”? por que e em que ela é “bela”? Acaso ela o ajuda, leitor, não a suportar (isto é tarefa de outra coisa), mas a compreender e a transformar sua vida? Acaso esses senhores foram até você, saber como você vive, como você trabalha, como você ama, como você sofre? De que lhe interessa, meu leitor, uma poesia “profunda”?

Nós vamos continuar súditos deste rei pelado e destes cortesãos incapazes. E o que vamos fazer, velho, não é vestir o rei, expulsando os áulicos. Não.

Vamos varrer o rei e seus servos. Vamos proclamar a república.

Como? Indo a seu bairro, mostrando-lhe o que fazemos, perguntando o que você acha daquilo. **Perguntando o que você quer. Indagando como nós, os**

¹²⁴ NETTO, José Paulo. *Op.cit.*, p.2.

¹²⁵ *Ibid.*, p.2.

marginais, podemos melhor entender a você, e você nos entender a nós [destaque nosso].

Meu leitor, valeu ou não a pena ter paciência?

Valeu ou não a pena a sua (e a minha) certeza de que os “oficiais” não deram a Juiz de Fora mais que um falso brilho, uma falsa cultura, enfim, uma “cultura” de ouropéis e pó?

Velho, lembre-se de Voltaire, lembre-se:

Ecrasez l'infâme!

Barão de Juiz de Fora, 76.

V. Braga¹²⁶.

Na gestação daquilo que seria conhecido como os *Palimpsestos Marginais*, vários autores colaboraram com artigos emblemáticos, no suplemento *Arte e Literatura*. Eugênio Malta, por exemplo, em maio de 1968, escreve dois longos textos, em que compara as cidades de Juiz de Fora e Cataguases. Para o autor, ambas não existem, não são reais, apenas mitos:

Cataguases não existe [destaque nosso]. Mistificaram-na em torno de uma inteligência transcendente que a VERDE conseguiu deslocar para a evidência, que a MEIA PATACA propulsionou e que atemporalmente O MURO e O CAC se envolveram posteriormente. Todavia a Cataguases que possui um clube social, praças musicais, hotel-cataguases, um rio próximo, reuniões do Rotary, o escritório matriz da Cia Força e Luz Cataguases-Leopoldina e muitas indústrias, não é nada, pois Juiz de Fora, por exemplo, possui tudo isto e muito mais. Juiz de Fora possui o clube Juiz de Fora, Bom Pastor, Sport, Tupi, Vasquinho e outros, possui o Parque Halfeld, Menelick de Carvalho, Bairu e outras, possui Ritz, Imperial, Rocha, Palace Hotel e outros, possui rio Paraibuna, córregos, regatos, represa com o Náutico, possui Lions, Rotary e outros mais, possui a Companhia Mineira de Eletricidade e a Primeira Usina Hidroelétrica da América do Sul e finalmente, sempre foi chamada de a Manchester Mineira por sua capacidade industrial. E daí? **Juiz de Fora não existe da mesma forma** [destaque nosso]¹²⁷.

Malta explica, então, o que, na visão dele, dá sentido a uma cidade, que é, em resumo, a cultura produzida por sua gente:

A existência da cidade não se faz pelas quantidades de chuvas intermitentes e inesperadas, pelas quantidades de edifícios levantados pela CIA Arcuri, ou pela ITEC¹²⁸, por uma avenida de quase 4 km, por estações ferroviárias aqui ou ali, por um rio que causou duas enchentes, por uma Escola Normal ou Instituto de Educação, por uma Academia de Comércio ou Instituto Granbery de 70 ou 76 anos, por um cinema Excelsior ou Palace, por um morro como este do Cristo Redentor. **Uma cidade se faz por sua gente, por sua inteligência. Pela perspectiva humana** [destaque nosso]. A menos que já se tenha descoberto (genialmente) uma outra maneira de ser da comunidade como por exemplo alimentar latentemente um **desejo**

¹²⁶ NETTO, José Paulo. *Op.cit.*, p.2.

¹²⁷ MALTA, Eugênio. “Anotações de um estudo do ‘marginalismo-artístico’ cataguasense e perspectivas de um ‘idealismo-artístico’ juizforano” – 1ª parte (II). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.494, 5 e 6 mai. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

¹²⁸ ITEC - empreiteira que pertenceu ao engenheiro Itamar Augusto Cautiero Franco, ex-prefeito de Juiz de Fora.

coletivo de repentina emigração [destaque nosso], tal qual se fazia outrora, para que futuros arqueólogos venham estudar seus monumentos, marcos e ruas... Mesmo assim, convém lembrar (espero que em tempo), semelhantes cientistas dedicam-se a tarefas de reconstrução com o fim único e exclusivo de remontar uma civilização e descobrir costumes e comunidades de diversas formas, o que não passa de uma perspectiva humana. Inevitavelmente voltamos ao homem! Se ainda depois disto, ou deste vazio de situação cultural, humano, ainda se alimentar e se desejar continuar alimentando “cultura latente” (é quase erudição: processo acumulativo de saberes), nesta cidade de Juiz de Fora, convém lembrar aos diletos colegas que não é nosso desejo irônico esperar a coincidência de que o arqueólogo descobridor de Juiz de Fora, por infelicidade do acaso, tenha estudado em nossas mesmas universidades, contudo, vai junto um conselho, se é isto que se deseja, estejam certos que junto dele virá um paleontólogo para estudar o total esclerosamento e a fatal fossilização da cultura em J.F., Menfis ou Tebas nacional. **Que ou quem? Que é J.F. se ninguém dela está aí?** [destaque nosso] Até mesmo os revolucionários de 64, que levaram-na ao estrangeiro como precursora do seu movimento, estão todos fora. **Juiz de Fora se faz e não se contém** [destaque nosso]¹²⁹.

Num segundo artigo, Eugênio Malta critica a falta da compreensão da realidade artística da cidade, ele mostra **o descaso da maioria da população com o fazer artístico**, considerado por muitos como “alegoria juvenil ou passageira”¹³⁰. O autor também condena a falta de memória no que diz respeito ao que se faz em Juiz de Fora: “Nossas realizações são tombadas no buraco com o término do espetáculo (puro lazer)”¹³¹. E faz um apanhado da falta de projeção, ou visibilidade pública, das atividades culturais desenvolvidas durante o ano de 1967, que são diversas, mas ficam restritas a um pequeno grupo:

Ano passado, realizava-se na Galeria de Arte Celina¹³² (esta que só foi descoberta após o prêmio do Carlinhos¹³³), junto com o CEC¹³⁴ (estes vândalos notívagos, já que “ninguém” de Juiz de Fora ainda lhes reconheceu “valor” publicamente) fizeram realizar, por exemplo, o maior CURSO DE CINEMA do País (isto mesmo, o MAIOR DO BRASIL, até hoje) e a cidade nem tomou conhecimento, nem quis saber. **Realmente nossos juízes são de fora!** [destaque nosso] Devem ter pensado: não quero ser artista, pra quê que vou lá? Sinceramente se a finalidade do curso fosse distribuir carteirinhas para os seus alunos, lá na Galeria não haveria espaço nem para um terço dos seus “alunos”. Nas realidade havia mais cadeira vaga do que cheia, no findar do curso. Os que iniciaram ou fugiram de medo do papão chamado ESTÉTICA, ou não entenderam nada e rotularam: “superficial”. Há um ano atrás estava sendo exibido em Juiz de Fora (**dêem uma olhada no mapa-múndi e vejam Juiz de Fora ali**) [destaque nosso] o “filmezinho” dinamarquês VAMPYR, de Carl Dreyr e junto dele, havia mais 163 películas a serem exibidas entre Eisenstein, Griffith, Strohein e outros tantos mais. Hoje, apenas um ano passado, no mesmo

¹²⁹ MALTA, Eugênio. *Op.cit.*, p.2.

¹³⁰ MALTA, Eugênio. “Anotações de um estudo do ‘marginalismo-artístico’ cataguasense e perspectivas de um ‘idealismo-artístico’ juizforano” – 2ª parte (I). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.500, 12 e 13 mai. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

¹³¹ *Ibid.*, p.2.

¹³² A Galeria de Arte Celina foi um dos pontos de encontro mais freqüentados pelos estudantes e intelectuais do final dos anos 60; ficava localizada no segundo piso da Galeria Pio X, à rua Halfeld, centro da cidade.

¹³³ Carlos Bracher, pintor juizforano, hoje, residente em Ouro Preto (MG).

¹³⁴ CEC - Centro de Estudos Cinematográficos.

dia, o que resta daquilo é nada. Absolutamente nada. Assim foram os espetáculos como A MARGEM DA VIDA, de Tennessee Williams, com TUFJ¹³⁵, foi o CACIONEIRO DO LAMPIÃO, de Nertan Macedo, com o Divulgação¹³⁶, foi A MULHER SEM PECADO, de Nelson Rodrigues, com o TECI¹³⁷; foi a exposição de fotografias na Reitoria, foi o 2º FESTIVAL DE CINEMA BRASILEIRO DE JUIZ DE FORA. As idéias nascem e ninguém as colhe (só não caem de podre porque podridão maior está em tudo). As realizações não fecundam porque o útero local é estéril. Se alguns, agora, estão rindo (como é natural em nosso meio), hão de se lembrar que todo pioneirismo é quixotesco e claudicante, cabe à comunidade amparar e se interessar pela sua proliferação no tempo. Acontece que isto não se dá. “Porca miséria!”, isto não se sucede. Se alguém toma deliberadamente a iniciativa e sobre o punho levanta sozinho um feito qualquer a cidade se alcovita e espera os erros, os fracassos (que inevitavelmente virão) para então taxar: Amadorismo irresponsável! Horas de juventude! Coqueluche infantil! E não ficam só na denominação (se assim fosse estava ótimo) bloqueiam, impedem as próximas nas desculpas das primeiras¹³⁸.

Para Eugênio Malta, a cidade não valoriza os seus talentos e critica tudo o que é inovador: “ ‘...a nossa taba de índios’, como disse certa vez um Prefeito, continua censurando a priori qualquer tarefa artística porque não vai com a cara do sujeito que tem a idéia”¹³⁹.

Num terceiro e último artigo desta série, Malta retoma aquilo que, hoje, de acordo com Stuart Hall (2003) , poderíamos caracterizar como a essência da cidade diaspórica, aquela que, de certa forma, expulsa a sua *intelligentsia*. Para Malta, Juiz de Fora vive, nos idos de 68, um “tempo de terrorismo cultural”, que ele procura explicar lançando mão da figura mitológica de Hércules, símbolo da força e da violência, que sela as relações entre o poder público e os intelectuais de então. Malta quer dizer que, na falta do diálogo, impera a força. Para ele, então, neste contexto, resta aos juizforanos, que não conseguem realizar seus objetivos na cidade, sair daqui para centros maiores. Neste sentido, ele faz uma longa listagem daqueles que abandonaram a cidade e foram construir sua carreira em outros lugares:

A primeira, dar um adeus aquelas que lá foram, que eram do nosso meio e que hoje estão fora da cidade desenvolvendo por estes brasis afora qualquer atividade intelectual ou artística. Filhos de nossa cidade que nunca entendeu nada, ou que nunca se interessou por um valor que, aparentemente, não lhe reverteria benefício algum imediato. Alguns pintores como Paulo Pinto – autor do cartaz do II Festival de Cinema de Juiz de Fora - e Reidner, outros jornalistas como Fernando Gabeira – do antigo jornal “Binômio”, hoje, no “JB”; Geraldo Mayrink – membro do CEC, hoje na “Tribuna da Imprensa”; o Guimarães Vieira – hoje, no “Correio da Manhã” e professor de Artes Plásticas, dirige este suplemento, é, portanto, também um esperançoso e idealista de J.F.; uma figura marginalizada como a de Otto Alves

¹³⁵ TUFJ – Teatro Universitário de Juiz de Fora.

¹³⁶ Grupo Divulgação – grupo de teatro, criado em 1966, e que completa 40 anos de atividades em 2006.

¹³⁷ TECI – Teatro de Comédia Independente.

¹³⁸ MALTA, Eugênio. *Op. cit.*, p.2.

¹³⁹ *Ibid.*, p.2.

Ribeiro – antigo gerente do “Binômio” – fundador da “A voz do Povo” em Matias Barbosa, que faliu, consumido pela engrenagem (sic) atualmente profissional radialista local; Flávio Márcio do CEC;...(sic) – hoje trabalha no “Estado de São Paulo”; para lembrar dos estudantes: o José Luiz Moreira Guedes – ex-presidente da UNE, atualmente trabalha na rádio de Havana em Cuba; o Marcus Cremonese – poeta e desenhista, hoje no “JB”, o colega de coluna Nilo Batista, hoje, estudante de Teatro no Rio, a srta. Maria Andréia Loyola, quase vítima de desconjuro e excomunhão pelo “saber” e pela “virtude” de um beócio monossibilado do Liberticídio (sic); o cineasta Jurandyr Noronha – diretor de “Uma Negra Selvagem”, recentemente premiado com menção honrosa no II Festival de Cinema de Juiz de Fora; indo mais além, poder-se-ia bater nos relâmpagos como Henrique Pongetti – cronista da “Manchete”, Edmundo Lys e Paulo Mendes Campos. Ainda os músicos profissionais como Fabinho, Narciso, Walmiro, outros cantores como M^a das Graças (Cláudia), Teresa e Sílvio César; os compositores como Osair Ferreira, João Medeiros, co-autor de composições, e Messias dos Santos, ou mesmo outros como Paulo Brás, Helio Fernandes, Milton Dutra, Décio Lopes e Waldir Piêtro¹⁴⁰.

A segunda opção dos intelectuais é esperar que alguma renovação aconteça na cidade, para que aqueles realmente comprometidos com a cultura possam finalmente dar asas aos seus sonhos. Malta lança mão da mitologia para descrever esta possibilidade.

A segunda [opção], a bem da arte e da cultura local, esperar que os nossos falsos Hércules da atualidade vistam a túnica envenenada por Djanira no sangue do centauro Nesso e morram por conseguinte, agasalhando-se com o fruto do seu próprio trabalho: o assassinio total do monstro de 7 cabeças, habitante do “pântano” do saber e da beleza. Aguardar a construção da pira (III) pelos filhos adotivos de Alcmena que certos estão, ao tombarem mortos se juntarão às glórias dos que estão na História e no Olimpo dos Deuses¹⁴¹.

Depois das primeiras polêmicas provocadas pelo lançamento do *Movimento Marginal*, idealizado mais diretamente por José Paulo Netto e Nilo Batista, e na impossibilidade de se realizar uma verdadeira “profilaxia cultural” em Juiz de Fora, há uma correção de rumo, e também uma diluição do papel de ambos frente ao movimento. Na verdade, as propostas de realização dos “espetáculos de esclarecimento”, que levariam cultura aos operários, através de apresentações em bairros periféricos, e da “campanha de educação artística”, que teria como primeira etapa a condenação de “todo e qualquer diletantismo/charlatanismo feito em nome da arte”¹⁴² foram consideradas precipitadas pelos companheiros de José P. Netto e Nilo Batista, sendo então considerada necessária uma mudança de orientação. Uma das

¹⁴⁰ MALTA, Eugênio. “Anotações de um estudo do ‘marginalismo-artístico’ cataguasense e perspectivas de um ‘idealismo-artístico’ juizforano” (II). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 15506, 19 e 20 mai. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

¹⁴¹ *Ibid.*, p.2.

¹⁴² NETTO, Balancete necessário. *Diário Mercantil*, ano LVII, n. 16.472, 7 e 8 abr. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

argumentações utilizadas pelos simpatizantes do *Movimento Marginal* foi a de que não haveria necessidade de uma condenação pública da arte oficial, porque ela já estaria “morta e enterrada” e o que seria necessário, a partir desta constatação, era de que “precisávamos ganhar, inicialmente, o público constituído pela classe média, que abandonou as salas de espetáculos”¹⁴³.

De certa forma, a mudança de rota, mas não de objetivo, foi resultado das duras críticas recebidas pelos “marginais”, em especial, depois da antologia de autoria de José Paulo Netto, que tinha colocado a nu a produção daqueles por ele chamados de “oficiais”. Para exemplificar a fúria das reações, reproduzimos uma pequena parte de comentário publicado pelo poeta “oficial” Antônio Savino, em que ele ataca os “marginais” acusando-os de fazer uma “subliteratura” ou “literatura adolescente”. O alvo, certamente, é José Paulo Netto. O artigo tem o clima violento, que caracterizava os antigos pasquins do século XIX:

PAULO NETTO, você acumula as qualidades necessárias para chefiar a nossa oficialidade. Você que lança mão da crítica destrutiva. Você que critica pela impossibilidade de construir o poema maior. Você que é frustrado. Doente de alma e poesia. Um mesquinho. Um superficial. Um vulgar. Um tolo. Um adolescente. Não desejo estudá-lo dentro da psicologia. Não desejo vê-lo através de uma lente que lhe mostre o rosto. Não quero penetrar na sua epiderme – que não rompe facilmente. Você tem falsas noções ou noções vazias. Falsas bandeiras. Você, afinal, é um cretino mor que eu procurava para coroar rei em praça pública¹⁴⁴.

Na semana seguinte, a réplica ficou com Nilo Batista, que defendeu a Antologia Oficial, redigida por José Paulo Netto, e denunciou a violência utilizada por Antônio Savino, não para criticar obras, como fez Netto, mas para atacar pessoas. Não nos cabe aqui reproduzir esta polêmica, mas gostaríamos de fazer saber que os textos dos “marginais” não foram simplesmente ignorados, ou aceitos sem confusão, na verdade, aqueles textos “balançaram” a cidade e tiraram o sono de muita gente.

Em artigo publicado alguns meses depois, em agosto de 1968, José Paulo Netto volta a escrever sobre o que ele entende como o papel da arte na sociedade e sobre o espaço e a função da arte, numa cidade como Juiz de Fora, curiosamente conhecida como “Atenas Mineira”¹⁴⁵. Neste artigo, o autor defende que as manifestações artísticas genuínas sempre se realizam como processos de oposição ao *status quo* e, mais, que, apesar de toda a arte ser

¹⁴³ BATISTA. E agora, José? *Diário Mercantil*, anos LVII, n. 16.477, 14 e 15 abr. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

¹⁴⁴ SAVINO, Antônio. Comentário crítico (ou: de como se coroa um rei pelado). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.477, 14 e 15 abr. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

¹⁴⁵ De acordo com historiadores locais, foi Rui Barbosa quem cunhou a expressão.

participante, ela tem um caráter essencialmente descomprometido, isto é, jamais pode ou deve fazer apologia a alguma coisa ou alguém, mesmo que de forma velada. Para José P. Netto, a arte não pode se submeter à ordem vigente:

Doutra forma, deixa de ser um instrumento na luta contra a alienação, perde sua função capital de propiciar ao homem uma auto-consciência do desenvolvimento de sua humanidade. Nada mais exemplificativo, neste ponto, que o naturalismo dos escritores norte-americanos contemporâneos e/ou a de formação estalinista do realismo socialista¹⁴⁶.

Na opinião do autor, é exatamente o “caráter comprometido” da arte com o poder político e econômico de Juiz de Fora, que leva à estagnação das manifestações culturais da cidade. José Paulo Netto é taxativo: a cultura, em 1968, em Juiz de Fora, é um **mito**.

A cultura (tomo o termo em sentido estrito óbvio) de Juiz de Fora, em 1968, é um mito.
Há mitos prometêicos e mitos alienantes.
O mito de que Juiz de Fora é a Atenas das Minas Gerais está para além ou aquém, desta dicotomia: é um mito imbecil. Antes de ser um mito criminoso, é um mito errado¹⁴⁷.

Para tentar explicar o “deserto cultural” da cidade, o autor apela para o “caráter comprometido” das manifestações culturais urbanas:

Arte, produto caro, artigo de luxo em sociedade subdesenvolvida, adquire em peculiares circunstâncias, que em Juiz de Fora vicejam, um valor social falso (sem dúvida, precisamos de um Veblen: os valores conspícuos da Manchester Mineira convocam analistas). Determina status. É diferente, curioso, interessante (no sentido de Neruda), esnobe (no sentido original), meter-se com arte.
É evidente que um operário da fábrica de vidros Santo Antônio tem mais o que fazer.
Cuidam da arte, conseqüentemente, os “intelectuais”(quase sempre bacharéis), os professores consagrados pelo tempo, as jovencinhas de certa classe social, as donas-de-casa ociosas, os universitários que não trabalham, os burocratas que têm algum tempo livre, etc., etc.
Seria demais exigir destas consciências sociais (of. Ossowskij) um DESCOMPROMISSO com as instituições locais.
Há tabus, interesses, velhas amizades, famílias tradicionais.
Daí, o resultar em tudo o que fazem aquela anemia típica do conformismo da estreiteza de visão. Resulta, sobretudo, a mais completa ausência de consciência crítica, a supina ignorância do labor intelectual que se esvazia na elocubração cerebrina.

¹⁴⁶ NETTO, José Paulo. Uma questão de paciência? *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.589, 25 e 26 ago. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 2.

Sobre a nossa ribalta, espargem a luz.
Mas é uma ribalta provincianesca, iluminada pela mais antiga usina hidrelétrica da América do Sul¹⁴⁸.

José Paulo Netto conclui dizendo que desconhece soluções para o problema constatado, mas faz alguns comentários:

A longo prazo, a tão prometida Casa das Artes (será este o nome?), apesar dos problemas novos que acarretará, parece-me constituir uma das viáveis. Entretanto, a Prefeitura ainda reformará muitas praças antes de pensar no assunto.

A curto prazo, advogo, simplesmente, uma atividade artística TOTALMENTE DESCOMPROMETIDA.

Descomprometida com entidades, associações ditas culturais, times de futebol, clubes diversos, prefeitos e assessores, civis e militares, reitor e público, igreja e partidos (?) políticos. Uma atividade artística que seja, simplesmente, ativa e artística. Que não se preocupe com coquetéis, com prêmios de festivaizinhos, que não concorra a salões.

Uma atividade que se dê a público através de revistas mimeografadas (onde a FEL, da Faculdade de Filosofia e Letras?), de cursos (como o que o CEC-JF realizou recentemente, no Colégio Cristo Redentor), de palestras (onde as secretarias de cultura dos DDAA, os grêmios colegiais?), e do aproveitamento de zonas francas, desde que isto não implique em nenhuma concessão (como neste Suplemento).

A palavra-de-ordem, das faculdade às associações pró-melhoramentos de bairros, seria: **ARTE DESCOMPROMETIDA** [destaque nosso]¹⁴⁹.

4.3.2 *Palimpsestos*: a tentativa de reescrever a cidade

A idéia da criação dos *Palimpsestos Marginais* foi de Nilo Batista que, em 1968, estudava teatro, no Rio de Janeiro.

Nós estamos tomando um chopp ali no Amarelinho e o Nilo: “E se a gente parar de fazer crítica e fizer uma gozação da cidade?”. Eu disse: “Como é que é isso?” Aí, ele: “Vamos inventar que foram achados palimpsestos no Paraibuna. Mas o Nilo, evidentemente, não deu continuidade a isso. Eu fui lá, reuni a turma e disse: “Qual é a história? Cada um de nós vai escrever um capítulo, ninguém vai saber o que está escrito, vai saber apenas no dia que sair no jornal, e o outro tem que dar continuidade”. Nesse momento, havia um fusuê na Faculdade de Filosofia, uma pressão contra uma professora chamada Maria Andréia Loyola Rios, que, depois, tornou-se uma figura ilustre da Academia. Ela era uma mulher muito progressista e que estava sendo perseguida. Então, os *Palimpsestos* transformavam essas pessoas da vida real em personagens. A Maria Andréia virou o Mário André, que é o herói da história¹⁵⁰.

¹⁴⁸ NETTO, José Paulo. *Op. cit.*, p. 2.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 2.

¹⁵⁰ Os trechos da fala de José Paulo Netto foram retirados da entrevista realizada em 2004.

Nilo Batista explica o cenário da arte “oficial” em Juiz de Fora, que parecia uma coisa “fora da história”, que não era só algo ingênuo mas tinha também um sentido político, e que motivou a idéia dos *Palimpsestos Marginais*:

Chega uma hora em que a Manchester mineira já não era. E sobrevivia o lado Atenas, só que o lado Atenas, as manifestações consentidas eram sempre uma coisa assim muito descompassada, quer dizer, na verdade, [...] parecia que 22 não tinha acontecido, entendeu? Era uma coisa pré-modernista, porque a arte oficial tinha lá saraus, trovas, sonetos [...]. Se a idéia da Semana de 22 tinha sido muito radical, a bossa-nova não tinha acontecido. [...] Então, era preciso fazer alguma coisa com um sentido provocativo¹⁵¹.

As histórias dos *Palimpsestos Marginais* causaram a maior confusão na cidade, mas nada foi censurado.

Aquilo causou um rebuliço na cidade que você não imagina. Foi muito engraçado, a gente se divertia. A pressão era em cima do Guima [editor do suplemento *Arte e Literatura*], que era cunhado do Renato Dias Filho. O pessoal começou a pressionar o Renato, que era o diretor do *Diário Mercantil*, disse: “Esses meninos são uns malucos”. Ele pressiona o Guima, mas o Guima nos banca. O Guima diz: “Não, esses meninos têm o direito de falar o que quiserem”. Se não fosse João Guimarães Vieira, quero deixar isso claro, nada disso teria ocorrido. Nada. Os *Palimpsestos* foram um momento. O importante da nossa intervenção é que nós colocamos essas questões na rua, numa época em que a Universidade não estava tendo vida cultural, e em que quem fazia cultura, tomava porrada, foi reduzido ao silêncio, perdeu os canais¹⁵².

Os *Palimpsestos Marginais*, publicados numa série de seis, de agosto a novembro de 1968, constituem numa paródia da cidade, crítica contundente da oficialidade e da alta cultura de Juiz de Fora. O grupo de estudantes e intelectuais que escrevia no suplemento *Arte e Literatura*, do *Diário Mercantil*, sob a batuta do editor e artista plástico Guima, finalmente parecia estar pronto a desconstruir a cidade naquilo que ela tinha de sisudo e oficial. Para tanto, no suplemento dos dias 25 e 26 de agosto de 1968, seis dos colaboradores do jornal, Rogério Bitarelli Medeiros, José Paulo Netto, Gilvan Procópio Ribeiro, Eugênio Malta, José Cláudio Botelho e Nilo Batista subscrevem o artigo *Pequena introdução à história de Paraiburgo*, que reproduzimos aqui:

¹⁵¹ Os trechos da fala de Nilo Batista foram retirados da entrevista realizada em 13 dez.2005.

¹⁵² Idem.

A equipe de “Arte e Literatura”, fazendo uma excursão arqueológica pelas imediações do Campo de Pouso do Serrote, nas férias de 1968, encontrou no subsolo de algumas ruínas lá existentes uma urna contendo diversos rolos de pergaminho, que contam a história de Paraiburgo.

Como o estado dos documentos encontrados na urna não permitia a sua leitura imediata, a equipe se propôs a recompilá-los, dentro das possibilidades. Pronto o trabalho, verificou-se que os pergaminhos contavam a história de um agitado período de Paraiburgo.

Cada um dos elementos da equipe usou do máximo de liberdade na recompilação, visto que havia falhas imensas nos documentos originais. Explicam-se, assim, os títulos diversos dados a cada seqüência, bem como os saltos cronológicos, etc.

Como informação final, é bom notar que o estado dos originais fez com que se perdessem na utilização dos processos químicos, sendo totalmente destruídos.

É bom notar, ainda, que as únicas informações referentes a Paraiburgo, fora os documentos encontrados, são extremamente reduzidas e se podem resumir no seguinte: Paraiburgo nasceu no dia da mentira, de parto segundo a técnica do dr. Pero Alves Cabraulino. Teve lugar no calendário astrológico sob o signo de Áries, no ano cujo milhar no jogo-do-bicho representa o burro.

Esperando prestar um serviço à ciência com a publicação destes palimpsestos (em nº de seis), deixamos claro que cada um dos subscritores assume tudo o que foi afirmado pelos outros.

Sem mais, a história começará a ser publicada no próximo Domingo¹⁵³.

No domingo seguinte, lá estava o artigo assinado por Rogério Bitarelli Medeiros, sob o título *Roteiro de uma balada fordiana num povoado sem western*, uma sátira à cidade de Juiz de Fora e a seus principais personagens, em especial aqueles que militavam na política e nas artes. O artigo foi o primeiro de uma série de seis. Já que Rogério Medeiros atuava como crítico de cinema, o artigo foi escrito no formato de um roteiro. Nele, Juiz de Fora ganha ares de uma cidade fantástica, numa mistura de influências que, segundo o autor vêm do surrealismo, do dadaísmo, do cubismo e do realismo mágico latino-americano, e que tinha afinidade com novas formas de representação e de narração, privilegiando a ruptura, a montagem e a colagem¹⁵⁴.

Paraiburgo, aprazível província arborizada por idéias teutônicas, estava em festas comemorativas naquele dia. Falava-se muito na primeira usina hidro-elétrica superada do continente, em discursos inflamados durante a inauguração da remodelagem de velha praça. Alguém lia, através do microfone de uma altiva e patriótica emissora, um documento da Guerra do Paraguai. E a escola de samba Tra-lá-lá desfilou pelas ruas, cantando Michel Levaco¹⁵⁵.

Havia uma atmosfera de dependência¹⁵⁶ em cada avenida.

A população, ignorando os acontecimentos, não saiu para assistir às comemorações, pois nem só de estátuas vive o homem.

¹⁵³ MEDEIROS, Rogério Bitarelli et al. Pequena introdução à história de Paraiburgo. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.589, 25 e 26 ago. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

¹⁵⁴ Referência às informações da entrevista realizada em 22 nov. 2005.

¹⁵⁵ Referência ao enredo “Mascarada Veneziana”, de tradicional escola de samba de Juiz de Fora, que misturou o erudito e o popular, em sua execução. O enredo foi de autoria do jornalista José Carlos de Lery Guimarães.

¹⁵⁶ Brincadeira com as obras de abertura da Av. Independência, no centro de Juiz de Fora, obra emblemática do governo Itamar Franco.

Ao soar meio-dia, todas as fábricas de meias da “taba de índios” (segundo o alcaide), acionaram as sirenes. Foi neste momento, quando as autoridades instituídas marcharam para um banquete na Tradicional Fazenda¹⁵⁷, herdada por uma santa baronesa, que surgiu ao longo do Morro da Boiada Uivante a figura de um homem estranho e misterioso¹⁵⁸.

O personagem “estranho e misterioso” é Mário André¹⁵⁹, um forasteiro que chega à cidade para investigar o “GOLPE DO BAÚ”¹⁶⁰. Sua presença faz tremer representantes de toda a população, em especial o grupo que se reúne sob a sigla secreta B.A.E.P.E.N.D.I¹⁶¹: Angel Fontes¹⁶², John Charles, S. Lacerda, Adolfo Laissez-Faire, Lili Marreta, Rei Thor¹⁶³ e Norberto Medalha Falheiros¹⁶⁴, que reúne trovadores e organizadores do “Festival de Músicas Florais” - uma brincadeira do autor com vários personagens “reais” de Juiz de Fora. Mas, voltando ao baú:

Que conterà realmente o vexamoso objeto? Onde estará? Conterà alguns segredos para o novo FEBEAPÁ? Afinal, foi há quatro anos atrás, aqui mesmo em Paraiburgo, que começou este Festival. Conterà códigos políticos para monopolizar e burocratizar a arte? A Santa Aliança Municipal destruirá Mário André? Sabemos de antemão que o Baú possui coisas do arco da velha. Isto não é suficiente para elucidar o plano sinistro. Acompanhem os acontecimentos, aguardemos o desfecho¹⁶⁵.

Medeiros, que faz crítica de cinema no jornal, escreve uma espécie de roteiro, com direito a suspense e clímax. Este último acontece exatamente no momento em que Mário

¹⁵⁷ Fazenda São Mateus, dos primórdios da cafeicultura na região, muito visitada por Getúlio Vargas, nos anos 30.

¹⁵⁸ MEDEIROS, Rogério Bitarelli. Roteiro de uma balada fordiana num povoado sem western. Palimpsestos Marginais (I). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n.16.595, 1 e 2 set. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

¹⁵⁹ Mário André é o personagem da ficção, baseado na figura de Maria Andréia de Loyola Brandão, Dadá Loyola, hoje, comerciante, e, na época, professora da Fafile, que abandonou o magistério, acusada de “subversiva”.

¹⁶⁰ Nas entrevistas recentes, junto aos “marginais”, tentamos desvendar o mito do “baú”, objeto presente em quase todas as histórias. Vários deles falaram que o “baú” não era nem significava nada. No entanto, pareceu-nos uma coincidência que o livro lançado na mesma época pelo jornalista José Carlos de Lery Guimarães tivesse esse título e que a atuação do jornalista como poeta tenha sido alvo da pena ácida de José Paulo Netto. Talvez seja uma pista...

¹⁶¹ Sigla que remete ao Edifício Baependi, localizado na rua Halfeld, centro de Juiz de Fora, e onde ficava a sede do Núcleo Mineiro de Escritores.

¹⁶² Angel Fontes é o personagem da ficção, baseado na figura de Hegel Pontes.

¹⁶³ S. Lacerda, Adolfo Laissez-Faire, Lili Marreta e Rei Thor são provavelmente referências a trovadores.

¹⁶⁴ Norberto Medalha Falheiros é o personagem da ficção, baseado na figura de Roberto Medeiros, advogado, poeta e músico de Juiz de Fora.

¹⁶⁵ MEDEIROS, Rogério Bitarelli. *Op.cit.*, p.2.

André, “mescla de Doc Holliday e Napoleon Solo¹⁶⁶”, se encontra com o antigo inimigo João sem Terra¹⁶⁷. Vejam o que Medeiros nos conta na Seqüência 4:

No “saloon” tropicalista do povoado há uma enorme movimentação. O clima é bem próximo a “Gunfighter in Afternoon”¹⁶⁸.

João sem Terra, antigo inimigo de Mário desde o período das vacas gordas, irrompe no recinto. O piano afina uma canção sincopada. Todos os “trabalhadores braçais” da sigla B.A.E.P.E.N.D.I, que observam à distância, perdem a respiração. O senso do ridículo, já o perderam há muito tempo.

Mário acende a cigarrilha com o isqueiro, ao mesmo tempo em que bate uma chapa fotográfica (sem dúvida será entregue a Ponte Preta) de João sem Terra. Este, com um sorriso de poucas amabilidades, grita por uma dose de uísque. O “barman” atende solícito.

Sem Terra vira-se para seu adversário: “Vou expulsá-lo da cidade. Fiquei sabendo de sua vinda até aqui. Você não conseguirá o Baú.

Ele faz parte de nosso complô para destruir a cidade. Através dele dominaremos toda a região. Só conseguiremos isto através do mau gosto e da falta de imaginação. A picaretagem é o nosso lema! Seu erro foi não seguir o exemplo de seu pai. Como disso, vou expulsá-lo da cidade. Agora!”

O bar transformou-se num pandemônio. Várias pessoas esconderam-se sob as mesas. O piano silenciou. Os guerrilheiros da desocupação tática, que estudavam a tomada do poder soprando o hálito no copo da “laminha negra”¹⁶⁹, correram. Ninguém poderia evitar o conflito, principalmente porque, naquele instante, as autoridades estavam inaugurando, com um coquetel pela centésima décima oitava vez, o Palácio da Justiça.

O duelo era inadiável, contundente.

Sem Terra levantou-se inesperadamente da cadeira e, num golpe brusco, entou “Chiquita Bacana”. As vidraças partiram-se com a rajada. O candelabro caiu ao chão. Agindo com decisão, Mário André atirou várias partituras de Noel Rosa e Chico Buarque no rosto do meliante tropicalista¹⁷⁰, que caiu junto ao balcão.

A calma voltou ao recinto. Os guerrilheiros não voltaram.

Nosso herói bateu as abas do chapéu empoeirado e, vagorosamente, saiu.

Lá fora, sua garota, de calça Lee, que aguardava o duelo com ansiedade, correu ao seu encontro e, entre sorrisos onomatopáicos, foram assistir um banguê banguê na matinée do Cine Glória¹⁷¹.

No texto de Medeiros, chama a atenção o fato de que, no duelo final, vemos se enfrentarem o “meliante” tropicalista e o “herói” que usa como arma, para derrotar o primeiro, partituras de Noel Rosa e Chico Buarque. Em entrevista recente, o autor nos esclareceu de que tudo não passou de brincadeira, opondo os ardentes defensores de uma

¹⁶⁶ Doc Holliday é referência a um personagem clássico do faroeste e Napoleon Solo é referência a um detetive de famoso programa de TV da época.

¹⁶⁷ João sem Terra é o personagem da ficção, baseado na figura do promotor de eventos, intelectual e boêmio, João Medeiros.

¹⁶⁸ Referência a um filme clássico do gênero faroeste, “Duelo ao entardecer”.

¹⁶⁹ Referência à popular cachaça “Barrinha Preta”.

¹⁷⁰ O autor esclarece que não havia da parte dele qualquer tipo de aversão ao movimento tropicalista, até mesmo, pelo contrário.

¹⁷¹ MEDEIROS, Rogério Bitarelli. *Op.cit*, p.2.

identidade nacional purista e os ainda pouco compreendidos partidários de uma grande “geléia geral”. Pessoalmente, Rogério B. Medeiros sempre foi um simpatizante das vanguardas formais e do tropicalismo, o que não foi, como já vimos, unanimidade na época.

No domingo seguinte, quem dá continuidade aos *Palimpsestos Marginais* é o colaborador do *Diário Mercantil*, Gilvan Procópio Ribeiro. No seu texto, ambientado na Paraíba de 1817, ele relata à Sua Alteza o Imperador, o resultado da revolta que levou ao estabelecimento de um novo governo, e também as primeiras homenagens ao novo alcaide, Mário André. Ribeiro revela que trabalhou o texto, fazendo uma paráfrase da carta de Pero Vaz de Caminha, como pano de fundo para criticar o governo militar¹⁷².

Posto que uma revolta tivesse ocorrido e assim um novo governo estabelecido foram realizadas grandes festas para rememorar condignamente o glorioso fato. Tendo a revolta ocorrido na sexta-feira, na manhã seguinte mui grande desfile acordou os habitantes da cidade. Após a passagem da Escola de Samba Trá-lá-lá¹⁷³ desfilaram os Granadeiros Imperiais que impressionaram sobremodo, sendo deles, porém, o único senão nessas primeiras comemorações, visto que uma de suas catapultas se deteve em frente ao palanque do Alcaide por causa de avarias diversas que apresentava. Na ocasião foi muito comentado o estado mui ruim com que se apresentavam as referidas máquinas. O soberbo desfile terminou aí pois o instrumento bélico não mais permitiu a passagem das demais formações da Armada Imperial¹⁷⁴.

O texto escrito por Gilvan P. Ribeiro faz uma crítica velada ao golpe de março de 1964, quando as tropas comandadas pelo general Olympio Mourão Filho saíram de Juiz de Fora, em direção ao Rio de Janeiro, deflagrando o golpe militar. Desde então se tornariam comuns os desfiles do aparato bélico do Exército, no centro da cidade. Voltando ao divertido texto de Ribeiro, vemos que as homenagens ao alcaide não páram por aí:

Em a tarde deste mesmo dia a Diretoria da Universidade Imperial de Paraíba abriu seus portões para a brilhante recepção em homenagem ao novo Alcaide Mário André. Na ocasião, ser-lhe-ia dado o título de Doctor Honoris Causa em tudo. As festividades tiveram início aí ao som do Imperial Grupo de Músicos conhecido no local como A Banda. Logo após, o Magnífico Reitor quando então foi servido

¹⁷² Informação contida na entrevista concedida em 25 nov. 2003.

¹⁷³ A Escola de Samba Trá-lá-lá é uma referência à escola de samba Juventude Imperial.

¹⁷⁴ RIBEIRO, Gilvan Procópio. Mensagem do cronista mor a sua alteza imperial, em que são relatados os maravilhosos e não previstos fatos que ocorreram na imperial cidade de Paraíba. *Palimpsestos Marginais* (II). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.606, 15 e 16 set. 1968. Suplemento Arte e Literatura. p.2.

declarou aberta a sessão, um coquetel acompanhado de salgadinhos das mais diferentes espécies¹⁷⁵.

O novo alcaide, segundo o texto de autoria de Ribeiro, é homenageado em todos os salões, desde a Agremiação Pífio-Siamesa, até a “[...] Missa mandada celebrar na Matriz, quando o Cura saudou o Alcaide em nome de N.S.J.C.[Nosso Senhor Jesus Cristo] chamando-o salvador e herói.”¹⁷⁶. Isso, apesar do estranhamento causado, já que Mário André sempre teria feito oposição àquela organização. Mas nada se comparou à festa do Paço do Paraiburgo:

À noite, o Paço do Paraiburgo fez promover uma grande festa em que o grande dominante foi o luxo das damas presentes. Não faltaram os discursos a que uma turba imensa amontoada nos portões assistiu. (Aqui, abro parênteses para chamar a atenção de Vossa Alteza. Este Mário André é um indivíduo extremamente perigoso. Não reconhecendo os privilégios de casta, que tem a Sanção Divina, queria a todo custo que a multidão fosse admitida dentro do Paço. Foi muito difícil contê-lo. Algumas senhoras de alta estirpe chegaram a sair de si diante do simples pensamento de tal promiscuidade. Uma delas, chefe da Associação das Damas Professoras da Infância, teve de ser levada às pressas para o hospital. Uma vez, no meio da confusão – pareceu-me reconhecer pela voz um dos auxiliares do antigo Alcaide – gritou: Que se lhes dê as praças desfiles e os festivais... E chega!) A festa foi interrompida de sopetão por volta das 2 horas da madrugada, quando o Alcaide tomou-se de nervos ante a leitura de um poema de Deuiana¹⁷⁷, uma das poetisas ligadas à B.A.E.P.E.N.D.I., que aderiu ao movimento de Mário André. Posso afiançar a Vossa Alteza que o poema é realmente horrível mas a saída intempestiva do Alcaide vem concorrer ainda mais para a minha opinião: ele é muito perigoso. E pensa demais¹⁷⁸.

Mas, mesmo em meio a tantas festejos, Mário André acaba por desaparecer, levando com ele o Baú, e deixando a cidade em polvorosa.

No domingo seguinte, os *Palimpsestos Marginais (III)* vêm assinados por José Paulo Netto. Este é um dos melhores exemplos do estilo bem-humorado e crítico de um dos principais colaboradores do suplemento *Arte e Literatura*, e que introduz um personagem impagável e que, até hoje, mais de um quarto de século depois, ainda é presença constante na crônica política brasileira. Por isso mesmo, decidi reproduzir na íntegra a *Crônica da*

¹⁷⁵ RIBEIRO, Gilvan Procópio. *Op. cit.*, p.2.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 2.

¹⁷⁷ Deuiana é o personagem da ficção baseado na poetisa Deusiana Levasseur.

¹⁷⁸ RIBEIRO, Gilvan. *Op. cit.*, p.2.

agitação em Paraiburgo (título original: A queda de Cautimar Itec e sua infausta sorte, ocorrida a 25 de outubro de 1817):

13 horas

Cautimar Itec¹⁷⁹ voltara de sua lua-de-mel e a 1ª notícia que recebeu ao chegar à Alcaidia (sic) foi a da permanência de Mário André no povoado.

13, 15 horas

Cautimar Itec passou a mão pelo topete, que, àquela altura, já lhe caía sobre a testa. Havia algo por detrás da presença demorada de Mário André no povoado.

Mandou que buscassem seu assessor-direto, Durango Mot¹⁸⁰.

13, 25 horas

Durango Mot saía neste momento de uma reunião secreta com os membros da B.A.E.P.E.N.D.I., e, disfarçado em bacharel, subia a Rua Henrique¹⁸¹. Eis a explicação de seu disfarce: cioso de seu prestígio, Durango Mot ocultava suas relações com aquela organização de extrema-direita.

13, 27 horas

Vai daí que seu diligente preceptor, Luminoso Fortes¹⁸², o encontrou, e, em encontrando, discorreu sobre a necessidade de (em linguagem moderna) picaretarem com o alcaide: o coitado ainda não sabia de nada.

Em presença do alcaide, instruído por Luminoso Fortes, Durango Mot, que alimentava os sonhos do 1º em relação à Assembléia Imperial e os do 2º em relação à própria Alcaidia (sic) (sem contar, naturalmente, seus sonhozinhos particulares), relatou fielmente (nesse tempo, os assessores-diretores eram fiéis) a situação em Paraiburgo.

Nesta mesma hora:

Em sua sede, a B.A.E.P.E.N.D.I., depois de receber a adesão de Bebeto Esferinha¹⁸³, ex-agitador e atualmente compositor, ouvia um inflamado discurso de Filhon Moures¹⁸⁴, que dizia:

“As explicações de Durango Mot não satisfazem. O alcaide é um conciliador: julga que somos apenas trovadores (sic). Em minha coluna de amanhã, desafiarei a Alcaidia (sic) em seu próprio jornal. Mostraremos do que a B.A.E.P.E.N.D.I. é capaz! Numa palavra: ou a Casa das Trovas para nós ou a guerra civil!”

A assembléia, que contava agora com o reforço de 52 novos membros, aplaudiu-o de pé.

14 horas

Debaixo de uma ponte, os responsáveis pelo folha Literatura e Arte analisavam os problemas paraiburgueses.

Após constatarem que o alcaide e seu assessor-direto eram vulgares demagogos (Durango Mot, certa feita, mostrara a dois dos componentes do grupo, na própria Alcaidia (sic), a planta-fantasma de uma ainda mais fantástica Casa Popular da Cultura), resolveram mandá-los às favas.

Depois disso, rumaram (como diria Machado: calcante pede) para o Bairro Teresa, a fim de se juntarem aos operários da fábrica de plásticos Saint Anthony¹⁸⁵.

¹⁷⁹ Cartimar Itec é o personagem baseado no então prefeito de Juiz de Fora, Itamar Franco.

¹⁸⁰ Durango Mot é o personagem baseado no advogado Mauro Motta Durante, assessor direto de Itamar Franco.

¹⁸¹ Entre os “marginais” alguns nos relataram ser esta uma referência à rua mais famosa de Juiz de Fora, a rua [Henrique] Halfeld, outros disseram ser uma referência à rua Henrique Vaz, a mais popular da vida boêmia, na época.

¹⁸² Luminoso Fortes é o personagem baseado no comerciante Higino Curtis, dono da famosa loja *A Luminosa*, na rua Halfeld, e fiel escudeiro de Itamar Franco.

¹⁸³ Bebeto Esferinha é o personagem baseado no advogado Roberto Resende Guedes, membro do PCB, cujo apelido era Roberto Bolinha, e que estava sendo criticado por, temporariamente, ter abandonado a militância.

¹⁸⁴ Filhon Loures é o personagem baseado no redator da *Gazeta Comercial* e auxiliar de gabinete de Itamar Franco, Guilhon Loures.

¹⁸⁵ Referência à fábrica de cobertores São Vicente.

14,30 às 15 horas

A Frente Comercial, juntamente com o Clube dos Tigres e o Clube Rotativo¹⁸⁶, promovia uma palestra em sua sede. Falava o economista internacionalmente famoso Otávio Campos, sobre o tema “Como Lesar Honestamente o Fisco”.

Num edifício das proximidades, a Associação das Damas Professoras da Infância¹⁸⁷ realizava um chá de caridade.

E, em seu grupos de salas, o Instituto Antológico e Coreográfico de Paraiburgo¹⁸⁸ ouvia atentamente a erudita conferência do professor Raimundo A. M. Oliveira¹⁸⁹, sob o palpitante título de “Dos bigodes de Pedro I”.

Durante todo a tarde:

A delegacia de Polícia era palco de um lanche de confraternização entre policiais e bicheiros arrependidos.

E a Universidade Imperial de Paraiburgo estava fechada para balanço.

15,15 horas

Mário André recebeu a visita do acadêmico Ronái Peixeira¹⁹⁰, presidente do D.C.U.¹⁹¹, no momento exato em que revirava seu colchão, num apartamento do Blitz Hotel¹⁹², à cata de algumas pulgas.

O estudante falou-lhe que as coisas não estavam boas para o seu lado: a família de João sem Terra, aliada à dos Batista Aziz e à dos Ribeirões¹⁹³, juntamente com a Empresa Telefônica, fora apresentar contra ele uma queixa ao Prelado da IV Zona Eclesiástica.

Mário André largou as pulgas, abraçou Ronái Peixeira efusivamente e, pensando em toda aquela maldita confusão, convidou-o para umas batidas, ali no Efe Cachacinha¹⁹⁴.

15,40 horas

-Não é possível! – exclamou o alcaide passando a mão pelo topete que, a esta altura, já lhe caía pela testa.

-É a pura verdade, Excelência – concluiu Durango Mot. – Em resumo, eis a situação: os vereadores estão veraneando; a Empresa Telefônica descontou todos os cheques; a B.A.E.P.E.N.D.I. ainda não se definiu, por causa da Casa das Trovas e da nossa tolerância aos meninos do Vimarões Guieira¹⁹⁵; o Prelado da VI Zona Eclesiástica nos ignora, porque não foi seu padrinho de casamento; a folha Literatura e Arte aceitou as nossas ofertas; as classes produtoras, neste momento, realizam conferências, ao fim das quais, certamente tomarão a diligência e fugirão; os operários da Saint Anthony estão em greve; e Mário André (censurado, censurado, censurado)...

-Chame o John Charles e o Rei Thor... Depressa... E, para qualquer emergência, prepare o meu Aero-Willys preto...

16 horas

Os operários da fábrica de plásticos Saint Anthony, recentemente lesados por 3 louros africanos, estavam reunidos em assembléia geral. Consultaram os redatores da Literatura e Arte e concluíram que, sozinhos, nada poderiam fazer. Resolveram,

¹⁸⁶ Clube dos Tigres é uma referência ao Lions Club; Clube Rotativo é uma referência ao Rotary Club, entidades especialmente prestigiadas na cidade, nos anos 60.

¹⁸⁷ A Associação das Damas Professoras da Infância é uma brincadeira com a entidade filantrópica de Juiz de Fora, Damas Protetoras da Infância.

¹⁸⁸ O Instituto Antológico e Coreográfico de Paraiburgo faz uma brincadeira com o Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora.

¹⁸⁹ O personagem Raimundo A. M. Oliveira faz referência a dois intelectuais da época Joaquim Ribeiro de Oliveira, também empresário, e Henrique Hargreaves, irmão de Raimundo Hargreaves, à época, vereador.

¹⁹⁰ Ronái Peixeira é personagem baseado na figura de Ronan Teixeira, economista, então, presidente do DCE.

¹⁹¹ D.C.U. é referência ao DCE (Diretório Central dos Estudantes).

¹⁹² Blitz Hotel é uma referência ao Ritz Hotel, o mais chique da cidade, à época.

¹⁹³ Referência a algumas famílias da elite de Juiz de Fora: Batista de Oliveira, Assis e Ribeiro de Oliveira.

¹⁹⁴ Referência ao Chanan, bar na Av. Getúlio Vargas, freqüentado por estudantes e intelectuais.

¹⁹⁵ Os meninos do Vimarões Guieira são os meninos do Guimarães Vieira, responsável pelo suplemento *Arte e Literatura*.

então, manter contato com seus irmãos de desgraça , os operários da Feuder e da Mascadentes¹⁹⁶.

16,5 horas

John Charles e Rei Thor tremiam dos pés à cabeça. Durango Mot, silencioso, pensava em suas crônicas engavetadas.

Cautimar Itec era inteligente: longe estavam os tempos de Roma, em que o circo quebrava o galho. Realmente, era um inovador: pão e Praças!

Cautimar Itec estava tranqüilo: a taba de índios não era capaz de...

16,30 horas

Num canto qualquer de Paraiburgo, 2 homens mascarados recolhiam o misterioso Baú. Com extremo cuidado, colocaram-no dentro de um Volks negro.

Às 11 batidas de limão, tomadas no Efe Cachacinha, não tinham surtido o menor efeito sobre Mário André e Ronái Peixeira.

Horário desconhecido:

Depois de discutir alguns pontos ainda obscuros com os operários da Saint Anthony, os responsáveis pela folha Literatura e Arte sumiram. Dizem alguns que foram dormir, mas há dúvidas sobre este ponto: segundo as más línguas, os maquiavélicos cidadãos foram comer recém-nascidos tostadinhos na manteiga, numa casa suspeitíssima da zona sul de Paraiburgo¹⁹⁷.

17 horas

O rosto de Cautimar Itec tornou-se calmo com a chegada de Luminoso Fortes.

-Ah... Luminoso... Sabia que você voltaria... Como vão as coisas?

Luminoso, com voz tranqüila, começou:

-Vão mal, querido alcaide. Eu bem que lhe avisei, eu bem que lhe avisei... Os meninos do Vimarões Guieira sumiram, depois de armar uma terrível fofoca: a B.A.E.P.E.N.D.I., depois de queimar o seu diploma de sócio, aderiu aos revoltosos, explicando que (aqui, Luminoso sorriu) a voz do povo é a voz de Deus; os operários de todas as fábricas marcham em direção à Alcaidia (sic); Mário André, com a ajuda de Ronái Peixeira, que agora deve estar com sua noiva, obteve o Baú; e o povo pede a sua cabeça, Excelência.

Cautimar Itec ficou paralisado. Então, a taba de índios era capaz... Cautimar Itec olhou para todos os lados e não viu ninguém. John Charles, Rei Thor e Durango Mot desapareceram como por encanto. Pálido, indagou:

-E agora, Luminoso?

-O caso é sério, Excelência, muito sério...

-E você, Luminoso? Qual é a sua posição?

Luminoso já esperava a pergunta. Encarou Cautimar Itec e, com voz solene, exclamou:

-Excelência, o poder não me corrompeu. Sou escravo do povo. Sou do povo, vivo pelo povo, morro pelo povo.

-Então...está contra mim, Luminoso?

-Exatamente, Excelência.

17,45 horas

O congraçamento foi total.

Anunciado por John Charles e Rei Thor, Luminoso Fortes, assessorado por Durango Mot, falava ao povo, em frente à Alcaidia (sic). Afirmava que Mário André era o homem ideal talhado exatamente para o cargo de alcaide...

Os membros da B.A.E.P.E.N.D.I., sorridentes, recitavam trovas.

As classes produtoras, certas de que o movimento fora redentor, hipotecaram-lhe total solidariedade. O Clube dos Tigres e o Clube Rotativo ofereceram uma placa de ouro a Mário André.

E a Frente Comercial distribuiu boletim aos operários, concitando-os agora a pedirem redução de salários.

Um minuto depois:

O cadáver de Cautimar Itec, balançando na calha de uma lâmpada a gás de mercúrio, convidava à reflexão.

¹⁹⁶ Referência às fábricas têxteis Meurer e Bernardo Mascarenhas.

¹⁹⁷ Referência à casa da professora Maria do Céu, que, às vezes, servia de “cobertura” para as reuniões dos militantes do PCB e seus agregados.

Mário André, o novo dono do Baú, pensava.
Ser ou não ser alcaide, era a questão¹⁹⁸.

Eugênio Malta é o responsável pelo texto da quarta versão dos *Palimpsestos Marginais*, em que ele dá seqüência aos acontecimentos que marcaram a história de Paraiburgo, depois da fuga de Mário André com o precioso Baú. O texto publicado no domingo, 27 de outubro de 1968, traça novamente um retrato bem-humorado da cidade, fazendo críticas aos seus personagens e instituições. Mesmo havendo uma ordem na apresentação dos trabalhos e alguma unicidade em termos dos temas tratados, cada autor mantém uma certa independência no que escreve e os textos não funcionam da mesma forma que capítulos de uma mesma obra. Há questões colocadas antes que não são respondidas de imediato, mas isso não parece assim tão importante...

Paraiburgo, além dos Clubes Rotativos e dos Tigres e da Frente Comercial, possuía o Instituto Antológico e Coreográfico, fora as organizações menores. Diante desta sombra assombrosa de organizações Paraiburgo só tinha a orgulhar-se. Era, sem dúvida, uma cidade organizada.

Por detrás das aparências “um espectro ronda”...Paraiburgo – o espectro dos marginais. Todas as potências da velha Paraiburgo uniram-se numa Santa Aliança Municipal para exorcismá-lo (sic): o Alcaide, Antônio Olinda e John Charles, os tropicalistas de terreiro e os membros da B.A.E.P.E.N.D.I.¹⁹⁹.

Entre os personagens citados no texto, dois merecem destaque: Norberto Medalha Falheiros e Antonio Olinda. O primeiro, protagonista, é conhecido como um marginal falsificador, que vai conseguir reaver o baú roubado por Mário André. O segundo, Antônio Olinda, é o policial apaixonado, que tudo faz para impor disciplina a Paraiburgo. Inicialmente, vou transcrever o perfil de Norberto Medalha Falheiros:

¹⁹⁸ NETTO, José Paulo. Crônica da agitação em Paraiburgo (título original: A queda de Cautimar Itac e sua infesta sorte, ocorrida a 25 de outubro de 1817). *Palimpsestos marginais* (III). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.618, 29 e 30 set. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

¹⁹⁹ MALTA, Eugênio. O último dia de Norberto Medalha e sua “gang” – narrativa. *Palimpsestos Marginais* (IV). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n.16.642, 27 e 28 out. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

Norberto Medalha Falheiros ficara conhecido como marginal falsificador. Era realmente duro para ele (sic)²⁰⁰ sua face oculta fosse conhecida primeiro. Assumida então a liderança da B.A.E.P.E.N.D.I. (sic) para restituir o Baú. Criara vários departamentos na organização secreta para facilitar a burocracia. Estabelecera todos os objetivos em reuniões ocultas. Colocara em ação os respectivos departamentos para primeiramente, reaver o Baú, e, segundo, conseguir os estatutos de uma importante organização extinta, que terminara com o roubo dos bens e patrimônios da entidade por época do reinado de Afonso Luís na França e Dom Dramonte II na Espanha. Da dita organização só se conhecia a sigla: C.E.Q. Porém, publicamente, Norberto Medalha sentia a necessidade de apresentar uma “função social” e, para tal apresentava o reverso da medalha: era professor no Colégio São Joaquim (distinto estabelecimento de ensino em Paraiburgo. Sofria apenas o drama do espaço. Dada a enorme concorrência, era apertado: colocava 3 alunos em cada carteira), organizava movimentações de massa desde filas para votação, festivais, mão e contra-mão para ida ao cemitério em Dia de Finados, desfiles e até carnavais. Norberto Medalha, para o público, era um ilustre megalomaniaco e, para si, um falsificador de títulos. Sentia-se realizado diante do volume de gente que fazia aplaudir ao prometer, cada (sic) mais veementemente, mostrar um dia para as grandes massas, e como dia John Charles “até mesmo para a plebe ignara”, a Pedra Filosofal. E este dia seria 2 dias antes do Apocalipse anunciar o fim do mundo, nas proximidades do ano 2000. Norberto se cria também imortal. Era a grandeza e a vontade de poder que o fizeram transcendente sem dúvida. Para que ele não se apresentasse em público sozinho, Norberto Medalha escalava 4 membros da B.A.E.P.E.N.D.I. para estarem sempre com ele nas suas movimentações. Era a quádrupla perigosa que assinava o pseudônimo VAQUETO, sempre encontrada no Efe Cachacinha bebendo as famosas batidas de limão e cantarolando aquele jogo que faz lembrar o fado português: “Vira, vira, vira...virou”²⁰¹.

Quanto ao outro personagem, Antônio Olinda:

Conhecido agente ferroviário, que facilitava tremendamente os deslocamentos por via férrea da Guarda Imperial e dos membros da P.O.D.A.C.I.S., na Revolução de 30, Antônio Olinda, hábil e sagaz, tinha nas mãos o destino de todas as organizações de Paraiburgo. Certa vez raptara a filha de Norberto Medalha, Silvia Maria, para um dos 27 bairros de Paraiburgo, o bairro das Mártires Pastosas (nome dado pelo Instituto Coreográfico local, na época em que certas operárias foram esmagadas pelos rolos da fábrica de papel Nazifacha). Antonio Olinda perseguia avidamente Norberto Medalha e sua “gang”. Estivera várias vezes às escondidas, na sede da B.A.E.P.E.N.D.I., para flagrar e prender Norberto e demais membros de uma só vez²⁰².

O autor continua:

Antônio Olinda era da polícia local. Um apaixonado policial, que fazia tudo para instaurar a disciplina em Paraiburgo. Era o mais ferrenho inimigo daqueles que

²⁰⁰ Em alguns momentos do texto, as falhas de impressão dos originais dificultam o entendimento.

²⁰¹ MALTA, Eugênio. *Op.cit.*, p.2.

²⁰² *Ibid.*, p. 2.

ainda gostavam de falar sobre a agitação de 17 e dos operários da Saint Anthony. Antônio Olinda era perigoso e noturno, agia às caladas e sanguinariamente. Era também conhecido pelo apelido de “Antonio Chacina”. Sabia manobrar os dirigentes das organizações de Paraiburgo. Faziam-nos definitivamente comprometidos com ele, e pronto. O “rabo preso” era o seu lema²⁰³.

Norberto Medalha assumira a liderança da B.A.E.P.E.N.D.I e conseguira finalmente recuperar o baú, não sem antes ser alvo das críticas do pessoal da folha *Literatura e Arte* que criticou veementemente a palestra que o mesmo apresentou no Colégio São Joaquim com o tema “A origem do nome da cidade”.

No dia 2 de novembro de 1819 a cidade se entristecera, embora o sol estivesse claro com intermitências de branda chuva. Era finados. Mês passado chovera três dias seguidos e alagara todo o centro comercial de Paraiburgo. O então Alcaide-Mor Interino, Luminoso Fortes solucionara o problema com uma espécie de canalização suspensa que vira na Inglaterra. A realização causara bastante espanto, inicialmente, mas por fim terminara como tudo em Paraiburgo: sob fixas elogiosas ao Alcaide-Mor nas praças e chopadas. Nesse mesmo dia, houve uma passeata idealizada pela IV Zona Eclesiástica mais a Escola de Samba Tra-lá-lá, na rua Direita. Era também uma homenagem ao Baú, recuperado graças às catapultas de Paraiburgo. Norberto Falheiros reunira “sua gang” naquela manhã para aproveitar o momento em que o Baú passasse debaixo do Pálio em frente à Alcaidemia, para que se apossassem dele e logo fugissem²⁰⁴ (*ibid*, p. 2).

Antônio Olinda, que tinha gravado toda a reunião dos membros da organização, conseguiu prendê-los todos, com exceção de Norberto Falheiros, que se apossara do Baú e, milagrosamente, conseguira escapar.

Na sede da B.A.E.P.E.N.D.I., Norberto Medalha rememorava as suas glórias e ansiava sob sonhos o dia de assentar no trono da Casa das Trovas. Ele fazia-se feliz naquele instante. Levando à boca o copo de uísque, ao tempo em que desligava o rádio cujo ponteiro indicava a estação em que seus discípulos ouviam sempre os conselhos de Eliana Bitenchute, sorveu um gole doce e pensou: “O Baú será o ópio do povo. Custe o que custar, eu o farei...”

Norberto Falheiros já cambaleava quando, vendo o Baú, por entre as luzes das velas que ornavam o recinto secreto deixando manchas de amarelo e negro, no canto do cômodo ao lado da mesa em que costumava falsificar carteiras de membros da organização, lembrou-se do demérito que os meninos do Vimarões Guieira lhe fizeram passar ao criticarem seu trabalho sobre a origem do nome Paraiburgo. “Como ousam criticar Norberto Falheiros? Jamais! – pensava e bradava dentro do lúgubre recinto.

Norberto Falheiros havia dito que o nome de Paraiburgo tinha origem meritória e gloriosa de descender dos “burgos” (palavra bonita e sonora que vira num antigo

²⁰³ MALTA, Eugênio. *Op. cit.*, p. 2.

²⁰⁴ *Ibid.*, p.2.

livro), dos feudos, da Idade Média, quando a humanidade fora mais humana, mais integral. Levava, por isto, uma gozada em regra da Literatura e Arte, que lhe custou a prisão de todos os membros da B.A.E.P.E.N.D.I.. “Era um absurdo” – contrapunham os articulistas daquela folha. – “Paraiburgo era o nome dado pelo próprio povo”. Era o nome oriundo do rio que passava pela cidade, o rio Barro. E apresentaram o documento: “Paraiburgo, que durante algum tempo se denominou a vila e a cidade do Barro, mas que por ter o povo combinado em preferir ao nome do rio que banha e de algum caturra, que por ali morasse, a lei veio a não ter outro remédio senão o de crismar de novo, hoje é de fato e de direito a cidade de Paraiburgo”.

Norberto Falheiros estava arrasado. Ainda mais que soubera ter seu amigo Fernaldo Cauditi assumido gloriosamente o cargo de escrivão da feitoria de Calocurto, eles que foram colegas de estudos e de rua. Era demais.

Norberto Medalha estava torcido. O suor lhe escorria pelo rosto. E já nem ligava. Estava alucinado e alcoolizado. Transformara-se num ser estranho a si próprio. As luzes das velas o excitavam ainda mais. Despertavam-lhe seu lado de medo e místico.

Correra para um lado e para o outro. O espaço da sala parecia diminuir, transformar-se em cela, em cadeia.

Já não admitia o nome de Antônio Olinda. Norberto Falheiros revirava tudo e jogava a papelada para cima e para o chão. Tudo estava inútil. Tudo, todos os planos.

Dois seres pareciam em luta dentro de si. De um lado a grandeza e de outro o vazio dos objetos. Norberto Medalha achara numa das gavetas da mesa em frente ao Baú o Parabellum 7.35 que Antônio Olinda obtivera na revolução de 30 e agora havia esquecido na noite anterior ao sair às pressas da sede.

Já quase fora de si, Norberto Medalha debruça-se sobre o Baú para fazer um sacrifício à Arte. Norberto era o único membro a conhecer, até então, o conteúdo do Baú. Era demais. Tudo parecia chegar ao fim.

Norberto Medalha Falheiros, levando o revólver-pistola à altura do ouvido, não tivera tempo de escutar Clarice Marinho, sua esposa, que irrompera no momento, gritando desesperadamente: “Não! Não, Norberto, por amor a Deus e a nossa Filha Silvia Maria! Não! Não faça”...

Era tarde: Norberto Medalha dera um tiro na consciência culpada.

Evidentemente, a bala atingira apenas o cérebro.

Norberto falhara outra vez²⁰⁵ ...

Para Eugênio Malta, que retoma o tema, no final de 2005, os *Palimpsestos* revelam a cidade em que “era preciso não deixar que o novo viesse a tomar conta da bem acomodada vida de Paraiburgo”²⁰⁶.

Este é o primeiro motivo que, de imediato, fala ao paraiburguense, os devotos da evolução sedimentária. O receio de perder a garantia da evolução sedimentária e paulatina por qualquer tipo de mudança rápida e de sopetão é aterrorizante. O medo de perder o dia-a-dia balança a alma de Paraiburgo. A hierarquia social casa com a idéia de uma pirâmide onde no topo está o chefe, o comandante, o poderoso, o rei, o imperador de Deus. Toda ação que possa ameaçar esta estrutura é baderna, agitação inconseqüente, anarquismo, inspiração do diabo²⁰⁷.

²⁰⁵ MALTA, Eugênio. *Op. cit.*, p. 2.

²⁰⁶ MALTA, Eugênio. *Palimpsestus marginalis ressurectus: evolução sedimentária e revolução cultural* (II). Mensagem recebida por: «musse@terra.com.br» em dez. 2005.

²⁰⁷ Idem.

O quinto episódio dos *Palimpsestos Marginais* é escrito por José Cláudio Botelho. *Concrecinismo paraiburguês* é publicado na edição dos dias 17 e 18 de novembro de 1968. O texto mantém o tom irreverente e as críticas à cultura local, em especial aos eventos organizados pelos trovadores da cidade, entre os quais, os Jogos Florais, muito populares nesta época. Neste, como nos outros textos dos *Palimpsestos*, torna-se muitas vezes difícil a identificação dos personagens citados. O autor explica que, na época, por medo de represálias, o grupo dos “marginais” costumava lançar mão de uma linguagem cifrada, que nem sempre permitia a identificação imediata. Hoje, nesta releitura dos textos, recorreremos, dentro do possível, à memória dos seus autores para desvendar aspectos pouco compreensíveis dentro do diferente contexto de época²⁰⁸.

A quintosseqüência (sic) dos achados paraiburguenses aqui se acha. A ela: datando desta (...) outrora houve senhores que ao trabalho se deram de alevantar esta terra e, antes de mais nada, o vosso bom nome. Estes homens de negócio, letras (alguns sabiam ler e escrever o próprio nome), música (alguns batiam atabaque em dia de macumba), artes em geral (e eram muitos os entendedores de assuntos gerais), arranjos, ah!, nessa especialidade a maioria se encarregava. Em arranjos, todos se arranjavam...Certa vez, depois de muito trá-lá-lá, organizaram uns encontros que a plebe muito bom achou, não participava, apoiava sem ver... Reuniram-se todos os lavradores da Zona da Madeira para, numa diocese, amolar sua enxadas e picaretas(!), porquanto o mês das águas (suja) vem aí...

Dentre eles, um havia de proeminência tal, não que fosse o maior em estatura, ele até que era baixinho, que foi o maior da cidade nos negócios públicos. E isto ficou provado no I Encontro da Diocese de Lavradores da Zona da Madeira. Este senhor merece a citação, mas, abstando-me de encarná-lo, “omissão e covardia, eis o exemplo que devemos dar aos jovens...” fora encarregado de encontrar com os mais altos desta / cad(uc) os seguidores de Rui, mito deles in seculum suum... Assim, foi que lá pelas bandas de o burgo vice-rei locupletar-se de anos de cargo, reuniu na casa, na própria Casa das Artes Sacras (onde vedado era o público ribeirinho), sem aquiescência ou menção do pastor do condado paraiburguês, os trovadios (sic) numismáticos. Homens longevindos (sic), que ocupavam por certo o destaque que o de cá, inventaram um festival que se chamou de Músicas Florais, mas que poderia ter outros nomes como: grotesco, horrível, sofrível, imbecil e denominações do gênero. O prêmio deste festival foi um carro com boi e tudo, para possivelmente fazer alguém trabalhar. Nem que seja o boi...mas ocorreu que maldosamente roubaram o dito cujo deixando somente os chifres...e o festival não pode ser encerrado. Num outro, houve um prêmio muito melhor. Direi mais à frente²⁰⁹.

²⁰⁸ Além disso, deve-se ressaltar que a leitura dos originais impõe dificuldades, pelo fato de nem todos os exemplares encontrados na Biblioteca e no Arquivo Municipal estarem nas condições ideais de conservação e também pelas confusões advindas do sistema de montagem do texto nas velhas linotipos, que provocava muitos erros na impressão final.

²⁰⁹ BOTELHO, José Cláudio. *Concrecinismo paraiburguês*. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n.16.659, 17 e 18 nov. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

É o então estudante de teatro, Nilo Batista, que faz a sexta e última tradução dos *Palimpsestos Marginais*. O texto é escrito como uma trova, isto é, com rimas. A linguagem é empolada, nada coloquial. Nilo Batista satiriza o prefeito e o secretário de Educação, denuncia a falta de investimentos na área de cultura e critica as soluções que o “alcaide” oferece para os problemas dos seus súditos, concluindo, de forma pouco esperançosa, que a cidade não vai mudar e que aquilo que ainda o prende a ela é apenas o “amor”, “à medida que os laços se rompiam, sobrava o gostar dela assim sem ilusões”. O texto, publicado no suplemento dos dias 24 e 25 de novembro, é aqui reproduzido na íntegra:

I

Cena IV

(Na sala de audiências da Alcaidia (sic), entram Maurílio Himmler²¹⁰ e dois áulicos)

HIMMLER (ao alcaide)

Senhor, tenho pensado longa e atentamente
Na educação de nossa estulta e parva gente
E sem me pretender um sábio neste assunto
(Posto que em seu estudo fundiu-me o bestunto)
Posso lhe anunciar a solução final.

ALCAIDE

E então?

HIMMLER

A solução para este grande mal
É a escola primária – a escola primária!
Um pouco de burrice (a dose necessária
para fazer eleitores), fica inalterada
Só com a escola primária. Apenas saber ler
Compõe à perfeição quem vai nos eleger.

ALCAIDE

Mas oiço que reclamam incentivo às artes...

HIMMLER

Por Deus, Senhor, contende-vos. Vamos por partes
São muitos estes suplicantes?

ALCAIDE

São uns seis.

²¹⁰ Referência a Murílio Hingel, então secretário de Educação da Prefeitura Municipal. Hoje, alguns dos marginais fazem uma auto-crítica com relação à adoção de nomes depreciativos como este, que faz uma associação entre Hingel e Himmler, conhecido prócere do regime nazista.

HIMMLER

Irrelevantes numa votação! No mês
Passado, meu Senhor, um filósofo vi
Escrever uma coisa que não me esqueci:
“Enquanto ladram os cães a caravana passa”
Do exemplo de Sued²¹¹ atentai para a graça,
E mais: fazer de autor que escreve em tal maneira
(como já fiz eu próprio), autor de cabeceira.

ALCAIDE

Deverei prosseguir, então, com a caravana?

HIMMLER

E dar aos cidadãos a educação sacana
Que consiste, afinal, em dar-lhes o alfabeto
Suposto o manejá-lo mantido secreto.

...

Cena XXIV

O alcaide recebe vários cidadãos em audiência.

1º CIDADÃO

Meu Senhor: minha rua está um pouco escura
E sua água, em si, já não é muito pura.

ALCAIDE

Prometo iluminá-la hoje, e de tal jeito
Que não conseguirás, senhor, dormir direito
E quanto à água, é simples: a quarta adutora
Será, desta cidade, a outra Redentora.

2º CIDADÃO

Senhor, é tão escuro o local onde moro
Que até fazer um X na cédula...

ALCAIDE

Acompanhai, Durango, a este cidadão
E ensinai-lhe a votar em plena escuridão.
Depois, iluminai-lhe a casa com mercúrio.

DURANGO, à parte

Oh, Deus, quanto me custa um eleitor espúrio!

3º CIDADÃO

Senhor: fui assaltado em 16 ducados...

ALCÁIDE

²¹¹ Referência ao antigo colunista social do jornal *O Globo*, Ibrahim Sued.

Iluminai a consciência dos culpados!

4º CIDADÃO

Senhor: a minha sogra chegou lá em casa
E não quer mais sair. Como o fato me abrasa,
Queria...

ALCÁIDE

Compreendi (para dentro). Um córrego, depressa.

DURANGO MOT (trazendo um córrego)

Aqui está.

ALCÁIDE (ao 4º cidadão)

Toma. Anda a safar-te dessa.

5º CIDADÃO

Senhor: minha mulher engrinaldou-me a frente!

ALCAIDE

Já vou providenciar a construção de ponte.

6º CIDADÃO

Acabo de saber que minha filha é...

ALCAIDE

Mais luz!

(ao público)

Senhores, vejam bem que é uma luta.

...

II NARRAÇÃO

E, pois, tendo partido, tornei-me um tanto malquisto sempre que voltava. Não é que de minha parte propiciasse esta animosidade; pelo contrário, eu amava aquela terra, suas madrugadas frias que me introduziam pelo nariz recordações da adolescência. A verdade é que, à distância, conseguira talvez a globalidade no vê-la, e a via com seus defeitos e suas misérias, mas não com menos amor. Tentei parlamentar com todos que cantavam hinos patrióticos e bufavam passados duvidosos. Mas essa gente, por causa da inexplicável animosidade, nem ouvia, nem acreditaria, se ouvisse. À medida em que os laços se rompiam, sobrava o gostar dela assim, sem ilusões. Amarga sobra, nem me servia a cordiais saudades, nem me estreitava a ela, quando a revê-la.

Continuei assim, passando na rua Henrique, freqüentando os lugares da moda, um tanto contrafeito, bastante observado. Liguei-me a um grupo que conspirava. Que conspirávamos nós? Conspirávamos ao vê-la, conscientes, sem parlapatices, sem verborréias, sabendo-se portadora de uma Universidade Imperial “sem bússolas”,

sabendo-se regida por alcaides e acólitos que, por serem melhores que os de antanho, nem por isso modificariam qualitativamente coisa alguma. Os operários do B.A.E.P.E.N.D.I. não careciam eriçar-se contra nós. Conspirávamos, de certa forma, a nossa juventude que postulava transpirar-se, fixar-se – não no sentido de sua afirmação, mas no sentido de que nunca atingiríamos uma miserável amostra de plenitude em meio a tantos erros orgulhosos, desvios, mesquinhas.

Por isso, continuei assim. Uma noite sem nome, numa esquina qualquer, deparei com um baú. Colhi-o com algum carinho e esperança, e chamei amigos e amadas para o possível banquete. Afinal, éramos nós, somos nós – entendam-me e perdoem-me, queridos amigos – somos nós, e precisamos disso.

Aberto o baú, nada havia dentro.

Perplexos? Nem tanto. Era evidente que nada podia estar dentro. Como o dia amanhecesse, alguém sugeriu que nos preparássemos para o trabalho. Não havia sirenes nem carroças. O frio apertou um pouco. Agasalhados, nós sabíamos que a solução germinava no dia seguinte²¹².

4.3.3 Pós-Palimpsestos e o suplemento Júnior

O impacto dos *Palimpsestos Marginais* não arrefeceu o ânimo do grupo de colaboradores do suplemento *Arte e Literatura*. Em dezembro, Eugênio Malta faz um balanço do que foi feito, estabelecendo relações entre a situação dos marginais e a opressão política:

Passageiro pode ser o berro de uma meia dúzia de “cães” frente a um desfile de “tanks” (tanques) blindados no asfalto. Discutir a marginalidade dos “cães” é “artimanha” sociológica; discutir o desfile dos tanques não é “arte” nem “manha” e muito menos discussão sociológica; discutir se os “cães” berram, ou não, é “manha” de outra meia dúzia. Temos apenas, o menos passageiro, saber se ao restante, i.é., à “arte” dos “cães”, dar-se-á uma solução ou repertir-se-á, como sempre, indicando a saída aos “cães”?

Se para alguns o berro dos “cães” se transformou em manha e deu em nada, para outros, como se vê, encontrou resposta e a história prossegue; se para tantos o jeito dos “cães” não passou de uma arte(travessura) moleque de meninos marotos, para outros, o crédito aumentou e a gente continua escrevendo.

É lúcido, meu velho Pacheco, que quem grita pelos meios vira sempre sanduíche dos extremos. Esclarece-se: extremos de um torno, que tem seu curso limitado e sua função é exprimir (sic) (não exprimir), seu fim é comprimir (não compreender), numa palavra: oprimir. Noutra: esmagar. Para uns, cultores do ceticismo, o sorrisos-de-lado “basta” para dizer dos traquinas. Se esses aguardavam, ansiosos ou indiferentes, por um massacre vindo da “força” marginal, quebraram a cara (fuça temos nós), pois o marginalismo se caracteriza pela impotência de meios.

²¹² BATISTA, Nilo. *Palimpsestos Marginais* (VI) – Fragmentos e compilação de excertos de uma narração e uma comédia que encontradas foram. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.665, 24 e 25 nov. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

Outros mais, os burocratas, que felizmente fazem questão de não se misturarem com artistas, continuam fazendo a sua distinção publicando editais de mãos lavadas. Recorda-me, no instante, o dito de um deles no decurso de 1966-67. De trás do seu *bureau* de “cultura” em resposta ao pessoal do C.E.C – JF, que buscava, então, a verba prometida pela Reitoria para a realização de um curso de cinema: “Vocês são artistas, eu não, eu sou burocrata, não entendo nada das coisas que vocês fazem”. Felizmente, Pacheco, eles continuam nos seus devidos lugares e o Suplemento está nas mãos de quem lida com Estética e não arquivos²¹³...

Na continuação do artigo, Malta nos oferece uma “saída” para a crise instaurada, que é **produzir para o consumo**, ou uma “solução” que, segundo ele, significa “**enfiar a cara nos livros**”, entender o que é arte e trabalhar. Nesta segunda parte do texto, Malta também pretende deixar claro que os “marginais” ou “cães” não são crianças manhosas e birrentas, mas pessoas responsáveis, dispostas a arregaçar as mangas e trabalhar:

Sobra-nos a derrota, ou a vitória total. A derrota é a repetição da condição, portanto, já uma característica, é a saída de quem se acha vencedor. A vitória é o término da impotência de meios e por isso, uma solução. A oportunidade é uma saída, a vitória uma solução. Buscamos evidentemente a solução, mas se a história continua é porque só nos tem surgido saídas...

Assim como em Paraiburgo, após a agitação de 17, o Alcaide-Mor Luminoso Fortes doara o título ao morto Cautimar Itec de “Mártir da Intentona de 17”, os meninos do Vimarões Guieira reconheceram a saída, mas não a solução. É claro. Lá também, os meninos continuam à parte enquanto os Numismatas continuam adorando medalhas. Saída é encantar o povo com praças versus prostíbulos (assim como se fazia no Coliseu: cristãos versus leões). Saída é abrigar a família real desalojando a plebe. Solução é 3 anos depois da agitação de 17 (i.é. 1820) exigir a abertura da Côte e mandar o Rei Pelado de volta a Portugal (ou Provença), para proclamar a república, na independência dos meios.

Analisar a questão problemática do quadro artístico nacional (ou local) e decidir que o caminho é se curvar à máquina e produzir para consumo, especificamente para tal, à moda dos tropicalistas de terreiro, é encontrar uma saída. Solução é meter a cara no livro e nas [covas], estudar e “descobrir” primeiramente o que é arte. Independência é outra coisa...

Arte é trabalho e por isso requer sempre uma solução e não uma saída. Agora, birra, pirraça, manha é próprio das “crianças”, que, como tais, plantam capim na zona sul e grama na zona norte. É próprio dos disfarçados e dos secretários que usam o nome dos outros, que escolhem sempre a noite para perguntarem com veemência: “o que mais se deseja além da ‘ajuda de custo para imprimir cartões’”? Bem sabemos que viver não é prejulgar, viver é possuir um DKW e ir para onde quiser. Birra, pirraça e manha é próprio daqueles que fazem anotações à margem de movimentos ditos incongruentes, mas assinam com pseudônimo para não comprometer a casta e estarem quites com o código da missão. Manha é esconder a solução na mão direita e oferecer a esquerda vazia e interrogativa. Arte é trabalho, manha é apertar mais ainda a solução na mão direita e apontar a saída aos “cães” com o indicador da esquerda²¹⁴.

²¹³ MALTA, Eugênio. “Artes & Manhas”: solução ou saída? *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.684, 15 e 16 dez. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

²¹⁴ *Ibid.* p. 2.

Os *Palimpsestos Marginais* provocaram várias reações na cidade, muitas delas de indignação. “Enquanto a discussão era apenas programática, não tinha nenhuma reação, quando a gente começou a dizer que não tinha políticas públicas, que não tinha espaço público”²¹⁵, aí sim, começaram as reações especialmente do poder municipal. Os “marginais” continuaram sua colaboração semanal junto ao *Diário Mercantil*, por mais alguns meses. Finalmente, na edição de 5 e 6 de outubro de 1969, José Paulo Netto faz uma despedida temporária aos leitores, fazendo um balanço de 27 meses de trabalho com cerca de 90 contribuições publicadas:

Para nós, um veículo desta espécie não pode ter como função o incenso e o badalo, nem tampouco o mero registro dos feitos (mal feitos) intelectualóides da província. Sempre pensamos que um suplemento, das condições deste, para justificar sua existência, teria que se apresentar como órgão combativo, desmistificador, acentuadamente crítico e seriamente informativo.

Em nossas contribuições, não poupamos a picaretagem intelectual e vigarice institucionalizada; fomos impiedosos para com o ESTABLISHMENT e seus representantes, quer os de casaca, quer os de cueca. Algumas vezes, talvez, chegamos ao exagero, e até mesmo ao equívoco, mas jamais entramos no cambalacho do silêncio e da omissão, apanágio do país dos amordaçados²¹⁶.

Ao avaliar o que representaram os *Manifestos Palimpsestos*, há quase quarenta anos atrás, Luiz Sérgio Henriques tem a clareza de reconhecer que, sob alguns aspectos, quando desnudaram o governo Itamar Franco, os “marginais” bateram no alvo mais fácil, e isso talvez até mesmo tenha deixado a direita calada, já que o prefeito de oposição era quem ficava exposto.

Naquele momento, Juiz de Fora era uma cidade do MDB, do Itamar Franco, então, talvez, aquela rebeldia juvenil direcionada contra tudo atingisse o alvo mais fácil. O Itamar era um governante civil. Não que o Itamar não tenha seu lado ridículo, como todos nós temos, e não devesse ser criticado, não. Mas talvez como fosse muito complicado você atacar o general de plantão, o gorila de plantão, então, talvez a ironia fosse muito contra o Maurílio Himmler... E, no caso, eles ficam até muito bem na fotografia, porque eles foram governantes, homens descentes como eu acho que são até hoje, com todos os prós e contras. Eles suportaram uma carga pesada de ironias de uma juventude que estava sufocada, massacrada por uma ditadura, e eles suportaram o alvo, porque era um alvo fácil. Um alvo que não prendia, nem batia²¹⁷.

²¹⁵ Os trechos da fala de Nilo Batista foram retirados da entrevista realizada em 13 dez. 2005.

²¹⁶ NETTO, José Paulo. Uma despedida temporária. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVIII, n. 16.927, 5 e 6 out. 1969. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

²¹⁷ Os trechos das falas de Luiz Sérgio Henriques foram retirados da entrevista realizada no dia 25 out. 2005.

Numa linha de auto-crítica, Luiz Sérgio reconhece que houve coragem, mas também sectarismo, em muito do que foi escrito na época, reflexo inclusive da disputa política que marcava as eleições para o Diretório Central dos Estudantes, em que a velha rivalidade entre os militantes do PCB e os grupos de esquerda ligados à Igreja Católica que, no final dos anos 60, foram organizados sob a sigla da Ação Popular (AP), vinha à tona.

A socialização política era precária, como é precária em qualquer ditadura. Como diz Afonso Romano [de Sant'Anna]: “Não queira ser jovem numa ditadura”. [...] Mas nos éramos jovens, portanto com os hormônios ideológicos soltos, à flor da pele, sem pessoas próximas que nos controlassem; controlassem pedagogicamente. Um controle pedagógico: “Você está errado! Isso não é assim, isso não se faz”²¹⁸.

José Paulo Netto e outros “marginais” não ficariam muito tempo afastados da participação na imprensa. No início da década de 70, onde já estão configuradas várias mudanças no espaço urbano e também no espaço do *Diário Mercantil*, eles voltam a colaborar com o jornal, deste vez, no suplemento *Júnior*, que tem uma nova roupagem, um formato mais voltado ao leitor jovem, que começa a ser considerado como consumidor, numa cidade em que as imposições mercadológicas começam a ditar cada vez mais usos e costumes.

O *Júnior* surgiu a partir de 1970, com o propósito de atingir o leitor mais jovem. Encartado no *Diário Mercantil*, às quartas-feiras, o *Júnior* tinha formato tablóide²¹⁹, quatro páginas – a primeira página sempre com alguma cor – vermelho ou azul, de preferência -, muitas fotos (em especial de jovens), e algumas seções fixas, como *Divulgação Cultural*. Do seu time de colaboradores, nossos velhos conhecidos os “marginais” José Paulo Netto e Gilvan Procópio Ribeiro, que ganham agora a adesão de Luiz Sérgio Nascimento Henriques²²⁰. O editor do suplemento é um jornalista de larga experiência e muita ousadia, José Carlos de Lery Guimarães²²¹.

²¹⁸ Os trechos das falas de Luiz Sérgio Henriques foram retirados da entrevista realizada no dia 25 out. 2005.

²¹⁹ O suplemento passa a ao formato *standard*, em outubro de 1971.

²²⁰ Luiz Sérgio Nascimento Henriques, graduado em Letras, é tradutor e funcionário público, dividindo seu tempo entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora.

²²¹ José Carlos de Lery Guimarães foi um dos jornalistas mais importantes da história recente de Juiz de Fora, com passagens pelo rádio, jornal e televisão, além de um período como professor da UFJF. O curioso é que o mesmo José Carlos foi, apenas quatro anos antes, um dos alvos do “marginais”, que criticaram duramente seu desempenho como poeta, embora os “marginais” tenham sempre o respeitado como profissional de jornal. Como se vê, isso não atrapalhou o relacionamento do grupo.

A diagramação mais dinâmica e leve, e a proposta de atingir o público mais jovem não tiraram da equipe do *Júnior* a determinação de fazer pensar. Para Luiz Sérgio Nascimento Henriques²²², ao fazer um balanço do que foi produzido: “Estes foram alguns meses de razoável trabalho produtivo, no correr dos quais DIVULGAÇÃO CULTURAL mostrou estar além de mera DIVAGAÇÃO cultural”. Em seu texto, ele reconhece que as análises apresentadas partem ostensivamente do referencial teórico de Georg Lukács, a partir do qual, os autores analisam problemas específicos e gerais da arte e da cultura, autores e obras, literatura nacional e estrangeira, sempre numa perspectiva “histórica”, bem diferente da perspectiva “histérica”, comum àqueles que, segundo Henriques, consideram que o grupo não passa de “conservadores em literatura”, “rapazes de vinte anos com idéias de cinquenta”, ou ainda “ideólogos que subordinam a arte à política”. Nota-se, neste momento, na nossa opinião, o começo da perda da hegemonia que o núcleo do PCB tinha tido, até então, sobre o grupo de estudantes e intelectuais que participaram do DM.

Colocamo-nos decididamente a favor do que nasce: um novo homem e uma nova vida. Denunciamos todas as formas – quase sempre vistosas e vanguardistas – pelas quais se manifesta o velho mundo quase morto. Meio metafórico e muito esquemático, dirão os espertinhos (e as espertinhas também). Mas, no essencial, verdadeiro.

Por isso navegamos contra a corrente ou, se quiserem, contra o vento. Uma diferença nos separa, porém, do anarcóide Caetano Veloso e seus comentadores bem-pensantes: sabemos o que queremos e carregamos – meio à antiga – lenço e documento. Entenderam²²³?

No suplemento *Júnior*, Gilvan Procópio Ribeiro defendeu o que ele entendia por uma folha cultural, que apelava para a necessidade da crítica, deixando clara a bandeira político-ideológica daqueles que enxergavam na cultura necessariamente um **instrumento de transformação**.

Na província, reflexozinho abastardado dos grandes centros, prolifera, de modo geral, uma noção vaga de cultura que os meios de comunicação se encarregam de veicular: televisão é cultura, disco é cultura, filme é cultura, e daí por diante. Não há – e nem isso interessa aos meios de comunicação, no mais das vezes meros porta-vozes dos que desejam que consumamos a televisão, o disco, o teatro, o filme – **uma preocupação em delimitar o que é culturalmente válido e o que não é** [destaque

²²² HENRIQUES, Luiz Sérgio Nascimento. “Caminhando contra o vento”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LXI, n. 17.817. Suplemento Júnior, ano II, n.91, p. 2.

²²³ *Ibid.*, p.2.

nosso]. A delimitação fica a cargo de quem? A quem caberia a explicação daquilo que nos forçam a consumir por trás do rótulo de cultura? A qualquer um que tivesse a coragem e a sensatez de apontar a desumanização, muitas vezes, a estupidez, freqüentemente, e a mistificação, quase sempre, do que nos é dado para consumo. Em nenhum instante, em toda a longa evolução humana, poder-se-ia afirmar que “tudo é válido”. A validade das coisas é passível de aferição na medida em que contribui para uma maior humanização do homem. Tudo deve ser questionado a partir deste dado básico. Sem temer as acusações de hermetismo, de dogmatismo ou de velhice. As opiniões são sempre falíveis e muito mais rapidamente quando se procura moldar os fatos a elas.

Em Juiz de Fora tem-se partido para uma série de tentativas de experiência. Parece-nos estar vivendo, em termos estritamente locais, uma “piccola renascita” em relação à criação. Grupos teatrais já antigos, como é o caso do Divulgação, recém-saído da excelente montagem de “A Morta”, ou de grupos recém-formados, como é o caso do Teatro do Estudante de Medicina, que parte para a encenação de “Morte e Vida Severina” com uma organização e um esforço dignos de profissionais, conseguem dar ao teatro amador de Juiz de Fora um nível que ele dificilmente alcançou antes. A Universidade, ainda que mal e porcamente, consegue desempenhar algumas de suas funções como tal, incentivando aqui e ali algum tipo de pesquisa ou criação, neste quadro que, apresentando coisas indicativas de melhora, é ainda muito ruim, **é fundamental a existência de uma folha de cultura onde não se elogie** [destaque nosso] – para onde quer que se olhe só se vêem elogios, de bolsos cheios ou vazios – mas se discuta, se critique, se destrua, se for preciso, para reconstruir depois, em bases mais sólidas. Apesar de a crítica séria, segura, que compreende a complexidade de tudo o que se relaciona ao humano se tornar cada vez mais difícil. De um lado, pela espada de Dâmocles oficial que pesa sobre cada cabeça pensante e de outro pela transigência dos que acham que tudo é permitido²²⁴.

José Paulo Netto considerou extremamente positiva a possibilidade de colaborar com o suplemento *Júnior*, especialmente pelo perfil jovem dos leitores e o contato com o editor José Carlos de Lery Guimarães, alvo da sua pena panfletária poucos anos antes. Neste texto de despedida, ele faz um balanço do trabalho e sinaliza que, na década de 70, a ditadura aperfeiçoa os seus métodos de controle, o que vai provocar, também no espaço do DM, uma diminuição paulatina dos artigos de crítica, em favor, cada vez mais, de matéria leves, embora, a divulgação dos eventos de cultura e a publicação de poesias e texto literários prossiga. O cerco aos quadros do PCB também vai se fechando aos poucos...

Finalmente nosso trabalho aqui comprovou o cotidiano e lamentável clima de terror que hoje cerca o livre exercício da crítica cultural.

Nós, cujo objetivo é a análise da cultura em suas manifestações estéticas e sociológicas; nós que sempre nos pautamos pelo mais soberano desprezo para com estas mesquinhas políticas que andam por aí; nós, que só temos compromissos com valores humanistas (p.ex. a velha consagrada Revolução Francesa) – nós somos vistos como “perigosos” como “suspeitos” por alguns setores notoriamente

²²⁴ RIBEIRO, Gilvan Procópio. “Um suplemento cultural”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LXI, n. 17.817, 27 set. a 3 out. 1972. Suplemento Júnior, ano II, n. 91, p. 2.

parasitários desta urbe. Sabemos de vários casos curiosos, dos quais destaco apenas dois, realmente risíveis:

a) provecta anciã telefonou ao editor do *Júnior*, certa feita, para dizer-lhe que nós estávamos “provocando” e “caluniando” os seus jovens protegidos;

b) ilustre cidadão, bem situado na nossa elite de poder, colecciona cuidadosamente nossos artigos, sublinha minuciosamente as passagens que considera “suspeitas” e deixa este perigoso material na gaveta de sua mesa de trabalho.

É hora de dizer que estamos de saco cheio com tudo isto. **É hora de deixar bem claro que nosso interesse maior é a cultura e suas conexões com a sociedade global** [destaque nosso]. É hora de berrar a esses surdos que, por agora, nós só queremos uma coisa: tranqüilidade para estudar.

Quanto ao resto, estamos com Chico Buarque: nos guardando prá quando o Carnaval chegar [destaque nosso]²²⁵.

²²⁵ NETTO, José Paulo. “Papo final”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LXI, n. 17.817, 27 set. a 3 out. 1972. Suplemento Júnior, ano II, n.91, p.2.

CONCLUSÕES

No interior do supermercado localizado na principal avenida da cidade, chamam a atenção as fotografias colocadas sobre a parede do corredor. São imagens históricas de Juiz de Fora, que retratam um patrimônio arquitetônico que só existe hoje no papel. Os casarões e sobrados demolidos foram substituídos por arranha-céus, exatamente como este, em que o supermercado ocupa o andar térreo.

Até a década de 80, o terreno era ocupado pelo Palácio Episcopal, antes residência de algumas das famílias mais tradicionais da cidade, e que tinha sido doado à Cúria Metropolitana, para servir de casa ao bispo da Arquidiocese de Juiz de Fora. Construída em 1880, nos moldes da escola de Belas Artes de Paris, a casa da família do cafeicultor Domingos Nery Ribeiro, havia sido projetada por um de seus filhos, engenheiro-arquiteto, que tinha feito seus estudos nos Estados Unidos (PASSAGLIA, 1982, p. 147). O padrão da construção concretizava o ideal do núcleo de padrão urbano desenvolvido, que correspondia ao projeto da cidade de Juiz de Fora, nos oitocentos.

A casa mudara de proprietários algumas vezes, mas, conseguira se manter de pé, até o final da década de 80, quando sucumbiu à especulação imobiliária. Numa operação legal, mas considerada por muita gente como imoral, o prédio histórico foi vendido pelo arcebispo, Dom Juvenal Roriz, e demolido pela construtora Encol, então a “maior construtora do Brasil”, que, no início dos anos 90, entraria em processo de falência e deixaria várias obras inacabadas na cidade de Juiz de Fora, como em outras do Brasil.

A história recente do Palácio Episcopal serve de metáfora para a trajetória de Juiz de Fora. O ideal da cidade industrial, que entra em colapso, depois da década de 30, mas que ainda permanece no imaginário urbano até praticamente o início dos anos 60, não sobrevive às mudanças do país a partir de então. Curiosamente, a manchete do *Diário Mercantil*, que anuncia, no dia 1º de janeiro de 1970 - “Médici: Brasil-70 aceita os desafios”-, denota o discurso ufanista do “milagre econômico”, da adesão definitiva do país no mercado internacional de capitais.

Na ainda pacata Juiz de Fora, existe algo de novo no ar. Talvez, a chegada do primeiro computador: um modelo 1401 da IBM, que vai ocupar todo o quinto andar do prédio do tradicional Banco de Crédito Real. Ou será a construção de um edifício-garagem, o primeiro do interior do estado de Minas Gerais? A tradição escravagista do

café e o pioneirismo capitalista das fábricas são substituídos pelo fluxo do capital financeiro, pelo poder das elites emergentes, grupos ligados à construção civil e às empresas de transportes urbanos, comprometidos exclusivamente com o lucro, e que passam a ditar as regras da cidade. Abrem-se avenidas, acabam-se os bondes, derrubam-se os velhos casarões, tudo em nome do tráfego, do trânsito ao qual a cidade deve se curvar. É neste período que localizamos a ruptura com todo um curso da história, que vai desordenar o espaço urbano e impor, ao longo das décadas seguintes, novas formas de interação entre o homem e a cidade.

Ao longo deste trabalho, propusemo-nos a investigar as relações entre a imprensa, a cultura e o imaginário urbano. Observamos como o aparecimento tardio da imprensa no Brasil, apenas no início do século XIX, com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, está atrelado ao projeto da Independência e, em seguida, ao projeto Republicano. No caso específico de Juiz de Fora, as “folhas” que começam a pulular na cidade, na segunda metade dos oitocentos, são narrativas dos intelectuais que refletem o ideal do centro urbano a ser construído, como lugar de progresso e de civilização.

Durante as mudanças do século XX, investigamos o percurso histórico da cidade, numa perspectiva periférica, isto é, a forma pela qual a cidade foi deixada à margem do ideal republicano de constituição do estado de Minas Gerais, quando seu mais desenvolvido núcleo urbano foi preterido como opção para a instalação da capital, em favor de Belo Horizonte. Desde então, não só no nível do discurso, mas do percurso político e econômico, o até então pólo atrator, transforma-se em pólo expulsor de investimentos e, apesar do crescimento populacional do núcleo urbano, passa a ser considerado como lugar de passagem, e não de fixação da população.

A diáspora do capital e de muitas das elites pensantes se reflete na crise de identidade da antiga Manchester Mineira, que se transforma, nos anos 60, numa cidade de trovadores, ordenada e tradicional, tão ligada à estratificação do poder, que é desta cidade, que partem as tropas que vão iniciar o golpe de 1964, que instaura a ditadura militar no país.

Apesar desse contexto imobilizador, há vida nova sob as camadas da pasmaceira política e cultural. É assim que, em 1968, um grupo de jovens sinaliza com a ruptura da ordem vigente, através da apropriação de um espaço estratégico, no jornal mais conservador da cidade, em que eles vão dar visibilidade ao embate entre a cultura oficial e a cultural marginal, entre a cidade da ordem e a cidade do caos.

Os *Palimpsestos Marginais* podem ser analisados como um divisor de águas. Como bem lembrou, recentemente, um de seus autores, o advogado Nilo Batista, eles têm alguma coisa a ver com os *parangolés* de Hélio Oiticica¹, como também com *O rei da vela* e *Roda viva*, com *Terra em transe* e *Macunaíma*, com o tropicalismo de Caetano e Gil. A discussão sobre arte oficial e arte marginal tem muito a ver com o espírito da época, a Tropicália, que passa a definir tudo: “exuberância, cafonice, aparatos coloridos e apoteóticos, flores, frutas, selva e sabe-se lá mais o quê”(LIMA, 2002, p. 123). Não importa que tudo tenha começado com a proposta às vezes limitadora de arte engajada, de “arte como um serviço social”², como registra Arnaldo Jabor, em artigo publicado no *Pasquim*, em 1972:

O povo olhava embasbacado aquela multidão de jovens que lhes ensinavam coisas de dedo em riste, lhes fazia equações, empurrões, gritos de estímulo, eia!, sus! Querendo transformar os operários e camponeses em revoadas de torsos heróicos. O que ficou foi esta inédita, incrível, infantil, generosa, genialmente ridícula crença nos poderes transformadores da arte. Nunca se acreditou tanto na arte como força política, no mundo! Ficou disto também um amor pela realidade, uma fé, uma ambição de mudança que talvez seja a única marca registrada da Criação latinoamericana [...]³.

Os “marginais” incorporaram em seu manifesto não apenas uma postura política, oriunda do PCB, que buscava a hegemonia através da inserção institucional, como tão bem revelou neste trabalho o professor José Paulo Netto, até hoje, um “marxista impenitente”, como a postura de vanguarda, que idealizava uma nova linguagem, uma nova estética, que rompesse com os cânones do realismo crítico e de uma arte do naturalismo, que foi a posição em especial daqueles que foram seduzidos pelas longas discussões, no antigo Centro de Estudos Cinematográficos – CEC – e na Galeria de Arte Celina de Juiz de Fora, história que foi representada neste trabalho pelo relato do também professor Rogério Bitarelli Medeiros. Na verdade, não há consenso, entre os “marginais”, como uma leitura apressada dos *Palimpsestos* poderia sugerir. Existem afinidades, que se traduzem na ocupação do espaço público do jornal, e também um certo sentido de “missão”, de ganhar a hegemonia, dentro de uma tradição marxista, ou

¹ Referência à entrevista com Nilo Batista, realizada em 13 dez. 2005.

² JABOR, Arnaldo. Debaixo da terra. Rio de Janeiro, *Pasquim*, 4 jan. 1973 *apud* HOLLANDA, Heloísa Buarque, *Impressões de viagem: a nova poesia no debate cultural de 60/70*. Tese de doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978. p. 31.

³ *Ibid.*, p. 30.

de “experimentar o novo”, unindo-se da perplexidade e do sentimento de “festa” que se reflete em setores da música, das artes plásticas e da moda.

É um pouco de tudo isso, de que nos fala Jabor, num outro trecho do artigo já citado, em que ele sugere o hibridismo possível que define o “povo brasileiro”, naqueles idos de 60, e que surge do contágio generoso entre “aquele pobre presépio de madeira de caixote” da realidade do campo, com aquele “presépio mais industrial”, que é nossa realidade urbana . “E ficou nesta atitude a ensinança de como se montar a escultura pop mais de hoje, com plástico, tergais, sandálias japonesas, sapé e televisão, enxada e transistor, sob as luzes de mercúrio do sertão atual”⁴.

Hélio Oiticica ainda é mais radical ao relatar a experiência de seu percurso propositadamente “antiintelectual”, um caminho inverso ao dos salões, saraus e da “arte oficial”, que serviu de mote aos “marginais” de Juiz de Fora:

Enquanto muitos sonham com Paris, Londres, Nova York, etc., eu me dedico há anos ao que chamo de “volta ao mito” – com isso longe de ser uma atitude intelectual, abstrata, foi uma experiência decisiva no contexto da cultura brasileira -, a descoberta de forças expressivas latentes nesse contexto: não acredito numa arte cosmopolita (característica mais encontrada aqui) – para ser universal só desenvolvendo nossa própria capacidade expressiva: a dança, o rito, todas as manifestações populares (**Parangolé era a busca dessa origem** [destaque nosso]), o tropicalismo brasileiro, as festas coletivas, etc.. Nossa pobre cultura universalista, baseada na européia e americana, deveria voltar-se para si mesma, procurar seu sentido próprio, voltar a pisar o chão, a fazer com a mão, voltar-se para o negro e o índio, à mestiçagem: chega de arianismo cultural no Brasil!⁵

Há na irreverência das histórias de Paraíba, muito mais do que os seus autores, alguns dos quais, hoje, na casa dos 60 anos, parecem encontrar, quando relêem aqueles textos escritos no início da vida adulta, talvez porque, nessa autocrítica, eles se dêem conta da perversa apropriação do novo pela indústria cultural. José Paulo Netto (2004), quando escreve sobre o mercado nacional de bens simbólicos, na virada dos anos 60 para os 70, denuncia que, no momento em que o “modelo econômico” da ditadura militar se consolidou, partiu-se para a doutrinação da área cultural, utilizando-se o referencial da “integração nacional”, para a produção de uma “identidade” dócil, subserviente à idéia do “Brasil: ame-o ou deixe-o”. O autor não poupa críticas à contracultura, que, no ponto de vista dele, abriu caminho para o “vazio cultural” da

⁴ JABOR, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 31.

⁵ Depoimento de Hélio Oiticica a Marisa Alvarez Lima. LIMA, Marisa Alvarez. *Marginália: arte & cultura na “idade da pedrada”*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2002. p.123.

década de 70. É um ponto de vista que aliciou muitos adeptos, mas não há como negar a força da contracultura na mudança radical das relações sociais a partir dos anos 60/70 e também, o que consideramos mais importante, na valorização das vozes das mulheres, dos negros, dos homossexuais, de todas as minorias que passaram a se apropriar dos aparelhos de produção de sentidos.

Eugênio Malta, certamente numa abordagem menos ortodoxa, característica do músico e do artista plástico, nos *Palimpsestus Marginalis Ressurrectus*, enviados de Nova Iorque, em dezembro de 2005, faz a constatação de que: “...a industrialização capitalista engole, assim, facilmente os arroubos daquilo que era marginal, espontâneo e improvisado, esvaziando definitivamente a autenticidade do original pela sua reprodução em série...”⁶. Não vamos entrar aqui no mérito da discussão sobre a autoria, o que por si só já implicaria em outra pesquisa, mas, para alguns dos “marginais”, como para alguns teóricos, se há o prazer da ruptura, existe também o gosto amargo da apropriação da mesma pelo sistema. Tal constatação faz parte de uma reflexão de Régis Debray (1978), ao fazer um balanço dos dez anos do Movimento de Maio de 68, na França. Resgatando os dizeres de um dos grafites pintados sobre os muros de Nanterre: “Ce n’est pas une révolution, sire. C’est une mutation”, Debray antecipa a temática do esvaziamento do político, e a emergência de novos mecanismos de regulação do social, agora, subordinados aos sistemas de informação.

Certamente, ao final deste trabalho, chegamos a algumas conclusões, retiradas desse cenário privilegiado de análise. Gostaríamos de enumerá-las, neste momento, para que possamos, com mais clareza, colocar um ponto final (pelo menos temporário) em nossas investigações, lembrando sempre que pesquisa é processo e que a vida acadêmica deve ter por compromisso, não o de estabelecer verdades absolutas e definitivas, mas o de gerar a dúvida e de propiciar o debate e a circulação de idéias.

- A imprensa é uma instância de ordenação do espaço social, sendo formuladora das subjetividades e construindo relações identitárias entre o homem e o espaço urbano;
- A cultura é a trincheira última de resistência aos discursos autoritários, funcionando como um cordão umbilical que une o homem a um projeto político de sobrevivência, através do reconhecimento das diferenças;

⁶ MALTA, Eugênio. *Palimpsestus marginalis ressurectus*: evolução sedimentária e revolução cultural II). Mensagem recebida por: <musse@terra.com.br> em dez. 2005.

- A mobilidade e o trânsito possibilitam a formação de culturas híbridas, e a renovação necessária para que as culturas não se fossilizem;
- As novas tecnologias de comunicação, em especial os meios eletrônicos, são os avalistas de novas mediações sociais, em que o território e o contato físico são cada vez menos importantes;
- A cidade das letras cedeu lugar à cidade das imagens, o espaço público perdeu lugar para o espaço privado, as solidariedades operam hoje em outros domínios;
- O esvaziamento da instância política tradicional impõe a reflexão sobre novas formas de participação e de ativismo e de novos suportes para que essas ações se concretizem;
- O imaginário urbano é constituído das muitas narrativas sobre a cidade, portanto, a cidade é fábula, não existe uma única cidade “real”;
- Apesar do discurso da grande imprensa ser um discurso comprometido com os interesses políticos e econômicos do poder, existem brechas, através das quais um discurso periférico pode subverter as regras do espaço dominante;
- Em Juiz de Fora, um grupo de estudantes e intelectuais deu um novo sentido à cidade, apropriando-se do espaço público e ressignificando-o, através da construção dos lugares de afetividade. Ao mesmo tempo, pela apropriação do espaço de um grande jornal, esses jovens romperam com a ordem pré-estabelecida pelas elites políticas, econômicas e culturais, fazendo do suplemento de cultura um lugar de resistência para pensar a cidade, incorporando vozes marginais e dissonantes ao discurso hegemônico, permitindo a sobrevivência da diversidade e a instauração de uma nova relação de forças no espaço urbano, que vai resultar, em formas inovadoras de exercer a cidadania, com a formação, entre outros, de grupos ligados à preservação do patrimônio histórico, à ecologia e aos direitos das minorias, além de veículos alternativos de comunicação.
- Na nossa opinião, em Juiz de Fora, cultura e imprensa têm atuado no sentido da construção de um imaginário urbano que “relocalize” a cidade, isto é, crie novas fidelidades, novas formas de pertencimento, no panorama diaspórico do século XXI. Assim, respondendo à pergunta apresentada na Introdução,

concluimos que Juiz de Fora não se transformou num “não-lugar” e nem mesmo numa “anti-cidade”, mas é, sim, uma cidade de fronteira, com toda a complexidade que isso possa representar...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS, ARTIGOS EM LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS, CATÁLOGOS, FOLHETOS

Sobre cidade

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. 3.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994. 111p.

CAIAFA, Janice. Uma cidade, uma cena e alguns suvenires: processos de subjetivação na cidade e os devires do cinema. In: SILVA, André do Eirado et al. (orgs.). *Subjetividade: questões contemporâneas*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 155-173.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 150p.

GALIL, Aidê Maria Guarnieri. *O Estatuto da cidade: as condições da possibilidade de realização da função social da cidade e a conseqüente realização do conceito de cidadania*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2005.

JAGUARIBE, Beatriz. Fins de século: viagens no cosmopolitismo e na globalização. In: MENEZES, Philadelpho (org.). *Signos plurais: mídia, arte e cotidiano na globalização*. São Paulo: Experimento, 1997. p.67-82.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 3.

LOBO, Luiza; FARIA, Márcia Gonçalves S. *A poética das cidades*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.135p.

ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995. 86p.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1996. 348p.

SASSEN, Saskia. *The global city – New York, London ,Tokyo*. Princenton, New Jersey: Princenton University Press, 1994, Capítulo I, p.1-21.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 447p.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Trad. Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. 128p.

Sobre Cultura

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. 290p.

CHEVALIER, Scarlet Moon de. *Areias escaldantes – inventário de uma praia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 108p.

DEBRAY, Régis. *Modeste contribution aux discours et cérémonies officielles du dixième anniversaire*. Paris: François Maspero, 1978. 90p.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. Trad. Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995. 223p.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: a nova poesia no debate cultural de 60/70*. Tese de doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

_____; PEREIRA, Carlos Alberto M. *PATRULHAS IDEOLÓGICAS marca reg.: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 269p.

_____; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.101p.

_____; GASPARI, Elio; VENTURA, Zuenir. *70/80 cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000. 332p.

LIMA, Marisa Alvarez. *Marginália: arte & cultura na “idade da pedrada”*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2002.180p.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. 356p.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 222p.

_____. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003. 234p.

PENA, Felipe. *A volta dos que não foram: a geração pós-68 busca uma nova utopia para a política e a literatura, na era da televisão*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. 107p.

ROSS, Kristin. *Mai 68 et ses vies ultérieures*. Trad. do inglês Anne-Laure Vignaux. Paris: Editions Complexe, 2005. 248p.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura – a comunicação e seus produtos*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 180p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. 20.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 160p.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 524p.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou – a aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 314p.

WEBER, Henri. *Vingt ans après: que reste-t-il de 68?* Paris: Éditions du Seuil, 1988. 220p.

Sobre identidade

APPADURAI, Arjun. Global ethnoscares: notes and queries for a transnational anthropology. In: FOX, Richard G. *Recapturing anthropology. Working in the present*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. p. 191-210.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 102p.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine la Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 434p.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. Globalização e democracia. In: PACHECO, Anelise; VAZ, Paulo (orgs.). *Vozes no milênio: para pensar a globalização*. Rio de Janeiro: Gryphus, Museu da República, 2002. p. 15-31.

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Trad. Cristina Cabo. Rio de Janeiro: Record, 1999. 252p.

Sobre imprensa

ANDREOLA, Márcia Regina Gonçalves. *Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora*. Projeto experimental. Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 1 sem. 1995.

BARBOSA, Marialva. *Senhores da memória*. Tese (concurso público para professor titular). Setor de Jornalismo, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 1993.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70 – mais pra epa que pra oba...* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. 255p.

BURROWES, Patrícia Cecília. *Le Monde Diplomatique, um jornal para pensar*. Tese de doutorado. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. 161p.

CALDAS, Álvaro (org.). *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. 208p.

CID, Wilson. O “assassínio” de um jornal. In NÓBREGA, Dormevilly. *Reverendo o passado – memória juiz-forana - 3ª série*. Juiz de Fora: Ed. Caminho Novo, 2001. p. 119-122.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 441p.

MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 186p.

OLIVEIRA, Almir de. *A imprensa em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: datilog.. Palestra apresentada no Museu Nacional de Belas Artes (RJ), 1978. 59p.

PIZA, Daniel. *Jornalismo cultural*. São Paulo: Contexto, 2003. 143p.

RABÊLO, José Maria. *Binômio – edição histórica*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias/Barlavento Grupo Editorial, 1997. 260p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966. 583p.

Sobre Juiz de Fora

ALVARENGA FILHO, José Tostes de. “Alguns eventos da história bancária de Juiz de Fora”. In: BASTOS, Wilson de Lima et al. *História econômica de Juiz de Fora (subsídios)*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico, 1987. p. 31-60.

BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. *Letras da cidade*. Juiz de Fora: Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – Funalfa – 2002. 336p.

BASTOS, Wilson de Lima. Do Caminho Novo dos Campos Gerais à estrada de rodagem União e Indústria e estrada de ferro D. Pedro II. In: BASTOS, Wilson de Lima et al. *História econômica de Juiz de Fora (subsídios)*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico, 1987. p. 9-30.

_____. *Os sírios em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed. Paraibuna, 1988. 251p.

CASTRO, Newton Barbosa de. A contribuição dos imigrantes alemães à industrialização de Juiz de Fora. In: BASTOS, Wilson de Lima et al. *História econômica de Juiz de Fora (subsídios)*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico, 1987. p. 61-70.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “Europa dos pobres”: a belle-époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. 160p.

CID, Wilson. Visão da imprensa sobre o processo de desenvolvimento. In: BASTOS, Wilson de Lima et al. *História econômica de Juiz de Fora (subsídios)*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico, 1987. p. 71-81.

ESTEVEES, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915. 530p. (Reedição feita, em 1989, pela Prefeitura de Juiz de Fora; edição fac-similar pela Esdeva Empresa Gráfica de Juiz de Fora).

FALABELLA, Márcia [Cristina Vieira]. *Grupo Divulgação: o teatro como devoção*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004. 188p.

GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves. *Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalfa, 2001. 96p.

“GUIMA” – um nome na memória e na história de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Centro de Estudos Murilo Mendes (CEMM)/UFJF, 1-15 dez.2000. Folder da exposição.

GUIMARÃES, Heitor. *Juiz de Fora no século XIX*. Juiz de Fora: Typographia Central, 1901.

ITABORAY, Márcio. *Assuntos de vento* – breves histórias da MPB em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 2001. 211p.

LARocca, Maria Nazaré de Carvalho. *Sem cerimônia* - poesia. 2.ed. Juiz de Fora: edição da autora, 2000. 56p.

_____. *Poemas sem endereço*. Juiz de Fora: edição da autora, 2000. 67p.

LYS, Edmundo. A imprensa em Juiz de Fora. In: CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amyntas. *Imprensa mineira: memória histórica*. Ed. comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Belo Horizonte: Typ.Oliveira, Costa & Comp, 1922. p. 63-75.

MEDEIROS FILHO, João. Origem do Festival de MPB de JF. In: MOSTARO, Carlos Décio et al. *História recente da música popular em Juiz de Fora* (trint'anos) – 1º tomo. Juiz de Fora: Edição dos autores, 1977. p. 343-347.

MENDES, Murilo. *Transistor: antologia de prosa (1931-1974)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.54.

MOREIRA, José Carlos. Os Boca(s) da Zona, bem-vindos sejam. In: MOSTARO, Carlos Décio et al. *História recente da música popular em Juiz de Fora* (trint'anos) – 1º tomo. Juiz de Fora: Edição dos autores, 1977. p. 394-395.

MOSTARO, Carlos Décio et al. *História recente da música popular em Juiz de Fora* (trint'anos) – 1º tomo. Juiz de Fora: Edição dos autores, 1977. 425p.

MUSSE, Christina Ferraz. *Universidade, comunicação e construção da identidade institucional, na era da globalização: o caso da UFJF*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2001. 247p.

NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999. 409p.

_____. *Galo-das-trevas: (as doze velas imperfeitas)*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 478p.

NEVES, José Alberto Pinho (org.). *Baú de letras*. Juiz de Fora: Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, FUNALFA, 2000. 278p.

NÓBREGA, Dormevilly. *Juiz de Fora – sinais de uma história*. In: Catálogo da Exposição Artistas de Juiz de Fora. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 7 a 22 nov. 1978.

_____. *Reverendo o passado: memória juiz-forana*. 3.série. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 2001. 135p.

OLIVEIRA, Almir de. O advento da energia elétrica em Juiz de Fora. In: BASTOS, Wilson de Lima et al. *História econômica de Juiz de Fora (subsídios)*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1987. p. 82-92.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em história - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói (RJ), 1991. 192p.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2.ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria de Juiz de Fora, 1966.

_____. *Crônicas*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2001. 200p.

PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora (1930-1970)*. Dissertação de mestrado. DCP, UFMG, 1976.

PAULA, Regina Amélia G. *Juiz de Fora: um nome significativo ou um significativo no nome*. Juiz de Fora: 1994, 17p, dig. Inédito.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. *A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora: medidas iniciais*. Juiz de Fora: Instituto de Pesquisa e Planejamento da Prefeitura de Juiz de Fora, 1981. 193p.

PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c.1876-c.1922)*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói (RJ), 2004.

RIBEIRO, Gilvan Procópio. “*Guima*” - um nome na memória e na história de Juiz de Fora. Folder da exposição. Juiz de Fora: CEMM, 1-15 dez.2000.

SANGLARD, Jorge (org.). *Poesia em movimento – antologia*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2002. 224p.

SANTANA, Rodrigo; PUGLIESI, Stella. *Arquitetura moderna em Juiz de Fora – a contribuição de Arthur Arcuri*. Juiz de Fora: Funalfa, 2002. 88p.

SIRIMARCO, Martha. *João Carriço, o amigo do povo*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2005. 204p.

TAPEÇARIAS da Niva, pinturas e desenhos de Guimarães Vieira (Guima). Juiz de Fora: Capela Galeria de Arte, 5 nov. 1979. Folder da exposição.

THÉRES, Ymah. *Anelo de lua nova* – poemas e prosa poética. Juiz de Fora, MG: FUNALFA Edições, 2003. 103p.

VIEIRA, João Guimarães. A pintura em Juiz de Fora. Catálogo da Exposição Artistas de Juiz de Fora. 7 a 22 nov. 1978. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

YAZBECK, Ivanir. *Uma noite no Raffa's* – a História e as histórias do célebre night club de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Templo, 2003. 196p.

_____ (ed.). *Eu me lembro: 350 fatos, curiosidades e personagens, que marcaram as últimas décadas da História de Juiz de Fora, extraídos da memória de 28 cidadãos.* Juiz de Fora: Templo, 2005. 120p.

YAZBECK, Lola. *As origens da Universidade de Juiz de Fora.* Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1999. 169p.

Sobre mineiridade

BOMENY, Helena. *Guardiães da razão* – modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994. 204p.

PAULA, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 156p.

PAULA, Tanya Pitanguy de. *Abrindo os baús* – tradições e valores das Minas e das Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 168p.

ROCHA, Simone Maria. *A “mineiridade em questão”*: do discurso mítico ao discurso midiático. Tese de doutorado. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. 305p.

Geral

ALGAR, Antonio López de Suazo. *Diccionario del periodismo.* Madri: Ediciones Pirámide, 1977. 243p.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas.* Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 145p.

BARICHELLO. Eugênia Maria da Rocha. *Universidade e comunicação: identidade institucional, legitimidade e territorialidade na cena da nova ordem tecnocultural.* Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Comunicação, 2000. 309p.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Trad. Rita Buongermino et al. Rio de Janeiro: Difel, 2003. 256p.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Vários tradutores. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. 361p.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura – volume I*. 3.ed. Trad. Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.

COUTINHO, Carlos Nelson et al. *Realismo & anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 138p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. Trad: Aurélio Guerra Neto et al. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. 120p.

_____; _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Trad: Peter Pál Perbart e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. 240p.

DOWBOR, Ladislau et al (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

_____. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 1999. 85p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 14ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, (s.d.). 1499p.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada – as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 417p.

_____. *A ditadura escancarada – as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 507p.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 23 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GENTILLI, Pablo (org.). *Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. 251p.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Trad.: Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116p.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 271p.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional*. 4.ed. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 238p.

_____. *A grande recusa hoje*. LOUREIRO, Isabel (org.). Trad. Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo – vagabundagens pós-modernas*. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2001. 205p.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2004. 334 p.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, 205p.

RESENDE, Beatriz. *Apontamentos de crítica cultural*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002. 228p.

SAID, Edward W. *Fora do lugar: memórias*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Cia das Letras, 2004. 429p.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna – intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Trad. Sérgio Alcides. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. 193p.

_____. *A paixão e a exceção – Borges, Eva Perón, Montoneros*. Vários tradutores. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 298p.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 190p.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 268p.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. Trad. Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 209p.

TAYLOR, John. *O circo da ambição: cultura, riqueza e poder nos anos yuppies*. Trad. Maristela Marques de Faria Ribeiro. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1993. 268p.

VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Trad. Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Edições 70, 1991. 87p.

_____. *O fim da modernidade – nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 208p.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real!/: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 191p.

ARTIGOS EM REVISTAS E JORNAIS, ENCARTES ESPECIAIS

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos estudos*, São Paulo, Cebrap, n.49, p. 33-46, nov. 1997.

- A VIDA dura em Minas. *Realidade*, São Paulo, Ed. Abril, p.100-113, mai. 1972.
- ALENCAR, Cosette. “56 anos”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVI, n. 16.409, p.1, 23 jan. 1968.
- ALENCAR, Cosette. Da imagem do país. Coluna Canto de página. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, p.4, 27 out. 70.
- ARAÚJO, Wagner Correa de. Galeria de Arte Celina. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.434, p.5, 21 fev. 1968.
- ARTE e literatura. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 13 ago. 1970. Caderno 2, p.5.
- BARBOSA, Rodrigo. “Ainda falta coragem e atrevimento aos jornais brasileiros”(entrevista de Euro Arantes). *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 23 out. 1981. Caderno 2, p. 1.
- BATISTA, Nilo. Teatro: Roda-Viva, de José Celso Martinez Correa. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 18 e 19 fev. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.
- _____. O espetáculo de esclarecimento – proposição ao I Congresso Marginal. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.442, 3 e 4 mar. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.
- _____. E agora, José? *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.477, 14 e 15 abr. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.
- _____. A violência oficial (ou: os gentilhomens vestem a carapuça). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.483, 21 e 22 abr. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.
- _____. Palimpsestos Marginais (VI) – Fragmentos e compilação de excertos de uma narração e uma comédia que encontradas foram. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.665, 24 e 25 nov. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.
- BOTELHO, José Cláudio. Concrecinismo paraiburguês. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n.16.659, 17 e 18 nov. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.
- CAIAFA, Janice. Jornadas urbanas: alguns aspectos da produção da subjetividade no transporte por ônibus no Rio de Janeiro. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, vol. 8, n.1 e 2, p.4-22, jan/set. 1996.
- _____. Espaço, trânsito e linguagem nas ruas de Nova York. *Contracampo*, Niterói, Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, p.33-46, 2.sem. 2000.
- _____. Transporte coletivo nos Estados Unidos e a aventura própria de Nova York. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, Editora FGV, n.27, p. 88-105, 2001.
- _____. Povoar as cidades. *Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo, RGS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vol. III, n.2, p. 123-130, 2002.

CAMPONEZZI FILHO, Marcos. O *Diário Mercantil* e a Mata Mineira. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, n. 16.414, ano LVII, p.4, 28 e 29 jan. 1968.

CARVALHO, Maria Nazaré. Dia 21 de abril em Ouro Preto (1967). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.500, 12 e 13 mai. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

CAVALIERI, Irvén. Contexto. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, p.5, 6 mar. 1970.

CINEMA *Pharol*. O *Pharol*, ano XLV, n.163, p.1, 13 jul. 1910. (Notícia de cunho publicista sobre a programação do Cinema).

COELHO NETTO. O *Pharol*, Juiz de Fora, ano XLV, n.159, p.1, 8 jul. 1910.

COELHO, Teixeira. A revolução silenciosa. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 2 nov. 2003. mais! p. 11.

CUSTÓDIO, José Paulo. João Guimarães Vieira – a memória de uma “época de ouro” das artes na cidade. *Hoje em Dia*, Juiz de Fora, 30 jul. 1990. Suplemento JF Hoje, p.14.

DELGADO, Alexandre Miranda. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, ano IX, n.9, fev. 1985. 56 p. (Número especial da publicação contendo documentos referentes a Juiz de Fora, na era colonial, inclusive o documento de nomeação do juiz de fora, à p. 15).

DEPARTAMENTO de pesquisa. A propósito da censura prévia. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 70, p.5, 7 mar. 1970.

DIVULGAÇÃO: ano oito. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano 63, n.18.356. Suplemento DM – Domingo, p.1.

DOCUMENTO subversivo apreendido preconiza destruição da igreja. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, n. 17.259, p.1, 12 nov. 70.

EDITORIAL. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano 1, n.1, p.1, 23 jan. 1917.

ESTEVES, Albino. O Theatro em Juiz de Fora (Apontamentos). O *Pharol*, Juiz de Fora, ano XLV, n. 157. p. 1, 6 jul. 1910.

_____. O Theatro em Juiz de Fora (Apontamentos). O *Pharol*, Juiz de Fora, ano XLV, n.163,13 jul. 1910, p.1.

GABEIRA, Fernando. Saudade de Juiz de Fora. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1997, Encarte especial Juiz de Fora, ano 1, p. 8.

“GERÔNIMO” renuncia subversão. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, n. 17.253, p.1, 5 nov. 70.

HENRIQUES, Luiz Sérgio Nascimento. “Caminhando contra o vento”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LXI, n. 17.817. Suplemento Júnior, ano II, n.91, p. 2.

HOJE, o sumário de culpa da Ala Vermelha. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, p. 6, 4 dez. 1970.

J.F. vive nos palcos efervescência teatral com vários grupos nos palcos. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano 63, n.18.524, p.10, 1 e 2 dez. 1974.

LOPES, Décio. Quando o natal anuncia o carnaval e a quaresma. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 4 e 5 fev. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

LOPES, Malu. “Xis” de Fora, uai!. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1997. Encarte especial Juiz de Fora, ano 1, p.7.

MALTA, Eugênio. “Anotações de um estudo do ‘marginalismo-artístico’ cataguasense e perspectivas de um ‘idealismo artístico’ juizforano (I). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.843, 21 e 22 abr. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

_____. “Anotações de um estudo do ‘marginalismo-artístico’ cataguasense e perspectivas de um ‘idealismo-artístico’ juizforano” – 1ª parte (II). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.494, 5 e 6 mai. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

_____. “Anotações de um estudo do ‘marginalismo-artístico’ cataguasense e perspectivas de um ‘idealismo-artístico’ juizforano” – 2ª parte (I). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.500, 12 e 13 mai. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

_____. “Anotações de um estudo do ‘marginalismo-artístico’ cataguasense e perspectivas de um ‘idealismo-artístico’ juizforano” (II). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 15.506, 19 e 20 mai. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

_____. O último dia de Norberto Medalha e sua “gang” – narrativa. Palimpsestos Marginais (IV). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n.16.642, 27 e 28 out. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

_____. “Gosto não se discute em terra de eu-achismo” (polêmica aos diplomados em cursos-relâmpagos). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.678, 8 e 9 dez. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

_____. “Artes & Manhas”: solução ou saída? *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.684, 15 e 16 dez. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Cidade virtual: novos cenários da comunicação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, 11, p. 53-67, jan./abr. 1998.

MEDEIROS, Rogério Bitarelli et al. Pequena introdução à história de Paraiburgo. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.589, 25 e 26 ago. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

_____. Roteiro de uma balada fordiana num povoado sem western. Palimpsestos Marginais (I). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n.16.595, 1 e 2 set. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

MENDES Júnior: a difícil implantação da siderúrgica e dos projetos industriais. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LXII, n. 17.958, p.12,18 e 19 mar. 1973.

NETTO, José Paulo. Bilhete-resposta a Nilo Batista. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.420, 4 e 5 fev. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.3.

_____; BATISTA, Nilo. Esboço para um manifesto marginal. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.426, 11 e 12 fev. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

_____. Para uma fundamentação estética. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.432, 18 e 19 fev. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

_____. “Comentários Críticos a uma antologia (OFICIAL) (FINAL) (ou: de como o rei continua pelado)”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.460, 24 e 25 mar. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

_____. Balancete necessário. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.472, 7 e 8 abr. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

_____. Uma questão de paciência? *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.589, 25 e 26 ago. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

_____. Crônica da agitação em Paraiburgo (título original: A queda de Cautimar Itec e sua infausta sorte, ocorrida a 25 de outubro de 1817). Palimpsestos marginais (III). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.618, 29 e 30 set. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

_____. Uma despedida temporária. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVIII, n. 16.927, 5 e 6 out. 1969. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

_____. “Papo final”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LXI, n. 17.817, 27 set. a 3 out. 1972. Suplemento Júnior, ano II, n.91, p.2.

O BONDE do povo. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, n. 16.781, p.1,12 abr. 1969.

O JUIZ que era de fora. *Contato*, Juiz de Fora, MFC, mai.2000, n.122.

OLIVEIRA, Almir de. O juiz de fora. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.515, 1968. Edição Especial, 3. Caderno, s/p.

“OS BONDES...em fim de linha”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVIII, n. 16.778, p.4, 9 abr. 1969.

OLIVEIRA, Paulino. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. *Revista do IHG de JF*, Juiz de Fora, ano 2, n.2, p.20-29,1966.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A sociedade líquida. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 out.2003. Caderno mais!, p. 6.

PANORAMA: um jornal para todos. *Panorama*, Juiz de Fora, ano 2, n.737,p.1, 5 dez. 2005.

PEDRO NAVA INÉDITO. *D’Lira*, Juiz de Fora, Esdeva Empresa Gráfica, n.2,1984. Suplemento especial, 20p. (A entrevista de Pedro Nava foi concedida a Ricardo Corrêa Barbosa, colaborador da revista *Isto é*, no dia 11 de maio de 1983, no Rio de Janeiro, tendo permanecido inédita).

“PREFEITO de Bicas pede a Médici que não deixa Leopoldina sair”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LXII, n.17.972, p.3, 4 abr. 1973.

REFORMA dita perfil das Universidades. *Universidade*, Juiz de Fora, UFJF/Assessoria de Comunicação Social, ano 1, n.1, p.8, dez. 1995.

RIBEIRO, Gilvan Procópio. Mensagem do cronista mor a sua alteza imperial, em que são relatados os maravilhosos e não previstos fatos que ocorreram na imperial cidade de Paraíba. Palimpsestos Marginais (II). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.606, 15 e 16 set. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.2.

_____. “Um suplemento cultural”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LXI, n. 17.817, 27 set. a 3 out. 1972. Suplemento Júnior, ano II, n. 91, p. 2.

_____. Cíao. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 8 e 9 dez. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.3.

ROCHA, Isaura. Jesus de Oliveira: histórias de um idealista. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 7 fev. 2001. Caderno Dois, p.1.

ROLNIK, Raquel. Cidade brasileira: uma ou muitas? *Ciência e cultura – temas e tendências*, Revista da SBPC, ano 56, n.2, p.22, abr/mai/jun 2004.

ROMERO, Sylvio. O Theatro em Juiz de Fora (Duas Palavras). *O Pharol*, Juiz de Fora, n. 159,p.1, 7 jul. 1911.

SANT’ANNA, Affonso Romano de. Um centro sofisticado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1997. Encarte especial Juiz de Fora, ano 1, p. 58..

SAVINO, Antônio. Comentário crítico [ou: de como se coroa um rei pelado]. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.477, 14 e 15 abr. 1969. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

SILVESTRE JÚNIOR, H. Bracher. Revista *Momento*, Juiz de Fora, p.21, abr. 1975.

SOB O SIGNO da resistência. *Universidade*, Juiz de Fora, UFJF/Assessoria de Comunicação Social, ano 1, n.1, p.5, dez. 1995.

VIEIRA, João Guimarães. Rachel Jardim e os anos 40. *Diário Mercantil*, ano LXII, n. 18.004, 13 e 14 mai. 1973. Caderno de Domingo, p. 2.

VOGT, Carlos. Editorial. *Ciência e cultura - temas e tendências*, São Paulo, Revista da SBPC, ano 56, n.2, contra-capa, abr/mai/jun 2004.

YAZBECK, Ivanir. Os ex-bons companheiros – a exemplo da música mineira, o jornalismo tem o seu clube da esquina (Geração Mineira II). *Imprensa*, São Paulo, ano VIII, n.85, p. 54-59, out.1994.

MATERIAL GRAVADO EM ÁUDIO

BARBOSA, Leila Maria Fonseca Barbosa. *Leila Maria Fonseca Barbosa*: depoimento [mar. 2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora, 2005. 1 fita micro-cassete (60min): estéreo.

BATISTA, Nilo. *Nilo Batista*: depoimento [dez. 2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Rio de Janeiro, 2005. 1 fita micro-cassete (60 min): estéreo.

BECHARA, Michel. *Michel Bechara*: depoimento [jan.2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora, 2005. 1 fita micro-cassete (60min): estéreo.

BOTELHO, José Cláudio. *José Cláudio Botelho*: depoimento [out.2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora, 2005. 1 fita micro-cassete(60min): estéreo.

CID, Wilson. *Wilson Cid*: depoimento [mar.2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora, 2005. 2 fitas micro-cassetes (120min): estéreo.

COURI, Jorge. *Jorge Couri*: depoimento [out. 2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora, 2005. 1 fita micro-cassete (60min):estéreo.

FILHO, Renato Dias. *Renato Dias Filho*: depoimento [jun.1980]. Entrevistadores: Arides Braga, Almir de Oliveira, Robertson Plishke, Celina Braga Dias. Juiz de Fora, 1980. 3 fitas-cassetes (180min):estéreo.

GUIMARÃES, José Carlos de Lery. *José Carlos de Lery Guimarães*: depoimento [set. 1982]. Entrevistadores: Dormevilly Nóbrega, Wilson Beraldo, Mario Manzolino de Moraes (Mario Cesar), Eloisio Furtado e Natalio Chianello (Natalio Luz). Juiz de Fora, 1982. 3 fitas-cassetes (180min): estéreo.

HENRIQUES, Luiz Sérgio. *Luiz Sérgio Henriques*: depoimento [out.2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora, 2005. 1 fita micro-cassete (60min):estéreo.

JARDIM, Rachel. *Rachel Jardim*: depoimento[nov.2003]. Gravação feita durante a palestra de lançamento da 5. ed. de *Os Anos 40*. Juiz de Fora: Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, Funalfa, Prefeitura de Juiz de Fora. 1 fita cassete (60 min): 3 ¾ pps., estereo.
Acervo da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

LAROCCA, Maria Nazareth. *Maria Nazareth Larocca*: depoimento [nov. 2003]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora, 2004. 1 fita micro-cassete (60 min):estéreo.

LOPES, Décio. *Décio Lopes*: depoimento [nov. 2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora, 2005. 2 fitas micro-cassetes (120 min):estéreo.

LYS, Edmundo. *Edmundo Lys*: depoimento [mar.1979]. Entrevistadores: Dormevilly Nóbrega, Robertson Plishke, Arlindo Leite, Décio Lopes, Marisa d'Agosto, Leni Tristão, Pedro Paulo Barros Vale. Juiz de Fora, 1979. 3 fitas cassetes (180min):estéreo. Transcrição de Lia Carneiro da Cunha (mar.1999).

OLIVEIRA, Almir de. *Almir de Oliveira*: depoimento [abr. 2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora, 2005. 1 fita micro-cassete(60min):estéreo.

MEDEIROS, Rogério Bitarelli. *Rogério Bitarelli Medeiros*: depoimento [nov. 2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora, 2005. 1 fita micro-cassete (60min):estéreo.

NETTO, José Paulo. *José Paulo Netto*: depoimento [nov. 2004]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Rio de Janeiro: 2004. 2 fitas micro-cassetes (120min):estéreo.

RIBEIRO, Gilvan Procópio. *Gilvan Procópio Ribeiro*: depoimento [nov. 2003]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora, 2003. 1 fita micro-cassete (60 min):estéreo.

RIBEIRO, José Luiz. *José Luiz Ribeiro*: depoimento [out. 2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora: 2005. 1 fita micro-cassete(60 min):estéreo.

UTZERI, Fritz. *Fritz Utzeri*: depoimento [mar. 2004]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora: 2004. 1 fita micro-cassete (60min):estéreo.

VIEIRA, João Guimarães. *João Guimarães Vieira*: depoimento [out. 1976]. Entrevistadores: Maria do Céu Corrêa Mendes, Wilson João Beraldo, Arthur Arcuri, Delma Rocha, Robertson Plischke, Dormevilly Nóbrega. Juiz de Fora: 1976. 3 fitas cassetes (180 min): 3 ¾ pps, estéreo. Transcrição de Hilda Rezende Paula e Nilo de Araújo Campos. Acervo da Divisão de Memória da Funalfa.

YAZBECK, Ivanir. *Ivanir Yazbeck*: depoimento [out. 2005]. Entrevistadora: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora: 2005. 2 fitas micro-cassetes (120min):estéreo.

MATERIAL EM SUPORTE ÁUDIO/VÍDEO

OS ANOS dourados do rádio em Juiz de Fora. Produção de Isabel Pequeno. Direção de Sérgio Gattás Bara. Juiz de Fora: Funalfa, 2005. 2 DVDs (210 min), son., color.

QUARENTA anos de história. Produção e direção: Christina Ferraz Musse. Juiz de Fora: Produtora de Multimeios/UFJF, 2000. 1 fita VHS (20 min.), son., cor.

MATERIAL EM SUPORTE ELETRÔNICO

COSTA, Sueli. *Sueli Costa*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: «[suelicosta.http://www.suelicosta.com.br](http://www.suelicosta.com.br)». Acesso em 17 dez. 2005.

FURTADO, Fernando Fábio Fiorese. *Compartilhar a cidade*. Juiz de Fora, 2000. Disponível em «<http://www.oclick.com.br/colunas/fiorese1.htm1>». Acesso em 7 nov. 2000.

_____. *Plano estratégico de Juiz de Fora I: o lugar do imaginário*. Juiz de Fora, 2000. Disponível em: «<http://www.oclick.com.br/colunas/fiorese1.htm1>». Acesso em 7 nov. 2000.

_____. *Plano estratégico de Juiz de Fora II: cosmopolitismo desperdiçado*. Juiz de Fora, 2000. Disponível em «<http://www.oclick.com.br/colunas/fiorese1.htm1>». Acesso em 7 nov. 2000.

MALTA, Eugênio. *Vocabulário*. Mensagem recebida por: «musse@terra.com.br» em nov. 2005.

_____. *Palimpsestus marginalis ressurectus: dissecação do cadáver (I)*. Mensagem recebida por: «musse@terra.com.br» em 12 nov. 2005.

_____. *Palimpsestus marginalis ressurectus: evolução sedimentária e revolução cultural (II)*. Mensagem recebida por: «musse@terra.com.br» em dez. 2005.

RESENDE, Fernando. *Ausências na comunicação social e no jornalismo: a lógica da rua*. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: «<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/197/197.pdf>». Acesso em 14 set. 2005.

TEIXEIRA, Reuder. *Anos 60 em JF: uma pequena lembrança*. Juiz de Fora, 2005. Disponível em: «<http://www.obvioululante.com.br>». Acesso em 23 out. 2005.

ANEXO A – NETTO, José Paulo, BATISTA, Nilo. Esboço para um manifesto marginal. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.246, 11 e 12 fev.1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 3.

1 – O desenvolvimento dos povos, acentuado pela conjunção da Revolução Francesa com a Revolução Industrial, faz ver em nosso tempo uma estranha coetaneidade de estágios históricos. Isto quer dizer, muito simplesmente que, enquanto regiões atravessam a idade do átomo, outras encontram-se nos primeiros estágios daquela evolução denominada por Morgan barbárie (1).

1.1 – Passemos do geral ao particular: em 1930, Juiz de Fora vivia a transição do capitalismo industrial, Enquanto Mecejana e São Paulo, embora diferentes estruturalmente, ficavam a reboque da então Manchester Mineira. Hoje, a situação é inversa, ou quase: São Paulo está à frente, Juiz de Fora na rabada, e Mecejana ainda no Ceará.

2 – NA RABADA

2.1 - Ou melhor, em Juiz de Fora (e não é em Mecejana), essa coetaneidade é também interna. Quer seja, como já foi mostrado (2) em termos culturais: “oficiais” e “marginais”.

2.2 - Durante muito tempo, “oficiais” e “marginais” coexistiram. Ou melhor, os “marginais” subsistiram. O conflito sempre existiu. Entretanto, os “marginais” não tinham consciência (explícita) de sua existência sócio-cultural. Por baixo desta coexistência, subjazia um conflito de caráter antagônico, que não se concretizava objetiva e conseqüentemente, limitando-se a atritos assistemáticos aos moldes de Iago (3).

3 - Incidente na Rabada (4)

3.1 – 1966 e 1967 são os 2 anos nos quais a definição de posições antagônicas entre “oficiais” e “marginais”, como duas concepções diversas de apreender o mundo, os homens e suas relações recíprocas, levou a um acentuado desgaste naquela coexistência, muito urbana, posto que bastante alienada, de antanho.

3.2 - Causas predisponentes:

- a) a situação política do país, reveladora da falência das elites tradicionais;
- b) a diminuição (em 1967) da parca e esportular ajuda que iniciativas marginais obtinham;
- c) o contato com outros centros culturais estabelecido por “marginais”.

3.3 – Causas determinantes:

- a) a metodização dos trabalhos “marginais”, que pela 1ª vez dispuseram de publicação continuada, com liberdade de palavra e crítica;

- b) a certeza de que as ilusões perdidas (%) em relação aos órgãos oficiais eram inexoravelmente perdidas;
- c) o reconhecimento do mérito dos “marginais” noutros centros (6).

4 – O INCIDENTE

4.1 – Vide Suplemento Literário do DM de 21/1/68.

Isto posto, resolvem os 2 supra-assinados “marginais” - e não apenas eles: a subscrição achasse aberta – propor o seguinte.

ESBOÇO PARA UM MANIFESTO MARGINAL:

§ 1º - Alguns conceitos básicos

ERUDIÇÃO – acúmulo mal informado de conhecimentos, epidérmicos ou não, basicamente equivocados por sua inadequação a conteúdos contingentes. No mais das vezes, um mal de província.

DILETANTISMO – atividade descomprometida, fundamentalmente ociosa, exercício mental empregado como lazer (estéril). Uma masturbação pensante.

INSTRUÇÃO – conjunto de conhecimentos formal e progressivamente adquirido, de caráter específico e utilitarista, que objetiva a preparação individual do cumprimento de funções na estrutura social.

CULTURA – conjunto organicamente assimilado de conhecimentos gerais, susceptíveis de uma redução teórica que permita sua aplicação às realidades sócio-humanas contingentes.

ARTE – prática social desenvolvida acima e em continuação à cotidianidade, que, por meio de imagens sensíveis, intenta dotar o homem de uma autoconsciência humana fundada na revelação das estruturas e mediações de sua relação com a natureza e a sociedade, carreando para o receptor uma atitude ativa envolvendo elementos intelectivos e afetivos, e gerando uma atmosfera de entretenimento.

§ 2º - Até hoje, a história da intelectualidade juizforana tem sido, salvo poucas exceções, a história de diletantes revestidos de galardões pretensamente culturais. A conformação desta história será objeto de próximos estudos “marginais”.

§ 3º - Isenta das mazelas da erudição, do diletantismo, da alienação [Alienação é um conceito fundamental do Sr. Hegel, um complicado filósofo alemão. Talvez valha a pena estudá-lo.] que caracteriza a “cultura oficial”, a marginalidade propõe-se estabelecer uma prática artística em Juiz de Fora. Para tanto, resguarda-se inteira liberdade de criação, de experimentação (não admitida como justificação de erros) e de crítica.

§ 4º - Todo o drama da marginalidade reside no fato de que ela não possui uma tradição cultural local passível de ser tomada como termo primeiro. Isto acarreta a insofismável

necessidade de partir do nada (voltamos a repetir que as exceções serão estudadas proximamente). Esta falta de reverências poderá levar os “marginais” a erros, mas que serão certamente menores que os dos falsos marcos.

§ 5º - Propõe-se então as seguintes balizas para a atividade dos “marginais”, balizas estas que deverão ser reformuladas ou ratificadas no decorrer do Primeiro Congresso Marginal, a ser brevemente realizado.

I) OS “MARGINAIS” E A UNIVERSIDADE

Inegável é que a UFJF prestou serviço à arte genuína. Entretanto, não menos inegável é que tais empreendimentos apresentam-se como verdadeiramente irrisórios se tomados em relação ao que uma instituição oficialmente zeladora da cultura teria obrigatoriamente que realizar. De fato, a UFJF promove cultura e arte; mas o que promove não condiz com a noção primária de “universidade”. Uma universidade não faz favor nenhum a ninguém promovendo cultura e arte com vistas à comunidade. É sua obrigação. Universidade não é uma mecânica reunião de esparsas unidades de ensino dito superior. É muito mais que isso: é a preparação de indivíduos capazes de resolver problemas propostos pela região em que se insere. No nosso caso, a Universidade, que não tem a menor consciência do que seja pesquisa (em todas as acepções que este termo possa ter está realmente alienada da grande problemática artística. Não influi. Não determina. É levada ao sabor dos eventos. Não possui (ou, pelo menos, não demonstra possuir) uma definida orientação artística-cultural.

Os marginais se recusam a participar de quaisquer atividades pautadas por normas que ignoram a real função da arte; e como não se sabe o que a UFJF pensa acerca da arte, simplesmente aguardamos. Mas aguardamos postulando a explicitação urgente do que a UFJF crê ser sua função neste setor. Os “marginais” proclamam a necessidade de um sistemático apoio, desligado de injunções administrativas burocratizantes, e um planejamento a longo prazo, para todas as questões concernentes à arte.

Não aceitamos a periódica exibição de monstros sagrados para uma cidade incapaz de discernir Bach de Beethoven, exatamente por causa da desastrada conduta dos manipuladores daquelas exibições, que dão a comida uma vez por ano, porém, nunca pensaram em dar os talheres.

II) OS “MARGINAIS” E O PAÇO MUNICIPAL

Na administração municipal atual, o fim de 67 iniciou o verão da nossa desesperança [La Poesia – Bari, 1936]. Os planos e as promessas eleitorais, no tocante à cultura e arte, começaram a ser adiados: e o derradeiro ano de governo seria o D. Sebastião, que nos manteria atentos e bem educados.

Não vemos porque essas questões possam ser relegadas a um segundo plano, como se, por exemplo, fossem mais escuras as ruas locais que os complicadíssimos meandros de uma inteligência em formação, refletidora (ou possível refletidora) da cidade bem iluminada.

Os “marginais” acreditamos que não há instâncias privilegiadas; e que a educação primária fatalmente permanecerá primária se não for envolvida na crosta superior de uma sólida e dinâmica cultura.

Discordamos da prevalência que os outros problemas merecem, no tratamento da arte, como a Prefeitura vem fazendo.

III) OS “MARGINAIS” E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Juiz de Fora possui três emissoras de rádio, uma TV, 3 jornais diários de razoável circulação, uma revista mensal. Diretamente, os “marginais” tem acesso a apenas um destes veículos. E há uma acentuada tendência de se catalogar toda manifestação ou tentativa “marginal” como “petulância”, “imaturidade” ou “estudantada”. O fato é que, na verdade, os veículos apresentam-se paupérrimos como contribuintes para uma simples tinta cultural.

Os “marginais” propõem que se revele alta e claramente a miséria total destes veículos. E mais: na aparente impossibilidade, ditada pela orientação “oficial” de sua maioria, de transformá-los, os “marginais” hão de apelar para todos os meios de difusão de suas idéias: de seminários em sindicatos e associações de bairros a explanações em praça pública.

IV) OS “MARGINAIS” E O PÚBLICO

É bastante consolador para os “marginais” ver as fisionomias dos espectadores de qualquer manifestação artística (?) “oficial”, à saída. Mesclam-se o tédio, o cansaço, e a digestão mal feita. Todos querem voltar depressa às suas casas, à la recherche du temps perdu [Nova brincadeira nossa. A solução está com o Sr. Steinbeck, em *The Winter of Our Discontent*, N. York, 1961. Já o traduziram...].

Excluídos, pois, os familiares e os amigos (igualmente “oficiais”), pode-se sem erro dizer que o público admite pouco e mal os “oficiais”. Existe, entretanto, uma vasta área da população, cujas debilidades informativas (como também a propaganda, já que os meios de comunicação estão em poder dos “oficiais”, cf. III retro, levam a crer na “arte oficial” e em seus simpáticos p(r)o(f)etas.

Com a certeza de que a fração esclarecida de público já apóia indistintamente as magras iniciativas “marginais”, nós programaremos intensas atividades de esclarecimento às vítimas da desinformação e da propaganda, incluindo visitas a bairros e espetáculos populares, para a demonstração inicial de que “teatro não é chato”, “poesia não é fantasia”, e a “arte não é um folguedo” dos privilegiados que ganham mais do que o salário mínimo.

V) OS “MARGINAIS” E O GOVERNO:

Os “marginais” não acreditam muito em arte aceita e patrocinada por governos. Partem da premissa de que toda arte verdadeira é sempre um ato de subversão da praxis – um ato político [Basta ler Arte Poética, de um Sr. Aristóteles, e o mistério se desvendará. Há tradução...]. Assim, criação é rebeldia.

A nossa Censura, esta não tem qualificações.

E quanto ao sistema instituído no país, na medida em que ele favorecer a arte, ótimo, caso contrário, oposição franca e aberta. Mas não se esqueça, jamais, que um governo (façamos hipóteses) que oprime a arte oprime a maioria da população. E é verdadeira a recíproca.

VI) OS “MARGINAIS” E OS “OFICIAIS”

Nem tudo está irremediavelmente perdido para sempre.

Os “oficiais” não tem como absoluto estigma o serem sempre “oficiais”.

Afinal, a troca de lados é uma constante na vida humana. E trocas há que são o fruto de pensadas decisões. Aliás, já foi dito que “Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades”. [Dois versos de Luís Vaz de Camões, um senhor Poeta, do qual não há tradução pelo fato de que ele escreveu exatamente em português].

Mas a posição dos “marginais” frente aos “oficiais”, enquanto tais, será:

DELENDIA OFFICIALIS.

Praia do Flamengo, fevereiro de 1968.

NOTAS EXCLUSIVAS PARA OS “OFICIAIS”

1 – Morgan L. H. – Anet Society, or Researches in the Lines of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization, Londres, 1877. Há coisas velhas e boas neste mundo...

2 – J.F., 1967: Cultura/Arte em Questão, Supl. Lit. do DM de 21/1/68.

3 – Personagem muito mauzinho da tragédia Otelo, O Mouro de Veneza, escrita pelo sr. William Shakespeare. Este personagem falava muito dos outros, escondido. Fez fofoca com um lenço. Morreu na espada. Há traduções...

4 – Brincadeira perdoável, onde se alude à Incident at Vichy, penúltima peça do sr. Arthur Miller, ainda inédita na Pindorama, e talvez mesmo na Manchester. (É ele, sim). Não há tradução. What a pity...

5 – Título de uma obra do sr. Honoré de Balzac, romancista francês do século passado, acusado pelos “oficiais” de lá como mau escritor. Era católico e monarquista. Quanto à obra, já existe tradução...

- 6 - Exemplo fundamental: Carlos Bracher. Montou uma Galeria de Arte (que insensatez!) em Juiz e Fora, sim. Usava cavanhaque, sim. Ganhou no Salão Nacional da Pintura, sim.
- 7 – Recomendamos a leitura de Schiller, *Weber den Grund des Vergnuengens an Tragischen Gengenstaenden*, para a apreensão do significado total de entretenimento. Já existe tradução...
- 8 – Alienação é um conceito fundamental do sr. Hegel, um complicado filósofo alemão. Talvez valha a pena estudá-lo.
- 9 – Nova brincadeira nossa. A solução está com o sr. Steinbeck, em *The Winter of Our Discontent*, N. York, 1961. Já o traduziram...
- 10 – Basta ler *Arte Poética*, de um Sr. Aristóteles, e o mistério se desvendará. Há tradução...
- 11 – Dois versos de Luís Vaz de Camões, um senhor Poeta, do qual não há tradução pelo fato de que ele escreveu exatamente em português.

ANEXO B - MEDEIROS, Rogério Bitarelli et al. Pequena introdução à história de Paraiburgo. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, 25 e 26 ago. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p.3.

A equipe de “Arte e Literatura”, fazendo uma excursão arqueológica pelas imediações do Campo de Pousado do Serrote, nas férias de 1968, encontrou no subsolo de algumas ruínas lá existentes uma urna contendo diversos rolos de pergaminho, que contam a história de Paraiburgo.

Como o estado dos documentos encontrados na urna não permitia a sua leitura imediata, a equipe se propôs a recompilá-los, dentro das possibilidades. Pronto o trabalho, verificou-se que os pergaminhos contavam a história de um agitado período de Paraiburgo.

Cada um dos elementos da equipe usou do máximo de liberdade na recompilação, visto que havia falhas imensas nos documentos originais. Explicam-se, assim, os títulos diversos dados a cada seqüência, bem como os saltos cronológicos, etc.

Como informação final, é bom notar que o estado dos originais fez com que se perdessem na utilização dos processos químicos, sendo totalmente destruídos.

É bom notar, ainda, que as únicas informações referentes a Paraiburgo, fora os documentos encontrados, são extremamente reduzidas e se podem resumir no seguinte: Paraiburgo nasceu no dia da mentira, de parto segundo a técnica do dr. Pero Alves Cabraulino. Teve lugar no calendário astrológico sob o signo de Áries, no ano cujo milhar no jogo-de-bicho representa o burro.

Esperando prestar um serviço à ciência com a publicação destes palimpsestos (em nº de 6), deixamos claro que cada um dos subscritores assume tudo o que foi afirmado pelos outros.

Sem mais, a história começará a ser publicada no próximo domingo.

Rogério Bitarelli Medeiros

José Paulo Netto

Gilvan P. Ribeiro

Eugênio Malta

José Cláudio Botelho

Nilo Batista

ANEXO C – MEDEIROS, Rogério Bitarelli. Palimpsestos Marginais (I): Roteiro de uma balada fordiana num povoado sem western. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.595, 1 e 2 set. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

Seqüência 1

Paraiburgo, aprazível província arborizada por idéias teutônicas, estava em festas comemorativas naquele dia. Falava-se muito na primeira usina hidro-elétrica superada do continente, em discursos inflamados durante a inauguração da remodelagem de velha praça. Alguém lia, através do microfone de uma ativa e patriótica emissora, um documento da Guerra do Paraguai. E a escola de samba Tra-lá-lá desfilou pelas ruas, cantando Michel Levaco.

Havia uma atmosfera de dependência em cada avenida.

A população, ignorando os acontecimentos, não saiu para assistir às comemorações, pois nem só de estátuas vive o homem.

Ao soar meio-dia, todas as fábricas de meias da “taba de índios” (segundo o alcaide), acionaram as sirenes. Foi neste momento, quando as autoridades instituídas marcharam para um banquete na Tradicional Fazenda, herdada por uma santa baronesa, que surgiu, ao longo do Morro da Boiada Uivante, a figura de um homem estranho e misterioso.

“Meia hora depois do meio-dia, retiraram-se as augustas pessoas, embaixo do pátio, para a casa nobre do senhor comendador Manuel do Valle Amado, sita em frente da Matriz, expressamente preparada com suntuosidade para este fim. Prédio, mobília e acessórios eram geralmente estimados em mais de duzentos contos de réis...Às dez horas, voltaram suas majestades e altezas para a Quinta do senhor comendador Ferreira Lage, mostrando-se completamente satisfeitas com o acolhimento que haviam tido na cidade...” (Viagem Imperial, 21 a 23/6/1861, impresso por H. Surerus & Irmãos).

A rua Henrique estava deserta e o homem estranho avançava. A pátina do tempo, nas calçadas, dificultava-lhe os movimentos, incertos, porém firmes. Já bem próximo, algumas pessoas puderam reconhecer o objeto, até então não identificado. Era Mário André - todos exclamaram seu nome, assustadoramente. Ele voltava a Paraiburgo! As mulheres suspiravam. Os homens se agarravam.

Mário André em Paraiburgo!

Seqüência 2

No final da tarde, as ruas estavam escuras como sempre.

E nosso herói bebericava um chope solitário, no bar da Rua Direita.

Ninguém ousava fitar Mário André.

Os cochichos corriam de boca em boca.

No fundo do bar, o grupo da sigla secreta B.A.E.P.E.N.D.I. trovadiava em trono daquele vulto circunspecto. “Havia uma trave em cada olhar. Em cada olhar havia uma trave”. Angel Fontes enxugou o suor que lhe decia do rosto com uma tova e balbuciou: “Ele voltou para ajustar contas com aqueles que vilipendiaram o desconhecido Drummond”. “Não – replicou John Charles, conhecido garoto-propaganda (todo lugar tem o seu Adolfo Cruz) -. Ele veio para investigar a nova história da antiga adutora”. S. Lacerda, que ouvia a todos atentamente, interveio: “Vocês se preocupam demais com esses jovens. Esse aí deve ser mais um Agripino do Brejo. Eu, por mim, tenho consciência tranqüila, pois o que escrevo, assino com pseudônimo. São exemplos que todos nós devemos dar à mocidade: omissão e covardia”. Cleo tremia dos pés à cabeça: “Não quero perdê-las. Precisamos dar uns conselhos a esse menino”. John Charles consultou os estatutos da U.B.T., procurando respostas para suas aflições. O ambiente continuava denso e hitchcockiano. Absorto em seus pensamentos, preocupado com o próximo Festival de Músicas Florais, Adolfo Laissez-Faire assoviava um bolero de Orlando Dias. Lili Marreta, afirmando categoricamente que “o estilo é o plágio”, explanava a influência do lamentável subdesenvolvimento e má produção do Estado de Pernambuco na criação rítmica de seus versos do Cancioneiro da Vaticana e o paralelo reflexo da realidade inquisitorial das rimas. Alguém aconselhou John Charles a organizar mais uma Marcha com a Família Total no Campo de Futebol. “Existem mais segredos entre o céu e a terra do que a nossa vã filosofia possa imaginar”.

“Genial!Genial!” – bradou Rei Thor, o colunista frustrado, abraçando efusivamente Norberto Medalha Falheiros (Vinícius), que emitira aquele conceito. “Viu, que talento! Viu, quanta originalidade! Vamos colocar este pensamento nos anais da organização”.

“Nem Goebbels imaginaria isto”, concluiu uma voz emocionada.

Seqüência 3

Duas horas da madrugada. Hall do Blitz Hotel. Elevador se movimenta. Silêncio e sombras em volta. Um luminoso pisca à distância. Oitavo andar, corredor vazio. A porta de um quarto se abre. A buzina de um automóvel corta o vácuo da noite.

Mário André acende o lampião. Do bolso do colete, retira vários microfilmes.

Com o estereoscópio que trazia fragmentado na sola das botas, coloca em relevo as palavras hieroglifadas na fita. Surgem, a princípio desfocadas, algumas letras fora de ordem: UBÁ GOL PELÉ.

A situação está ficando clara: com um imã, retirado da fivela do cinto, nosso herói procura ordenar as letras.

O trabalho é árduo e difícil.

As letras, agora, adquirem ordenação coerente: GOLPE DO BAÚ. Eis a ordem estabelecida! Está definida a missão do forasteiro (assim o consideram seus inimigos).

Não há dúvida: este Baú contém algum malefício que deve ser destruído; por isto, toda a gama de mistérios em torno das investigações.

Que conterà realmente o vexamoso objeto? Onde estará? Conterà alguns segredos para o novo FEBEAPÁ? Afinal, foi há quatro anos atrás, aqui mesmo em Paraiburgo, que começou este Festival. Conterà códigos políticos para monopolizar e burocratizar a arte? A Santa Aliança Municipal destruirá Mário André?

Sabemos de antemão que o Baú possui coisas do arco da velha. Isto não é suficiente para elucidar o plano sinistro. Acompanhem os acontecimentos, aguardemos o desfecho.

Uma carroça de leite surge na curva da avenida, anunciando o novo dia, enquanto o vento carrega os últimos silêncios da madrugada.

Seqüência 4

Refeito do cansaço que lhe causou a longa jornada da véspera e após obter pousada na Estalagem do Garimpeiro e prosseguir pelas pradarias e “rushes” sobre marquises de cartazes caleidoscópicos, Mário André, mescla de Doc Holliday e Napoleon Solo, recomeça suas tarefas.

No “saloon” tropicalista do povoado há uma enorme movimentação. O clima é bem próximo a “Gunfighter in Afternoon”.

João sem Terra, antigo inimigo de Mário, desde o período das vacas gordas, irrompe no recinto. O piano afina uma canção sincopada. Todos os “trabalhadores braçais” da sigla B.A.E.P.E.N.D.I., que observam à distância, perdem a respiração. O senso do ridículo, já o perderam há muito tempo.

Mário acende a cigarrilha com o isqueiro, ao mesmo tempo em que bate uma chapa fotográfica (sem dúvida será entregue a Ponte Preta) de João sem Terra. Este, com um sorriso de poucas amabilidades, grita por uma dose de uísque. O “barman” atende solícito.

Sem Terra vira-se para seu adversário: “Vou expulsá-lo da cidade. Fiquei sabendo de sua vinda até aqui. Você não conseguirá o Baú”.

Ele faz parte de nosso complô para destruir a cidade. Através dele dominaremos toda a região. Só conseguiremos isto através do mau gosto e da falta de imaginação. A picaretagem é o nosso lema! Seu erro foi não seguir o exemplo de seu pai. Como disse, vou expulsá-lo da cidade. Agora!”

O bar transformou-se num pandemônio. Várias pessoas esconderam-se sob as mesas. O piano silenciou. Os guerrilheiros da desocupação tática, que estudavam a tomada do poder soprando o hálito no copo da “laminha negra”, correram. Ninguém poderia evitar o conflito, principalmente porque, naquele instante, as autoridades estavam inaugurando, com um coquetel pela centésima décima oitava vez, o Palácio da Justiça.

O duelo era inadiável, contundente.

Sem Terra levantou-se inesperadamente da cadeira e, num golpe brusco, entoou “Chiquita Bacana”. As vidraças partiram-se com a rajada. O candelabro caiu ao chão. Agindo com decisão, Mário André atirou várias partituras de Noel Rosa e Chico Buarque no rosto do meliante tropicalista, que caiu junto ao balcão.

A calma voltou ao recinto. Os guerrilheiros não voltaram.

Nosso herói bateu as abas do chapéu empoeirado e, vagarosamente, saiu.

Lá fora, sua garota, de calça Lee, que aguardava o duelo com ansiedade, correu ao seu encontro e, entre sorrisos onomatopáicos, foram assistir um banguê banguê na matinée do Cine Glória.

ANEXO D - RIBEIRO, Gilvan Procópio. Palimpsestos Marginais (II): Mensagem do cronista mor à sua alteza imperial, em que são relatados os maravilhosos e não previstos fatos que ocorreram na imperial cidade de Paraiburgo. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.606, 15 e 16 set. 1968. Suplemento Arte e Literatura. p. 2.

Posto que uma revolta tivesse ocorrido e assim um novo governo estabelecido, foram realizadas grandes festas para rememorar condignamente o glorioso fato. Tendo a revolta ocorrido na sexta-feira, na manhã seguinte, mui grande desfile acordou os habitantes da cidade. Após a passagem da Escola de Samba Trá-lá-lá, desfilaram os Granadeiros Imperiais que impressionaram sobremodo, sendo deles, porém, o único senão nessas primeiras comemorações, visto que uma de suas catapultas se deteve em frente ao palanque do Alcaide por causa de avarias diversas que apresentava. Na ocasião foi muito comentado o estado mui ruim com que se apresentavam as referidas máquinas. O soberbo desfile terminou aí, pois o instrumento bélico não mais permitiu a passagem das demais formações da Armada Imperial.

Em a tarde deste mesmo dia, a Diretoria da Universidade Imperial de Paraiburgo abriu seus portões para a brilhante recepção em homenagem ao novo Alcaide Mário André. Na ocasião, ser-lhe-ia dado o título de Doctor Honoris Causa em tudo. As festividades tiveram início aí ao som do Imperial Grupo de Músicos conhecido no local como A Banda. Logo após, o Magnífico Reitor ... (sic) quando então foi servido declarou aberta a sessão, um coquetel acompanhado de salgadinhos das mais diferentes espécies. Confidencio a Vossa Alteza que o coquetel e os salgados foram-me referidos alhures, posto que deles nada percebi. Ao que me foi dado observar, da mesa das autoridades para a frente, ninguém tomou conhecimento de algo digerível. Pelo menos, não por via oral. Quando o tempo conveniente já havia corrido entre o anúncio do coquetel e o não percebimento do mesmo, foi dada a permissão para os pronunciamentos. Falou em 1º o Mestre Adilson Simon Basta que saudou o novo Alcaide e em seguida elogiou muito o progresso das pesquisas no campo sociológico, na cidade. Posto que sua fala não se prolongasse muito, foi bastante aplaudido ainda que não fossem esperadas as referências às pesquisas sociológicas. Faço ver à Vossa Alteza que tais pesquisas nunca foram realizadas e o único cidadão que a elas se refere é o corajoso Mestre.

Embora fosse esperada a fala do Diretor como prosseguimentos, este nada disse, sendo esta atitude muito aplaudida. Como Vossa Alteza já conhece a notória inaptidão do Diretor para qualquer coisa, dispenso-me de explicar. Falou em seguida o senhor Alcaide (chamo a atenção de Vossa Alteza para este trecho. É preciso tê-lo, assim como o do Alcaide, sempre à

vista). Foram muito comentadas as suas palavras. Em sua fala, atacou veladamente as autoridades da cidade e falou em um germe de rebelião que tomava corpo.

Exemplificou comentando o 1º ato decente e honesto da Diretoria da Universidade Imperial de Paraíba, qual seja, o de conceder a ele o título do Doctor Honoris Causa em tudo. Faço notar à Vossa Alteza a importância da declaração.

Na noite deste mesmo dia, novo coquetel foi realizado nos luxuosos salões da agremiação Pífio-Siamesa, ocasião em que o alcaide recebeu nova rajada de discursos laudatórios nos quais vosso súdito fiel nada mais viu que uma demonstração a mais do aulicismo das alcaidias (sic) provincianas.

No domingo, os fatos acontecidos repetiram o sábado. A única mudança pode ser verificada à missa mandada celebrar na Matriz, quando o Cura saudou o Alcaide em nome de N.S.J.C., chamando-o salvador e herói. Faço referência ao fato para notar à Vossa Alteza que tal atitude foi também muito comentada, posto que o Cura apoiava anteriormente a organização B.A.E.P.E.N.D.I., encomendando-lhes com freqüência loas a Santos e Mártires. Não desconhece Vossa Alteza a oposição que Mário André sempre fez àquela organização. Pois...

À noite, o Paço do Paraíba fez promover uma grande festa em que o grande dominante foi o luxo das damas presentes. Não faltaram os discursos a que uma turba imensa amontoada nos portões assistiu. (Aqui, abro parênteses para chamar a atenção de Vossa Alteza. Este Mário André é um indivíduo extremamente perigoso. Não reconhecendo os privilégios de casta, que têm a Sanção Divina, queria a todo custo que a multidão fosse admitida dentro do Paço. Foi muito difícil contê-lo. Algumas senhoras de alta estirpe chegaram a sair de si diante do simples pensamento de tal promiscuidade. Uma delas, chefe da Associação das Damas Professoras da Infância, teve de ser levada às pressas para o hospital. Uma vez, no meio da confusão – pareceu-me reconhecer pela voz um dos auxiliares do antigo Alcaide – gritou: Que se lhes dêem as praças, desfiles e os festivais... E chega!) A festa foi interrompida de sopetão por volta das 2 horas da madrugada, quando o Alcaide tomou-se de nervos ante a leitura de um poema de Deuiana, uma das poetisas ligadas à B.A.E.P.E.N.D.I., que aderiu ao movimento de Mário André. Posso afiançar à Vossa Alteza que o poema é realmente horrível, mas a saída intempestiva do Alcaide vem concorrer ainda mais para a minha opinião: ele é muito perigoso. E pensa demais.

Na manhã seguinte, da 2ª feira, 28 de outubro do dia da graça de 1817, quando foram buscar o Alcaide na Alcaidia, seus assessores e vices foram tomados de espanto: Mário André desaparecera, e com ele o Baú, a que já me referi em mensagem anterior.

Estes são os últimos fatos de que dou notícia à Vossa Alteza. E, desconhecido o destino de Mário André, a cidade se encontra em franca agitação, depois da aparente tranqüilidade de 3 dias. Ninguém ouve mais novelas. A Rua Henrique parece contrastar agora com alguns dias atrás, cortada de minuto por sereias gritantes que anunciam nova prisão.

Se muito me alonguei, peço me perdoem; o desejo que tinha de vos dizer tudo mo fez assim pôr pelo miúdo. E pois que, Senhor, é certo que assim neste cargo que levo, como em qualquer outra coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser, de mim, muito bem servida, aguardo novas ordens. Beijo as mãos de Vossa cidade de Paraiburgo, hoje, 3^a feira, 29^o dia de outubro de 1817.

As.: Fernando Cauditi.

ANEXO E – NETTO, José Paulo. Palimpsestos Marginais (III): Crônica da agitação em Paraiburgo (título original: A queda de Cautimar Itec e sua infausta sorte, ocorrida a 25 de outubro de 1817). *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.618, 29 e 30 set. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

13 horas

Cautimar Itec voltara de sua lua-de-mel e a 1ª notícia que recebeu ao chegar à Alcaidia (sic) foi a da permanência de Mário André no povoado.

13, 15 horas

Cautimar Itec passou a mão pelo topete, que, àquela altura, já lhe caía sobre a testa. Havia algo por detrás da presença demorada de Mário André no povoado.

Mandou que buscassem seu assessor-direto, Durango Mot.

13, 25 horas

Durango Mot saía neste momento de uma reunião secreta com os membros da B.A.E.P.E.N.D.I., e, disfarçado em bacharel, subia a Rua Henrique. Eis a explicação de seu disfarce: cioso de seu prestígio, Durango Mot ocultava suas relações com aquela organização de extrema-direita.

13, 27 horas

Vai daí que seu diligente preceptor, Luminoso Fortes, o encontrou, e, em o encontrando, discorreu sobre a necessidade de (em linguagem moderna) picaretarem com o alcaide: o coitado ainda não sabia de nada.

Em presença do alcaide, instruído por Luminoso Fortes, Durango Mot, que alimentava os sonhos do 1º em relação à Assembléia Imperial e os do 2º em relação à própria Alcaidia (sic) (sem contar, naturalmente, seus sonhozinhos particulares), relatou fielmente (nesse tempo, os assessores-diretores eram fiéis) a situação em Paraiburgo.

Nesta mesma hora:

Em sua sede, a B.A.E.P.E.N.D.I., depois de receber a adesão de Beбето Esferinha, ex-agitador e atualmente compositor, ouvia um inflamado discurso de Filhon Moures, que dizia:

“As explicações de Durango Mot não satisfazem. O alcaide é um conciliador: julga que somos apenas trovadiadores (sic). Em minha coluna de amanhã, desafiarei a Alcaidia (sic)

em seu próprio jornal. Mostraremos do que a B.A.E.P.E.N.D.I. é capaz! Numa palavra: ou a Casa das Trovas para nós ou a guerra civil!”

A assembléia, que contava agora com o reforço de 52 novos membros, aplaudiu-o de pé.

14 horas

Debaixo de uma ponte, os responsáveis pelo folha Literatura e Arte analisavam os problemas paraiburgueses.

Após constatarem que o alcaide e seu assessor-direto eram vulgares demagogos (Durango Mot, certa feita, mostrara a dois dos componentes do grupo, na própria Alcaidia (sic), a planta-fantasma de uma ainda mais fantástica Casa Popular da Cultura), resolveram mandá-los às favas.

Depois disso, rumaram (como diria Machado: calcante pede) para o Bairro Teresa, a fim de se juntarem aos operários da fábrica de plásticos Saint Anthony.

14,30 às 15 horas

A Frente Comercial, juntamente com o Clube dos Tigres e o Clube Rotativo, promovia uma palestra em sua sede. Falava o economista internacionalmente famoso Otávio Campos, sobre o tema “Como Lesar Honestamente o Fisco”.

Num edifício das proximidades, a Associação das Damas Professoras da Infância realizava um chá de caridade.

E, em seu grupos de salas, o Instituto Antológico e Coreográfico de Paraiburgo ouvia atentamente a erudita conferência do professor Raimundo A. M. Oliveira, sob o palpitante título de “Dos bigodes de Pedro I”.

Durante toda a tarde:

A delegacia de Polícia era palco de um lanche de confraternização entre policiais e bicheiros arrependidos.

E a Universidade Imperial de Paraiburgo estava fechada para balanço.

15,15 horas

Mário André recebeu a visita do acadêmico Ronái Peixeira, presidente do D.C.U., no momento exato em que revirava seu colchão, num apartamento do Blitz Hotel, à cata de algumas pulgas.

O estudante falou-lhe que as coisas não estavam boas para o seu lado: a família de João sem Terra, aliada à dos Batista Aziz e à dos Ribeirões, juntamente com a Empresa Telefônica, fora apresentar contra ele uma queixa ao Prelado da IV Zona Eclesiástica.

Mário André largou as pulgas, abraçou Ronái Peixeira efusivamente e, pensando em toda aquela maldita confusão, convidou-o para umas batidas, ali no Efe Cachacinha.

15,40 horas

- Não é possível! – exclamou o alcaide passando a mão pelo topete que, a esta altura, já lhe caía pela testa.

- É a pura verdade, Excelência – concluiu Durango Mot. – Em resumo, eis a situação: os vereadores estão veraneando; a Empresa Telefônica descontou todos os cheques; a B.A.E.P.E.N.D.I. ainda não se definiu, por causa da Casa das Trovas e da nossa tolerância aos meninos do Vimarões Guieira; o Prelado da VI Zona Eclesiástica nos ignora, porque não foi seu padrinho de casamento; a folha Literatura e Arte aceitou as nossas ofertas; as classes produtoras, neste momento, realizam conferências, ao fim das quais, certamente, tomarão a diligência e fugirão; os operários da Saint Anthony estão em greve; e Mário André (censurado, censurado, censurado)...

- Chame o John Charles e o Rei Thor... Depressa... E, para qualquer emergência, prepare o meu Aero-Willys preto...

16 horas

Os operários da fábrica de plásticos Saint Anthony, recentemente lesados por 3 louros africanos, estavam reunidos em assembléia geral. Consultaram os redatores da Literatura e Arte e concluíram que, sozinhos, nada poderiam fazer. Resolveram, então, manter contato com seus irmãos de desgraça, os operários da Feuder e da Mascadentes.

16,5 horas

John Charles e Rei Thor tremiam dos pés à cabeça. Durango Mot, silencioso, pensava em suas crônicas engavetadas.

Cautimar Itec era inteligente: longe estavam os tempos de Roma, em que o circo quebrava o galho. Realmente, era um inovador: pão e Praças!

Cautimar Itec estava tranqüilo: a taba de índios não era capaz de...

16,30 horas

Num canto qualquer de Paraiburgo, 2 homens mascarados recolhiam o misterioso Baú. Com extremo cuidado, colocaram-no dentro de um Volks negro.

Às 11 batidas de limão, tomadas no Efe Cachacinha, não tinham surtido o menor efeito sobre Mário André e Ronái Peixeira.

Horário desconhecido:

Depois de discutir alguns pontos ainda obscuros com os operários da Saint Anthony, os responsáveis pela folha Literatura e Arte sumiram. Dizem alguns que foram dormir, mas há dúvidas sobre este ponto: segundo as más línguas, os maquiavélicos cidadãos foram comer recém-nascidos tostadinhos na manteiga, numa casa suspeitíssima da zona sul de Paraiburgo.

17 horas

O rosto de Cautimar Itec tornou-se calmo com a chegada de Luminoso Fortes.

- Ah... Luminoso... Sabia que você voltaria... Como vão as coisas?

Luminoso, com voz tranqüila, começou:

- Vão mal, querido alcaide. Eu bem que lhe avisei, eu bem que lhe avisei... Os meninos do Vimarões Guieira sumiram, depois de armar uma terrível fofoca: a B.A.E.P.E.N.D.I., depois de queimar o seu diploma de sócio, aderiu aos revoltosos, explicando que (aqui, Luminoso sorriu) a voz do povo é a voz de Deus; os operários de todas as fábricas marcham em direção à Alcaidia (sic); Mário André, com a ajuda de Ronái Peixeira, que agora deve estar com sua noiva, obteve o Baú; e o povo pede a sua cabeça, Excelência.

Cautimar Itec ficou paralisado. Então, a taba de índios era capaz... Cautimar Itec olhou para todos os lados e não viu ninguém. John Charles, Rei Thor e Durango Mot desapareceram como por encanto. Pálido, indagou:

- E agora, Luminoso?

- O caso é sério, Excelência, muito sério...

- E você, Luminoso? Qual é a sua posição?

Luminoso já esperava a pergunta. Encarou Cautimar Itec e, com voz solene, exclamou:

- Excelência, o poder não me corrompeu. Sou escravo do povo. Sou do povo, vivo pelo povo, morro pelo povo.

- Então...está contra mim, Luminoso?

- Exatamente, Excelência.

17,45 horas

O congoçamento foi total.

Anunciado por John Charles e Rei Thor, Luminoso Fortes, assessorado por Durango Mot, falava ao povo, em frente à Alcaidia (sic). Afirmava que Mário André era o homem ideal talhado exatamente para o cargo de alcaide...

Os membros da B.A.E.P.E.N.D.I., sorridentes, recitavam trovas.

As classes produtoras, certas de que o movimento fora redentor, hipotecaram-lhe total solidariedade. O Clube dos Tigres e o Clube Rotativo ofereceram uma placa de ouro a Mário André.

E a Frente Comercial distribuiu boletim aos operários, concitando-os agora a pedirem redução de salários.

Um minuto depois:

O cadáver de Cautimar Itec, balançando na calha de uma lâmpada a gás de mercúrio, convidava à reflexão.

Mário André, o novo dono do Baú, pensava.

Ser ou não ser alcaide, era a questão.

ANEXO F - MALTA, Eugênio. Palimpsestos Marginais (IV): O último dia de Norberto Medalha e sua “gang” – narrativa. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.642, 27 e 28 out. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

MEMÓRIAS PÓSTUMAS

Dentro dos próximos dias, exatamente em 25 de outubro, a agitação de Paraiburgo pelos operários da fábrica de plásticos Saint Anthony, ocorrida no ano da graça de 1817, completava 2 anos. O fato atemorizava sobremaneira à Secção de Pestanejamento da atual Alcaidemia (sic). Muitas situações estavam em crise e outras tantas exigiam esclarecimento breve. Os resultados da fuga inesperada de Mário André com o Baú fizeram, na época, dar novo rumo à história de Paraiburgo. Luminoso Fortes, que se vestira por alguns meses de Alcaide-Mor, encontrara para os problemas e enigmas em questão uma brilhante saída. Prometera o retorno da tranqüilidade à secção de Pestanejamento com toda a força de sua palavra empenhada (realmente, sua palavra nunca caíra, como jamais quedaram os pelegos). Havia ele proposto ao Instituto Antológico e Coreográfico encontrar uma solução que satisfizesse aos apelos insistentes dos mal agradecidos redatores da folha Literatura e Arte. E o referido Instituto anunciara, feliz: “Tratando, porém, de assunto especificamente local, tão consentâneo à razão de ser do nosso Instituto, cabe aos membros desse sodalício resolvê-lo, pondo, assim, um ponto final ao enigma histórico que mais controvérsias há suscitado nos últimos tempos nessa nossa tão encantadora e deslumbrante Princesa” (Paraiburgo havia sido eleita Princesa nos Festivais Florais do ano passado). A solução fora aprovada e assinada pelo próprio Alcaide-Mor Interino, Luminoso Fortes. Cautimar Itec Guieira reconheceram (sic) a saída, mas não a solução. É claro.

Por outro lado, no mesmo ano, aquele Instituto resolvera o problema de um documento falsificado por Norberto Medalha para que Durango Mot conseguisse um cargo oficial em Paraiburgo. O documento era uma cópia perfeita daquele apresentado a bem de Antônio Vidal, em 1751, onde este requeria ao Governador das Capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, sua nomeação para um cargo militar, que obteve pelo despacho dado por Gomes Freire de Andrade. Passamos a transcrever o documento autêntico, do qual houvera o plágio: “Pela faculdade que – Sua Majestade – permite no capítulo 13 do Regimento de Governadores desta Capitania para o provimento de semelhante posto, hay por bem fazer mercê – como por esta faço – ao dito Antônio Vidal de o nomear e prover Capitão da Companhia da Ordenança a Pé, do distrito do Mato, que vagou por morte do Capitão Gregório

de Macedo”. É que Durango Mot havia confessado aos meninos da Literatura e Arte sua angústia por um cargo oficial, frente à proposta pressionada por Norberto Medalha. Sem outra saída, o inocente Durango Mot, que andava sem emprego e sem lenço, tivera que aceitar. Contudo não fora de menor luminosidade a saída encontrada para este problema sociológico pelo modesto Instituto Geográfico, de quem Paraiburgo tanto se orgulha. A saída fora pública: “Qualquer coincidência é mera semelhança”, nas palavras de Adílson Simon Basta.

AS ORGANIZAÇÕES

Paraiburgo, além dos Clubes Rotativos e dos Tigres e da Frente Comercial, possuía o Instituto Antológico e Coreográfico, fora as organizações menores. Diante desta sombra assombrosa de organizações, Paraiburgo só tinha a orgulhar-se. Era, sem dúvida, uma cidade organizada.

Por detrás das aparências “um espectro ronda”... Paraiburgo – o espectro dos marginais. Todas as potências da velha Paraiburgo uniram-se numa Santa Aliança Municipal para exorcismá-lo: o Alcaide, Antônio Olinda e John Charles, os tropicalistas de terreiro e os membros da B.A.E.P.E.N.D.I.

Norberto Medalha Falheiros ficara conhecido como marginal falsificador. Era realmente duro para ele que sua face oculta fosse conhecida primeiro. Assumira então a liderança da B.A.E.P.E.N.D.I. para restituir o Baú. Criara vários departamentos na organização secreta para facilitar a burocracia. Estabelecera todos os objetivos em reuniões ocultas. Colocara em ação os respectivos departamentos para, primeiramente, reaver o Baú, e, segundo, conseguir os estatutos de uma importante organização extinta, que terminara com o roubo dos bens e patrimônios da entidade por época do reinado de Afonso Luís na França e Dom Dramonte II na Espanha. Da dita organização só se conhecia a sigla: C.E.Q. Porém, publicamente, Norberto Medalha sentia a necessidade de apresentar uma “função social” e, para tal apresentava o reverso da medalha: era professor no Colégio São Joaquim (distinto estabelecimento de ensino em Paraiburgo. Sofria apenas o drama do espaço. Dada a enorme concorrência, era apertado: colocava 3 alunos em cada carteira), organizava movimentações de massa desde filas para votação, festivais, mão e contra-mão para ida ao cemitério em Dia de Finados, desfiles e até carnavais. Norberto Medalha, para o público, era um ilustre megalomaniaco e, para si, um falsificador de títulos. Sentia-se realizado diante do volume de gente que fazia aplaudir ao prometer, cada vez mais veementemente, mostrar um dia para as grandes massas, e como dizia John Charles “até mesmo para a plebe ignara”, a Pedra Filosofal. E este dia seria 2 dias antes do Apocalipse anunciar o fim do mundo, nas

proximidades do ano 2000. Norberto se cria também imortal. Era a grandeza e a vontade de poder que o fizeram transcendente sem dúvida.

Para que ele não se apresentasse em público sozinho, Norberto Medalha escalara 4 membros da B.A.E.P.E.N.D.I. para estarem sempre com ele nas suas movimentações. Era a quádrupla perigosa que assinava o pseudônimo VAQUETO, sempre encontrada no Efe Cachacinha bebendo as famosas batidas de limão e cantarolando aquele jogo que faz lembrar o fado português: “Vira, vira, vira...virou”.

Ainda sobre as organizações, convém lembrar que um elemento de destaque para todas elas é Antônio Olinda. Conhecido agente ferroviário, que facilitava tremendamente os deslocamentos por via férrea da Guarda Imperial e dos membros da P.O.D.A.C.I.S., na Revolução de 30, Antonio Olinda, hábil e sagaz, tinha nas mãos o destino de todas as organizações de Paraiburgo. Certa vez raptara a filha de Norberto Medalha, Silvia Maria, para um dos 27 bairros de Paraiburgo, o bairro das Mártires Pastosas (nome dado pelo Instituto Coreográfico local, na época em que certas operárias foram esmagadas pelos rolos da fábrica de papel Nazifacha). Antônio Olinda perseguia avidamente Norberto Medalha e sua “gang”. Estivera várias vezes às escondidas, na sede da B.A.E.P.E.N.D.I., para flagrar e prender Norberto e demais membros de uma só vez.

Antônio Olinda era da polícia local. Um apaixonado policial, que fazia tudo para instaurar a disciplina em Paraiburgo. Era o mais ferrenho inimigo daqueles que ainda gostavam de falar sobre a agitação de 17 e dos operários da Saint Anthony. Antonio Olinda era perigoso e noturno, agia às caladas e sanguinariamente. Era também conhecido pelo apelido de “Antônio Chacina”. Sabia manobrar os dirigentes das organizações de Paraiburgo. Fazia-os definitivamente comprometidos com ele, e pronto. O “rabo preso” era o seu lema.

UM INCIDENTE

O aniversário da agitação do dia 25 transcorrerá bem, com algumas palestras e outros estudos.

Paraiburgo também aniversariava. E por ocasião desta data magnâmica, Norberto Falheiros fizera uma famosa conferência no colégio São Joaquim. A palavra versava sobre o tema “ A origem do Nome da Cidade”.

Esta sua palestra sofrera uma severa crítica pelos articulistas da folha Literatura e Arte, e a coisa dera uma fofoca danada. Os “trabalhadores braçais” da B.A.E.P.E.N.D.I. tomaram-lhe as dores em público e deram eméritas mancadas. O que denunciou aspectos íntimos daquela organização e fez com que Antônio Olinda retornasse a persegui-los. Este instalara

microfones ocultos na sede secreta e andava por voltas a espioná-la, como fazem esses “detetivezinhos” (mescla de detetive mais vizinho) de traição e adultério particulares.

No dia 2 de novembro de 1819 a cidade se entristecera, embora o sol estivesse claro com intermitências de branda chuva. Era finados. Mês passado chovera três dias seguidos e alagara todo o centro comercial de Paraiburgo. O então Alcaide-Mor Interino, Luminoso Fortes, solucionara o problema com uma espécie de canalização suspensa que vira na Inglaterra. A realização causara bastante espanto, inicialmente, mas por fim terminara como tudo em Paraiburgo: sob faixas elogiosas ao Alcaide-Mor nas praças e chopadas. Nesse mesmo dia, houve uma passeata idealizada pela IV Zona Eclesiástica mais a Escola de Samba Tra-lá-lá, na rua Direita. Era também uma homenagem ao Baú, recuperado graças às catapultas de Paraiburgo. Norberto Falheiros reunira “sua gang” naquela manhã para aproveitar o momento em que o Baú passasse debaixo do Pálio em frente à Alcaidemia (sic), para que se apossassem dele e logo fugissem.

Acontece que Antônio Olinda, como vimos, gravara a reunião inteira e flagrara a “gang” toda sem documentos. Os documentos e títulos apresentados pelos membros da B.A.E.P.E.N.D.I. eram falsificados por Norberto Falheiros. Porém, na hora do corre-corre, quando os membros foram presos, Norberto Falheiros se apossara do Baú e, no meio da “gang” tonta, milagrosamente, conseguira escapular.

O Baú agora estava em suas mãos. Era o mundo. Era o poder. Norberto Falheiros sorria feliz.

FINALMENTE

Na sede da B.A.E.P.E.N.D.I., Norberto Medalha rememorava as suas glórias e ansiava sob sonhos o dia de assentar no trono da Casa das Trovas. Ele fazia-se feliz naquele instante. Levando à boca o copo de uísque, ao tempo em que desligava o rádio cujo ponteiro indicava a estação em que seus discípulos ouviam sempre os conselhos de Eliana Bitenchute, sorveu um gole doce e pensou: “O Baú será o ópio do povo. Custe o que custar, eu o farei...”

Norberto Falheiros já cambaleava quando, vendo o Baú, por entre as luzes das velas que ornavam o recinto secreto deixando manchas de amarelo e negro, no canto do cômodo ao lado da mesa em que costumava falsificar carteiras de membros da organização, lembrou-se do demérito que os meninos do Vimarões Guieira lhe fizeram passar ao criticarem seu trabalho sobre a origem do nome Paraiburgo. “Como ousam criticar Norberto Falheiros? Jamais!” – pensava e bradava dentro do lúgubre recinto.

Norberto Falheiros havia dito que o nome de Paraiburgo tinha origem meritória e gloriosa de descender dos “burgos” (palavra bonita e sonora que vira num antigo livro), dos

feudos, da Idade Média, quando a humanidade fora mais humana, mais integral. Levava, por isto, uma gozada em regra do Literatura e Arte, que lhe custou a prisão de todos os membros da B.A.E.P.E.N.D.I.. “Era um absurdo” – contrapunham os articulistas daquela folha. – “Paraiburgo era o nome dado pelo próprio povo”. Era o nome oriundo do rio que passava pela cidade, o rio Barro. E apresentaram o documento: “Paraiburgo, que durante algum tempo se denominou a vila e a cidade do Barro, mas que por ter o povo combinado em preferir ao nome do rio que banha o de algum caturra, que por ali morasse, a lei veio a não ter outro remédio senão o de crismar de novo, hoje é de fato e de direito a cidade de Paraiburgo”.

Norberto Falheiros estava arrasado. Ainda mais que soubera ter seu amigo Fernaldo Cauditi assumido gloriosamente o cargo de escrivão da feitoria de Calocurto, eles que foram colegas de estudos e de rua. Era demais.

Norberto Medalha estava torcido. O suor lhe escorria pelo rosto. E já nem ligava. Estava alucinado e alcoolizado. Transformara-se num ser estranho a si próprio. As luzes das velas o excitavam ainda mais. Despertavam-lhe seu lado de medo e místico.

Correra para um lado e para o outro. O espaço da sala parecia diminuir, transformar-se em cela, em cadeia.

Já não admitia o nome de Antonio Olinda. Norberto Falheiros revirava tudo e jogava a papelada para cima e para o chão. Tudo estava inútil. Tudo, todos os planos.

Dois seres pareciam em luta dentro de si. De uma lado a grandeza e de outro o vazio dos objetos. Norberto Medalha achara numa das gavetas da mesa em frente ao Baú o Parabellum 7.35 que Antônio Olinda obtivera na revolução de 30 e agora havia esquecido na noite anterior ao sair às pressas da sede.

Já quase fora de si, Norberto Medalha debruça-se sobre o Baú para fazer um sacrifício à Arte. Norberto era o único membro a conhecer, até então, o conteúdo do Baú. Era demais. Tudo parecia chegar ao fim.

Norberto Medalha Falheiros, levando o revólver-pistola à altura do ouvido, não tivera tempo de escutar Clarice Marinho, sua esposa, que irrompera no momento, gritando desesperadamente: “Não! Não, Norberto, por amor a Deus e a nossa Filha Silvia Maria! Não! Não faça”...

Era tarde: Norberto Medalha dera um tiro na consciência culpada.

Evidentemente, a bala atingira apenas o cérebro.

Norberto falhara outra vez.

ANEXO G - BOTELHO, José Cláudio. Palimpsestos Marginais (V): Concrecinismo Paraiburguês. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.659, 17 e 18 nov. 1968. Suplemento Arte e Literatura, p. 2.

A quintossequência (sic) dos achados paraiburguenses aqui se acha. A ela: datando desta (...) outrora houve senhores que ao trabalho se deram de alevantar esta terra e, antes de mais nada, o vosso bom nome. Estes homens de negócio, letras (alguns sabiam ler e escrever o próprio nome), música (alguns batiam atabaque em dia de macumba), artes em geral (e eram muitos os entendedores de assuntos gerais), arranjos, ah!, nessa especialidade a maioria se encarregava. Em arranjos, todos se arranjavam...Certa vez, depois de muito trá-lá-lá, organizaram uns encontros que a plebe muito bom achou, não participava, apoiava sem ver... Reuniram-se todos os lavradores da Zona da Madeira para, numa diocese, amolar sua enxadas e picaretas(!), porquanto o mês das águas (sujas) vem aí...

Dentre eles, um havia de proeminência tal, não que fosse o maior em estatura, ele até que era baixinho, que foi o maior da cidade nos negócios públicos. E isto ficou provado no I Encontro da Diocese de Lavradores da Zona da Madeira. Este senhor merece a citação, mas, abstendo-me de encarná-lo, “omissão e covardia, eis o exemplo que devemos dar aos jovens...” fora encarregado de encontrar com os mais altos desta / cad(uc) os seguidores de Rui, mito deles in seculum suum... Assim foi que lá pelas bandas de o burgo vice-rei locupletar-se de anos de cargo, reuniu na casa, na própria Casa das Artes Sacras (onde vedado era o público ribeirinho), sem aquiescência ou menção do pastor do condado paraiburguês, os trovadios (sic) numismáticos. Homens longevindos (sic), que ocupavam por certo o destaque que o de cá, inventaram um festival que se chamou de Músicas Florais, mas que poderia ter outros nomes como: grotesco, horrível, sofrível, imbecil e denominações do gênero. O prêmio deste festival foi um carro com boi e tudo, para possivelmente fazer alguém trabalhar. Nem que seja o boi...mas ocorreu que maldosamente roubaram o dito cujo deixando somente os chifres...e o festival não pode ser encerrado. Num outro, houve um prêmio muito melhor. Direi mais à frente.

O mesmo organizador, com senhores d’out(r)os adeptos de musicineflorar (sic) reuniões dos lavradores da zona da madeira, ajudou a inaugurar as praças práticas (muito fáceis de fazer e enchem os olhos do amigo daqui e o do visitante), rápidas que eram de fazer e desmanchar, se o momento fosse oportuno...Nota-se, foram chamados a cá vir, todos os homens de fé da mata, saber o que haveriam de lá fazer além de amolarem as enxadas e picaretas... Foi quando se reuniram no Blitz, aí acabou em grande impasse: o que não fazer. –

“Faremos o que eles permitem”, brando-bradou uma voz lacrimorouca [sic], a do escrevente geral dos lavradores. Como era muito eficiente, outro lhe foi dado a fazer, semelhante que era. Estavam ainda de idéias frescas ou frescos de idéias quanto às tertúlias no terém-terém dos burgo vice-reis de lá - de cá – d’alguns. Que eficiência...

Em todas as paredes da pobre Paraiburgo se lia: Dedé esteve aqui! Dedé esteve aqui! Houve um que completou cretinamente: “é que mais alto voar queria”. E tal mar, quando aqui esteve o Dedé, foi motivo de grande praça, a maior de Paraiburgo, lembrando perfeitamente sua bandeira... Na festa no Blitz, tiveram que fechar um engraçadinho, já bem grande, da sala de conversa fiada, pois, em sono forçado, louco, soluçando, interrompeu o jogo com seu grito mugido: Viva o brasil (o negócio era o Ba-ú, mas é o vício...).

Na praça prática, matriz maior dos vagabundoutros [sic] e de Paraiburgo, recém cortada, viu festivalizado o que d’arrojado labor por mais de mês se construiu. Nas homenagens, um mágico foi fazer graça para os ribeirinhos e da cartola tirou 2 coelhos que dizia chamar um estado e outro palácio. Os coelhos fizeram misérias. Correu à boca pequena, que os animais eram concepcionados (sic) e anti (sic), para só funcionarem no momento necessário. Depois da inauguração e do espetáculo, rumaram para o Blitz. Reunidos no terraço Lili, Dedé e João sem Terra, que não foram (indelicadamente à praça), saboreavam uma trovochopada e confidenciavam: devemos comunicar ao resto do pessoal, são agora 104 ao meio (era código deles), e sabem tocar, dançar, cantar, ler e escrever, e alguns trovadiam como nós...Pena que não foram informados ainda do Ba-ú, assim poderiam nos ajudar no golpe ...mas tenho certeza que gostarão, afinal somo todos tropicaliks. Este diálogo em altos andares fez estremecer os conceitos e, como quem não queria nada, um dos recém-chegados o gravou em pedra, quando descuidadamente passava por ali. Não se conteve e exclamou: Ah, é assim né!?

A noite chegou e o novo dia não tarda a raiar. Vamos às novas: não havia acomodações para todos. Assim foi que em alta madrugada os grupos dispersaram após a grande festividade noturna. Ressaca.

Manhã clara. Quinze horas. O 113 permanecia trancado. Todos banhados esperavam ansiosos que os colegas restantes se juntassem para o encerramento da 1ª diocese de lavradores na zona da madeira. No 113 nada se movia. Faltavam apenas 4, agora, uns foram passar o resto da manhã na rua Direita. Às 17 horas, não suportaram, mandaram abrir o quarto, A porta não tinha chave. Só faltava Deumusana. O Escrivão Geral estava em casa – tranqüilamente. Dormindo. Abriram o quarto – surpresa! Ninguém lá dentro. Revistaram o quarto. Acharam um bilhete, um bilhete sob o travesseiro esquerdo. Todos correram à volta.

Na confusão, ninguém conseguia ler nada. Uma voz pacificadora pediu calma. Todos aflitos. Trêmulo, Tacalde segurou-o. Todos se afastaram. Ele subiu no criado e contraindo a face gaguejou: “Uma cama de hotel, travesseiro para 2, em respeito a você, dormi no sofá”. O Oh! foi prolongado e geral. Chega alguém correndo e dá a notícia. Deumusana desapareceu dizendo que era para sempre.

Estava desfeito o mistério. Após o burburinho de 20 minutos, todos emocionados com a mais jovem trova, Marreta não se conteve e disse: “Ex homo, Deo meum”, trovadiou em latim. Todos olharam-na ainda no quarto, cuja porta era estreita para passar todo mundo, desaprovando o ato. E um engraçadinho que a tudo assistia parafraseou a trova da seguinte maneira: “Um terraço de hotel, espaço para os dois, em respeito a você, desci pela escada”. Quase mataram-no.

A mesma voz pediu calma, pois a maior prova de amor em Paraiburgo foi dada num simples bilhete e era justo que se convidassem os colegas ausentes para comemorarem o achado... Uma jovenzinha que começa agora a dar seus primeiros passos às trovadiantes estrelas numismáticas tropeçou na própria trave e exclamou de novo e engraçadinho.

Ainda desfeitos pelos gestos e emoções, retiraram-se em comentário sussurrante. Desceram pela escada mesmo e foram dar no play-ground, onde 2 pombinhos na gangorra murmuravam trovas de dor...

E o Ba-ú? Novamente o engraçadinho. Correram para fora do hotel à sua procura.

Num canto alheio a tudo e a todos, Dedé, sentado numa caixa que bem poderia ser a procurada, grava os polegares com as mãos cruzadas, e com um sorriso irônico nos lábios...

ANEXO H - BATISTA, Nilo. Palimpsestos Marginais (VI): Fragmentos e compilação de excertos de ua narração e ua comédia que encontradas foram. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, ano LVII, n. 16.665, 24 e 25 nov. 1968. Suplemento Arte e Literatura. p.2.

I

Cena IV

(Na sala de audiências da Alcaidia (sic), entram Maurílio Himmler e dois áulicos)

HIMMLER (ao alcaide)

Senhor, tenho pensado longa e atentamente
Na educação de nossa estulta e parva gente
E sem me pretender um sábio neste assunto
(Posto que em seu estudo fundiu-me o bestunto)
Posso lhe anunciar a solução final.

ALCAIDE

E então?

HIMMLER

A solução para este grande mal
É a escola primária – a escola primária!
Um pouco de burrice (a dose necessária
para fazer eleitores), fica inalterada
Só com a escola primária. Apenas saber ler
Compõe à perfeição quem vai nos eleger.

ALCAIDE

Mas oiço que reclamam incentivo às artes...

HIMMLER

Por Deus, Senhor, contende-vos. Vamos por partes
São muitos estes suplicantes?

ALCAIDE

São uns seis.

HIMMLER

Irrelevantes numa votação! No mês
Passado, meu Senhor, um filósofo vi
Escrever uma coisa que não me esqueci:
“Enquanto ladram os cães a caravana passa”
Do exemplo de Sued atentai para a graça,
E mais: fazer de autor que escreve em tal maneira
(como já fiz eu próprio), autor de cabeceira.

ALCAIDE

Deverei prosseguir, então, com a caravana?

HIMMLER

E dar aos cidadãos a educação sacana
Que consiste, afinal, em dar-lhes o alfabeto
Suposto o manejá-lo mantido secreto.

...

Cena XXIV

O alcaide recebe vários cidadãos em audiência.

1º CIDADÃO

Meu Senhor: minha rua está um pouco escura
E sua água, em si, já não é muito pura.

ALCAIDE

Prometo iluminá-la hoje, e de tal jeito
Que não conseguirás, senhor, dormir direito
E quanto à água, é simples: a quarta adutora
Será, desta cidade, a outra Redentora.

2º CIDADÃO

Senhor, é tão escuro o local onde moro
Que até fazer um X na cédula...

ALCAIDE

Acompanhai, Durango, a este cidadão
E ensinai-lhe a votar em plena escuridão.
Depois, iluminai-lhe a casa com mercúrio.

DURANGO, à parte

Oh, Deus, quanto me custa um eleitor espúrio!

3º CIDADÃO

Senhor: fui assaltado em 16 ducados...

ALCAIDE

Iluminai a consciência dos culpados!

4º CIDADÃO

Senhor: a minha sogra chegou lá em casa
E não quer mais sair. Como o fato me abrasa,
Queria...

ALCAIDE

Compreendi (para dentro). Um córrego, depressa.

DURANGO MOT (trazendo um córrego)

Aqui está.

ALCAIDE (ao 4º cidadão)

Toma. Anda a safar-te dessa.

5º CIDADÃO

Senhor: minha mulher engrinaldou-me a frente!

ALCAIDE

Já vou providenciar a construção de ponte.

6º CIDADÃO

Acabo de saber que minha filha é...

ALCAIDE

Mais luz!

(ao público)

Senhores, vejam bem que é uma luta.

...

II

NARRAÇÃO

E, pois, tendo partido, tornei-me um tanto malquisto sempre que voltava. Não é que de minha parte propiciasse esta animosidade; pelo contrário, eu amava aquela terra, suas madrugadas frias que me introduziam pelo nariz recordações da adolescência. A verdade é que, à distância, conseguira talvez a globalidade no vê-la, e a via com seus defeitos e suas misérias, mas não com menos amor. Tentei parlamentar com todos que cantavam hinos patrióticos e bufavam passados duvidosos. Mas essa gente, por causa da inexplicável animosidade, nem ouvia, nem acreditaria, se ouvisse. À medida em que os laços se rompiam, sobrava o gostar dela assim, sem ilusões. Amarga sobra, nem me servia a cordiais saudades, nem me estreitava a ela, quando a revê-la.

Continuei assim, passando na rua Henrique, freqüentando os lugares da moda, um tanto contrafeito, bastante observado. Liguei-me a um grupo que conspirava. Que conspirávamos nós? Conspirávamos ao vê-la, conscientes, sem parlapatices, sem verborréias, sabendo-se portadora de uma Universidade Imperial “sem bússolas”, sabendo-se regida por alcaides e acólitos que, por serem melhores que os de antanho, nem por isso modificariam qualitativamente coisa alguma. Os operários do B.A.E.P.E.N.D.I. não careciam eriçar-se contra nós. Conspirávamos, de certa forma, a nossa juventude que postulava transpirar-se, fixar-se – não no sentido de sua afirmação, mas no sentido de que nunca atingiríamos uma miserável amostra de plenitude em meio a tantos erros orgulhosos, desvios, mesquinhas.

Por isso, continuei assim. Uma noite sem nome, numa esquina qualquer, deparei com um baú. Colhi-o com algum carinho e esperança, e chamei amigos e amadas para o possível banquete. Afinal, éramos nós, somos nós – entendam-me e perdoem-me, queridos amigos – somos nós, e precisamos disso.

Aberto o baú, nada havia dentro.

Perplexos? Nem tanto. Era evidente que nada podia estar dentro. Como o dia amanhecesse, alguém sugeriu que nos preparássemos para o trabalho. Não havia sirenes nem carroças. O frio apertou um pouco. Agasalhados, nós sabíamos que a solução germinava no dia seguinte.

ANEXO I - Fotografias das edições do *Diário Mercantil*.

DIÁRIO MERCANTIL

Órgão dos DIÁRIOS ASSOCIADOS, fundado em 1912

ANO XLVII

JUZ DE FORA - Sexta-feira, 1 de Janeiro de 1960

N. 14.269

CUMPRIU BEM O EXÉRCITO SUA MISSÃO

Graças à sua cooperação as instituições foram mantidas

RIO, 1. (Meridional) — Há cinco anos, nos momentos mais difíceis da luta pela ordem e justiça, o Exército cumpriu bem a sua missão. Graças à sua cooperação as instituições foram mantidas, o progresso e a prosperidade da Pátria e um alto nível econômico foram alcançados. O Exército cumpriu para que os seus objetivos fossem realizados. Essas fo-

Jurema confirma ato de Juscelino

RIO, 1. (Meridional) — Jurema confirma o ato de Juscelino. O presidente Juscelino Kubitschek declarou, durante sua visita a Jurema, que o Exército cumpriu bem a sua missão. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.

Itamarati mantém sua tradição

Itamarati mantém sua tradição. O município de Itamarati mantém sua tradição de cooperação com o Exército. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.



Alguns produtos, como a Cortina, são essenciais para o lar. A Cortina oferece produtos de qualidade e preço justo. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação.

Maior segurança para testemunhas em inquérito parlamentar

Maior segurança para testemunhas em inquérito parlamentar. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.

Intervenção federal em Pernambuco

Intervenção federal em Pernambuco. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.

Expediente bancário

Expediente bancário. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.

RESULTADO DO "Monumental sorteio de Natal" DOS ASSINANTES DO Diário Mercantil e Diário da Tarde

- Relação dos ganhadores contemplados com um valor de R\$ 100.000,00, no sorteio de Natal, realizado em 20 de dezembro de 1959, conforme Carta Patente nº 10.000, de 1959.
- 4086 — Melhor sorteado
 - Assinante: Dr. Edúlio Lopes
 - 4075 e 4081 — Aproximações
 - Assinantes: Manoel S. Santos e Auto Motos Victor
 - 5271 — Melhor sorteado
 - Assinante: Este número foi contemplado por falta de pagamento
 - 5276 e 5272 — Aproximações
 - Assinante: Alexandre Vitor e Delfino Ferreira Morães
 - 3842 — Melhor sorteado
 - Assinante: Pagnio Rocha da Queiroz
 - 2941 e 2942 — Aproximações
 - Assinantes: Vazou Barro e João Bernardino de Sá
- NÃO PAGAM SEUS COPONS**
- Mas tendo sido contemplados, não os cobram, os copons NÃO CONTEMPLADOS entraram em vigor no dia 30 de janeiro de 1960, pelo sorteio Federal, ficando, assim, privilegiado por mais 30 dias o Mensaleiro Sortido.
- Entrou também em vigor o sorteio de Benefícios Civis pelo número de recibos de todos os assinantes em vigor para novo prazo.
- IMPORTANTE:** Os copons contidos pelo melhor de 10 ou 20 prêmios concedidos somente as aproximações do 1º prêmio.
- ATENÇÃO!** Fiquem cientes de que os copons contemplados, para contemplarem os seus respectivos números de recibos e de copons sortidos, são 3 (três) recibos, de 20 linhas, para receber o prêmio.

Fatos da Política

Fatos da Política. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.

Olavo vence mais uma parada

Olavo vence mais uma parada. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.

Radialistas proclama

Radialistas proclama. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.

Farmácias de Planície

Farmácias de Planície. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.

Previsões para 60

Previsões para 60. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.

Navos milionários

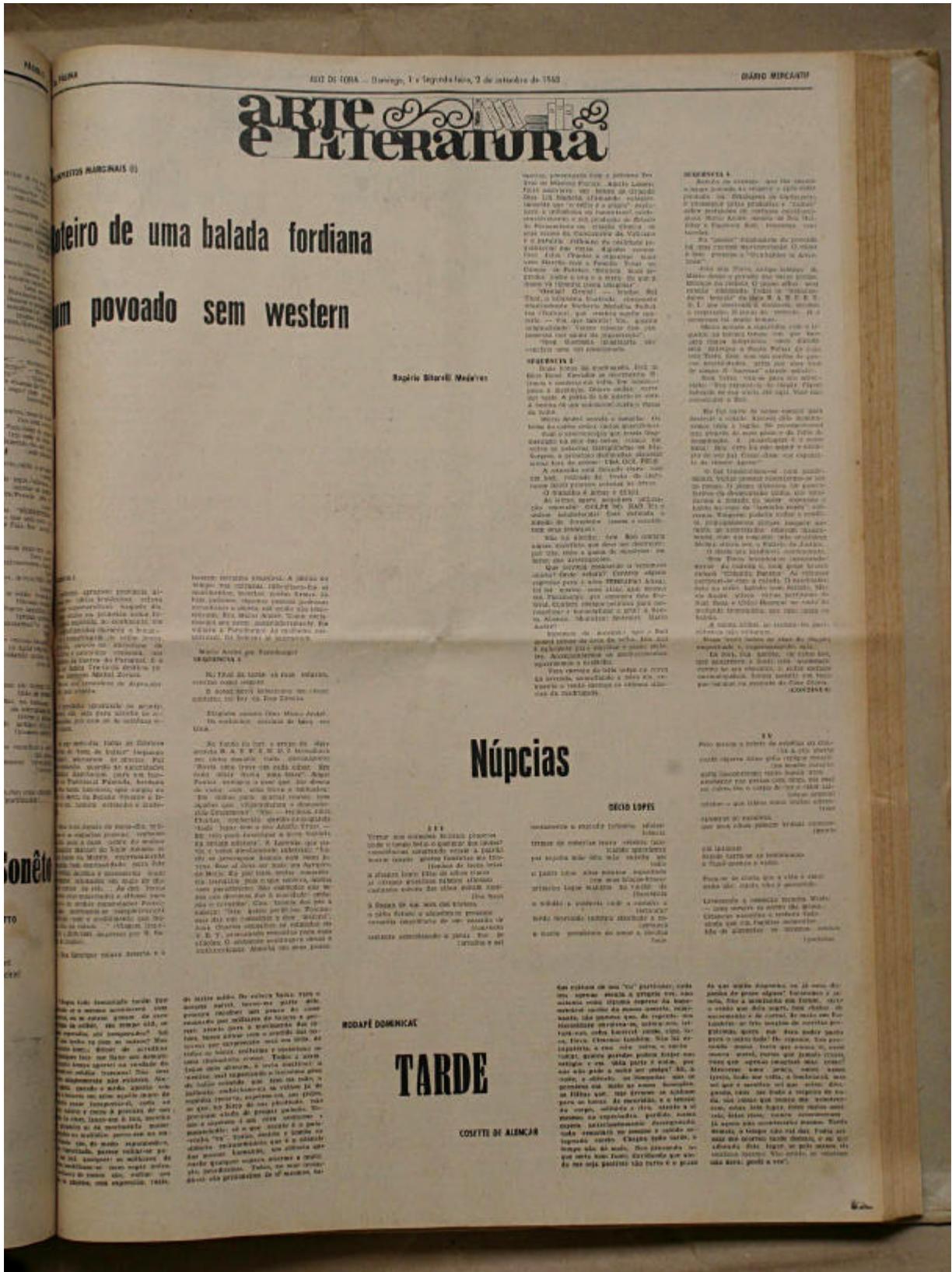
Navos milionários. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.

DIÁRIO MERCANTIL

DIÁRIO MERCANTIL. O Exército cumpriu bem a sua missão em Itamarati, graças à sua cooperação. O ato de Juscelino foi confirmado por Jurema, que declarou que o Exército cumpriu bem a sua missão.

Edição de 11 e 12 de fev. 1968 – suplemento *Arte e Literatura*.





ARTE e LITERATURA

O primeiro de uma balada fordiana Um povoado sem western

Rapide Bitoril Medeiros

...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...
...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...

...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...
...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...

...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...
...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...

...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...
...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...

...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...
...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...

...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...
...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...

Núpcias

DECILO LOPES

...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...
...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...

...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...
...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...

RODARÉ DOMINICAT

TARDE

COSIETE DE ALMEIDA

...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...
...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...

...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...
...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...

...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...
...o primeiro de uma balada fordiana...
...um povoado sem western...

Edição de 29 e 30 de set. 1968 – suplemento *Arte e Literatura*.



Edição de 27 e 28 de out. 1968 – suplemento *Arte e Literatura*.



ARTE e LITERATURA

MARINHAGEM (I)

I — MAR

Mar que sempre a criança desta serra
por um pouco gozava no mar riu,
de, oh mar, que o dia de infância
e a noite de amor no ventre legiro,

Mar que rein que é o invento de uma serra
que nasceu feita mar com o mar,
se converteu a vida de mar e do
que a vida não dá sempre de promessa

e que o mar foi sempre meus lábios
e que o mar foi sempre a minha vida
me lembrando sempre de tu regas.

Mar, oh mar, que o mar não mais me regas,
por que se rende a vida e a vida me regas,
sech' a vida sempre sempre a vida.

II — HOMEM

Que de vida prometida de tu vida
cobrador do segredo dos mil mortos,
e que roca sangrada dos olhos,
vi tua vida sempre sempre a vida.

É a vida de vida e, da promessa,
me amarece a vida de vida e da vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida,
e que a vida sempre sempre a vida.

É a vida de vida de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida.

Meu sempre sempre a vida,
meu sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida.

III — MULHER

Em tua vida sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida.

É a vida de vida de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida.

Meu sempre sempre a vida,
meu sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida.

Meu sempre sempre a vida,
meu sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida,
que a vida de vida sempre sempre a vida.

de quem sempre sempre a vida,
de quem sempre sempre a vida,
de quem sempre sempre a vida,
de quem sempre sempre a vida.

PALESTINISTAS MARIANOS

Concrecinismo Paraiburguês

por CLAUDIO NETEPO

Em um momento de sua vida de vida,
de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida.

Em um momento de sua vida de vida,
de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida.

RODRIGO: 70 ANOS

Em um momento de sua vida de vida,
de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida.

Em um momento de sua vida de vida,
de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida.

Em um momento de sua vida de vida,
de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida,
de vida sempre sempre a vida.



RODRIGO DE S. DE ALMEIDA

Vertical text on the right edge of the page, likely bleed-through from the reverse side.

